

**INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA – IEP**  
**PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR**

STANLEY DA SILVA MORAES

**SUPERINTENDENTE DA REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO**

WILSON ROBERTO ZUCCHERATO

**DIRETOR-GERAL**

WILSON ROBERTO ZUCCHERATO

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA**

**Reitor**

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM

**EDITORA UNIMEP**

**Conselho de Política Editorial**

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM (PRESIDENTE)

JOSUÉ ADAM LAZIER

BRUNO PUCCI

GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR

JOSÉ FERNANDO VIDAL DE SOUZA

LAURIBERTO PAULO BELEM (PRESIDENTE COMISSÃO DE LIVROS)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO

MARIA RITA PONTES ASSUNÇÃO

NANCY ALFIERI NUNES

ELY ESER BARRETO CÉSAR (REPRESENTANTE EXTERNO)

**Comissão de Publicações**

LAURIBERTO PAULO BELÉM (Presidente)

BELARMINO CESAR GUIMARÃES DA COSTA

JOSÉ LUIS ZEM

JOSÉ MARIA PAIVA

MARCO POLO MARCHESE

MARIA LUIZA OZORES POLACOW

MARIA THEREZA MIGUEL PERES

MIRTA GLADYS LERENA MANZO DE MISAILIDIS

**Editor Executivo/Executive Editor**

RODRIGO RAMOS SATHLER ROSA

# Piracicaba, 1964

O golpe militar no interior

Beatriz Helena Vicentini  
(Organizadora)

Caio Rodrigo Albuquerque

Ely Eser Barreto Cesar

Orlando Guimaro Junior

Otto Dana

Patrícia Ozores Polacow



PIRACICABA 2014

Copyright 2014 by Beatriz Helena Vicentini

Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior / Organizado por Beatriz Helena Vicentini. – Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014.  
382p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-85541-75-0

1. Brasil - História - Revolução, 1964. 2. Piracicaba (SP).  
3. Brasil - História - 1964-1985. I. Vicentini, Beatriz Helena.  
II. Albuquerque, Caio Rodrigo. III. César, Ely Eser Barreto. IV. Guimaro Jr.,  
Orlando. V. Dana, Otto. VI. Polacow, Patrícia Ozores.  
CDD: 320.981

CDD: 320.981

Os textos são de responsabilidade dos autores

**Revisão**

Beatriz Helena Vicentini  
Irene Carvalho Macêdo Jardim

**Capa**

Domênico Massareto

**Design Editorial**

mg4 Brasil | Design

**Ficha Catalográfica**

Camila Domingos Peres Serrador  
Milena Maria Rodrigues

**Editora**

UNIMEP

*“A função do historiador é  
lembrar a sociedade daquilo  
que ela quer esquecer.”*

**Peter Burke**

*“O esquecimento está nas  
primeiras páginas dos jornais.”*

**Eugênio Bucci**

*“Passado é o que passou. Não  
passou o que ficou na memória  
ou no bronze da história.”*

**Ulysses Guimarães**



## SUMÁRIO

---

## INTRODUÇÃO

### CAPÍTULO 1 O GOLPE

### CAPÍTULO 2 MEMÓRIA RECUPERADA

- 10** **A história não admite segredos**  
Beatriz Helena Vicentini
- 18** **“Porque a base do Direito é a força”:** impressões sobre o ordenamento jurídico brasileiro na ditadura militar, do autoritarismo à herança da impunidade  
Orlando Guimaro Junior
- 100** **Passeatas, prisões, tortura, cassação: Piracicaba teve tudo isso, sim!**  
Beatriz Vicentini
- 140** **Piracicaba sai às ruas: a Marcha pela Família e o protesto dos estudantes**  
Patrícia Polacow
- 170** **A cruz, a farda e a traição**  
Otto Dana
- 174** **No chão de fábrica e nas salas de aula, a mesma intolerância**  
Caio Albuquerque
- 202** **Militares: revolução necessária e continência ao GCan**  
Caio Albuquerque
- 218** **Histórias vividas, histórias desconhecidas: o bispo, a terrorista, o engenheiro**  
Beatriz Vicentini
- 240** **O golpe militar de 1964: referência na demarcação ideológica da UNIMEP**  
Ely Eser Barreto Cesar

**MEMÓRIA  
EM IMAGENS**

**272** Tempos da Ditadura

**282** Tempos de Redemocratização

**CAPÍTULO 3  
OS ARQUIVOS DA  
REPRESSÃO**

**290** Pelo buraco da fechadura,  
na rua ou na missa: todos  
observados

Beatriz Vicentini

**MEMÓRIA  
EM IMAGENS**

**316** Os mais observados  
pela repressão

**322** Informantes duvidosos,  
cidadãos desprotegidos:  
cuidado com os comunistas!

Beatriz Vicentini

**342** As duas semanas em que  
Piracicaba foi da UNE...  
e dos agentes da repressão

Beatriz Vicentini

**MEMÓRIA  
EM IMAGENS**

**366** Congressos da UNE

**SOBRE OS  
AUTORES E  
FOTÓGRAFOS**

**376**

# INTRODUÇÃO

---

# A HISTÓRIA NÃO ADMITE SEGREDOS

Quando 2013 chegou ao final com a devolução simbólica do mandato ao ex-presidente João Goulart pelo Congresso Nacional e seus restos mortais foram recebidos em Brasília com honras militares fúnebres, acompanhadas por ministros, ex-presidentes e a presidente da República Dilma Rousseff; quando a Câmara Federal, em meses anteriores, devolveu simbolicamente os mandatos de 174 deputados cassados durante o regime militar; quando agentes do Estado em depoimentos à Comissão da Verdade começam a admitir a prática da tortura e seu envolvimento na ocultação de cadáveres de presos políticos, é preciso se admitir que muito ainda há para se descobrir, analisar e rever sobre os tempos da ditadura militar. Em termos políticos, em termos legais, em termos da história que se conta.

É, também, oportunidade para ampliar o campo de interesse e verificar como o golpe militar de 1964 afetou as cidades do interior. Em geral, na maioria delas, aconteceram algumas poucas prisões, outros pequenos inconvenientes, algumas reações isoladas. No entanto, proporcionalmente ao universo em que se incluíam as poucas prisões e as reações isoladas, elas foram tão ou mais significativas do que as grandes manifestações e os atos de desrespeito aos direitos fundamentais do cidadão nas grandes cidades, já estudadas em detalhes e reconhecidas.

Talvez seja difícil, especialmente para as novas gerações, entender o clima que se viveu a partir de 1964 – de censura, de medo, de vigilância, de denúncias – com a implantação do regime militar. Se nas grandes cidades tratava-se de algo evidente, mostrado pela presença militar mais ostensiva e pela prática política cerceada, mas que ainda se tentava vivenciar, era nas pequenas e médias cidades que o ambiente se fazia ainda mais sufocante. Porque, onde todos se

conheciam, o vizinho vigiava, o verdureiro ouvia o que nem sempre era fácil interpretar, os amigos questionavam atitudes menores, os vereadores faziam de conta que na cidade só havia o corriqueiro para debater, conhecidos se afastavam pelo medo, moralidade e ideologia eram confundidas e utilizadas como justificativa punitiva, atitudes de apoio eram cobradas quase que com olhares no cotidiano do trabalho de cada um. Em contrapartida, contraditoriamente, foram nessas comunidades menores que os processos de resistência puderam, muitas vezes, encontrar espaço propício para se fortalecerem rapidamente a partir dos anos 1980, justamente porque elas eram menos visadas, menos vigiadas ou equivocadamente acompanhadas pelos órgãos de repressão oficiais.

Piracicaba é um caso típico, como podem existir vários outros ainda pouco estudados em todo o país. Era uma cidade com pouco mais de 100 mil habitantes quando veio o golpe de 1964 e que, no entanto, lotou suas prisões de possíveis comunistas – e, portanto, suspeitos de subversão – nos primeiros dias de abril. A cidade, que apoiou sua Marcha pela Família, enchendo a praça principal, teve um prefeito cassado por ato institucional e a interferência direta dos militares, até mesmo para garantir a posse de seu vice; conviveu com um investigador que atuara no DEOPS-SP nos anos 1970 e que transferiu para a comunidade local a prática da tortura, estendendo-a a traficantes de drogas; teve professores e religiosos investigados e acompanhados pelos delegados locais; permitiu a valorização dos delatores junto aos novos donos do poder; acolheu pessoas perseguidas nos centros do país que aqui viveram como se fossem outras. Com duas universidades, Piracicaba viu, a partir do final dos anos 1970, a resistência ao regime crescer rapidamente, favorecida pela chegada à prefeitura de João Herrmann Neto, um jovem contestador, que, em parceria com Elias Boaventura, reitor de uma das instituições universitárias, abriu todos os espaços possíveis da cidade ao debate, a reuniões e encontros, ao fortalecimento de movimentos populares, não apenas em termos locais, mas nacionais.

No entanto, dessa história pouco até hoje havia sido registrado de forma sistemática, organizada, crítica, até por envolver, em muitos casos, as elites locais, alinhadas desde a primeira hora com os militares. Como que também confirmando o que ocorre em comunidades menores, onde muitos se conhecem e é comum ouvir: “para que expor velhas feridas, essas histórias aconteceram já faz tanto tempo [...]”

Esta coletânea de artigos busca retirar do esquecimento o período de 1964 e seus anos posteriores em Piracicaba. Busca trazer à lembrança e ao conhecimento das novas gerações que, também em cidades médias, o golpe militar não foi algo que apenas se lia nos jornais – quando se lia. Seus efeitos aconteceram no dia a dia, afetaram relações, exigiram novos cuidados, quiseram silenciar, procuravam fazer com que se pensasse menos, como se ousadia fosse algo a ser punido, ao invés de festejado, e trouxeram novas lutas, marcaram a muitos cujas histórias poderão permanecer esquecidas se não forem reagrupadas, publicadas, analisadas. Como Piracicaba, tantas outras cidades pequenas e médias têm histórias a registrar, que precisam ser recuperadas na tentativa de que situações vividas não sejam simplesmente ignoradas, como se tivessem importância menor no processo de construção, desenvolvimento e dinâmica de definição do poder econômico e ideológico nos anos que se seguiram.

Trata-se de um volume que, se lido por inteiro numa sequência, trará ao leitor atento a sensação de que tudo afinal se encaixa, como num enredo de ficção em que, aos poucos, a trama se dá a conhecer. Aos que preferirem apenas alguns artigos será possível também a compreensão pontual de questões específicas.

Seus artigos têm como autores três jornalistas, um advogado, dois teólogos e professores, um sociólogo. São visões complementares que apresentam, por vezes, versões conflitantes de um mesmo episódio, trazidas pelo olhar de quem está sendo ouvido em suas lembranças ou busca análises ainda incompletas de um tempo repleto de fatos que resistem a serem totalmente divulgados e que se completam por imagens recuperadas em arquivos históricos, em preciosidades guardadas por fotógrafos profissionais e amadores da cidade, por registros hoje mais facilmente disponíveis em acervos digitais de blogs e jornais do país e do mundo.

O primeiro capítulo, **O golpe**, apresenta artigo do advogado Orlando Guimaro Junior, um dos grandes incentivadores e responsáveis por esse livro ser editado. ***“Porque a base do Direito é a força: impressões sobre o ordenamento jurídico brasileiro na ditadura militar, do autoritarismo à herança da impunidade”*** retoma os antecedentes do golpe de 1964, a partir do governo Vargas, para apontar como os militares buscaram, a todo tempo, através de mecanismos jurídicos, dar à ditadura a característica legal de “revolução”. Trata-se de uma ampla análise da conceituação que envolveu a elaboração dos Atos

Institucionais, da doutrina de Segurança Nacional, da elaboração da Lei da Anistia e dos efeitos e pendências deixadas por essa legislação autoritária, cujos resquícios se estendem até os dias de hoje com questões não respondidas sobre responsabilização de agentes do Estado pela morte, tortura e desaparecimento de presos políticos.

O segundo capítulo se volta para a **Memória recuperada**. O que realmente aconteceu em Piracicaba a partir de março de 1964, e nos anos seguintes, relacionado ao golpe militar? Artigos buscam recompor esse tempo, dar nomes às pessoas envolvidas como sujeitos ou como figurantes menores, destacar detalhes que ainda permanecem desconhecidos para a maioria das pessoas.

De minha autoria, ***“Passeatas, prisões, tortura, cassação. Piracicaba teve tudo isso, sim!”*** busca dar uma visão geral, por décadas, dos principais acontecimentos que envolveram Piracicaba a partir do golpe militar. Dá destaque às prisões, às primeiras reações da cidade depois do 31 de março, aos estranhos silêncios, ao processo de cassação do prefeito Salgot Castillon e ao envolvimento de agentes do Estado que atuaram em Piracicaba, como o investigador Lazinho, no início da década de 1970, sem que a cidade soubesse de suas ligações anteriores com o DEOPS, centro de torturas em São Paulo.

***“Piracicaba sai às ruas: a Marcha pela Família e o protesto dos estudantes”***, da jornalista Patrícia Polacow – doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo – mostra como a cidade, em poucos anos, reagiu de maneira diversa em relação ao golpe. Nos primeiros dias de abril de 1964, aparentemente apenas fazendo coro à caça aos comunistas, o artigo mostra que outras motivações levaram milhares às ruas na Marcha da Família. Já em 1966, com a ousadia que lhes era própria, os estudantes, com a proteção e mediação do bispo D. Aníger Melillo e do pastor metodista Angelo Brianezi, saíram às ruas apesar da proibição vinda dos mesmos militares para protestar contra a violência, a falta de liberdade e por tempos mais democráticos.

***“A cruz, a farda e a traição”*** nos traz a análise sintética e lúcida do Padre Otto Dana sobre como se conduziu a Igreja Católica em Piracicaba em tempos de ditadura. Pároco da Catedral durante os tempos mais duros do regime militar, à frente dos movimentos da anistia e da luta pela redemocratização, Padre Otto, também professor de História em escolas de ensino médio da cidade e doutor em Sociologia, acompanhado durante anos pelos órgãos da repressão, escreve como observador e participante privilegiado.

***“No chão de fábrica e nas salas de aula, a mesma intolerância” e “Militares: revolução necessária e continência ao GCan”***, do jornalista Caio Albuquerque, recuperam depoimentos especialíssimos que compuseram sua dissertação de mestrado, defendida em 2002 junto à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP-Bauru. Com a maioria dos entrevistados já falecidos, seus artigos permitem que operários, lideranças sindicais, professores, tornem conhecida sua visão daqueles anos de forma inédita, sem restrições, onde são apontadas variadas motivações para as prisões, as relações dos empresários com os novos donos do poder, os interesses que se escondiam por trás de denúncias injustificadas, os efeitos sobre a família e o trabalho nos meses que se seguiram às detenções e processos. Nada mais significativo depois que, em 2013, a advogada Rosa Cardoso, responsável pelo grupo de trabalho que estuda a repressão ao sindicalismo na Comissão Nacional da Verdade, divulgou pesquisas que concluíram que 57% dos mortos pela ditadura eram trabalhadores. Segundo ela, é preciso combater o mito difundido pelas classes dominantes de que “a repressão atingiu somente as classes médias”. Na área da educação, o artigo de Caio Albuquerque mostra o controle ideológico que foi feito em Piracicaba sobre professores mais críticos e como até estudantes secundaristas, simples adolescentes de 16 anos, foram levados ao DOPS local por opiniões emitidas em trabalhos escolares. Já seu segundo artigo permite que se conheça também a fala de militares que serviram em Piracicaba sobre como eles perceberam a cidade naqueles anos, como se sentiram acolhidos, como entenderam as ações do governo.

Para aqueles que sempre viram apenas na Universidade Metodista de Piracicaba da década de 1980 o espírito democrático, o ex-vice-reitor da instituição, Ely Eser Barreto César, surpreende com artigo

intitulado **“O golpe militar de 1964: referência na demarcação ideológica da UNIMEP”**. Ele mostra que o espírito de contestação, comprometimento e democracia nasceu junto com os cursos superiores, em 1964, com a contratação de professores que pertenciam à Ação Popular (AP), com a constante negativa de denúncia de qualquer docente ou aluno apesar das pressões militares, a garantia de salários a professores comunistas presos. E destaca a influência da Universidade sobre a cidade na década de 1980, os anos do reitor Elias Boaventura, que expandiram um DNA firmado nos piores anos do regime militar.

**“Histórias vividas, histórias desconhecidas”**, de minha autoria, mostra como pessoas públicas, ou quase públicas, tiveram participação política fundamental no combate à ditadura, e que Piracicaba ignorou ou preferiu ignorar. Os relatos se fixam no bispo D. Eduardo Koalk, no período anterior a sua vinda para Piracicaba; na piracicabana Renata Guerra de Andrade, uma das “terroristas” mais procuradas pelos militares ao final dos anos 1960; em Enildo Pessoa, assessor de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas no Nordeste, que viveu em Piracicaba ao final dos anos 1970 atuando no governo João Herrmann Neto.

O último capítulo do livro se dedica aos **Arquivos da Repressão**. Baseados em ampla pesquisa desenvolvida nos últimos anos nos arquivos do DEOPS-SP, três artigos de minha autoria se voltam a questões bastante diferenciadas. **“Pelo buraco da fechadura, na rua ou na missa: todos observados”** se fixa na análise de como os órgãos de repressão observavam de cidadãos comuns, insuspeitos, àqueles que lideravam o que era julgado subversivo e destaca as pessoas que, em Piracicaba, foram acompanhadas ao longo dos anos com mais constância, uma prática que se estendeu mesmo após a metade dos anos 1980, quando o país se imaginava já em tempos de democratização. **“Informantes duvidosos, cidadãos desprotegidos: cuidado com os comunistas!”** indica quem eram os informantes, amigos do poder, mostrando o quanto as pessoas foram acusadas de comunistas por denúncias anônimas ou posteriormente negadas. Instituições, religiosos, estudantes, professores da ESALQ, cujas apostilas chegaram a ser encaminhadas ao DEOPS-SP pela direção da escola, aparecem como vítimas de informantes que muitas

vezes permaneceram no anonimato. ***“As duas semanas em que Piracicaba foi da UNE...e dos agentes da repressão”*** recupera a imensa logística de Exército, Marinha e Aeronáutica para controlar os congressos da UNE realizados em Piracicaba em 1980 e 1982, e até mesmo a central de inteligência montada em chácara próxima à cidade para monitorar os informes produzidos duas vezes ao dia.

50 anos passados de 1964 não envolvem comemorações, mas podem servir como um tempo mais fácil para se recompor e se reescrever a história. Sem tantos medos, sem meias-verdades, sem acreditar que existem fatos que não devem ser expostos e esclarecidos. E especialmente sem a censura que tentou evitar que este livro fosse publicado.

Piracicaba, março de 2014.

**Beatriz Vicentini**

# CAPÍTULO 1

## O GOLPE

*O Brasil não teve leis formais que autorizassem os agentes do regime militar a matar e a torturar, mas por ações e omissões esses objetivos foram alcançados em muitas ocasiões.*

# **“PORQUE A BASE DO DIREITO É A FORÇA”: impressões sobre o ordenamento jurídico brasileiro na ditadura militar, do autoritarismo à herança de impunidade**

Orlando Guimaro Junior

*“As instituições, julga Maquiavel, tendem a modelar o caráter de um povo e de seus dirigentes. Contudo, como já Aristóteles observava, elas não crescem como plantas, nem se reproduzem como tais. Não somente trazem consigo a marca da mão do homem em sua origem, mas também requerem, para durar, a ação de indivíduos – mesmo se a ação for tão perversa que os leve a contribuir para a própria servidão.” Claude Lefort*

*“A excelência de uma nação é proporcional à excelência de sua Justiça.” Jakob Wassermann*

## **“Negócios tortuosos”: a atualidade incômoda do golpe de 1964, 50 anos depois**

Em 8 de outubro de 2013, uma terça-feira, noticiou o Jornal Nacional que jovens supostamente envolvidos em depredações verificadas durante passeata em São Paulo na noite anterior seriam indiciados.

dos com base na Lei de Segurança Nacional. Todo dia, o cidadão que se posta à frente de uma televisão, abre um jornal, liga o rádio ou acessa a internet toma conhecimento de crimes cada vez mais violentos e presentes no cotidiano e, por isso, foi uma surpresa ver anunciada em rede nacional, ao invés do enésimo roubo seguido de morte, a invocação de um verdadeiro fantasma das ditaduras brasileiras do século XX, graças à deliberação do delegado que “enquadrou” os jovens sob os rigores da Lei federal n.º 7.170, promulgada em 14 de dezembro de 1983, já nos estertores do governo (1979-1985) de João Baptista Figueiredo (1918-1999), o último dos presidentes do regime militar brasileiro (1964-1985). Segundo a autoridade policial envolvida com o caso, os crimes cometidos consistiram em sabotagem e danos contra instalações militares e vias públicas, em afronta direta a instituições municipais, estaduais e federais<sup>1</sup>.

No dia seguinte, a prisão dos jovens já havia sido relaxada e a pauta dos noticiários, antes dedicada principalmente às causas das manifestações que marcaram o mês de junho de 2013 e foram replicadas nos meses seguintes graças à insatisfação da população com a qualidade dos serviços públicos e com a classe política nacional, também se debruçou sobre o porque se invocar uma ferramenta jurídica da ditadura militar, velha de 30 anos, para punir aqueles que praticaram atos de violência física e patrimonial durante os protestos. Mesmo sendo o crime de dano previsto na legislação comum, qual o interesse de nossas autoridades em torná-lo também uma “afronta” aos poderes constituídos, justificando o uso de uma lei de tão triste memória para a democracia brasileira?

A prática de “afrontar” instituições com discursos, gestos ou atos, violentos ou não, foi chamada da década de 1930 até os anos 70 de “subversão”, palavra comum para quem viveu sob os regimes de exceção existentes no século passado, mas tão pouco utilizada nos dias de hoje, que os mais jovens mal a conhecem. A experiência brasileira, independentemente da época em que se situe, demonstrou que tachar inimigos, desafetos ou mesmo os descontentes com o governo como “subversivos” sempre funcionou como senha para que a arbitrariedade e a violência estatal se vissem livres de qualquer controle.

Mesmo com o país caminhando para sua sétima eleição direta e universal desde o final do último regime ditatorial, atestado formal do

---

<sup>1</sup> G1, Presos em São Paulo responderão por crime contra segurança nacional diz polícia. 08/10/2013.

bom funcionamento de nossa democracia, o excesso de truculência empregado contra jornalistas e manifestantes pacíficos e a incapacidade de isolar e deter os participantes mais selvagens nas passeatas do ano passado, testemunhados ao vivo pelo Brasil e pelo mundo, terminaram por gerar uma pergunta incômoda: o instinto, ou reflexo, de castigar fisicamente opositores, vozes discordantes ou suspeitos foi realmente eliminado das práticas institucionais brasileiras conforme nos assegura a Constituição?

Menos de dois meses depois da ocorrência dos fatos que regurgitaram a Lei de Segurança Nacional para o grande público, a imprensa repercutiria outra questão aberta da herança autoritária brasileira, provocada desta vez pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que declarou vislumbrar na Lei de Anistia de 1979 um sério entrave para que os crimes cometidos durante a ditadura sejam efetivamente punidos<sup>2</sup>, uma posição que se soma a de outros importantes órgãos internacionais que também já condenaram o Brasil nesse sentido.

Principal expediente para justificar a não responsabilização de agentes envolvidos com assassinatos, torturas e ocultação de cadáveres, especialmente durante o auge da repressão, comumente apontada entre 1968 e 1976, a Lei de Anistia recebeu nos últimos anos críticas fundamentadas de instituições como o Ministério Público Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil, além das próprias vítimas e de seus familiares, que travam atualmente no Judiciário uma luta para que a impunidade deixe de ser a principal consequência das práticas brutais que grassaram com a condescendência do Estado durante os “anos de chumbo”.

A existência de questões ainda pendentes quase três décadas após o último presidente do ciclo militar deixar o governo pela porta dos fundos, permite outra constatação: a de que a consolidação da democracia é tarefa que demanda muito tempo e exige mais que a aplicação do receituário formal no Brasil, à base de eleições diretas. Por mais que o país tenha convivido com largos períodos de estabilidade desde a independência, a ocorrência de golpes, a decretação de estados de sítio, a instalação de governos provisórios e a implantação de ditaduras disfarçadas ou ostensivas, com seus abusos, ilícitos e violências – físicas e morais – deixaram, em seus piores momentos, marcas profundamente negativas nas instituições nacionais - o desvir-

---

<sup>2</sup> O Estado de São Paulo, ONU denuncia Lei da Anistia no Brasil como obstáculo para a Justiça. 02/12/2013.

tuamento de seus fins – e na própria sociedade – a desconfiança para com os poderes constituídos – males que não se depuram apenas com eleições.

Depois da redemocratização em 1989, após quase seis décadas em que prevaleceu o autoritarismo, temos que a corrupção, o abuso do poder econômico e práticas assistenciais interesseiras demonstram que o clientelismo de outrora ainda resiste, mesmo repaginado. Traço comum em qualquer período histórico, democrático ou não, o desinteresse dos governantes pela educação e formação cidadã do brasileiro transforma em apatia a esperança de se construir uma nação crítica de seu passado, consciente de sua realidade e mais bem preparada para enfrentar os desafios do futuro.

A última das rupturas com a democracia experimentada pelo Brasil completa 50 anos em 2014, pois na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964 a articulação promovida pelos setores mais reacionários das Forças Armadas, da classe política, do empresariado, da imprensa e da sociedade civil abreviou o governo de João Goulart (1919-1976), que desde a renúncia de Jânio Quadros (1917-1992), em agosto de 1961, exercia a presidência da República equilibrando-se em um complexo cenário nacional e mundial. Na madrugada seguinte à marcha das tropas contra o governo, a deposição de Jango seria chancelada pelo Congresso Nacional, iniciando um longo hiato onde o Brasil foi dirigido por um restrito grupo de militares que se alternaram no poder durante 21 anos.

Conforme advertência efetuada pelo historiador Hélio Silva (1904-1995) às vésperas da Constituição de 1988, e que reputamos profundamente atual, o “regime que começou a 1º de abril ainda não terminou. A sua liquidação é difícil, como a de todos os negócios tortuosos”<sup>3</sup>.

## **“Estancieiros astuciosos”: o Brasil de Getúlio a Jango**

Acusado de flertar com bandeiras de esquerda, de não conseguir controlar reivindicações cada vez mais incisivas de políticos e lideranças identificadas com ideias socialistas ou com os regimes comunistas implantados em Cuba (1959), na União Soviética (1917) e na

---

<sup>3</sup> SILVA, 1988, p.29.

China (1949) e de desejar ele mesmo poderes absolutos, o jornalista Elio Gaspari repete a ideia consagrada ao longo dos anos, mas ultimamente questionada e mesmo revista, de que João Goulart foi dono de uma “biografia raquítica” que o tornava um governante “despreparado” e sustentado politicamente graças à utilização da “máquina da previdência social e às alianças com a esquerda no controle dos sindicatos”, movendo-se no poder “por meio daqueles sistemas de recompensas e proveitos que fazem a fama dos estancieiros astuciosos”<sup>4</sup>.

Goulart havia assumido a presidência do Brasil em um momento extremamente delicado das relações internacionais, dois anos depois que Fidel Castro e seus guerrilheiros tomaram o poder em Cuba expulsando empresas e investimentos americanos que sustentavam a corrupta ditadura (1952-1959) de Fulgêncio Batista (1901-1973) e detonando o temor de que uma onda “vermelha” assolasse o continente, e dois anos antes da tentativa soviética de instalar mísseis na ilha cubana ensejar uma crise diplomática que, por muito pouco, não levou as então potências da época a um conflito nuclear.

Com o recrudescimento da Guerra Fria, forçando a divisão dos países entre capitalistas e comunistas, a elite financeira e militar brasileira optou por renovar seu alinhamento com os Estados Unidos, tendência que vinha desde a 2ª Guerra Mundial, se acentuou no período entre 1945 e 1950 com a defesa da liberalização da economia e o combate a qualquer aspiração socialista e se converteu em verdadeira causa da direita nos anos 60. Em contrapartida, a esquerda, que agrupava no país principalmente estudantes, intelectuais, militares de baixa patente e lideranças provenientes de movimentos sociais, considerava os modelos comunistas da época como casos de sucesso que poderiam ser testados no Brasil, país com graves disparidades sociais.

Um dos mais ricos proprietários de terras do país, João Goulart, também conhecido como Jango, estava longe de ser socialista ou comunista empedernido como líderes da envergadura de Luiz Carlos Prestes (1898-1990) ou João Amazonas (1912-2002), porta-vozes da esquerda desde a década de 1930, mas era o herdeiro político do getulismo, fórmula que tem origem na postura adotada por Getúlio Vargas durante seu primeiro governo (1930-1945). Vargas, graças a um bem sucedido trabalho de propaganda, construiu e fixou no ima-

---

<sup>4</sup> GASPARI, 2002, p.46.

ginário nacional uma carismática caracterização em que, para além as atribuições oficiais de chefe de Estado e de Governo, assumiu uma posição paternal, de protetor do povo, com a tomada de medidas de grande repercussão popular como a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Suas iniciativas eram reforçadas por discursos e pronunciamentos onde não perdia a oportunidade de enfatizar a defesa dos mais necessitados e de direcionar críticas vagas à elite<sup>5</sup>. Políticos como Vargas ou que adotaram práticas ou discursos com esse teor, com o tempo passaram a ser apontados por seus detratores e inimigos como “demagogos” ou “populistas”.

Apesar da defesa do “fraco” contra o “forte” estar presente nos discursos de Vargas, sua utilização sempre foi mais um calculado exercício de retórica do que uma plataforma política efetiva, em que buscou manter sob controle tanto os mais pobres como os mais ricos, sendo especialmente bem sucedido durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), onde a mão-forte de seu regime concedeu direitos trabalhistas ao povo ao mesmo tempo em que subordinava os sindicatos (conhecidos à época como “pelegos”), não tolerando greves, mas também acenava para a elite com cargos e outros privilégios em troca de sua fidelidade.

Mesmo sem deter o carisma de seu padrinho, as ligações populares e sindicais de João Goulart e sua caracterização enquanto potencial sucessor da política trabalhista e “pelega” de Vargas o tornaram mal visto pelas “classes conservadoras” e pela “cúpula militar”<sup>6</sup> do período.

Ao vencer as eleições de 1950, Getúlio Vargas manteve sua base popular em grande parte graças às políticas trabalhistas que patrocinou em seu governo anterior, o que lhe garantiu expressiva votação. Entretanto, não encontrou mais nas elites a mesma adesão a seus projetos, especialmente na militar, cujo rompimento já se dera em 1945 quando figuras de destaque das Forças Armadas e partidárias do governo, como Góes Monteiro (1889-1956) e Cordeiro de Farias (1901-1981), impuseram sua deposição com o consequente fim do Estado Novo, tido como anacrônico após a vitória dos Aliados - que contou com a participação do Brasil - contra o nazifascismo na 2ª

---

<sup>5</sup> Exemplos do estilo populista podem ser encontrados em trechos como o destacado no discurso que Vargas realizou no dia 1º de maio de 1944 em São Paulo, durante comemoração do Dia do Trabalho: “(...) urge corrigir o desequilíbrio existente entre os que não encontram limites na exploração lucrativa dos meios de produção e os que labutam em permanente estado de necessidade, sem recursos para adquirir o indispensável à sobrevivência”. D'ARAUJO, 2011, p.483.

<sup>6</sup> SILVA, 1988, p.54.

Guerra Mundial. A deposição também foi considerada uma represália à aproximação de Getúlio com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) de Luiz Carlos Prestes, seu grande líder, o que foi interpretado como uma tentativa do então ditador em se manter no poder com o apoio de aliados mais à esquerda do espectro político<sup>7</sup>. A história se repetiria e a proximidade de João Goulart com a esquerda também seria explorada em sua queda 19 anos mais tarde.

Os militares não mais alinhados a Vargas, bem como jornalistas, profissionais liberais, empresários e outros desafetos políticos que o ex-presidente acumulou em 15 anos de governo provisório e ditatorial fundaram, em abril de 1945, a UDN (União Democrática Nacional), mais que um partido, uma verdadeira frente conservadora com ascendência oligárquica e perfil autoritário que repudiou o populismo varguista e encampou ideias da direita da época, como o combate à ameaça do comunismo – uma causa a que muitos militares eram devotos desde a Intentona Comunista<sup>8</sup> de 1935 –, além de advogar pelo livre acesso do capital financeiro e de empresas estrangeiras no Brasil (o que também dividiu os militares entre “internacionalistas”, favoráveis aos EUA, e “nacionalistas”, contrários à franca atuação de empresas estrangeiras no país).

Assumindo a bandeira do nacionalismo (“o petróleo é nosso”)<sup>9</sup> e tendo como base política o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)<sup>10</sup>, fundado em maio de 1945 e fortemente ligado aos sindicatos e à massa trabalhadora urbana, especialmente a atuante no funcionalismo público, Getúlio foi fustigado por uma dura campanha de oposição coordenada pela UDN já nas eleições e que se manteria firme durante seu governo. Então ministro do Trabalho e também presidente

<sup>7</sup> LIRA NETO, 2004, p.158.

<sup>8</sup> Em novembro de 1935 militares ligados ao PCB, sob liderança de Luiz Carlos Prestes e com apoio da União Soviética tentaram um fracassado golpe contra Vargas. O evento, conhecido como Intentona Comunista, ainda que tenha sido facilmente dominado pelo governo, foi considerado pela elite militar como um ato de profunda traição, gerando ressentimento e ódio contra tudo que fosse associado à “esquerda”. Alguns dos envolvidos sofreram graves sevícias nos interrogatórios comandados por Filinto Muller, chefe da polícia política de Vargas e futuro membro da Arena durante a ditadura militar, apontado por William Waack como “patrono da arma dos torturadores”, pois “a partir de então, nunca mais as autoridades brasileiras renunciaram à tortura como forma sistemática de reprimir movimentos políticos”, transformando-se numa “instituição, uma prática banal e corriqueira, parte da cultura brasileira”. WAACK, 1993, p.261.

<sup>9</sup> A criação da Petrobrás em 1953 e a instituição do monopólio estatal na exploração do petróleo brasileiro representou uma vitória pessoal de Vargas e também dos denominados “nacionalistas”, para insatisfação daqueles que, em grande parte integrantes ou alinhados à UDN, preferiam que a exploração do mineral ficasse a cargo de empresas americanas.

<sup>10</sup> Para Ângela de Castro Gomes, o PTB “era claramente a coroação de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizara muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupa aquela pasta. O PTB é criado para se constituir em mais um ponto de apoio para o candidato oficial do regime estado-novista, o general Eurico Gaspar Dutra, cujo nome fora lançado para enfrentar o também militar Eduardo Gomes, candidato das oposições liberais à ditadura de Vargas”. GOMES, 2002, p.42.

do PTB, João Goulart teve participação na escalada da crise de governabilidade que solapou os meses finais do segundo mandato de Getúlio Vargas quando se divulgou, em fevereiro de 1954, que Jango proporia aumento de 100% do salário mínimo, para irritação especialmente do empresariado.

Em resposta a esse fato e à denúncia alardeada pelo jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), udenista e inimigo declarado de Vargas, de que teria provas de uma suposta ligação de Goulart com o presidente argentino Juan Domingo Perón (1895-1974) na costura de um acordo para a transformação do Brasil e da Argentina em repúblicas “sindicalistas”<sup>11</sup>, foi divulgado o Manifesto dos Coronéis, com duras críticas ao governo, à insubordinação de certas categorias militares (marinheiros e sargentos) e ao propalado aumento do salário mínimo, pronunciamento que atesta, para Hélio Silva, o engajamento definitivo da cúpula das Forças Armadas na defesa de interesses elitistas em detrimento daqueles que seriam afeitos às camadas mais populares<sup>12</sup>.

Escrito por Golbery do Couto e Silva (1911-1987), veterano da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial, entusiasta da cultura militar americana, notório conspirador e principal ideólogo da doutrina da segurança nacional, em gestação na Escola Superior de Guerra e que seria o sustentáculo do regime militar a partir de 1964, o manifesto contribuiu para insuflar ainda mais os militares contrários a Vargas, que passaram a pregar sem medo o fim de seu governo através de sua deposição.

Mesmo com a demissão de Goulart do Ministério pelo presidente, a crise não abrandou, com outros eventos se sucedendo em sequência até que Vargas se valeu do suicídio, em agosto de 1954, para colocar fim às pressões que o atormentavam e saíram do controle após o atentado promovido contra Carlos Lacerda. Com seu gesto extremo, Getúlio tirou das mãos dos conspiradores a iniciativa golpista, mas apenas provisoriamente, como logo descobririam o ex-governador de Minas Gerais Juscelino Kubistchek de Oliveira (1902-1976) e o próprio João Goulart.

Com a morte de Vargas, o agrupamento de lideranças militares e civis que comandavam as forças reacionárias atuantes à época logo centrou seu fogo contra Juscelino Kubitschek, vencedor das

---

<sup>11</sup> Segundo Hélio Silva as notícias em referência a esses episódios foram amplificadas graças ao empenho pessoal de Carlos Lacerda em fustigar Vargas, especialmente na divulgação de um documento de autenticidade duvidosa, denominado Carta Brandi, com referências a um encontro de Goulart com Perón, ocorrido em Uruguaiana, mas que ao final não se comprovou. SILVA, 1988, p.56.

<sup>12</sup> Op. cit, p.56.

eleições de outubro de 1955 pelo PSD (Partido Social Democrático), fundado em julho de 1945 por ex-lideranças de perfil conservador, mas simpáticas a Vargas, que se coligou com o PTB de João Goulart (eleito vice) para derrotar Juarez Távora (1898-1975), candidato da dobradinha PDC/UDN, tarefa na qual foi apoiado por antigos militantes do PCB, partido declarado ilegal desde 1947 dentro do alinhamento promovido pelo governo (1946-1951) do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) com os Estados Unidos no seu esforço anticomunista<sup>13</sup>. Após uma tentativa fracassada da UDN em impugnar o resultado da eleição, JK apenas assumiu a presidência graças à coragem do Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott (1894-1984), que em novembro de 1955 aplicou um contragolpe e afastou o presidente interino Carlos Luz (1894-1961), alinhado com militares que não desejavam nem Juscelino nem Jango no poder.

Apesar da construção de Brasília e de suas aspirações progressistas, os anos finais do governo JK foram de crise econômica, escalada da inflação e denúncias de corrupção que corroeram o cacife eleitoral de Juscelino e o impediram de eleger o sucessor. Abusando do estilo populista, o ex-vereador e ex-prefeito paulistano e ex-governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros acabou eleito em outubro de 1960 com a promessa de “varrer a corrupção”, amparado por uma coligação capitaneada pela UDN que derrotou o marechal Lott, o candidato de JK. João Goulart, porém, foi novamente reeleito vice-presidente pelo PTB, já que a eleição para os cargos de presidente e vice eram independentes conforme previsto pela Constituição de 1946.

## **“A Revolução Democrática estava por dias”: o cerco se fecha contra Jango**

Após o curto e inconstante governo de Jânio Quadros, que renunciou em agosto de 1961 na esperança de reassumir nos braços do povo e sem limitação de poderes, mas terminou sendo vítima da ilusão em governar à revelia do Congresso, dos partidos e de seus próprios aliados, o Brasil se viu em nova crise de sucessão. As ligações do vice-presidente João Goulart com o “trabalhismo” e o “varguismo” e as de seus aliados com o socialismo de inspiração comunista, o tornavam um presidente inconveniente na opinião das lideranças

---

<sup>13</sup> FIGUEIREDO, 2005, p.63 e 54.

reacionárias que conspiravam desde a época de Getúlio e que advogavam a ideia de que Jango não deveria tomar posse.

Sob ameaça de verdadeira guerra civil entre seus apoiadores, com destaque para a “rede da legalidade” montada por Leonel Brizola (1922-2004), seu cunhado e então governador do Rio Grande do Sul, e detratores, militares ligados à ESG e lideranças da UDN, negociou-se a implantação do parlamentarismo<sup>14</sup> em setembro de 1961, sendo eleito primeiro-ministro o mineiro Tancredo Neves (1910-1985), ministro da Justiça no segundo mandato de Vargas. A tentativa de conter Goulart através do parlamentarismo durou até que a população decidiu, em plebiscito realizado em janeiro de 1963, que o Brasil deveria voltar a ser uma república presidencialista.

Sentindo-se fortalecido pela “devolução” de seus poderes presidenciais, faltou a João Goulart habilidade política para gerenciar seus aliados, que exigiam mudanças na Constituição e reformas no país com discursos cada vez mais radicalizados, e para neutralizar seus fortes opositores, instalados em alguns dos principais estados brasileiros, com destaque para os governadores da Guanabara (Carlos Lacerda), Minas Gerais (Magalhães Pinto) e de São Paulo (Ademar de Barros), além do Paraná (Nei Braga), Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti) e do Rio Grande do Norte (Aluísio Alves), nas Forças Armadas e no empresariado, unidos em um projeto de poder que passara do campo das ideias para a conspiração aberta, contando ainda com o respaldo dos EUA, moral e materialmente.

Pressionado pela esquerda, que clamava por reformas<sup>15</sup>, e pela direita, que exigia o fim da “infiltração comunista” em seu governo, João Goulart aceitou provocações, envolveu-se em polêmicas e desagradou a ambos os lados na tentativa de gerir essas forças, além de tomar medidas que foram exploradas por seus inimigos para aumentar as desconfianças sobre seu real comprometimento com a democracia, como o pedido de decretação de estado de sítio, que seria feito ao Congresso em outubro de 1963 e do qual recuou sob críticas de todo o

<sup>14</sup> Para Sahid Maluf a experiência parlamentarista “falhou por defeitos institucionais e falta de elemento humano para levá-la a bom termo. O presidente João Goulart continuou investido de poderes presidencialistas, manteve-se na chefia do Ministério e conservou, praticamente, o controle político e administrativo. Não se desvencilhou o Ministério da tutela presidencial nem se mostrou capaz de governar por sua autoridade própria”. MALUF, 1993, p.272.

<sup>15</sup> Sobre a participação do PTB nessa “pressão” imposta a João Goulart, Ângela de Castro Gomes informa que “ainda que se reconheça que não foi o crescente reformismo do PTB que respondeu pela grande radicalização política da época, alimentando temores de militares, empresários e também setores da população, é indiscutível que o partido teve um papel chave nesse cenário. Se muito dessa radicalização extrapolava o PTB, envolvendo outros partidos, frentes parlamentares e o movimento sindical, foi no PTB que encontrou seus maiores líderes, que pressionaram o presidente Jango tanto em prol da permanência como da ruptura da ordem legal”. GOMES, 2002, p.12.

espectro político da época, inclusive de seus próprios aliados<sup>16</sup>, além de insinuações de que desejava a reeleição, medida não autorizada pela Constituição de 1946.<sup>17</sup> Por contas dessas vacilações, a “revolução” de 1964 foi defendida durante anos por lideranças reacionárias como um “contragolpe” que impediu Jango de assumir o poder absoluto em prejuízo da democracia brasileira.

Se existia na oposição o receio de que Goulart fazia planos de se perpetuar no poder, o que realmente aglutinara as forças mais conservadoras do país foram questões que ameaçavam o bolso de setores da elite, como a Lei da Remessa de Lucros, aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado e regulamentada por decreto presidencial em janeiro de 1964. Se colocada em vigor, a legislação passaria a garantir outro tipo de controle sobre as empresas estrangeiras, o que mobilizara inclusive a articulação do embaixador americano Lincoln Gordon (1913-2009) junto ao governo, na tentativa de alterar a lei. Ela distinguia o capital estrangeiro propriamente dito, que entrava no país a qualquer tempo e dele poderia sair, para remeter lucros de até 10% ao seu país de origem, do capital nacional pertencente a estrangeiros, que crescera no Brasil com a ajuda dos bancos e pela exploração do mercado interno. Este último passava a ser considerado capital nacional pertencente a estrangeiros e não tinha direito de remeter lucros para o exterior, nem de retornar ao país de origem<sup>18</sup>.

Quando o comício pelas reformas de base aconteceu no Rio de Janeiro, na noite de 13 de março de 1964, o país já estava inflamado e o agressivo discurso<sup>19</sup> de Jango, que representou um esforço em angariar apoio popular para suas pretensões reformistas, também seria a comprovação da existência de um “governo em crise”, acuado por uma realidade de “declínio econômico” e descontentamento social, com inflação alta e escalada de greves<sup>20</sup>.

Em sua tentativa de se impor em um quadro político já instável, João Goulart, com uma fala permeada por referências a Getúlio (citado três vezes), terminou gerando ainda mais desconfiança quando

---

<sup>16</sup> SILVA, 1998, p. 104,105. Segundo o historiador, a tentativa de Goulart em obter a decretação do Estado de Sítio objetivava frear a pressão dos golpistas de direita, mas também a realizada pelas “esquerdas, sindicatos, a Frente Parlamentar Nacionalista e todas as organizações de massa”, o que gerava “desgaste para o governo” e críticas de líderes da direita (Magalhães Pinto), do centro (Juscelino) e da esquerda (Miguel Arraes e Leonel Brizola).

<sup>17</sup> GASPARI, 2002, p.49.

<sup>18</sup> RIBEIRO, 2012, p.291 e SKIDMORE, 1975, p.277.

<sup>19</sup> A íntegra do discurso pode ser conferida em <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>  
Acesso em 15/11/2013.

<sup>20</sup> GASPARI, 2002, p.48.

declarou possuir “autoridade para lutar pela reforma da atual Constituição, porque esta reforma é indispensável e porque seu objetivo único e exclusivo é abrir o caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo”. Essa pregação, se representava um estímulo aos que desejavam uma radicalização à esquerda, também era tudo o que seus inimigos queriam ouvir.

Demonstrando que pretendia passar das promessas à prática, Goulart assinou na ocasião decreto encampando refinarias particulares de petróleo, além de anunciar a apresentação de uma proposta de reforma agrária com desapropriações pagas com “títulos da dívida pública e a longo prazo”, o que exigia alterações na Constituição, além de prometer uma reforma eleitoral e outra universitária. A proposta de reforma agrária foi enviada por Jango ao Congresso Nacional no dia 15 de março e basicamente se dava com a inclusão, na Constituição, do princípio de que “a ninguém é lícito deixar a terra improdutiva por força do direito de propriedade”. A noção de “uso lícito” indicava quatro vezes a área efetivamente utilizada, voltando todo o restante ao domínio público como área de colonização disponível para novos assentamentos. Segundo Darcy Ribeiro (1922-1997), então chefe da Casa Civil,

dessa forma se poderiam dar ao trabalhador rural novas e amplíssimas áreas de assentamento nas regiões em que desejasse trabalhar, sem que o governo tivesse que pagá-la, previamente, ao preço da especulação.<sup>21</sup>

O Congresso, que já havia rejeitado o pagamento de desapropriações com títulos da dívida pública em 1962, não parecia muito animado em votar as propostas reformistas de João Goulart, conforme aponta o jornal Folha de São Paulo, direcionando críticas tanto aos supostos excessos de Jango na condução do processo como à letargia do Legislativo:

O que desejamos são reformas dentro da lei e da ordem. A atuação do presidente da República não parece conduzir a isso; a do Congresso parece conduzir a nada, isto é, à manutenção da situação atual sem as modificações que se impõem.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> RIBEIRO, 2012, p.294.

<sup>22</sup> Folha de São Paulo, Reformas e Congresso. 17/03/1964.

Jango, que ainda encontrou tempo em seu discurso na Central do Brasil para anunciar a regulamentação do preço dos aluguéis, foi ovacionado por aqueles que ansiavam por mais contundência do presidente no enfrentamento das questões sociais do país, mas despertou nos setores reacionários do país a “certeza” de que, com tantas medidas socializantes, o momento de abreviar seu governo e evitar a “comunização” do Brasil havia finalmente chegado, tornando irreversível um golpe que já estava em marcha e esperava apenas o momento certo para acontecer.

Para além do fogo cerrado da imprensa e da oposição, um vitorioso motim de marinheiros ligados à esquerda, em que a insubordinação e a quebra de hierarquia deram o tom, e outro virulento discurso de João Goulart, repisando os mesmos pontos de sua incendiária fala anterior, desta vez para sargentos reunidos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, na noite do dia 30 de março, enervaram em definitivo as forças conservadoras. Décadas depois os militares, no livro denominado “Orvil”, rememorariam esse estado de insatisfação com Jango:

Os que antes não aceitavam os desmandos do Governo passaram a agir. Os que ainda aguardavam, desiludiram-se e engrossaram as fileiras dos verdadeiros democratas. A Revolução Democrática estava por dias.<sup>23</sup>

Ex-ministro da Saúde no governo JK e membro da Academia Brasileira de Letras, Maurício de Medeiros (1885-1966), em artigo publicado no jornal O Globo de 31 de março de 1964, que ainda ecoava o discurso da Central do Brasil, resumiu o que na época pensavam do governo os setores mais reacionários da sociedade, naquilo que seriam as últimas horas de João Goulart no poder:

já agora não é mais possível disfarçar a tendência esquerdista do Governo, manifestada por atos e palavras, sob o pretexto de “reformas de base”. O Congresso Nacional é vilipendiado em

---

<sup>23</sup> ORVIL, p.89. Orvil (“livro”, ao contrário) foi uma iniciativa realizada pelos militares como resposta ao Projeto “Brasil: Nunca Mais”, coordenado pela Igreja Católica e que reuniu entidades de defesa dos direitos humanos na coleta de dados sobre a violência praticada pela ditadura. Segundo o jornal Folha de São Paulo (25/11/2012, p. A14), o livro foi elaborado por uma equipe do Centro de Informações do Exército (CIE) e concluído em 1985, mas sua publicação suspensa à época para evitar constrangimentos. Mantido em circulação restrita por muitos anos, Orvil tornou-se público através da internet ([http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf) acesso em 10/10/2013) e finalmente publicado em 2012. (Vide também <http://figueiredo.wordpress.com/2011/12/13/arquivo-de-reporter-1-o-livro-secreto-do-exercito/> acesso em 08/12/2013) As menções à obra neste artigo referem-se à versão obtida na internet.

praça pública, com a assistência do Presidente da República. A Constituição é ameaçada de substituição violenta, sob a forma de plebiscito. Criou-se uma atmosfera irrespirável, contra a qual a nação inicia sua reação com demonstrações públicas de defesa da Constituição e de nossa estrutura social.<sup>24</sup>

João Goulart, porém, ignorava ou subestimava posicionamentos como este, que vinham de meses, bem como as articulações cada vez mais ostensivas contra sua pessoa. Muitos de seus assessores também sofriam da mesma falta de percepção. Cada vez mais confiante no apoio de militares e lideranças que lhe seriam fiéis, e também na adesão popular às suas propostas, já havia declarado no comício da Central do Brasil que estava ciente do tamanho do desafio que esperava vencer, depositando na adesão popular às suas ideias a esperança de um apoio para seus intentos:

sei das reações que nos esperam, mas estou tranquilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e da sua unidade, e não faltará com seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.

Mas o apoio do povo não veio em socorro de Goulart quando o general Olympio Mourão Filho (1900-1972), rebelou-se em Juiz de Fora, Minas Gerais, na manhã de 31 de março, iniciando à revelia das lideranças golpistas concentradas no Rio de Janeiro e para surpresa de outros conspiradores espalhados pelo país um movimento que começou tímido e foi crescendo à medida que a desarticulação e indecisão dos apoiadores de Jango estimulou as adesões daqueles que colocariam fim ao seu governo.

O esforço dos conspiradores contra o governo triunfou na madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964 quando o Congresso Nacional, sob pressão dos militares que haviam se rebelado e com o apoio de muitos políticos, declarou a presidência vaga sob a alegação de que Jango havia fugido do país, ignorando o fato de que ele ainda estava em território brasileiro. Em 21 de novembro de 2013 o Congresso Nacional promoveu a anulação da sessão que depôs João

---

<sup>24</sup> O Globo, Dever dos Militares. 31/03/1964.

Goulart, reconhecendo a ilegalidade e a arbitrariedade promovida por seus pares na ocasião<sup>25</sup>. Jango não arregimentou forças para resistir; antes, preferiu reconhecer sua derrota evitando com esse gesto de desprendimento uma possível escalada de violência.

Recusando o apelo de qualquer reação inflamada, Goulart deixou o Brasil e rumou para o exílio no dia 4 de abril de 1964. Ele somente retornaria ao país depois de morto, em 1976. Rumores que colocam como suspeito o infarto sofrido quando ainda estava exilado na Argentina motivaram a exumação de seus restos mortais, em dezembro de 2013, para novos exames que poderão esclarecer se Goulart faleceu de causas naturais ou foi vítima de assassinato.

Com o ocaso político de João Goulart tinha início um governo autoproclamado como saneador e moralizante, que prometeu uma transição para a democracia, mas que se transformou em mais uma ditadura latino-americana de longos 21 anos permeados por censura, perseguições, torturas, corrupção, obras faraônicas e uma forte intervenção do Estado na economia e na sociedade como um todo. Apesar da truculência e desmandos comuns a qualquer regime de exceção, a ditadura militar brasileira se preocupou desde seu início em revestir de legalidade sua atuação, desde o âmbito constitucional (e mesmo acima da Constituição) até a legislação ordinária.

Ainda durante o regime, as contestações da sociedade, a pressão de grupos de oposição e a própria decadência do aparato dirigente fizeram com que parte do arcabouço jurídico repressivo fosse abrandado, mas mesmo com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1998 não se conseguiu eliminar por completo a herança desses anos autoritários, especialmente pela falta de punições efetivas aos que cometeram graves violações aos direitos humanos no período entre a queda de João Goulart, em 1964, e a posse de José Sarney, em 1985.

## **“Uma autêntica revolução”: consenso e força na busca pela legitimação do golpe**

O primeiro dos dezessete Atos Institucionais (AI) que seriam editados pelo novo regime foi promulgado em 9 de abril de 1964 sob assinatura do general Arthur da Costa e Silva (Exército), do te-

---

<sup>25</sup> Folha de São Paulo, Congresso anula ato que destituiu Jango. 21/11/2013.

nente-brigadeiro Francisco Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e do vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha), membros do Conselho Supremo da Revolução. O Ato resultou dos trabalhos desenvolvidos em paralelo pelos juristas Francisco Campos (1891-1968) e Carlos Medeiros Silva (1907-1983) e por uma comissão suprapartidária de deputados federais integrada por Pedro Aleixo (1901-1975), Bilac Pinto (1908-1985), João Agripino (1914-1988), da UDN, Arnaldo Cerdeira (1906-1979), pelo PSP, e Ulysses Guimarães (1916-1992), do PSD<sup>26</sup>.

Sem querer aguardar o julgamento da história, a mobilização que derrubou João Goulart imediatamente se autoproclamou no AI n.º 1 como “revolucionária” e, para enfatizar esse posicionamento, a certidão de nascimento da ditadura utilizou um tom professoral para esclarecer ao país o que acontecia naquela ocasião:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

Do trecho acima reproduzido merecem destaque duas passagens em especial: a primeira, que destaca o suposto apoio da “opinião pública” ao movimento que culminou na derrubada de João Goulart, e a segunda, que concluiu justamente pelo caráter “revolucionário” da medida. Nesses elementos se concentraram os principais esforços golpistas para revestir suas ações de legitimidade, item indispensável no convencimento da sociedade brasileira e do restante do mundo de que a tomada do poder deflagrada em 31 de março de 1964 não foi um mero ato de violência contra as instituições democráticas, mas sim o atendimento de um designio superior desejado pelo povo.

Ao se apresentarem como defensores da moral e dos interesses nacionais e como combatentes da corrupção e do comunismo, os militares e demais conspiradores civis buscaram vincular o movimento à existência de um consenso na população contra a “ameaça vermelha” representada por Goulart e seus aliados. A insistência em vincular essa suposta adesão popular aos ideais da revolução seria

---

<sup>26</sup> Folha de São Paulo, Três Fases. 10/04/1964.

indispensável para sustentar as pretensões do regime, pois “a legitimidade do governo está em haver sido ele estabelecido de conformidade com a opinião predominante na sociedade a quem cabe o poder, ou como se confere o poder (consensus)”<sup>27</sup>.

Se o golpe foi justificado como o atendimento de um anseio do povo, este deveria ser tutelado nas suas vontades e protegido contra o que lhe ameaçasse, tarefa que somente os militares poderiam exercer, já que se consideravam melhor preparados moral e tecnicamente para o exercício dessa verdadeira função paternal:

A ditadura militar potencializava esta idéia de proteção, de tutela. Ao se debater em torno da sedimentação de uma relação de tutoração, o grupo de poder se empenhava em diluir completamente os efeitos de sua política altamente repressora. Através da idéia de que os militares estavam protegendo a população dos males (o comunismo, por exemplo) que a rondava, buscava-se convencê-la de que ela devia a eles uma irrestrita obediência.<sup>28</sup>

O segundo elemento destacado do trecho acima do AI n.º 1, justamente o que tratava da ruptura institucional pela via revolucionária, também não foi um mero recurso literário, assumindo relevância jurídica e contribuindo para legitimar o golpe ao ser utilizado como justificativa da ação contra um presidente que supostamente desejava implantar o “bolchevismo” no Brasil, sistema que não seria o desejado pelo povo.

Buscando o conceito de “revolução” na doutrina jurídica contemporânea ao regime, encontramos naquele a definição de uma medida extremada, onde a própria lei vigente deve ser contestada se ameaçar a liberdade, pois

mudar de organização política em função da ideia adotada implica faculdade de insurgir-se pelos meios que as circunstâncias fizeram necessários, contra a Constituição vigente. O direito de revolução, como o de resistência, é o derradeiro recurso da liberdade, que só ela o pode justificar como emprego da força contra a lei positiva.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> FERREIRA FILHO, 1973, p.31.

<sup>28</sup> REZENDE, 2001, p.361.

<sup>29</sup> FERREIRA FILHO, 1973, p.33.

Se a ditadura militar se divorciou da opinião pública ao escancarar posteriormente sua faceta violenta, também traiu qualquer pretensão revolucionária quando, sob a justificativa de impedir a implantação do comunismo no Brasil – uma ideologia que se mostrou opressiva e autoritária onde logrou ser implantada – se converteu ela própria em um instrumento de opressão e de cerceamento da liberdade, inclusive a de opinião.

Nesse sentido, o golpe militar brasileiro possui grandes semelhanças com a Revolução Cubana, um exemplo daquilo que mais procurou combater. Ainda que a tomada do poder por Fidel Castro em seu país tenha sido guiada por uma ideologia radicalmente oposta a dos governantes anteriores, e que o grau de dominação e opressão imposto à população cubana seja até hoje infinitamente maior ao sofrido pelos brasileiros entre os anos 60 e 80, subsiste entre ambas, porém, uma identificação em comum: sob o pretexto de livrar o povo de uma ditadura, optou-se por outra.

Se o engajamento no combate a quem tiraniza a liberdade é um elemento essencial no conceito de “revolução”, o que se verificou no Brasil de 1964, na realidade, foi a tomada do poder por um grupo que conspirou em proveito próprio contra um presidente que, a despeito de suas contradições, falta de habilidade política e discursos contundentes que serviram de desculpa para a ação de seus adversários, exercia suas atribuições constitucionais de forma legítima e não desencadeou nenhuma atitude violenta contra pessoas ou instituições para impor sua vontade, mesmo depois de deposto. Como diria o jornalista Carlos Heitor Cony, se João Goulart “fizera o impossível para se manter no poder, não faria o absurdo”.<sup>30</sup>

Ainda que as simpatias pela atuação dos golpistas e para com o novo governo inicialmente fossem de grande monta, em pouco tempo a opinião pública se desencantaria com o desvirtuamento das intenções do regime, convertendo-se em ameaça aos militares instalados no poder e fazendo com que os dirigentes desistissem de buscar o consenso, optando pela clássica intimidação comum aos regimes ditatoriais, com emprego de censura, violência e mesmo eliminação física dos descontentes ou opositores.

---

<sup>30</sup> Folha de São Paulo, 1964 – O último dia de Jango. 29/12/2013.

## **“Minoria dentre o povo”: quem fez a “revolução” de 1964?**

Em qualquer evento revolucionário, seja ele com objetivos democráticos ou autoritários, talvez o único elemento em comum a ambas as espécies seja a presença daquele que Manoel Gonçalves Ferreira Filho chamou de “agente do Poder Constituinte originário”, considerado como

aquele homem, ou mais provavelmente, aquele grupo de homens, minoria dentre o povo que, sendo portador ou restaurador de uma ideia de organização política, a partir desta estabelece a constituição do Estado. Manifesta-se, portanto, o Poder Constituinte originário, sempre que um grupo, a serviço de uma ideia de organização política, logra impor-se, estabelecendo nova Constituição.<sup>31</sup>

Antes de discutirmos com mais detalhes o que é “poder Constituinte originário” e qual sua relação com o golpe de 1964, perguntemos: no caso do Brasil, quem foi essa supostamente revolucionária “minoria dentre o povo”? Quem ela representou, e quais eram seus interesses ao derrubar ou ao menos aclamar a deposição de João Goulart?

Ainda que seja correto afirmar que muitos setores da sociedade apoiaram a iniciativa do golpe, de grandes parcelas da classe média a entidades que no futuro assumiriam a linha de frente das contestações ao regime, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil<sup>32</sup>, consolidou-se com o passar do tempo o entendimento de que o golpe foi resultado de uma bem sucedida articulação entre militares e civis, principalmente através de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e em iniciativas como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que buscava arremessar donas de casa na campanha contra o comunismo.

Por trás dessas entidades estava o que o cientista político e historiador uruguaio René Armand Dreifuss (1945-2003), com base

<sup>31</sup> FERREIRA FILHO, 1973, p.32.

<sup>32</sup> A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apoiaram o golpe quando de sua realização, conforme ROLLEMBERG, 2010, p.103. Para o caso da OAB, vide História da Ordem dos Advogados do Brasil, v. 7, 2003, p.51.

nas ideias do cientista político italiano Antonio Gramsci (1891-1937) denominou de “elite orgânica”, composta essencialmente por empresários, militares e altos funcionários públicos com determinação e influência suficientes para organizar e conduzir a sociedade, representando uma

força social, cônica de que seus próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados.<sup>33</sup>

Coeso nas mesmas aspirações econômicas, esse grupo também se alinhou quanto aos seus objetivos políticos, com prevalência para um indisfarçável repúdio ao populismo e ao comunismo. Depois de tentativas frustradas de golpear Getúlio e Juscelino, voltou à carga contra João Goulart. Para o sucesso da conspiração, agora apoiada também pelo governo e empresariado americano, a atuação do IBAD e do IPES seriam determinantes.

O IBAD, criado em 1959, era constituído de empresários que gravitavam inicialmente em torno da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e da Câmara Americana de Comércio, alcançando logo depois seus pares em São Paulo. Com ligações com a CIA (Central Intelligence Agency) e empresários dos EUA, o IBAD financiou campanhas de adversários de Goulart nas eleições estaduais de 1962 e fez ostensiva propaganda anticomunista até ser investigada por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e dissolvido por determinação judicial em 1963.

Com destacada atuação nesta CPI, o então deputado federal pelo PTB Rubens Paiva ficou marcado por sua posição contrária aos conspiradores, perdendo seu mandato em 1964 no primeiro dos Atos Institucionais. Com um passado de confronto com os golpistas e “suspeito” de buscar indícios de superfaturamento na construção da ponte Rio-Niterói, Paiva engrossou em 1971 a lista de opositores que o regime assassinou. Seu corpo até hoje não foi localizado e devolvido à família<sup>34</sup>.

Fundado em novembro de 1961, o IPES também congregava

<sup>33</sup> DREIFUSS, 1981, p.161.

<sup>34</sup> Direito à Memória e à Verdade, 2007, p.143.

grandes empresários do eixo Rio-São Paulo unidos por um “posicionamento anticomunista e a ambição de readequar e reformular o Estado”, onde, para se alcançar uma “liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática”, coordenou uma dissimulada “campanha política, ideológica e militar” em oposição “ao governo e à esquerda trabalhista”<sup>35</sup>.

Enquanto esteve operante, o denominado complexo IBAD/IPES promoveu campanhas para conscientizar a classe empresarial da ameaça representada por Goulart, valendo-se mesmo de intimidação para alcançar seus fins<sup>36</sup>. Essas entidades também arrecadaram recursos e desenvolveram iniciativas de guerra psicológica e desestabilização do regime, tudo em estreita sintonia com o governo dos Estados Unidos e centenas de empresas americanas e estrangeiras, que ajudaram a financiar tais medidas.

Insatisfeito com o perfil pró-esquerda de João Goulart, não só pelo apoio do presidente a medidas que contrariavam interesses econômicos estrangeiros, mas também pela recusa do Brasil em aderir às sanções propostas pelos EUA contra Cuba, o governo norte-americano acompanhou passo a passo a caminhada rumo ao golpe, estabeleceu contatos diretos com os conspiradores, com clara preferência para os “moderados” reunidos em torno de Castello Branco e, por fim, esquematizou a Operação Brother Sam para garantir o fornecimento a esse grupo de armas, munições e combustível na hipótese de Jango resistir ao golpe<sup>37</sup>.

A imprensa também prestou grande colaboração nessa empreitada, pois um grande número de significativos representantes do setor esteve irmanado dos mesmos objetivos dos golpistas, como reconheceram posteriormente os próprios militares ao identificarem os principais órgãos de comunicação que “defenderam” a democracia contribuindo para a queda de João Goulart e possibilitaram com isso a instalação e a manutenção da ditadura militar:

Essas empresas, além de acolher o material preparado pelas organizações empenhadas na defesa do regime, tinham suas próprias campanhas editoriais. Destacaram-se nesse mister a então poderosa rede de jornais, revistas, rádio e televisão dos

<sup>35</sup> DREIFUSS, 1981, p.163.

<sup>36</sup> Op.cit.p.167, 169.

<sup>37</sup> Veja, O olho dos EUA no golpe de 64. Ed. 1848, 07/04/2004, p.48.

'Diários Associados', 'O Estado de S. Paulo', 'Jornal da Tarde' e Rádio Eldorado, do Grupo Mesquita. Ainda em São Paulo, participavam normalmente das campanhas as TV Record e Paulista e o 'Correio Paulistano'. De grande importância era a participação do jornal 'Notícias Populares', de propriedade do Deputado Herbert Levy, diário militante com grande penetração nas classes trabalhadoras. No Rio de Janeiro, exercia influência semelhante 'A Tribuna da Imprensa', então um jornal antipopulista e 'A Noite'. Também ali participavam os grandes jornais, como 'O Globo' e o 'Jornal do Brasil'. No Rio Grande do Sul, estavam integrados nesse mesmo objetivo os jornais e emissoras da empresa Caldas Junior, o mais importante complexo do setor de mídia do sul do País.<sup>38</sup>

Fazendo a ponte entre o IPES e os militares, principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra, surgia novamente o nome de Golbery do Couto e Silva. Atuando discretamente nos governos JK e Jânio Quadros, quando começou a dar sentido prático à Doutrina de Segurança Nacional ao montar as primeiras peças de sua máquina de inteligência, que anos depois daria origem ao SNI (Serviço Nacional de Informações), Golbery deixou as cercanias do poder em 1961 por ter se envolvido na fracassada tentativa de impedir a posse de João Goulart, mas foi contratado em fins do mesmo ano para exercer a preparação estratégica e a coordenação geral das operações militares e de informação do IPES. Golbery do Couto e Silva dedicou-se em tempo integral à missão de "neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas", congregando nesse esforço membros das Forças Armadas de perfis diversos, dos mais moderados aos mais extremistas, além de empresários e políticos de direita, levando-o a desempenhar um "papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart como coordenador da articulação encoberta entre os vários líderes do movimento"<sup>39</sup>.

Fruto de manipulação pelos organizadores do golpe, a participação popular durante a vitoriosa campanha contra Goulart não teve a espontaneidade necessária para que fosse possível considerá-la como a exteriorização de um anseio legítimo dos brasileiros.

---

<sup>38</sup> Orvil, p.103.

<sup>39</sup> DREIFUSS, 1981, p.362 e 363.

Se muita gente comemorou a queda de João Goulart com abraços efusivos e papel picado jogado do alto de edifícios, os sorrisos estampados por dois dos principais articuladores do golpe, os governadores Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais) nas capas das revistas da época, Manchete e O Cruzeiro respectivamente, não escondem quem foram os principais interessados na ruptura da normalidade democrática brasileira em 1964.

## **“A forma mais radical do Poder Constituinte”: a “revolução” soberana**

Se para os defensores do novo regime o discurso de reorganização e moralização do Brasil que o acompanhava era absolutamente coerente com a idealização que se fazia da queda de Jango como etapa inaugural de uma nova era que começava para o país, seu teor extravasou da propaganda para assumir relevância jurídica quando a figura da “revolução” foi apresentada pelo AI n.º 1 como exemplo “expressivo” de exercício do poder constituinte:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.

Fonte da legitimação jurídica que a ditadura militar brasileira sempre buscou durante sua existência, o trecho acima representou o sofisticado esforço de um regime que se instalava pela força, mas que procurou justificar sua violência contra as instituições amparado em fundamentos constitucionais. O golpe, que apareceu do governo um desafeto dos conspiradores, que terminaram substituindo-o, poderia muito bem ser classificado como apenas mais uma “quartelada” latino-americana, a exemplo de tantas outras em que militares participaram da tomada (violenta ou não) do poder, o que de fato ocorreu no Brasil.

Porém, repudiando comparações com outros golpes militares perpetrados à época como os ocorridos em El Salvador (1960), República Dominicana (1962), Equador (1963) e Bolívia (1964), os golpistas brasileiros se apressaram em enfatizar no AI n.º 1 que o movimento “revolucionário” testemunhado pelo Brasil representava

uma vocação maior, pois a “revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.”

Entretanto, ao alegar a ocorrência de uma “revolução” e não de um golpe, o regime militar brasileiro avocou para si a legitimidade que somente o *poder constituinte originário* poderia lhe conferir, buscando, portanto, o “reconhecimento de um poder capaz de estabelecer as regras constitucionais, diverso do de estabelecer regras segundo a Constituição”<sup>40</sup>. Como obviamente a Constituição então vigente não autorizava o abreviamento do mandato de João Goulart da maneira como se verificou, mesmo porque o então presidente nenhuma ilegalidade havia cometido durante seu governo, somente um *poder constituinte* fruto de uma “revolução” poderia atender o fim pretendido pelos militares, conforme salientou o texto do AI n.º 1:

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País.

Esse *poder constituinte*, de “fato” e não de “direito”<sup>41</sup> se inserido dentro de uma visão positivista mais tradicional, pois não derivava de nenhuma lei precedente nem se limitava ou se vinculava a qualquer regra escrita pré-existente, é conceituado como “originário” quando “edita Constituição nova substituindo constituição anterior ou dando organização a novo Estado”<sup>42</sup>. Sendo um poder político do qual deriva um poder *jurídico* cujo instrumento máximo seria uma nova Constituição adequando o Estado à nova realidade revolucionária, o *poder constituinte originário* congrega as seguintes características:

<sup>40</sup> FERREIRA FILHO, 1973, p.30.

<sup>41</sup> Os doutrinadores discutem o poder constituinte sob a perspectiva do direito natural (regras não escritas anteriores à existência do Estado) e do direito positivo (leis escritas promulgadas pelo Estado). Nesse sentido, para Ferreira Filho, “para quem entender que o direito só é direito quando positivo, a resposta é que o Poder Constituinte é um poder de fato, no sentido de que se funda a si próprio, não se baseando em regra jurídica anterior. Para os que admitem a existência de um direito anterior ao direito positivo, a solução é que o Poder Constituinte é um poder de direito, fundado num poder natural de organizar a vida social de que disporia o homem por ser livre”. Op. cit., p.31.

<sup>42</sup> FERREIRA FILHO, Op e loc cit.

- a) inicial: inaugura uma nova ordem jurídica, revogando a Constituição anterior e os dispositivos infraconstitucionais anteriormente produzidos e incompatíveis com ela;
- b) autônomo: só ao seu exercente cabe determinar quais os termos em que a nova Constituição será estruturada;
- c) ilimitado: não se reportando à ordem jurídica anterior, compõe novo arcabouço jurídico, sem limites para a criação de sua obra;
- d) incondicionado: não se submete a nenhum processo predeterminado para sua elaboração.<sup>43</sup>

Esses elementos seriam reiterados pelos militares na organização do país pós-1964 e estão presentes por todo o AI n.º 1, conforme trechos já citados acima, em especial na seguinte passagem:

Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.

Ainda que se considere a queda de João Goulart em 1964 como o resultado de uma “revolução”, pois presentes algumas das características atribuídas ao *poder constituinte originário*, com o passar dos anos consolidou-se o entendimento de que essa “revolução”, que prometeu trabalhar no “interesse” e pela “vontade” do povo, foi na verdade uma conspiração golpista composta por atores movidos por interesses pessoais, financeiros ou corporativos e que, ao assumir o poder,

expurgou o aparato estatal dos partidários do governo anterior, organizou uma caça às bruxas a supostos comunistas na sociedade e instaurou

---

<sup>43</sup> ARAÚJO e NUNES JUNIOR, 1998, p. 9. Ainda no campo das características do poder constituinte originário, para Walter Claudius Rothenburg, citando o jurista português J. J. Canotilho, aquele pode ser “extraordinário”, pois “manifesta-se em toda a sua expressão apenas em momentos destacados, de ruptura ou “viragem” histórica”. ROTHENBURG, 2010, p. 71. Gilberto Bercovici destaca também que o poder constituinte “é considerado hoje como uma concepção sem sentido, ultrapassada ou em crise”, pois “na atualidade, as Constituições deixaram de ser entendidas como obra do povo para se transformarem em criaturas de poderes misteriosos, metafísicos até.” BERCOVICI, 2007, p.272.

uma ditadura, que se tornaria cada vez mais repressiva nos cinco anos seguintes.<sup>44</sup>

Se não por seus fins inaugurais, a “revolução” se traiu em seus meios de manutenção do poder.

Já em 1970, no auge da repressão do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o jurista Pontes de Miranda expressava corajosa e fundamentada opinião denunciando o engodo do movimento que instaurou a ditadura militar, ao dizer que,

quanto à ‘revolução’ de 1964, foi apenas um golpe. O elemento revolucionário, que procurara o poder, foi, em grande parte, posto de lado, para que se implantasse, com contribuição de algumas influências inconfessáveis, a ditadura<sup>45</sup>.

## **“O inimigo nacional agora era interno”: a Segurança Nacional como sustentáculo**

O direito à “revolução” exercido pelos militares para fundamentar a derrubada de João Goulart, considerado uma grande ameaça à democracia, foi posteriormente negado aos opositores da ditadura em nome da “segurança nacional”, construção que subjogou qualquer centelha de dissidência amarrando os interesses da nação às determinações dos presidentes da República, estes, por sua vez, considerados como “delegados” da “revolução permanente” iniciada em 1964 e desde então em pleno movimento.

O desenvolvimento e implantação da Doutrina da Segurança Nacional e a eficiência com que penetrou na estrutura política e jurídica do país fez com que a ditadura militar brasileira fosse considerada “protótipo para um novo tipo de autoritarismo na América Latina”<sup>46</sup>, pois para o cientista político Anthony Pereira seu padrão foi replicado em maior ou menor grau nos golpes perpetrados no Chile (1973), na Argentina (1966 e 1976) e no Uruguai (1973), os países mais desenvolvidos da região.

<sup>44</sup> PEREIRA, 2010, p.51.

<sup>45</sup> MIRANDA, 1970, p.37.

<sup>46</sup> PEREIRA, 2010, p.51.

Alinhados com os Estados Unidos, todos tiveram ainda como traço comum com o Brasil a preocupação com a legalidade institucional de seus regimes e a obsessão pela segurança nacional, fundamento para o combate a qualquer voz que lhe fosse contrária, valendo-se tanto de instrumentos jurídicos como de terrorismo de Estado para intimidar ou eliminar adversários, quase sempre associados ao comunismo.<sup>47</sup>

O “sucesso” da experiência brasileira e as afinidades culturais em comum no trato dos adversários conduziram à formação da Operação Condor, iniciativa multinacional que reuniu os países do Cone Sul na troca de informações sobre subversivos e na realização de operações conjuntas contra adversários dos regimes autoritários da região.

A preocupação em enquadrar opositores ideológicos do governo brasileiro sob os rigores de uma lei escrita sob medida para esse fim não foi uma inovação da ditadura militar de 1964. Ela surgiu em realidade no curto hiato compreendido entre a Constituição de 1934, que prometia a democratização do país e buscava atender aos reclamos de quem achava que o governo provisório de Getúlio Vargas (iniciado em 1930) já durava tempo demais, e a implantação da ditadura do Estado Novo (1937). Chamada à época de “Lei Monstro”, a Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935 criminalizava práticas atentatórias contra a ordem política e social e representou, para Lira Neto, a devolução à Vargas de “boa parte dos poderes discricionários que a reconstitucionalização lhe arrebatara”<sup>48</sup>.

Se a Constituição de 1934 havia se esforçado para limitar o excesso de poder de Getúlio, a Lei de Segurança Nacional de 1935, especialmente após a criação do Tribunal de Segurança Nacional em 1936, pairou sobre o maior diploma legal brasileiro a exemplo do Ato Institucional n.º 1 que, em 1964, rebaixou a Constituição de 1946, e do AI n.º 5 que, em 1968, obrigou a Constituição de 1967 a se adequar ao seu conteúdo de exceção. No afã de perseguir seus opositores, Vargas desenvolveu um sistema ancorado na severa aplicação da Lei da Segurança Nacional, em prisões e em torturas, fórmula que seria repetida com os militares depois da deposição de João Goulart.

Se a lei (repaginada em 1953) já era conhecida dos brasileiros - especialmente pelos opositores do governo - desde a década de 1930, a doutrina da Segurança Nacional que fundamentaria a atuação da ditadura militar seria desenvolvida a partir do final da década

<sup>47</sup> PEREIRA, 2010, p.53.

<sup>48</sup> LIRA NETO, 2013, p.205.

de 1940 na Escola Superior de Guerra (ESG), uma iniciativa que contou com suporte teórico e técnico americano e que reuniu basicamente os militares mais alinhados com os Estados Unidos.

O principal idealizador dessa doutrina, que propunha a “suspensão das garantias constitucionais, a limitação das liberdades individuais, a introdução da censura aos meios de comunicação e a repressão total aos que se opunham por meio de atividades clandestinas”<sup>49</sup> era Golbery do Couto e Silva, o mesmo militar que desde os anos 50 sempre esteve ligado a conspirações contra governos considerados “populistas”. Além de ter visitado instituição similar nos EUA, Golbery se debruçou sobre o tema escrevendo livros e artigos de grande repercussão junto às Forças Armadas brasileiras, especialmente da parte daqueles que também enxergavam no comunismo o grande inimigo a ser derrotado.

Apesar do comunismo ser associado principalmente à União Soviética, a disputa que aquele movia contra o capitalismo – liderado pelos EUA, não seria mais travada com exércitos identificados por cores e bandeiras dos países envolvidos. Em um novo tipo de luta, onde ações armadas ostensivas seriam minoritárias; entendia-se que as ideologias procurariam adentrar ao campo adversário com ideias, não com armas, e não com batalhões, mas sim de forma dissimulada, com “voluntários” de várias nações e mesmo do território a ser invadido.

Escaldada com a participação russa na Intentona de 1935, consciente da existência de líderes e militantes comunistas no país e alinhada com os interesses americanos, a elite militar brasileira encampou a Doutrina da Segurança Nacional, que

se assentava na tese de que o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno. Não se tratava mais de preparar o Brasil para uma guerra tradicional, de um Estado contra outro. O inimigo poderia estar em qualquer parte, dentro do próprio país, ser um nacional. Para enfrentar esse novo desafio, era urgente estruturar um novo aparato repressivo. Diferentes conceituações de guerra – guerra psicológica adversa, guerra interna, guerra subversiva – foram utilizadas para a submissão dos presos políticos a julgamentos pela Justiça Militar.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Direito à Memória e à Verdade, 2007, p.22.

<sup>50</sup> Op. e loc. cit.

Coincidindo com a fase final do governo de Castello Branco, em que o endurecimento do regime em detrimento da normalização democrática se tornava evidente, o Decreto-Lei n.º 314, de 13 de março de 1967, tirou a Doutrina da Segurança Nacional de suas bases exclusivamente teóricas para projetá-la no ordenamento jurídico brasileiro. De saída, transformava, em seu art. 1º, todos os brasileiros em seus fiadores, ao enfatizar que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional”, apresentando esta como “garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos” (art. 2º), no que compreendia “essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva” (art. 3º, *caput*).

Nos parágrafos do art. 3º da Lei de Segurança Nacional de 1967 encontramos um pequeno dicionário de termos que seriam utilizados pelas autoridades da ditadura: segurança interna: “integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país”; guerra psicológica adversa:

emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais;

guerra revolucionária: “conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”.

Se os conceitos da lei eram abrangentes, podendo por isso mesmo alcançar qualquer conduta contrária ao governo, mesmo porque, de acordo com seu art. 4º, a Justiça deveria “inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores”, preferiu o regime não confiar apenas em concepções doutrinárias, listando para tanto quase quarenta crimes em que poderiam ser enquadrados aqueles que ameaçassem a Segurança Nacional do país, da tentativa de por em perigo a independência do Brasil (punível com reclusão de 5 a 20 anos) à destruição ou ultraje da bandeira ou símbolos nacionais (detenção de 1 a 3 anos), dentre outros crimes que,

por palavras ou atos, violentos ou não, implicassem na tentativa ou efetivação de práticas subversivas das mais variadas, como invasão ao território nacional, desmembramento deste para a criação de novo país, sabotagem, espionagem, promoção de greves, desobediência coletiva às leis, divulgação de notícias deturpadas contra o governo, manter organização de tipo militar com finalidade combativa etc.

A ditadura promoveria ainda mais três leis de Segurança Nacional, uma na fase de chumbo do regime (Decreto-Lei n.º 898, de 29/09/1969), com previsão inclusive de pena de morte para diversos crimes. Os militantes Theodomiro Romeiro dos Santos, Ariston de Oliveira de Souza e Diógenes Sobroza de Souza chegaram a ser condenados à pena capital por homicídios praticados contra militares durante a luta armada, mas as punições foram convertidas posteriormente para prisão perpétua e, por último, para 30 anos de cadeia, até que conseguissem os benefícios da anistia<sup>51</sup>. Mais brandas que os diplomas anteriores, a Lei federal n.º 6.620, de 17/12/1978, foi promulgada durante os últimos meses do governo Geisel (1978) e, por fim, tivemos a Lei federal n.º 7.170, de 14/12/1983, ainda em vigor.

Pouco antes da edição da primeira Lei de Segurança Nacional, o Decreto-Lei n.º 200, de 25/02/1967, que disciplinou a organização da administração federal, estabeleceu em seu Título VIII (Da Segurança Nacional), a existência de dois órgãos umbilicalmente ligados ao tema: o Conselho de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informações. A origem remota de ambos é apontada como sendo o Conselho de Defesa Nacional, criado em 1927 durante o governo de Washington Luis e considerado como o primeiro órgão de inteligência do país<sup>52</sup>. Denominado de Conselho Superior de Segurança Nacional em 1934, foi renomeado como Conselho de Segurança Nacional pela Constituição do Estado Novo em 1937.

O Conselho de Segurança Nacional da ditadura militar seria tratado no art. 40 e seguintes do Decreto-Lei n.º 200, com alterações trazidas pelos Decretos-Lei n.º 900 de 1969 e 1.093, de 1970, além de outros decretos desta mesma década. Composto pelo próprio presidente do Brasil e seu vice, bem como demais ministros, chefes dos Gabinetes Civil e Militar, chefe do Serviço Nacional de Informações, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os chefes dos Estados-Maiores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, foi conceituado como o “órgão de mais

<sup>51</sup> Espaço Vital, A vitória do juiz contra a ditadura. 19/04/2011.

<sup>52</sup> FIGUEIREDO, 2005, p.37.

alto nível no assessoramento direto do Presidente da República no que interessava à Política de Segurança Nacional”, incluindo sua *formulação* (mediante o estabelecimento de um “Conceito Estratégico Nacional” não explicado pela lei) e execução (“apreciando os problemas que lhe forem propostos no quadro da conjuntura nacional ou internacional”).

Ainda no exercício de suas atribuições o Conselho de Segurança Nacional tinha à disposição uma Secretaria-Geral, funcionando como “órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional”, no que poderia contar com a “colaboração de órgãos complementares, necessários ao cumprimento de sua finalidade constitucional”. Além da faculdade de designar integrantes individuais, o Presidente poderia consultar cada um de seus membros em “expediente remetido por intermédio da Secretaria-Geral”. Dois de seus secretários-gerais, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, chegariam à presidência da República.

O Conselho de Segurança Nacional, além de referendar decisões vitais para a efetivação da ditadura, como a que aprovou o AI n.º 5 em 13 de dezembro de 1968, teve destacada participação nos processos de cassações de direitos políticos durante todo o regime militar.

Na composição do Conselho de Segurança Nacional, além do presidente e outras autoridades ministeriais relacionadas acima, merece especial destaque a presença do chefe do SNI, o Serviço Nacional de Informações, organismo também previsto pelo Decreto-Lei n.º 200 mas criado anteriormente pela Lei federal n.º 4.341, de 13 de junho de 1964. Mais um fruto da mente conspiradora de Golbery do Couto e Silva, sua obra seria chamada anos depois de “monstro”, não pela oposição enraivecida, mas sim por seu próprio criador, dada a abrangência com que penetrou na vida pública e privada do Brasil.

O SNI teve como antecessor imediato o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), criado em 1946, mas que seria aparelhado apenas no governo JK, tendo como alvos desde sempre subversivos, comunistas ou qualquer um que fosse colocado como ameaça aos interesses governamentais. Funcionando sob o espírito da Guerra Fria, mas com reduzida estrutura, o serviço secreto brasileiro seria revigorado exponencialmente durante a ditadura militar. Vinculado à presidência da República e incumbido de lidar com “assuntos atinentes à Segurança Nacional” e em “proveito do Conselho de Segurança Nacional”, o SNI, nos termos do art. 2º da Lei federal n.º 4.341/64, tinha por missão “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”.

Com acesso direto ao presidente, o SNI, de acordo com o art. 3º da lei que o criou, deveria ainda “orientar e coordenar atividades de informação e contrainformação” em “ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais”, efetuando para tanto os “os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais”. Completava sua missão a

coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho

e a “difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes”.

Com uma missão tão abrangente como o conceito de Segurança Nacional, o SNI se imiscuiu em praticamente todas as repartições brasileiras, em todos os assuntos possíveis, acompanhando, fichando e produzindo informações – por meios legais e ilegais – de aliados e opositores, numa rotina invasiva que sobreviveu à Constituição de 1988 e só foi formalmente extinta em 1990 pelo então presidente Fernando Collor, motivado talvez mais por rixas com o órgão do que por convicções democráticas. Seus métodos, porém, sobreviveram nas décadas seguintes na forma de dossiês que até hoje alimentam o mercado negro de chantagens políticas.

Médici e Figueiredo, ex-chefes do SNI, chegariam à presidência da República, comprovando o poder que o órgão detinha, mas a preocupação do SNI em controlar tudo e todos e a falta de fiscalização por parte de órgãos isentos e independentes tornou-o um dos símbolos mais nefastos do regime militar, principalmente de seus excessos, o braço mais longo da já abrangente Doutrina de Segurança Nacional:

A concepção doutrinária que se erigiu em ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça ao ‘inimigo interno’, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança. Outra, foi a

atribuição de enorme autonomia aos organismos criados.<sup>53</sup>

O governo militar instalado em abril de 1964 não esperou a implantação efetiva do SNI para com ele obter informações seguras de seus opositores, nem a promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional do regime, em 1967, e a transposição deste para uma ditadura sem disfarces na sequência do AI nº 5, para punir seu adversários. Não tivemos pelotões de fuzilamento no Brasil, mas acertos de contas não deixaram de ser realizados. Eles foram feitos, mas dentro do mais absoluto rigor da lei.

## **“Uns tantos poderes especiais”: caça à bruxas na “depuração” do país**

Se nas revoluções tradicionais é comum verificar uma ruptura radical da ordem política, jurídica e mesmo social em alguns casos, a “revolução” de 1964 buscou impor às propostas do golpe uma roupagem de legalidade, fazendo com que o Brasil adotasse uma “curiosa e híbrida”<sup>54</sup> receita que, contraditoriamente, procurou conservar no máximo possível a estrutura jurídico-constitucional existente dirigindo-a doravante sob o ponto de vista dos objetivos tidos como “revolucionários”. Esses objetivos, entretanto, se inicialmente propunham apenas corrigir os rumos do Brasil ante a ameaça do comunismo, se alteraram à medida que a sociedade começou a questionar a autoridade do patriarcado verde-oliva instalado em Brasília.

O primeiro artigo do AI n.º 1 salientou a manutenção da Constituição de 1946, vigente à época, mas modificou as regras sobre as eleições e o mandato do presidente da República (art. 9º), além de conceder a este a possibilidade de remeter projetos de emenda do texto constitucional ao Congresso (art. 3º), atribuição que antes competia apenas a ¼ (um quarto) dos membros da Câmara Federal e do Senado ou a mais da metade das Assembleias Legislativas estaduais.

Da mesma maneira, o presidente ficou autorizado a enviar projetos de lei sobre qualquer matéria (art. 4º), considerados automaticamente aprovados caso o Congresso não os chancelasse em 60 dias.

---

<sup>53</sup> Brasil: Nunca Mais, 2003, p. 72.

<sup>54</sup> PEREIRA, 2010, p.118.

Também foram suspensas por seis meses as garantias de vitaliciedade e estabilidade do funcionalismo, com a possibilidade de demissão ou dispensa de seus titulares, que também poderiam ser postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados (art. 7º); permitida a instauração de inquéritos e processo, individuais ou coletivos, para apuração de crimes contra o Estado e seu patrimônio, a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária (art. 8º); e prevista a suspensão de direitos políticos por 10 anos e a cassação de mandatos legislativos, sendo proibida a discussão judicial desses casos (art. 10).

Não demorou ao governo do marechal Castello Branco, eleito por um Congresso entre temeroso e subserviente em 11 de abril de 1964 para concluir o restante do mandato antes pertencente a João Goulart, valer-se dessas permissões trazidas ao ordenamento jurídico pelo AI n.º 1 para livrar-se de militares, políticos, funcionários, juízes, professores e outras pessoas indesejáveis que exerciam atribuições públicas, pois

em cooperação com a polícia, o governo passou a instaurar Inquéritos Policial-Militares (IPMs) a fim de investigar e erradicar os comunistas e simpatizantes do serviço público, das universidades, das empresas estatais e dos sindicatos<sup>55</sup>.

Sob a batuta legal e no interesse da “revolução”, campearia o arbítrio e os alvos preferenciais seriam aqueles a quem os golpistas desejavam há muito a eliminação da vida pública. Eleito senador pelo PSD de Goiás depois da conclusão de seu mandato, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, um dos nomes mais cotados para vencer as eleições de 1965, seria uma das mais expressivas vítimas dos primeiros tempos da “revolução”: mesmo tendo sido um dos parlamentares que votaram em Castello Branco, seu passado “populista” e sua força eleitoral o condenaram à cassação em 8 de junho de 1964 e à perda dos direitos políticos por 10 anos.

Dias depois, quando JK se dirigia rumo ao exílio na Espanha, uma nova lista de cassações traria, dentre outros nomes, o do deputado

---

<sup>55</sup> PEREIRA, 2010, p.117. O autor, citando Santos, Monteiro e Caillaux, aponta que 517 pessoas perderam seus direitos políticos, 541 mandatos foram cassados, 1968 servidores foram aposentados compulsoriamente e 1815 exonerados, dentre os quais 44% militares, entre 1964 e 1973. Citando Chiavenato apresenta também estimativas que apontam que 50 mil pessoas teriam sido presas e 20 mil sofrido algum tipo de tortura por motivação política durante o regime, sendo que 10 mil pessoas partiram para o exílio.

federal Tenório Cavalcante (1906-1987), o legendário “homem da capa preta”, engrossando uma lista com vários outros políticos proscritos. Para os militares, o homem que construiu Brasília e o “deputado pistoleiro” de Duque de Caxias, na baixada fluminense, eram nivelados no mesmo patamar de ameaças ao regime.

Tais ocorrências, para os novos donos do poder, eram entendidas como um mal necessário para que a “subversão” fosse eliminada. Deputado federal pela UDN, jurista e futuro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Aliomar Baleeiro (1905-1978), em declarações reproduzidas pela imprensa no dia anterior à eleição de Castello Branco, considerou como

(...) inevitáveis, em face da conjuntura política, os expurgos que se anunciam para a purificação da democracia brasileira, pois entende que toda vez que a regra de direito não tem a sanção eficaz da espada, pode ser uma regra de conduta perfeitamente qualificada dentro da moral, da religião, da elite, dos bons costumes, da tradição, tudo menos uma regra de direito. ‘Porque a base do direito é a força’.<sup>56</sup>

Com a legislação já adaptada às vontades da “revolução” graças ao AI n.º 1, a “purificação da democracia” deslançou e o acerto de contas com esquerdistas, nacionalistas ou desafetos de qualquer ordem teve vez sem pudores, de forma ampla, irrestrita e atemporal, pois desfeitas antigas ou recentes cometidas contra os golpistas tinham o mesmo peso.

Exemplos dessas ações podem ser encontrados no depoimento do coronel aviador Paulo Malta Rezende, obtido por Hélio Silva: depois de sofrer duas prisões entre abril e agosto de 1964, passando quase três meses na cadeia, de responder a dois IPMs e de ser transferido para a reserva, o militar acabou sendo demitido da FAB (Força Aérea Brasileira) sem direito a qualquer remuneração, com base em fatos alegados como “graves”, mas nunca esclarecidos. Como sua esposa recebeu uma pensão do Montepio Militar, uma espécie de previdência mantida pelos membros das Forças Armadas, “era considerado morto, e ela, viúva”. Ao buscar trabalho na aviação civil, a via crucis de Malta Rezende continuou: não obteve a licença de

---

<sup>56</sup> Folha de São Paulo, Baleeiro: Expurgos para purificar a democracia. 10/04/1964.

piloto por ter sido punido pelo AI n.º 1 e mesmo depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) reconheceu seu direito de trabalhar foi informado que a “Diretoria da Aviação Civil tinha ordem, do ministro [da Aeronáutica], para não cumprir o acórdão do STF”<sup>57</sup>.

Mas não foram apenas os militares tidos como esquerdistas ou contrários ao regime que sofreram perseguições. Livre-Docente da Universidade de São Paulo e também professor de Direito Constitucional da Universidade Metodista de Piracicaba desde 1994, dentre outras instituições, Sérgio Resende de Barros, estudante na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco quando do golpe militar, foi apontado como um dos “subversivos” da USP que integrou a lista de 52 nomes de professores, alunos e funcionários resultante da apuração levada a termo por uma comissão secreta instalada por Luiz Antonio Gama e Silva, reitor da Universidade à época, futuro ministro da Justiça no governo Costa e Silva e inspirado redator do AI n.º5. Um dos integrantes dessa comissão, representando a Faculdade de Direito, foi o jurista Moacyr Amaral dos Santos, natural de Capivari, SP, que advogou nesta cidade e em Piracicaba na década de 1930, antes de fazer carreira em São Paulo e de integrar o STF.<sup>58</sup>

Resende de Barros conseguiu concluir a Faculdade em 1965, mas na qualidade de orador do Centro Acadêmico XI de Agosto foi processado junto com os dois últimos presidentes da agremiação de alunos, medida que fez com que, em sua opinião, apenas três pessoas assumissem uma “responsabilidade histórico-social que era difusa por muitos e muitos alunos”, já que a movimentação golpista sofreu a oposição de grande parte dos estudantes. As consequências seriam sentidas posteriormente, conforme seu depoimento:

Em resultado, não consegui o atestado de bons antecedentes da Delegacia de Ordem Política e Social (o famigerado DOPS), sem o qual não se podia, como não pude, participar de concurso público ou ocupar cargos públicos.<sup>59</sup>

<sup>57</sup> SILVA, 1988, p.215.

<sup>58</sup> Para os serviços prestados por Gama e Silva ao regime militar, VENTURA, 2008, p.103 e 209 e GASPARI, 2002, p.223. Para as perseguições na USP, a instalação da “comissão secreta” e a inclusão de Resende de Barros no rol de subversivos, O Livro Negro da USP, 1979, p.15 e 16. Além de ter advogado na região de Piracicaba, Amaral dos Santos concorreu, sem sucesso, na primeira eleição da OAB Piracicaba em 1933. GUIMARO JUNIOR, 2013, p.90 e 93.

<sup>59</sup> SCHUBSKY, 2007, p.201.

Quem desafiava as vontades da “revolução” estava sujeito a perseguições e represálias que poderiam alcançar mesmo aqueles que apoiaram o golpe de 1964, como o general Peri Constant Bevilaqua (1899-1990), que atuou como ministro no Superior Tribunal Militar entre 1965 e 1969 e do qual foi afastado por força do AI n.º 5 em decorrência de uma atuação independente em que prestigiava o direito à defesa dos réus, especialmente mediante concessão de habeas corpus, denunciava abusos e criticava a imputação de “crimes” como o de “assistir palestras de Leonel Brizola”, “frequentar certas livrarias” e “ir a jantares na Petrobrás”. Essa postura corajosa o levou a perder, além do cargo, também suas condecorações militares.<sup>60</sup>

O coronel-aviador, o acadêmico de Direito, o general e outras centenas de pessoas que perderam seus postos ou empregos com suporte especialmente no art. 7º do AI n.º 1 foram vítimas da sanha persecutória dos vencedores da “revolução”, mas também da ginástica jurídica implantada pelo regime para “legalizar” suas arbitrariedades.

Se a Constituição de 1946, em seu art. 125, § 25, assegurava a plenitude do direito de defesa, o AI n.º 1, em seu art. 7º, § 4, mitigava esse direito ao dizer que o “controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade”. Em síntese, apenas questões formais poderiam ser discutidas judicialmente, mas não o mérito de uma dispensa, demissão, exoneração ou aposentadoria forçadas. Com isso, perseguições e injustiças de toda natureza foram promovidas a partir de abril de 1964 com base muitas vezes em meras suposições ou na ideia de que o “suspeito” era ligado, ao menos por simpatia, a ideologias contrárias ao regime e, portanto, também contrárias à “vontade da nação”.

O oportunismo também foi testemunhado no contexto subsequente à queda de Jango, mesmo em pequenas cidades, pois, de acordo com o advogado Mario Dotta (1925-2004), militante em Salto, interior de São Paulo e que atuou na defesa de colega processado por subversão (e ao final absolvido), “em meio à euforia da vitória fácil, alguns dela se aproveitaram, colocando-se na vanguarda do grupo de acusadores que apontavam à execração popular o nome dos ‘culpados’.”<sup>61</sup>

A Folha de São Paulo, em seu editorial de 12 de abril de 1964,

<sup>60</sup> LEMOS, 2004, p.32 e 51.

<sup>61</sup> DOTTA, 1967, p.7.

além de considerar a “revolução” como definida, repercutindo a entrevista de Costa e Silva, então ministro da Guerra, e comentar a posse de Castello Branco, ocorrida no dia anterior, já denunciava a atuação de arrivistas e oportunistas de plantão, alertando que “administradores notoriamente desonestos estão soltos e tentando capitalizar votos ou atrair proteção por meio de malabarismos”. Pedindo rigor com a corrupção, o que na opinião do jornal deveria ser “a pedra de toque do regime”, profetizou a esperteza que muito contribuiria no futuro para o fracasso da pretensão moralizante da ditadura: “Não hão de faltar por este país afora políticos altamente corruptos que usem a luta anticomunista como expediente igual ao dos gatunos que, para mais facilmente escapar, saem correndo a gritar ‘ladrão!’”<sup>62</sup>. Aproveitando-se da liberdade de imprensa ainda existente na fase inicial do regime, o próprio jornal ironizava o contexto ao exibir em uma charge duas celas, uma abarrotada e outra quase vazia; enquanto na primeira uma tabuleta identificava seus espremidos ocupantes como “comunistas”, na segunda, acima de apenas dois gatos pingados, lia-se: corruptos...

Voltando ao editorial da Folha, o que temos em seu texto não é apenas um retrato dos dias agitados que se seguiram à queda de João Goulart, mas sim um verdadeiro rol de promessas descumpridas pela “revolução”, como a de que a luta contra o comunismo - apoiada pelo jornal - fosse efetuada sem apelar para perseguições de cunho político, e pretensões que naufragaram, como a tão conclamada “moralização das instituições”.

Se o regime não conseguiu ser tão eficiente no combate à corrupção como desejou ser, a ditadura, num ensaio da violência que viria a se tornar padrão a partir de 1968 com o AI n.º 5, já demonstrava em sua fase inicial truculência no trato de quem lhe era contrário e também vocação em desrespeitar garantias fundamentais na missão de fustigar os desafetos, especialmente os “vermelhos”, traíndo o anseio da Folha de São Paulo de que “as cassações de mandatos e direitos devem ser examinadas com profundidade”. O que se viu foi o contrário, pois, de acordo com o advogado Mario Dotta,

um inusitado zelo veio sacudir o torpor em que se achavam mergulhados timoratos funcionários policiais e promotores numa irrealizada atividade que tinha por escopo a incriminação dos inimigos

<sup>62</sup> Folha de São Paulo, Revolução definida. 12/04/1964.

do regime. Sucederam-se frenéticas 'batidas', levantamentos de provas, obtenção de indícios de culpabilidade e nesse afã derriçou-se o último bastião da segurança individual e o asilo inviolável do indivíduo, erigido em dogma constitucional (art. 141, § 15 da Constituição Federal de 1946).<sup>63</sup>

Receosa com os primeiros sinais de censura manifestados no desabrochar do golpe, ameaçando ir mais longe que o cerceamento de eventuais manifestações pró-comunismo, o editorial da Folha procurava resguardar a liberdade de imprensa, alertando que “mal andaremos se a restrição implicar em cerceamento da liberdade de crítica – a falta de crítica poderá levar o governo a erros tremendos, que acabem isolando-o do povo – ou do noticiário”. Tempos depois, quando os mesmos jornais que apoiaram o golpe passaram a se valer de receitas culinárias e poemas para preencher os vazios deixados pelos censores do regime, esse alerta já estava esquecido.

Como que antevendo o que estava por vir, o jornal paulista encaminhava seu editorial para a conclusão apresentando a melhor síntese já produzida do que veio a ser o governo militar que comandou o Brasil por vinte e um anos:

Muito dependerá, pelo que se vê, da própria vontade do governo, de modo que, investido de uns tantos poderes especiais, não perca de vista a advertência histórica de que todo poder corrompe, e o poder absoluto corrompe ao máximo.

Discutindo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e seu Contrato Social, onde o pensador suíço, dentre outras ideias, resgatou para os tempos modernos a figura da ditadura, uma criação dos antigos romanos que deveria ser empregada como “último recurso para a salvação da pátria” ou quando o governo necessitasse de poderes especiais para fazer frente a ameaças de fato sérias, o jurista Fábio Konder Comparato menciona a experiência francesa com referido instituto durante o terror revolucionário e ao colocar nas mãos de Napoleão o poder supremo, concluindo que a “instituição da ditadura como remédio heróico, revelou-se muito pior que a doença política que ele procurava debelar”<sup>64</sup>.

Seu raciocínio aplica-se com perfeição à realidade brasileira inaugu-

---

<sup>63</sup> DOTTA, 1967, p.7.

<sup>64</sup> COMPARATO, 2006, p.265.

rada com o golpe de 1964, pois, em nome de uma “salvação nacional” tida como necessária para livrar o Brasil da ameaça comunista, com a derrubada de Jango e sua substituição por Castello Branco e os que lhe seguiram, tivemos a extinção e criação forçadas de partidos, mudanças nas regras eleitorais, intimidação ao Congresso, censura à livre manifestação do pensamento, torturas e assassinatos.

Os apologistas do regime militar sempre preferiram chamar o Brasil dessa época de “democracia autoritária”, mas desde o início por outro nome não poderia ser chamado que não fosse “ditadura”.

## **“O remédio é a ditadura”: uma “revolução democrática”**

Por maior que tenha sido o esforço do movimento golpista de 1964 em relacionar o evento ao respaldo popular, desde o AI n.º 1 (“os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular”), não podendo ser negado o forte apoio que o golpe recebeu especialmente da classe média, não se cogitou da parte dos militares, em nenhum momento, “ouvir” a vontade da nação através de instrumentos como eleições ou plebiscitos. Por isso, tornou-se gritante a incoerência de uma “revolução” que desde seus primeiros instantes se vangloriou “democrática”, mas que terminou impondo a este conceito um alcance extremamente restrito se comparado à ideia que hoje temos de democracia.

Em realidade, no que toca à participação popular nos destinos do país, os golpistas de 1964 se serviram da oportunidade para consolidar um entendimento comum que legitimou a exclusão (total ou parcial) da população do processo eleitoral ao longo da ditadura: o de que o povo não sabia votar, ou pelo menos não sabia votar nos candidatos “certos”.

Quando nomes representativos do regime militar como Ernesto Geisel (presidente de 1974 a 1979) opinaram no sentido de que “eleições diretas eram um estorvo em um país povoado de analfabetos”<sup>65</sup>, apenas demonstraram perfeito alinhamento com uma ideia que esteve por trás de casuísmos como o AI n.º 2 (que ins-

<sup>65</sup> GASPARI, 2002, p.259.

tituiu o bipartidarismo), no cancelamento das eleições presidenciais de 1965 (evitando que candidatos “populistas” voltassem ao poder) no “pacote” de abril de 1977, que criou os senadores “biônicos” e no cancelamento das eleições municipais de 1980, dentre outras. Em comum, sempre a característica do cerceamento do livre processo eleitoral.

A ditadura militar de 1964 não foi pioneira, porém, ao acreditar ser o povo incapaz de eleger os melhores candidatos ou de discutir os temas de interesse nacional. O jurista Francisco Campos, um dos autores do AI n.º 1, mas antes disso expoente do Estado Novo de Vargas e autor da Constituição autoritária de 1937, defendia, por ocasião do lançamento desta, que o sufrágio universal era um “mito”, pois “a maior parte dos eleitores não se preocupa com a coisa pública. A sua vida privada já lhes dá bastante motivos de preocupação de trabalho”, entendendo ainda que nas campanhas eleitorais os problemas se apresentam como “complexos” e “ininteligíveis às massas”, além de sua discussão ser deformada “pelos interesses partidários em jogo”<sup>66</sup>.

Esse discurso, que chancelava o povo como massa incompetente para gerir seus destinos não foi brandido exclusivamente por políticos ou dirigentes do período, sendo também exposto por constitucionalistas contemporâneos ao regime militar como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP):

Para que o indivíduo possa se governar por si no mundo, exige o direito universal que atinja uma certa idade que faz presumir seu amadurecimento. Da mesma forma, para que um povo se possa governar, é preciso que atinja certo grau de maturidade que não se resume na maioria de seus membros, os eleitores.

Para atingir essa maturidade, Ferreira Filho apresentou em passagem subsequente à acima citada receituário que reiterou básica-

---

<sup>66</sup> CAMPOS, 2001, p.51. Francisco Campos foi ministro da Educação e da Saúde no governo provisório de Vargas e ministro da Justiça de 1937 a 1942. Anthony W. Pereira destaca que “aspecto especialmente relevante do golpe brasileiro, se comparado aos golpes chileno e argentino, foi a participação de juristas civis, que não apenas conferiram legitimidade aos atos militares como também estabeleceram vínculos entre as forças armadas e o Judiciário civil. Francisco Campos, Antonio Neder e Carlos Medeiros foram três figuras proeminentes da esfera jurídica, cujas trajetórias anteriores e posteriores ao golpe evidenciam essa ligação.” (PEREIRA, p.116). Além do passado autoritário ou conspirador desses três nomes, o autor destaca que todos foram recompensados posteriormente com cargos pela ditadura militar.

mente os mesmos pontos que Francisco Campos já havia destacado na década de 1930 e dos quais o eleitorado brasileiro continuava “carente” na ditadura militar:

O governo do povo pelo povo pressupõe em primeiro lugar um certo nível cultural (e não apenas um certo nível de alfabetização) desse povo. (...) que se liberte de comportamentos impostos por tradições e tabus que o induzam ao conformismo. (...) esteja livre de dominações tradicionais que o prendam a chefes como cliente, ou vassalo. (...) que tenha um mínimo de instrução que o habilite a compreender e apreciar a informação. (...) que tenha senso de responsabilidade, tolerância e respeito pelos dissidentes. Importa, enfim, que tenha um mínimo de experiência no trato da coisa pública.<sup>67</sup>

E quando ausentes os requisitos de “amadurecimento social” e de desenvolvimento econômico da nação que, para Ferreira Filho, capacitam o povo para assumir finalmente seu destino? O próprio jurista responde e apresenta a solução: “Onde esses pressupostos não se encontram, ou o povo só se governa na aparência ou se governa com resultados desastrosos para os quais o remédio é a ditadura”.

## “Recaída ditatorial”: o AI n.º 2

O Ato Institucional de abril de 1964, com vigência até 31 de janeiro de 1966, data prevista para o início do mandato do presidente que deveria ser eleito regularmente em outubro de 1965, deveria ser único, já que externava o objetivo de preparar o país para o retorno da normalidade que viria com a retomada do processo eleitoral através do voto direto da população. Porém, terminou sendo sucedido pelo Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965.

Perdendo o controle da chamada “linha dura”, grupo liderado por Costa e Silva e integrado por militares que desejavam o recrudescimento da “revolução” na depuração dos males nacionais e que estavam indignados especialmente com a postura independente do STF na concessão de *habeas corpus* para perseguidos do regime, o

<sup>67</sup> FERREIRA FILHO, 1973, p.52.

marechal Castello Branco aquiesceu aos que temiam que políticos associados à malversação de recursos públicos, como Kubitschek; à subversão, como Goulart, Brizola e seus comandados no PTB; ou mesmo ex-aliados pouco confiáveis e sequiosos do poder, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, terminassem por assumir a cadeira presidencial em janeiro de 1966.

Além de prorrogar o mandato de Castello Branco e de estabelecer a eleição indireta do presidente da República pelo Congresso (art. 9º), o AI n.º 2 aumentou o número de ministros do STF de 11 para 16 (art. 6º), preenchendo os novos cargos com pessoas alinhadas ao regime; transferiu para a Justiça Militar o julgamento de crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social (art. 8º); autorizou o presidente a decretar estado de sítio, extensível por até 180 dias e com a possibilidade de suspender garantias constitucionais (art. 13); manteve a suspensão das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade (art. 14) e a suspensão de direitos políticos por até 10 anos (art. 15).

Na esteira do art. 15 do AI n.º 2, o Ato Complementar n.º 10, de 4/06/1966, esclarecia que a suspensão de direitos políticos alcançava também quem exercesse mandato eletivo municipal, estadual ou federal, interrompendo-os abruptamente.

Se o golpe militar teve um dia qualquer pretensão democrática, mesmo que apenas retórica, o AI n.º 2 representou um passo firme para deixar essa ideia para trás, encaminhando o Brasil para se tornar um estado ditatorial efetivo. Se a ideia de que o povo não sabia votar e não deveria exercer essa tarefa era uma certeza na mente dos teóricos do regime, com este Ato essa pretensão ganhou força de lei. Por isso, para o jornalista Villas-Boas Corrêa, o AI n.º 2 simplesmente “arrombou a portinhola bamba das promessas de redemocratização dos pronunciamentos de posse e das entrevistas do presidente, que não aguentou o tranco do endurecimento”<sup>68</sup>.

Mesmo reafirmando ser um movimento inspirado na vontade do povo, o AI n.º 2 não cogitava de nenhuma consulta ao mesmo, a exemplo de seu predecessor, e também deixava claro que a “revolução” não conseguiria mais ser contida nos limites planejados originalmente por aqueles que apaream do cargo o presidente Goulart:

a autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa,

---

<sup>68</sup> CORREA, 2002, p.188.

portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento.

Além de dizer que não renunciaria ao poder que detinha em mãos, o AI n.º 2 sentenciou, em verdadeiro alerta, que a “revolução” estava viva e não retrocederia, inclusive na tarefa de enfrentar os “agitadores” que desafiavam a “ordem revolucionária”:

Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Obra de Golbery do Couto e Silva, e do advogado Nehemias Gueiros, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, o Ato Institucional n.º 2 terminou por representar uma tentativa fracassada do presidente Castello em conter os radicais do regime, pois os setores mais extremados da “revolução” não retrocederiam em sua sanha “justiceira” contra seus inimigos, chegando finalmente ao poder com Costa e Silva em 1967:

Quando Castello aceitou a recaída ditatorial do AI n.º 2, nada do que nele se colocou respondia a arcaicas concepções de governo ou a racionalizações políticas. Produziu-se uma mixórdia ditatorial destinada exclusivamente a mutilar o alcance do voto popular e a saciar o radicalismo insubordinado de oficiais que prendiam sem provas e não queriam libertar cidadãos amparados pela Justiça.<sup>69</sup>

O AI n.º 2 também traria consigo um efeito colateral: o início da ruptura dos políticos civis que haviam apoiado o golpe, Carlos Lacerda à frente, pois a eleição indireta lhe dificultaria a oportunidade de chegar à presidência.<sup>70</sup> De conspirador convicto, Lacerda entraria na “lista negra” dos militares à medida que suas críticas contra o regime subiram de tom e especialmente após a tentativa de lançar

<sup>69</sup> GASPARI, 2002, p.259.

<sup>70</sup> ORVIL, p.126.

em 1966 a “Frente Ampla” junto com seus ex-inimigos JK e Jango.

Cassado em 1968, aquele que por quase 3 décadas fustigou todos os presidentes do Brasil e era todo sorrisos quando da derrubada de João Goulart, foi destruído politicamente e lançado ao ostracismo pela mesma máquina autoritária que ajudara a instalar no poder.

## **“O poder mais absoluto que alguém já teve”: o AI nº 5**

Mutilada por 13 emendas promulgadas entre 1964 e 1966 e por mais um Ato Institucional (o de n.º 3, de 5 de fevereiro de 1966, que aboliu as eleições diretas para governador), a Constituição de 1946 foi finalmente substituída pela Carta de 1967. Esta, por sua vez, foi “ratificada” e alterada pelo AI n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, instrumento absoluto do autoritarismo militar brasileiro.

Verdadeiro “golpe dentro do golpe”, o AI n.º 5 foi decretado depois que protestos populares, o engajamento dos opositores mais radicais na luta armada com a promoção de assaltos a bancos e sequestros de embaixadores estrangeiros, questionamentos de antigos aliados e da classe política, críticas da imprensa e confrontos com o Congresso, como no episódio em que este negou licença para que o deputado federal Márcio Moreira Alves (1936-2009) fosse processado depois de ter feito discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, forneceram os motivos para que a “linha dura” do regime concentrasse poderes absolutos nas mãos do presidente, institucionalizasse a censura, a repressão e a tortura como políticas prioritárias do Estado brasileiro no trato com seus inimigos nos anos seguintes, jogando o país no período mais violento de sua história.

Único a votar contra a medida dentre os presentes na reunião do Conselho de Segurança Nacional que por fim aprovou sua edição, o então vice-presidente Pedro Aleixo adiantava o que estava por vir, na forma de uma verdadeira mutilação à Constituição e, por tabela, à própria democracia brasileira:

Todo Ato Institucional, portanto, com este nome ou com qualquer outro, que implique a modificação da Constituição existente é, realmente, um ato revolucionário. Caso se torne necessário fazer essa revolução, é uma matéria que poderá ser debatida e acredito, até, que se possa demonstrar que essa necessidade existe. Mas, o que me parece, é que nós não estamos realmente, cumprindo uma Consti-

tuição quando a declaramos existente, tão somente, para que dela fiquem fragmentos, trechos que não têm, efetivamente, a capacidade de dar vida às instituições democráticas.<sup>71</sup>

Fechado o Congresso como represália à postura no caso Moreira Alves, o AI n.º 5 colocou nas mãos do presidente a faculdade de, sem as limitações previstas na Constituição:

decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República" (art. 2º);

decretar, em nome do "interesse nacional", a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição, nomeando diretamente os interventores (art. 3º); suspender os "direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais", ouvido o "Conselho de Segurança Nacional" (art. 4º).

A suspensão dos direitos políticos, que poderia ocorrer "no interesse de preservar a revolução", implicava, concomitantemente, na "cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função", na "suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais", na "proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política" e na aplicação de medidas de segurança de "liberdade vigiada, proibição de frequência a determinados lugares e a fixação em domicílio determinado" (art. 5º), sem prejuízo da fixação de "restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados".

O AI n.º 5 reiterava ainda a suspensão de garantias que já vinha desde os primeiros Atos da "revolução" (art. 6º); autorizava o presidente a decretar estado de sítio (art. 7º), a confiscar bens de implicados em enriquecimento ilícito (art. 8) e a complementar sua execução (art. 9º); suspendia o habeas corpus nos casos de "crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a econo-

<sup>71</sup> Folha de São Paulo, A reunião que radicalizou a ditadura. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/> Acesso em 05/02/2014.

mia popular” (art. 10) e novamente proibia que medidas praticadas com base no instrumento pudessem ser discutidas na Justiça (art. 11).

Mario Passos Simas, advogado atuante no auge da repressão e que enfrentou os rigores da Lei de Segurança Nacional ao defender pessoas que desafiaram o regime, chama a atenção para a instabilidade proveniente do excesso de poder discricionário que se instalou nas mãos das forças repressivas após o AI n.º 5:

E os próprios ministros [do Superior Tribunal Militar] ficavam atônitos diante do que acontecia, porque eles também não tinham o controle de tudo, não é? E este ministro, o general Fragoso, chegou um dia e disse: ‘Senhor presidente...’, ao presidente do Tribunal, ‘eu proponho que se faça’ – isso, já o Tribunal em Brasília – ‘eu proponho que se faça um painel aqui no Tribunal em que fique claro quem pode prender neste país.’ Porque até eles haviam perdido o controle dessa situação. Todo aquele período foi caracterizado por um binômio chamado desenvolvimento e segurança. Então, a segurança nacional passou a ser a grande figura, a coluna mestra, a viga principal de toda estrutura de poder que havia.<sup>72</sup>

Trabalhando em um contexto onde o direito à defesa era dificultado por condições políticas e jurídicas de exceção, a advocacia brasileira, na falta do habeas corpus, se valia de representações, do “direito de petição às autoridades, assegurado pela Constituição”, e de “brechas” como a invocação do “princípio da reserva legal, que diz que não há crime sem lei anterior que o defina”<sup>73</sup>. Aliando destemor e criatividade, esses profissionais obtiveram decisões que livraram muitos presos dos cárceres da ditadura.

O “golpe” do AI n.º 5, visto à distância, surge no depoimento de Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo entre 1975 e 1979, não apenas como a intensificação de um regime de força, mas também como uma oportunidade que os militares desperdiçaram ao não efetuar mudanças em áreas problemáticas do país, restando a herança de violência e de arbitrariedade proporcionada pelo mais nefasto dos Atos Institucionais do regime:

<sup>72</sup> SIMAS FILHO, 2010, p.4.

<sup>73</sup> MOURA e GONZAGA, 2010, p.80.

Hoje, qual é a grande crítica que se faz à Revolução de 64? A número um é ao regime totalitário e à tortura. Estou de acordo com essa crítica, mas essa não é a grande crítica que faço. Acho que as coisas são proporcionais aos meios que temos. Sempre, quando faço uma análise, verifico que meios se tinha e o que eles proporcionaram de ação. Nenhum governo do Brasil teve o poder que o AI-5 deu ao presidente da República. Nenhum. O AI-5 propiciou o poder mais absoluto que alguém já teve no Brasil. Eram conhecidas as grandes reformas de que o Brasil precisava, principalmente nas áreas de educação, saúde e previdência social. E quais foram as grandes reformas que a Revolução fez? O governo Castelo Branco, sem dúvida, fez grandes reformas: a criação do Banco Central, do BNH e várias outras. Mas nós sabíamos que era preciso muito mais. Pretendeu-se fazer uma mudança política. O que foi que se fez? Criou-se o bipartidarismo. Aquilo foi uma coisa absolutamente ridícula, que não mudou, não mexeu em nada.<sup>74</sup>

A “linha dura” do regime, que já exercia o poder desde que Costa e Silva sucedeu Castelo Branco em 1967, e assim continuaria durante o governo Médici, não tinha como prioridade enfrentar os grandes problemas nacionais, mas sim consolidar a “revolução”, custe o que custasse.

E para que a marcha da “revolução” não fosse interrompida, adversários deveriam ser calados, seja pela censura prévia, seja pela tortura, assassinato e desaparecimento. Dentro ou fora da lei, a repressão agiria com liberdade e violência nunca antes vista no Brasil.

## **“Sufocar todo pensamento crítico no País”: a era da censura**

Para melhor se adequar à brutalidade do AI n.º 5, a imberbe Constituição de 1967 foi reescrita pela Emenda n.º 1/1969, considerada mesmo como uma nova Carta Constitucional<sup>75</sup>, no que reafirmou o quadro

<sup>74</sup> MARTINS, 2007, 2010, p. 489.

<sup>75</sup> Para José Afonso da Silva, “teórica e tecnicamente, não se tratou de emenda, mas de nova constituição. A emenda só serviu como mecanismo de outorga, uma vez que verdadeiramente se promulgou texto inteiramente reformulado”. SILVA, 1997, p. 88.

legal visto desde 1964: atos de força apresentados como democráticos e cuja roupagem jurídica buscava reforçar essa aparência.

De 1964 a 1969 os militares editariam ao todo 17 atos institucionais, numa estranha convivência: a Constituição, que deveria ser o diploma jurídico máximo do país, subordinava-se a esses atos, todos derivados da vontade “revolucionária” que dirigia o país e que se espalhava por todos os meandros da vida nacional.

Abaixo da Carta Magna, determinadas normas seriam editadas para complementar a missão proposta pela Doutrina de Segurança Nacional de blindar as instituições e o cidadão de influências contrárias ao regime. Uma das primeiras áreas a ser “enquadrada” seria a do ensino.

Sempre uma pedra no sapato da “linha dura” do regime e apontada como uma das justificativas pelo embrutecimento da “revolução” em 1968, à “agitação” e “contestação” praticada por estudantes ou professores reservou-se os rigores do Decreto-Lei n.º 477, de 26/02/1969, punindo os professores com demissão, dispensa e proibição de contratação por novas entidades de ensino por 5 anos e impondo aos alunos o desligamento do curso e a impossibilidade de matricular em novas instituições por 3 anos. Estavam sujeitos a essas medidas quem incitasse movimento com a finalidade de paralisar atividade escolar, praticasse ou participasse de atos “destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados” ou se valesse de “dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”, dentre outras figuras também sujeitas a apuração criminal de acordo com o caso.

Controlar os formadores de opinião não era a única preocupação do governo, sendo também de seu interesse cuidar para que informações e opiniões desabonadoras contra o regime não circulassem.

Além do Decreto-Lei n.º 898, de 29/7/1969, que deu nova e rígida configuração à Lei de Segurança Nacional, também merecem destaque diplomas legais que, editados no período mais violento da ditadura, apertaram o ferrolho contra manifestações indesejadas vindas de vozes discordantes aos interesses do governo, fossem elas artísticas ou noticiosas.

Sob essa perspectiva tivemos a Lei de Imprensa (Lei federal n.º 5.250, de 9/2/1967), que previa punições criminais e cíveis, inclusive apreensão de publicações, para quem praticasse “abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação”; a Lei federal n.º 5.536, de 21/11/1968, que estabeleceu a censura

sobre obras teatrais e cinematográficas e criou o Conselho Superior de Censura, e o Decreto-Lei n.º 1.077, de 26/1/1970, que autorizou o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, a verificar, “antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria” que atentasse “à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”.

Largamente utilizada para intimidar e enquadrar críticos durante o regime militar, a Lei de Imprensa sobreviveu a este e apenas em 2009 o Supremo Tribunal Federal, na ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 130, julgou pela existência de “incompatibilidade material insuperável” entre a norma e a Constituição de 1988, reconhecendo naquela um “entrelace de comandos, a serviço da prestidigitadora lógica de que para cada regra geral afirmativa da liberdade é aberto um leque de exceções que praticamente tudo desfaz” e também o “inescondível efeito prático de ir além de um simples projeto de governo para alcançar a realização de um projeto de poder, este a se eternizar no tempo e a sufocar todo pensamento crítico no País”.

A Lei federal n.º 5.536, por sua vez, estabelecia a possibilidade de classificar por faixa etária os espetáculos a ela submetidos, mas determinava em seu art. 2º que tudo aquilo que atentasse contra a “segurança nacional e o regime representativo e democrático”, ofendesse às “coletividades e religiões”, incentivasse “preconceitos de raça ou luta de classes” e “prejudicasse a cordialidade das relações com outros povos” continuaria submetido à legislação vigente, especialmente o Decreto n.º 20.493, de 24/01/1946, que regulamentava o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, renomeado durante o regime militar para Divisão de Censura e Diversões Públicas. Editado pouco depois do fim da ditadura do Estado Novo, este Decreto, em seu artigo 4º, previa a censura prévia como requisito para que fosse autorizada a exibição de filmes, a execução de discos em locais públicos, a apresentação de peças teatrais, de grupos musicais, de bailados, de programas de TV e mesmo a “exibição de espécimes teratológicos” (um nome rebuscado para “show de aberrações”).

Durante seus 21 anos, a ditadura militar valeu-se desse roteiro para exercer o máximo possível de controle sobre a produção intelectual brasileira, especialmente para censurar o trabalho de compositores que necessitavam da aprovação estatal para que suas letras de músicas pudessem ser gravadas. Hoje em dia mais preocupados em resguardar sua privacidade e impedir que biógrafos escrevam sobre

suas vidas sem autorização, muitos artistas consagrados da MPB sofreram rigoroso monitoramento da censura durante as décadas de 1960 e 1970, isso quando não foram presos ou forçados ao exílio.

Com o objetivo de regulamentar o art. 153, § 8º da Constituição Federal de então, que proibia publicações contrárias à moral e aos bons costumes, o Decreto-Lei n.º 1.077, que regulamentava a censura trazida pelo AI n.º 5, traz em seu preâmbulo uma série de “considerandos” que já eram “caretas” mesmo para o início dos anos 1970, pois nessa época o mundo ocidental já tinha travado conhecimento com o movimento hippie, com a emancipação feminina, com a pílula anticoncepcional e, mais importante, com os fortes questionamentos da sociedade – especialmente dos mais jovens – contra governos conservadores da época como o do americano Richard Nixon (1913-1994) e do francês Charles de Gaulle (1890-1970).

Os militares brasileiros, porém, pensavam diferente dos que participaram do Festival de Woodstock ou das jornadas estudantis e das contestações de maio de 1968, e novamente denunciando mais um “plano subversivo que põe em risco a segurança nacional”, declaravam no Decreto-Lei n.º 1.077 de 1970 “proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade”, ameaçada porém por revistas que fazem “publicações obscenas”, canais de televisão que “executam programas contrários à moral e aos bons costumes” e “livros que ofendem frontalmente à moral comum”, estimulando a licenciosidade e insinuando o “amor livre”, ameaças que tinham o objetivo de “destruir os valores morais da sociedade Brasileira”.

A pregação moralizante não era estranha a um país em que até o uso de biquíni em concurso de beleza chegou a ser proibido (Decreto n.º 51.182, de 11/8/1961), mas a combinação de censura prévia a produções artísticas com restrições à livre atuação da imprensa, tudo sob as bênçãos da Doutrina da Segurança Nacional, deram à repressão os poderes necessários para impedir a divulgação de notícias, reportagens, músicas, filmes, peças de teatro, programas de T.V., novelas, filmes, livros e quaisquer outras manifestações que, além de potencialmente nocivas para a família brasileira, também trouxessem questionamentos à ditadura militar.

Com isso, notícias sobre epidemias e torturas não eram divulgadas e críticas (e em muitas vezes também os críticos) eram tiradas de circulação. Qualquer informação que vazasse a esse controle era considerada “provocação subversiva” sujeitando os autores à prisão

e os veículos a conviver com censores instalados em suas redações ou então a praticar autocensura.

A censura acabou oficialmente no Brasil com a Constituição de 1988 (art. 5º, IX, e art. 220, § 2º), mas seus elementos podem ser vislumbrados no art. 20 do Código Civil:

salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Em comum com a legislação da ditadura, nos parece que a maior preocupação desse artigo não reside em fazer a informação circular, mas sim restringi-la.

Ao revogar a Lei de Imprensa mais de 40 anos depois de sua edição, o STF reconheceu, ainda que tardiamente, que esse diploma legal foi concebido e institucionalizado dentro do esforço de dominação do Estado e controle da sociedade objetivado pelo regime militar, onde a pretensa liberdade de expressão prometida pela legislação era uma liberalidade, um favor, não uma garantia.

## **“Você sabe quem foi o garçom da Santa Ceia?”: a justiça fora da lei do regime**

Em 1969, mesmo ano em que uma Junta Militar havia impedido o vice-presidente civil Pedro Aleixo de substituir um enfermo Costa e Silva, a Lei de Segurança Nacional era endurecida e Emílio Garrastazu Medici era eleito o terceiro presidente do ciclo militar, instalou-se em definitivo nos porões do regime, à margem da lei e com a condescendência criminosa de todos os escalões do poder de então, a maior das vergonhas deste país: a tortura.

Nos primórdios do golpe, abusos e violências físicas contra opositores já haviam sido relatados, causando, porém, efeito adverso: o repúdio dos militares a qualquer comentário que pudesse macular as Forças Armadas e o novo governo. Ao invés de apurações rigorosas,

prevaleceu a defesa de posições corporativistas e a impunidade, com os críticos sendo inseridos no rol de inimigos do regime, da pátria e da “revolução”. Por esta razão, para Maria José de Rezende,

toda e qualquer manifestação política contra os atos praticados pelo regime militar era considerada uma forma de subverter a ordem. Os movimentos favoráveis ao restabelecimento dos direitos humanos, a favor da anistia, pelo fim da tortura, da censura, dentre outros, eram tidos como movimentos que pretendiam estabelecer mudanças em detrimento do regime; o que não seria admitido, segundo os seus condutores.<sup>76</sup>

Salvo raríssimas exceções, perdurou durante toda a ditadura no trato de quaisquer denúncias de tortura, assassinatos ou mesmo em casos de corrupção praticados ou acobertados por militares ou membros do governo um mesmo *modus operandi*, assim resumido: a) impedir a divulgação de notícias relacionadas com o fato; b) ameaçar quem tenha divulgado ou tentado divulgar a notícia; c) negar as acusações; d) defender os acusados; e) criticar os autores das denúncias; f) criminalizar a vítima; g) prometer (e geralmente não realizar) a tomada de medidas caso verdadeiros os fatos alegados; h) aguardar o esquecimento do caso. Esse triste padrão de conduta pode ainda ser vislumbrado nos dias de hoje em muitos episódios da vida brasileira.

Após a decretação do AI n.º 5 o Brasil testemunhou a face mais violenta da ditadura militar. Com a censura instalada e os críticos do regime também na mira, o controle do Estado sobre a vida nacional atingiu seu ponto máximo, tanto pelas medidas jurídicas e políticas de exceção como pela deliberada utilização da tortura como técnica para obtenção de informações e intimidação e pelo extermínio e ocultação de cadáveres de opositores.

Durante esse período de brutalidade muitos órgãos valeram-se dessas técnicas, como o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) e o CIE (Centro de Informações do Exército), mas o regime sistematizou sua atuação através do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna), que a partir de 1970 assumiu a linha de frente da repressão. Entretanto, o

---

<sup>76</sup> REZENDE, 2001, p.181.

padrão DOI-CODI começou antes, através da denominada Operação Bandeirantes (OBAN). Considerada como “laboratório” da repressão que marcaria o Brasil na primeira metade da década de 1970, a Operação Bandeirantes, de acordo com o Ministério Público Federal em Ação Civil Pública que visa responsabilizar agentes da ditadura por crimes cometidos no período, teve por finalidade “agrupar em um único destacamento o trabalho de repressão política até então disperso por órgãos militares e policiais, estaduais ou federais”<sup>77</sup>.

Operando inicialmente à margem do sistema, sob a direção extra-oficial do II Exército, localizado em São Paulo, com a participação de membros das Forças Armadas, da Polícia Civil e Militar e financiamento de empresários ligados ao governo, a OBAN, instalada em junho de 1969, teria surgido da discussão havida entre o governo federal e estaduais sobre a necessidade de se adotar uma “estratégia de combate aos opositores do regime”, especialmente aqueles que se dedicaram à luta armada.

Com sua “eficiência” aprovada, a OBAN foi sucedida no ano seguinte pelo DOI-CODI, órgão oficial com unidades estaduais que deu continuidade às suas práticas covardes e desumanas. Desenvolvendo uma campanha sem tréguas e sem limites, os agentes do DOI-CODI torturaram e mataram de militantes empedernidos, engajados ou não na luta armada, a meros simpatizantes de doutrinas subversivas.

Para estimular o fornecimento de informações que contribuíssem para revelar planos de subversão e para incriminar militantes ou desafetos do regime, os presos passavam por suplícios como o “pau-de-arara” e a “cadeira do dragão”. Espancamentos, choques elétricos, empalamentos e outras formas bárbaras de violência física e moral, que não poupavam nem mesmo crianças, idosos, pessoas doentes e mulheres grávidas também fizeram parte do receituário investigativo durante esse período. Sob esse sistema medieval de inquirição, não permitido pela lei, mas tolerado pelas autoridades, pereceram o ex-deputado Rubens Paiva e o jornalista Vladimir Herzog, dentre muitos outros, alguns dos quais desaparecidos até os dias de hoje, cujos corpos foram “desovados” em cemitérios clandestinos ou mesmo oficiais como a famigerada “vala de Perus”, na grande São Paulo, cuja existência se tornou pública em 1990.

Jamais aplicada *de direito*, a pena de morte prevista na Lei de Segurança Nacional foi executada *de fato* por agentes da repressão

<sup>77</sup> Ação Civil Pública, processo n.º 0021967-66.2010.403.6100, 4ª Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo – Justiça Federal, p. 5.

como Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979), que driblou as tentativas de obstinados promotores e da Justiça em alcançá-lo valendo-se da força de uma lei sob encomenda, chamada ironicamente à época de Lei Fleury: a Lei federal n.º 5.941, de 22/11/1973, que alterou o Código de Processo Penal para conceder ao juiz a faculdade de deixar de decretar a prisão de réu que, mesmo pronunciado por ter sido constatada a existência de crime, fosse primário e de bons antecedentes. Graças a esse favor do regime Fleury jamais sofreu qualquer punição.

As vítimas que sobreviveram à impunidade que Fleury arregimentou em vida, como o ex-militante comunista Lúcio Belentani, relatam os difíceis momentos que antecediam às sessões de horror comandadas pelo delegado:

Levaram-me para a prisão, fui para o DOPS. (...) No dia seguinte me passaram para a equipe do delegado Fleury, que me colocou numa sala enorme no terceiro andar do DOPS. Tinha uma escrivaninha e uma cadeira ali no meio, sentei ali e tal e o Fleury ficou uns 15 minutos quieto, olhando para mim e uma meia dúzia de torturadores lá atrás. Em determinado momento ele disse pra mim: 'Escuta, você sabe quem foi o garçom da Santa Ceia? Se você não sabe, você vai dizer aqui pra nós'.<sup>78</sup>

Morto em maio de 1979 em decorrência de um afogamento – que logo se tornaria suspeito – ao cair de seu iate no litoral paulista, Sérgio Paranhos Fleury recebeu em seu enterro homenagem de seus ex-colegas policiais, que sacaram suas armas e dispararam para o alto numa salva de tiros improvisada.

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra é outro nome irremediavelmente ligado à tortura durante os anos de “chumbo” do Brasil. Comandando o DOI-CODI paulista entre 1970 e 1974, Ustra foi reconhecido por várias pessoas como autor ou mandante de suplícios aos militantes contrários ao governo que, presos, estiveram sob sua custódia durante esse período. Empedernido defensor da ditadura militar até os dias de hoje, Ustra tornou-se um símbolo vivo dos equívocos da transição para a democracia desde que, na condição de adido militar no Uruguai, foi reconhecido em 1986 pela atriz e então deputada federal Bete Mendes, uma das pessoas que o denunciaram como torturador.

---

<sup>78</sup> Relatório Final da Comissão da Verdade do Município de São Paulo, 2013, p. 49.

Mesmo processado e tendo sua condição de torturador reconhecida, Ustra não se acovardou em participar de sessão da Comissão Nacional da Verdade realizada em maio de 2013 em Brasília, aproveitando-se do evento para fazer proselitismo em favor do regime de exceção iniciado em 1964 e também para lembrar aos presentes do passado “terrorista” da presidente Dilma Rousseff, considerada uma militante de pouca expressão à época, mas que mesmo assim não foi poupada da prisão e de torturas.

Graças a pessoas como Fleury e Ustra, a subversão armada nas cidades foi sendo desmantelada e a repressão, mantendo seu mesmo padrão de atuação, passou a mirar em dois focos: a guerrilha do Araguaia e os poucos quadros remanescentes da luta armada e do PCB.

Esforço do Partido Comunista do Brasil (PC do B) iniciado na segunda metade dos anos 1960 com o objetivo de reproduzir a experiência cubana e vietcong de instalar um foco de resistência armada rural contra o regime, escolheu-se para tanto a erma região do Araguaia, nos confins do norte do antigo estado de Góias, hoje pertencente a Tocantins, em área limítrofe com o Pará. Após resistirem às primeiras investidas militares, os cerca de 70 guerrilheiros arregimentados não conseguiram fazer frente ao aparato do governo, que mobilizou homens e recursos em grande quantidade para mapear a região tomando a iniciativa do enfrentamento em sua última fase mediante infiltração de agentes, persuasão da população local (inclusive com torturas) e finalmente com o envio de tropas experientes, numa campanha que durou de 1972 a 1974.

A versão da Lei de Segurança Nacional vigente à época punia quem promovesse insurreição armada com reclusão de 12 a 30 anos, e se esses atos resultassem em perda de vidas ficavam também sujeitos a prisão perpétua e mesmo à pena de morte. Os guerrilheiros capturados vivos no Araguaia não tiveram direito, porém, a um julgamento na forma da lei, pois na etapa final do conflito os prisioneiros foram simplesmente executados, mesmo aqueles que preferiram se entregar. Repetindo episódios de barbárie antes verificados nos primórdios da República durante a Revolução Federalista (1893-1895) e na Guerra de Canudos (1893-1897), decapitações, profanação e exposição de cadáveres seriam novamente praticadas pelos vencedores da contenda.

Pouco depois do final dos combates, os militares promoveram uma operação “limpeza” com o objetivo de apagar vestígios do ocorrido na região, inclusive para destruir os restos mortais de guerrilheiros caídos em combate ou executados. A busca por despojos daqueles

que viveram e morreram a causa da guerrilha continua um desafio aberto para muitos familiares, pois entre os 136 casos de desaparecidos políticos documentados e já reconhecidos por lei, 58 eram de militantes do PC do B que atuavam na Guerrilha do Araguaia.<sup>79</sup>

O Estado brasileiro, especialmente o Exército, que durante muitos anos negou os fatos, ainda luta com todas as forças para que o silêncio seja a regra no que interessa ao sigilo ou ao paradeiro dos documentos que poderiam esclarecer exatamente o que foi feito dos corpos dos guerrilheiros. Contra todo pedido de esclarecimentos, sempre cabe mais uma negativa, e contra toda ordem judicial, sempre há mais um recurso a ser interposto.

Eliminada a guerrilha rural, a campanha de extermínio continuou contra dirigentes do PCB e outros sobreviventes da luta armada. Ao longo dos anos 1970 dezenas de quadros partidários, ativos ou simpatizantes, foram presos e mortos após sessões de tortura, em emboscadas, tentativas de fuga e também através de “suicídios”.

Apesar do número de mortos durante o regime militar superar as três centenas<sup>80</sup>, é considerado pequeno perto de outras ditaduras como as experimentadas pela Argentina e pelo Chile, de perfil mais violento que a do Brasil. Depoimentos colhidos em projetos como o Brasil: Nunca Mais, bem como nas ações administrativas e judiciais movidas principalmente a partir dos anos 90 fazem com que o número de pessoas que sofreram agressões e torturas físicas e psicológicas no Brasil seja estimado em milhares, mas com a instalação de várias Comissões da Verdade por todo o país esses números tendem a ser revistos para maior, demonstrando que a violência sofrida pelos brasileiros no período não pode ser subestimada.

## **“O medo era tanto que foi desafiado”: o fim do consenso e a luta pela anistia**

A luta pela anistia tem início no governo (1974-1979) do general Ernesto Geisel, o quarto presidente do regime militar, considerado como aquele que mais moveria esforços para implantar a “lenta, gradual e segura” abertura rumo à redemocratização do país. A de-

<sup>79</sup> MIRANDA, 1999, p.167.

<sup>80</sup> O número oficial segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos é 358, devidamente registrados no Ministério da Justiça, após a promulgação da Lei 9140/95. MIRANDA, 1999, p.635.

fesa do perdão aos perseguidos após o golpe de 1964 ganhou corpo à medida que o esgotamento do regime autoritário permitiu a rearticulação da sociedade civil no enfrentamento da ditadura.

Fabíola Brigante Del Porto aponta dois momentos em especial como marcantes para esse cenário de “virada”: a vitória dos candidatos do opositorista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), nas eleições legislativas de 1974, e a indignação e mobilização que se seguiram ao episódio envolvendo o jornalista Vladimir Herzog.<sup>81</sup>

Se o resultado eleitoral da disputa para o Senado em 1974 “encurralou a ditadura”<sup>82</sup>, quando a oposição venceu em dezesseis estados de um total de vinte e um, em outubro de 1975 a detenção, tortura e morte de Herzog, respeitado nome do jornalismo paulista e que, a despeito de ser militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), então alvo de uma verdadeira campanha de extermínio pela ditadura, não possuía qualquer ligação com ações ostensivas ou violentas contra o regime, demonstrou ser

um daqueles processos em que reações individuais e desarticuladas desembocam em comportamentos que, sem coordenação ou planejamento, constroem os grandes fatos históricos. (...) teve-se de decidir por onde passava a linha a partir da qual o medo reprime a revolta. O medo era tanto que foi desafiado.<sup>83</sup>

A campanha das “Diretas Já”, realizada entre 1983 e 1984, na apagar das luzes do regime, representaria o ápice dessa mobilização iniciada na metade dos anos 70, mas a voz da sociedade, que praticamente se calara desde a repressão do AI n.º 5 a partir de 1968, ressurgiu com vigor na corajosa participação no culto ecumênico realizado em homenagem a Herzog na Catedral da Sé no dia 31 de outubro de 1975, quando milhares de pessoas desafiaram a hostilidade dos policiais que guarneciam o centro de São Paulo e, silenciosa e respeitosamente, prantearam não o comunista arrependido que se enforcou, como sustentou o governo, mas sim um ser humano que foi preso, humilhado, barbaramente torturado e assassinado pelo Estado que deveria protegê-lo.

<sup>81</sup> DEL PORTO, 2009, p.60.

<sup>82</sup> GASPARI, 2004, p.13.

<sup>83</sup> GASPARI, 2004, p.179.

“Suicidado” pela ditadura em janeiro de 1976, o operário Manoel Filho também repetiu a via crucis de Vlado, indo da prisão para depoimentos e depois à morte em consequência das torturas sofridas no DOI-CODI. Mas seu fim trágico, se não produziu a mesma comoção de Herzog, contribuiu para que a ditadura, ao decidir pela exoneração do comandante do II Exército em São Paulo, passasse recibo de suas arbitrariedades e do seu descontrole, reconhecendo indiretamente que violências eram cometidas sob suas vistas, fazendo com que a imprensa e a sociedade não mais aceitassem “enforcamentos” de conveniência.

A mudança de posicionamento da sociedade em relação ao regime teve grande impulso quando pessoas e entidades apoiadoras do regime em seus primeiros dias mudaram de opinião com o passar do tempo dirigindo críticas – primeiro moderadas, posteriormente contundentes – contra a ditadura. Aos artistas, estudantes e demais pessoas historicamente contrárias aos militares juntavam-se nomes de impacto do cenário nacional, e um dos exemplos mais lembrados é o do deputado Ulysses Guimarães, que de partícipe da elaboração do AI n.º 1 em 1964 se transformou em uma das grandes efígies da oposição durante a ditadura, liderando ainda a luta pela redemocratização que culminaria na Constituição de 1988. Antes disso, em 1975, Ulysses chegou ao ponto de comparar o governo do presidente Geisel ao de Idi Amin Dada, violento e caricato ditador de Uganda<sup>84</sup>.

Outro nome com perfil inicialmente simpático às forças reacionárias que depuseram Goulart e que mudou de posição foi Goffredo da Silva Telles, professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. No dia 8 de agosto de 1977, na ocasião em que se comemoravam os 150 anos da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, a conclamação contida em sua “Carta aos Brasileiros” bateu duro naquilo que havia sido mais caro aos militares, justamente a legitimidade do golpe pela força: “Ninguém se iluda. A ordem social justa não pode ser gerada pela pretensão de governantes prepotentes. A fonte genuína da ordem não é a Força, mas o Poder”.

Além de desautorizar o mantra martelado pela ditadura desde seus primórdios, Goffredo Telles diria ainda em seu memorável discurso que “Poder Legítimo” é aquele que se ampara em “projetos de organização social” aceitos como os mais adequados pela “consciência comum do povo”, e que a legitimidade e a autoridade de

---

<sup>84</sup> MELHEM e RUSSO, 2004, p.402 e GASPARI, 2004, p.102.

um governo se apóiam no “prestígio popular de seus projetos” e no “consenso da maioria”, o que justificava a “obediência voluntária do Povo aos Governos legítimos”. Ao final, sentenciou: “Denunciamos como ilegítimo todo Governo fundado na Força. Legítimo somente é o Governo que for Órgão de Poder. Ilegítimo é o Governo cheio de força e vazio de Poder”<sup>85</sup>. Sinal dos tempos: o agora ministro do STF, Aliomar Baleeiro, que na condição de deputado federal pela UDN sustentara 13 anos antes que “a base do Direito era a força”, subscreveu a carta de Goffredo ao lado de nomes como o do jurista Hermes Lima, ministro do mesmo STF, cassado em fevereiro de 1969 pelo AI n.º 6.

O local onde se dera tal discurso contra o regime chamava a atenção, pois a mais tradicional Faculdade de Direito do Brasil produzira nomes com grande folha de serviços prestados à ditadura como o já citado Luiz Antonio da Gama e Silva, ministro da Justiça sob Costa e Silva, redator e um dos mais ferrenhos defensores do AI n.º 5, e Alfredo Buzaid<sup>86</sup>, ministro da Justiça no governo Médici e que, ao considerar a tortura e morte sofridas por quem pegava em armas contra o regime como “punição exemplar”, valia-se do mesmo raciocínio dos juristas que utilizavam a Lei de Talião, aquela que pregava “olho por olho, dente por dente”, na Babilônia de 1.800 anos antes de Cristo.

A VII Conferência Nacional dos Advogados<sup>87</sup>, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil em Curitiba, Paraná, entre os dias 7 e 12 de maio de 1978, também repercutiria em sua Declaração final o esgotamento da realidade autoritária que então dominava a vida brasileira:

Os direitos fundamentais não podem sofrer agravo de grupos ou entidades privadas, e, com maior razão devem ser postos no abrigo de agressões que decorram das autoridades constituídas, cujo dever primeiro será o de amparar o livre desenvolvimento daqueles direitos [...] No Estado de Direito, a segurança constitui meio de garantir as liberdades públicas. Protege-se o Estado, para que este possa garantir os direitos individuais.

<sup>85</sup> TELLES JUNIOR, 2002, p.12.

<sup>86</sup> GASPARI, 2002, p.167,168.

<sup>87</sup> Textos disponível em <http://conferencia.oab.org.br/historico.asp> Acesso em 06/12/2013.

Nessa ocasião, a OAB, que em julho de 1970 chegou a realizar conferência que contou com a presença do então presidente Médici, sendo também uma das apoiadoras de primeira hora do golpe de 1964, adotou uma postura mais crítica em relação à ditadura ao pedir a revogação dos instrumentos jurídicos de exceção, especialmente o AI n.º 5, e também ao defender a anistia como instrumento que levaria ao aperfeiçoamento do Estado de Direito.

Se sua entidade demorou para abraçar a causa da liberdade e da democracia, muitos advogados brasileiros desde os primeiros dias do golpe de 1964 lutaram contra arbitrariedades e abusos e em nome do direito de defesa, uma garantia constitucional suprimida parcialmente pela legislação da ditadura, que chegou mesmo a suspender o habeas corpus, verdadeiro marco da civilização humana que se chocou contra os interesses da “revolução”. A posição da OAB mudou quando a própria advocacia entrou no radar da repressão, com advogados sendo presos e torturados.

Da mesma maneira a Igreja Católica mudou sua postura quando seus membros foram implicados em atividades contrárias ao regime e eles mesmos vítimas dos suplícios destinados aos subversivos que combatiam a ditadura. D. Paulo Evaristo Arns, à frente da Arquidiocese de São Paulo; D. Hélder Câmara, na Arquidiocese de Recife; D. Pedro Casaldáliga, no interior de Goiás; D. Waldyr Calheiros, em Volta Redonda, foram alguns dos principais nomes da Igreja Católica brasileira que assumiram a linha de frente da contestação ao regime através de duras críticas ao desrespeito aos direitos humanos que se praticava no Brasil.<sup>88</sup>

Quando lideranças políticas, intelectuais e religiosas e entidades de grande representatividade como as que congregavam advogados e jornalistas, além da própria imprensa, passaram a denunciar a ditadura, retirando-lhe o apoio dos primeiros dias e criticando com veemência seus desacertos, esvaiu-se em definitivo a legitimidade que restava do regime.

O Brasil desse período convivia com inflação alta, corrupção, forte críticas internacionais pelos desrespeitos aos direitos humanos (vindas principalmente dos EUA), greves, escassez de recursos financeiros e de petróleo, prenunciando o fim do “milagre econômico”.

Titubeante, o governo estudava a melhor maneira de conduzir a inevitável abertura política, lutando para conter a indomável linha

---

<sup>88</sup> BETTO, 2006, p.280.

dura do regime e seus “suicídios”, mas também patrocinava arbitrariedades como as verificadas ao longo do ano de 1977 com o Pacote de Abril, exemplo mor de casuísmo que resgatava as piores lembranças das eleições da República Velha (1889-1930) e seus “bicos de pena”, uma “virada de mesa” patrocinada por Geisel para compensar a falta de arrojo eleitoral da ARENA ante a força do MDB somando-se a demonstrações chauvinistas de truculência como as invasões policiais da Universidade de Brasília em junho e da PUC/SP em setembro do mesmo ano.

Aproveitando da insatisfação generalizada, de uma postura mais corajosa da imprensa e do próprio abrandamento da censura, a luta pela anistia entrou na pauta do Brasil mobilizando pessoas comprometidas com o respeito aos direitos humanos e com a denúncia dos crimes e arbitrariedades da ditadura militar.

Depois que propostas apresentadas ao Congresso Nacional ainda no final dos anos 1960 foram bloqueadas pela maioria governista, e o tema saiu de pauta durante os repressivos governos de Costa Silva e Médici, o debate em torno da anistia foi finalmente capturado pela sociedade e promovido por entidades como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em 1975 na cidade de São Paulo, e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), surgido no Rio de Janeiro em 1978 e logo replicado em São Paulo.

Ao organizarem núcleos pelo país, além de promoverem manifestações e eventos com a participação cada vez maior da população, entidades como o MFPA e o CBA promoveram, através do engajamento de lideranças políticas, civis, sindicais e religiosas, mas principalmente de cidadãos comuns, uma interlocução privilegiada entre todos os descontentes com a situação vivida pelo país, pois “o tema da anistia política crescia na cena pública como palavra de ordem agregadora da luta de diferentes setores da oposição ao regime militar”.<sup>89</sup>

Assim como o ato ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog foi um marco da expressão do descontentamento da sociedade com a ditadura, e o cortejo fúnebre que se despediu de Juscelino também demonstrou o quanto o ex-presidente era realmente querido pelo povo, o velório de João Goulart, que morrera no exílio em 1976 e somente pode ser sepultado em São Borja, Rio Grande do Sul, no Brasil depois de uma negociação com os militares, proporcionou outro momento impactante para a correção dos rumos do país quando Denise,

---

<sup>89</sup> DELL PORTO, 2009, p.60.

a filha de Jango, estendeu sobre o caixão do pai uma faixa branca onde a ativista Mila Cauduro havia escrito a palavra “anistia”, tornando o assunto impossível de ser negligenciado pois, como informa Elio Gaspari “no dia seguinte, pela primeira vez, a palavra maldita estava na primeira página dos jornais”.<sup>90</sup>

Abrindo caminho para a anistia entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979 a Emenda Constitucional n.º 11, de outubro do ano anterior, proibindo a pena de morte e revogando todos os Atos Institucionais da ditadura, em especial o AI n.º 5, fazendo com que a garantia do habeas corpus voltasse a ser plena. Mas se a Emenda dava com um mão, tirava com a outra: de acordo com a parte final de seu art. 3º, os atos praticados por força da legislação revogada foram ressaltados e continuavam isentos de apreciação judicial.

A dura legislação sobre Segurança Nacional que vigorou a partir do final dos anos 60 também seria substituída pela Lei federal n.º 6.620, de 17 de novembro de 1978, que respeitava o espírito dos diplomas anteriores no que dizia respeito aos ditames ideológicos do regime, mas já em consonância com a Emenda Constitucional n.º 11 abolia a pena de morte. A Comissão Geral de Investigações (CGI), criada em dezembro de 1968 para investigar e confiscar bens de acusados de corrupção, também foi extinta em dezembro de 1979.

Com essas medidas, tomada ao final do governo Geisel, o regime militar iniciou o processo de desmonte das principais normas do aparato jurídico que sustentavam a repressão, tarefa que seria complementada com a Lei de Anistia e que beneficiaria muitos dos perseguidos pela ditadura, especialmente aqueles que se encontravam exilados.

Mas a lei não foi aprovada de acordo com o que esperavam os militantes pró-anistia, pois o presidente João Figueiredo, que assumiu o poder em março de 1979, não deu o braço a torcer na condução do processo em torno da aprovação do que seria a Lei federal n.º 6.683, de 28/8/1979, especialmente ao pressionar a bancada governista para que o projeto não sofresse alterações para além do considerado “razoável” pelo regime.

As manchetes da Folha de São Paulo (“Aprovada a anistia do governo”) e do Jornal do Brasil (“Anistia do Governo passa por 5 votos”) do dia 23 de agosto de 1979, seguinte à apertada votação que aprovou uma versão mais restrita da lei, demonstram um parlamento

---

<sup>90</sup> GASPARI, Folha de São Paulo, 17/11/2013.

em plena efervescência, um jogo jogado de acordo com as cartas do governo, mas que mesmo assim teve lances de impacto como o apoio do deputado arenista Magalhães Pinto, um dos líderes civis do golpe de 1964, ao projeto de anistia mais ampla apresentada pela oposição, mas com o próprio MDB sofrendo percalços pela falta de alguns dos membros de sua bancada e mesmo com a apresentação afobada de um substitutivo de última hora.

Apesar da pressão das entidades envolvidas com o tema e do trabalho de muitos parlamentares por uma anistia ampla e irrestrita, o governo conseguiu rechaçar essas pretensões mantendo as bases do projeto original da lei, que, dentre outras disposições, vedava os benefícios da anistia a pessoas condenadas por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (art. 1º, §2º) e impunha entraves para que militares e servidores civis afastados pudessem retomar suas carreiras, já que a readmissão destes dependia da tramitação de um processo administrativo específico e vinculado ainda à existência de vagas e ao interesse da administração (art. 3º).

Também um anseio de muitos, a pretensão de que constasse uma ressalva expressa para que a lei não beneficiasse torturadores não foi atendida. Ao contrário, a lei trouxe em seu corpo um elemento que abriria as portas para a impunidade graças à disposição que estendia a anistia aos autores de crimes “conexos”, conceituados estes como “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (art. 1º, §1º).

Mesmo com os reveses de quem esperava por mais, a aprovação da Lei de Anistia, regulamentada pelo Decreto n.º 84.143, de 31/10/1979, foi comemorada como um passo importante em prol da redemocratização do país, mesmo porque a “linha dura” continuava cobrando não a abertura, mas sim o endurecimento do regime, mediante sinalizações que o governo fazia questão de mostrar à oposição para lembrá-la de que ir além do proposto poderia implicar em consequências desagradáveis a todos os envolvidos.

Com muitos exilados de volta ao país e novas lideranças surgindo do movimento sindical dividindo espaço com os tradicionais nomes do MDB, a oposição ao regime ganhava nova feição com o fim do bipartidarismo. Com eleições para o governo estadual marcadas para 1982 a próxima pauta da sociedade brasileira passava a ser as eleições diretas para presidente da República, algo que seria efetivado apenas em 1989, após a Constituição de 5 de outubro ano anterior.

Entretanto, antes da frustração com a derrota da campanha das Diretas Já em 1984 e com a morte de Tancredo Neves em 1985, fazendo com que a presidência fosse parar nas mãos de um político escorado nas

tradições oligárquicas da UDN e da ARENA, a “linha dura” do regime mostraria novamente suas garras.

Apesar da importante derrota de suas pretensões quando Geisel enquadrou o ministro do Exército Silvio Frota em 1977, os exaltados que pairaram durante toda a ditadura nunca esconderam o descontentamento com o iminente fim do regime, a perda de prestígio da caserna e a devolução do poder aos civis.

Por trás de atentados como o do Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981, e de outros cometidos contra outras instituições como a OAB, a ação de militares radicais, torturadores e agentes do Sistema de Informações descontentes com a abertura rumo à democracia, se contribuíram para a implosão da diminuta credibilidade do governo Figueiredo, também conseguiram injetar nesse difícil período de transição um elevado grau de intimidação, que se somava às naturais pressões das lideranças militares e dos políticos a elas alinhadas para a manutenção de seus privilégios e status.

Presidente por força do destino, José Sarney reunia na mesma pessoa a condição de líder político com estreita subserviência à ditadura militar durante seu auge, mas que, quando da proximidade de seu ocaso, buscara dela se desvincular aproximando-se de seus antigos opositores. Por falta de desprendimento pessoal, ausência de vocação ou excesso de instinto de sobrevivência institucional Sarney e o espectro político que assumiu o Brasil em 1985 não enfrentaram questões em aberto da ditadura como a ausência de responsabilização a torturas e assassinatos, a localização de restos mortais de desaparecidos políticos e a abertura de arquivos que pudessem ajudar na elucidação dessas questões. Ausentes da agenda dos dirigentes da Nova República, não só pela alegada abrangência da Lei de Anistia, mas também por conveniência política, essas demandas foram relevadas a um segundo plano e simplesmente devolvidas às vítimas e seus familiares.

Conquistada a Anistia em prol dos perseguidos, que seria ampliada com a Constituição Federal e com novas leis nos governos seguintes (em especial a Lei federal n.º 10.559, de 13/12/2002), a resiliente sociedade civil brasileira unificaria as angústias restantes com a ditadura em uma nova campanha, também cheia de percalços: a da busca da verdade, ou, como prefere Dimitri Dimoulis, a “luta contra o esquecimento”<sup>91</sup>.

---

91 DIMOULIS, 2010, p.105.

## **“Herdeiros deste silêncio”: a busca pela verdade e pela Justiça, um desafio brasileiro**

Se a Comunidade de Informações liderada pelo SNI durante mais de 25 anos tentou obter e controlar dados de interesse para os governos militares, especialmente os que diziam respeito à atuação “subversiva” por parte de opositores, a sociedade civil brasileira, por iniciativas isoladas ou através do trabalho coordenado por instituições engajadas também procurou reunir informações sobre a ditadura, porém, para um fim humanitário: colaborar na identificação dos autores de torturas e no paradeiro de corpos ou restos mortais de pessoas eliminadas pela ditadura.

A perambulação de parentes de desaparecidos políticos por cemitérios ou outros locais utilizados para a ocultação de cadáveres e ações como a que redundou no Projeto *Brasil: Nunca Mais*, em que processos da Justiça Militar foram xerocopiados, microfilmados e enviados ao exterior, constituindo um precioso banco de dados sobre algozes e vítimas, também tiveram outra e importante consequência: manter viva a indignação daqueles que, diretamente ou indiretamente, sofreram ontem com a repressão e que sofrem ainda hoje com o silêncio das autoridades envolvidas e com a impunidade decorrente desses atos.

As dificuldades nesse processo, porém, não foram poucas, e uma delas foi a infeliz tentativa de tratar essa indignação como um mero problema pessoal, exclusivo das vítimas e de seus familiares, a ser suportado como um “aborrecimento” causado por uma ditadura que “não foi tão ruim” se comparada ao governo (1973-1990) do general chileno Augusto Pinochet (1915-2006) ou dos ditadores militares que governaram a Argentina de 1976 a 1983 e que inclusive provocaram uma guerra inútil com a Grã-Bretanha.

Não existe, ou pelo menos não deveria existir nem “pisos” nem “tetos” aceitáveis para casos de tortura ou violência. A morte de uma pessoa, ou a de um milhão, especialmente por motivação política, sempre será uma tragédia, um atestado de desrespeito à pessoa humana, à liberdade de manifestação do pensamento e à tolerância, prova de que a humanidade aprendeu pouco (ou nada) com horrores como os vivenciados nos campos de batalha e de concentração da 2ª Guerra Mundial, ápice da barbárie humana.

A repulsa ao morticínio e à devastação da última grande guerra mundial inspiraram um compromisso para que tais ocorrências não mais se repetissem, o que se cristalizou na Declaração Universal dos

Direitos Humanos, proclamada na Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e subscrita pelo Brasil, dentre outras nações tidas como civilizadas na mesma data. Esse documento aponta como garantias, dentre outras de natureza política e jurídica, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (art. 3º); o direito a não ser submetido à tortura, a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (art. 5º); o direito de não ser arbitrariamente preso, detido ou exilado (art. 9º) e o direito à liberdade de opinião e expressão (art. 19). Em maior ou menor grau, sofreu a sociedade brasileira durante a ditadura instaurada em 1964 de sérias restrições a esses direitos.

Tolerados, a tortura e o assassinato por razões políticas não foram investigados e combatidos pelas autoridades que detinham o poder efetivo à época porque além do interesse em eliminar fisicamente os opositores do regime, reconhecer tais práticas seria passar “recibo” aos opositores do governo, dar razão às críticas feitas aos discordantes, fortalecer aqueles que não aceitavam a situação e que, portanto, estavam do lado “errado”. Mais do que uma punir, tratava-se de vingar a honra da “revolução”, de aplicar um justo castigo em quem lhe era infiel ao não reconhecer sua autoridade.

O Brasil não teve leis formais que autorizassem os agentes do regime militar a matar e a torturar, mas por ações e omissões esses objetivos foram alcançados em muitas ocasiões. Cometidos por razões políticas, esses crimes foram anistiados pelo governo antes mesmo da promulgação da lei de 1979, pois a impunidade que vicejou nesses casos implicou em verdadeiro perdão tácito, em um esquecimento interesseiro.

Cometidos no interesse do Estado, tais crimes não representaram uma ofensa apenas para suas vítimas diretas e indiretas. Eles significaram a quebra da confiança depositada pelo homem no ente terreno que deveria salvaguardá-lo. Tratam-se, portanto, de crimes que extrapolam o indivíduo e o grupo a que este pertence para alcançar e agredir toda a humanidade.

Muitos filósofos, historiadores e juristas já narraram a fábula do nascimento do Estado, que pode ser assim resumida: um pacto onde a sociedade se comprometeu a não mais resolver seus conflitos privadamente, cedendo a uma entidade abstrata, dirigida por alguém escolhido primeiro por designação divina, depois pela vontade do povo, a exclusividade de ministrar a Justiça. Se antes cada agrupamento resolvia seus desacertos praticando vinganças desproporcionais, o Estado teria a função de se colocar acima das paixões dos envolvidos, agindo com isenção em prol do interesse comum.

Tomado o poder em 1964 por um agrupamento que transformou a sua vontade em vontade do Estado, rompeu-se no Brasil, como outras ditaduras e regimes de exceção também romperam no passado e podem voltar a romper no futuro, o equilíbrio e a isenção que legitimam a conduta, a atuação do Estado em proveito do bem estar de todos.

Aparelhado pela vontade de poucos e, portanto, desvirtuado de suas finalidades, este deixou de ministrar a Justiça para se transformar em instrumento de vingança de um grupo contra outro.

Longe de ser uma exclusividade do Brasil, as técnicas de investigação e as estratégias para a eliminação de provas empregadas pela ditadura militar, na forma de torturas, mortes e ocultação de cadáveres patrocinados pelo Estado também devem ser entendidos como atos de vingança, uma vingança primitiva, pois alimentada pelo ódio contra o comunismo, e também desproporcional, pois submeteu suas vítimas a flagelos além dos tolerados por leis nacionais e internacionais.

Não admitidas por nenhuma lei, pois absolutamente contrárias à dignidade da pessoa humana, a tortura e a morte perpetradas por interesses políticos também não poderiam ser simplesmente perdoadas, especialmente pelo mesmo regime que se solidarizava com a violência praticada por seus agentes nos submundos da ditadura. Ao proclamar a impunidade de seus liderados, o próprio Estado concedeu-se uma verdadeira licença de irresponsabilidade, com o agravante de que aquilo que fica impune pode muito bem ser reproduzido novamente.

Nesse sentido, coerente é a exigência feita por Maria Luiza Tucci Carneiro, advertindo que “não poderemos ser herdeiros deste silêncio comprometido pelo ocultamento oficializado que continua a proteger os mandantes e executores de crimes contra a humanidade.”<sup>92</sup>

A partir da constatação de que violações contra a humanidade foram praticados durante a ditadura, permanecendo seus autores fora do alcance da Justiça, surgiram críticas à Lei de Anistia, contemporâneas mesmo à sua promulgação, que sobreviveram à indiferença dos primeiros governos da redemocratização e que, com a atuação de órgãos como o Ministério Público, especialmente a Constituição de 1988, a imprensa e outras entidades tradicionais (OAB, CNBB, ABI etc), se fortaleceram na busca da verdade e da reparação dos danos sofridos.

---

<sup>92</sup> CARNEIRO, 2009, p. 343.

Com a abertura de alguns dos arquivos dos órgãos da repressão, o surgimento de depoimentos e documentos com referências à atuação do governo na Guerrilha do Araguaia, a descoberta (e posterior investigação) da Vala de Perus, as denúncias de vítimas, familiares, associações e comitês atuantes contra a impunidade da ditadura e a postura titubeante do governo brasileiro tornaram-se mais robustas, sendo cada vez mais ouvidas.

Sem o medo de outrora, e cada vez menos intimidada pelas acusações tacanhas de “revanchismo” endereçadas por apologistas do regime, a sociedade passou da fase de denúncias para finalmente questionar: por que torturadores e assassinos conseguiram ficar impunes, mesmo tendo praticados crimes contra a humanidade durante o regime militar? Por que o governo brasileiro, mesmo após a redemocratização e a promulgação da Constituição “Cidadã” de 1988 sempre criou entraves para que documentos e informações que pudessem esclarecer o destino de vítimas até hoje desaparecidas e a atuação dos carrascos da ditadura fossem revelados?

No primeiro governo (1995-1998) do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro, através da Lei federal n.º 9.140, de 4/12/1995, finalmente apresentou um conjunto de medidas que modificava a leniência no enfrentamento dessa pauta ao reconhecer como

mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Apresentando uma lista não exaustiva com nomes de desaparecidos políticos, a lei, em seu art. 4º, criou uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos com poderes para reconhecer: a) outras pessoas desaparecidas e não relacionadas nessa primeira lista; b) mortos por causas não-naturais em dependências policiais ou assemelhadas, ou como resultado de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público; c) falecimentos decorrentes de suicídio ante a possibilidade de serem presas ou como consequência de abalos psicológicos resultantes de tortura imposta por agentes do poder público.

Essa comissão também foi autorizada a promover iniciativas para localizar os corpos de pessoas desaparecidas no caso de existirem indícios quanto ao local em que pudessem estar, bem como a emitir parecer sobre os pedidos de indenizações que viessem a ser formulados na forma do artigo 10 da lei.

Apesar de certas resistências, graças à atuação desta Comissão, que analisou centenas de casos envolvendo vítimas da repressão, a lei promoveu um grande avanço para o enfrentamento dessa mácula da ditadura militar, pois

firmou a responsabilidade do Estado pelas mortes, garantiu reparação indenizatória e, principalmente, oficializou o reconhecimento histórico de que esses brasileiros não podiam ser considerados terroristas ou agentes de potências estrangeiras, como sempre martelaram os órgãos de segurança. Na verdade, morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erigida em 1946.<sup>93</sup>

Identificadas as vítimas, que foram – por si ou seus familiares – indenizadas nos casos em que a Comissão assim determinou após embasadas discussões e estudos, duas questões continuavam em aberto: a localização de restos mortais dos desaparecidos e a punição de assassinos e torturadores. Para que essa tarefa fosse bem sucedida, duas condições seriam necessárias: a primeira, vontade política do Estado de realmente apurar os crimes da ditadura; a segunda, a efetiva abertura dos arquivos ocultos da repressão.

Neste ponto, o desconforto de certos setores – especialmente das Forças Armadas – se transforma em tenaz resistência e o fantasma do “revanchismo” volta à cena. Desde os dias finais do regime a sociedade brasileira, e em especial a classe política, foi intimidada por um espírito corporativo que, defendido firmemente pela antiga “linha dura” do regime, foi incorporado como um valor supremo mesmo após a redemocratização, fazendo com que os militares jamais aceitassem voluntariamente medidas que buscassem repreender sua conduta durante a ditadura.

Se o reconhecimento das vítimas e o pagamento de indenizações

---

<sup>93</sup> Direito à Memória e à Verdade, 2007, p.30.

terminou sendo aceito pela classe militar, dificilmente se avançaria para além deste ponto. Desestimulando ainda mais esse embate, o governo brasileiro, no que interessa aos arquivos da ditadura, passa da omissão para a ação, mas com uma postura que apenas dificulta a busca pela verdade: além de recorrer de decisão que ordenava a abertura desses arquivos e de fornecer limitado suporte material para a busca de corpos, promulga várias leis durante os anos 2000 que criam ainda mais dificuldade para o acesso a documentos que poderiam apontar autores de violações de direitos humanos e o local de destino de suas vítimas.

Ante fortes críticas ao “sigilo eterno” proporcionado por essa legislação e o retrocesso que ela representou, a Lei federal n.º 12.527, de 18/11/2011, conhecida como “Lei da Transparência”, além de eliminar a possibilidade de que sigilo sobre documentos seja mantidos por prazo indeterminado, estabelece em seu artigo 21 que “não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais”, e que as “informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso”.

A falta de vontade política para pressionar a abertura de arquivos com informações que sejam relevantes soma-se, nos últimos anos, com declarações dúbias dos órgãos responsáveis pela produção desse material na época da ditadura, onde ora se afirma que “não existem documentos secretos”, ora se afirma que “eles existiam, mas foram destruídos no passado, nos termos da lei”.

Entretanto, mesmo com tal posicionamento, revelações continuam a surgir de tempos em tempos, demonstrando que a existência desses arquivos não pode ser tratada como um mito. Se a ditadura não conseguiu convencer a sociedade que torturas não existiam, e que a Guerrilha do Araguaia era uma lenda, governos democráticos não podem concordar com esses argumentos.

Dentro de suas marchas e contramarchas em prol da apuração das condutas da ditadura, o Estado brasileiro instituiu na forma da Lei n.º 12.528, de 18/11/2011, a Comissão Nacional da Verdade, iniciativa tomada com notável atraso em relação aos países vizinhos, que desde o início de seus processos de redemocratização procuraram mapear as ocorrências nefastas de suas ditaduras, apontando e punindo os culpados.

A Comissão Nacional da Verdade recebeu um extenso rol de objetivos, dentre os quais

esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos (ocorridos entre 1946 e 1988)... promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior... identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade... encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos... colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos... recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional... promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Por seu esforço em obter novas informações sobre desrespeitos a direitos fundamentais perpetrados pelo regime militar, fechando um ciclo iniciado há quase três décadas pelos que tomaram a iniciativa pioneira em recolher dados sobre o regime, a instalação da Comissão Nacional da Verdade será lembrada no futuro como uma iniciativa elogiável, mas a ausência de responsabilização continua como um traço marcante no horizonte brasileiro, especialmente pela prevalência do alcance da Lei de Anistia e de seus crimes “conexos”.

Fortalecendo o entendimento de que a Lei de Anistia é intocável, para o bem e para o mal, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n.º 153), ocorrido em abril de 2010, considerou a anistia integrada à nova ordem constitucional pelo fato da Constituição de 1988 não ter feito ressalvas à Lei federal n.º 6.683/1979, e esta englobar mesmo os crimes comuns praticados por agentes à serviço da repressão patrocinada pelo Estado.

Contrariando texto da própria decisão, que dizia que a lei “há de ser interpretada a partir da realidade no momento em que foi

conquistada”, o STF entendeu que o projeto de anistia imposto pelo governo da época foi na verdade uma “conciliação”, ocorrida em uma época de “transição para democracia”, ignorando que nessa transição o Brasil, mesmo saído do AI n.º 5, ainda sofria com restrições e arbitrariedades legalizadas pelo regime.

Para Ivan Claudio Marx, um verdadeiro processo de anistia exige o reconhecimento das arbitrariedades cometidas no período de ruptura que se pretende superar, algo a ser buscado via consenso entre governo e sociedade, e não por mera imposição como a verificada no governo Figueiredo:

Assim, também se poderia considerar que as leis de anistia, longe de serem impostas aos cidadãos, deveriam ser resultado de uma verdadeira intenção geral com vistas à reconciliação nos períodos de transição à democracia. Para tanto, deveriam ser ouvidas as vítimas e seus familiares, intervenientes legítimos e necessários no processo. Até porque o Estado tem o dever de adequar seus fins às necessidades e expectativas de seus cidadãos. Ainda mais quando esses foram vítimas do próprio Estado.<sup>94</sup>

A Lei federal n.º 6.683/1979, porém, se não foi imposta pura e simplesmente, tratou-se de um projeto desenvolvido e apresentado pelo regime militar como sendo o único “possível”; desde o início vetou-se a discussão de pontos que poderiam ampliar seu alcance para outras vítimas de perseguições do regime e também para impedir a impunidade de torturadores. Por último, foi debatida e votada por um Congresso contaminado pelo “Pacote de Abril” e seus senadores “biônicos”.

Para Walter Claudius Rothenburg, são ilegítimos os diplomas legais que, além de apresentarem defeitos de formação, também sejam utilizados para que governos de exceção fiquem a salvo de questionamentos futuros:

Leis advindas de um regime de força, com reduzidíssima representação popular, podem ter sua validade questionada por causa da origem espúria. Embora tal questionamento coloque em risco a segurança jurídica, não é razoável despre-

---

<sup>94</sup> MARX, 2009, p.304.

zar a necessidade de esteio democrático para um ordenamento jurídico. Por razões práticas, não se consegue infirmar todas as numerosas leis produzidas no período da ditadura militar, que disciplinam os aspectos mais comuns do quotidiano e que provavelmente não seriam muito diferentes se o contexto político outro fosse. Não assim, todavia, com as normas que tratam de assuntos diretamente ligados à sustentação do regime de força e, com ainda mais evidência, aquelas que pretendem blindá-lo de crítica para o futuro. Estas padecem irremediavelmente da falta de legitimidade.<sup>95</sup>

Dentre outros argumentos para rechaçar a revisão da Lei de Anistia, a decisão do STF também entendeu que a mesma não implicou em qualquer violação aos direitos humanos, cometidos por agentes da repressão que dela se beneficiaram, por ser anterior à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984 e à Lei federal n.º 9.455, de 7/04/1997, que definiu o crime de tortura. O STF também foi refratário ao argumento de que resoluções da ONU consideram desde a década de 1940 como crimes contra a humanidade as práticas do Estado brasileiro durante a ditadura.

Mesmo reconhecendo que “impõe-se o desembaraço dos mecanismos que ainda dificultam o conhecimento do quanto ocorreu no Brasil durante as décadas sombrias da ditadura”, o STF recusa a missão de tratar do assunto por entender que a “revisão de lei de anistia, se mudanças do tempo e da sociedade a impuserem, haverá - ou não - de ser feita pelo Poder Legislativo, não pelo Poder Judiciário.”

Examinando a atividade legislativa brasileira, as perspectivas de revisão da Lei de Anistia não são animadoras, pois o projeto de Lei n.º 573/2011, de autoria da deputada federal Luiza Erundina, que pretendia excluir do alcance da Anistia os crimes cometidos por agentes da repressão, foi considerado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara como “inconveniente e inoportuno”, conforme relatório que repisa especialmente os argumentos da decisão acima do STF.

O projeto da deputada Erundina representou uma resposta à decisão do STF, mas também à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em novembro de 2010, no julgamento do caso

<sup>95</sup> ROTHENBURG, 2012, p.350.

Gomes Lund e outros contra a República Federativa do Brasil, iniciado em 1995 com pedido de condenação do Estado brasileiro por sua atuação em relação às execuções e desaparecimentos cometidos durante a Guerrilha do Araguaia. Considerando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Corte determinou ao Brasil a “obrigação de investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis”, “determinar o paradeiro das vítimas”, fornecer atenção “médica e psicológica” às vítimas sobreviventes e familiares, promover a publicação da sentença e um ato “público de reconhecimento de responsabilidade internacional”, promover “um memorial dos desaparecidos”, oferecer garantias de não-repetição dos atos (mediante educação em direitos humanos nas Forças Armadas, tipificação do delito de desaparecimento forçado, e dar acesso à documentação em poder do Estado) e a criação de uma Comissão da Verdade, que acabou sendo instalada.

Tendo em vista a interposição de embargos de declaração à decisão do STF, para que este esclareça sua posição sobre o desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres enquanto crimes continuados (permanecem no tempo até que sejam apurados), subsiste a possibilidade do tribunal brasileiro, caso dê provimento ao recurso, reconhecer que a Lei de Anistia, mesmo constitucional, não representa impedimento para que a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos seja aplicada e punidos os autores de crimes cometidos em nome da ditadura.<sup>96</sup>

Além das discussões no STF e na Corte Interamericana, às ações promovidas desde os anos 1970 para que fosse reconhecida a responsabilidade do Estado no desaparecimento e assassinato de perseguidos políticos, incrementou-se recentemente a tentativa de responsabilização dos agentes da ditadura.

Um exemplo, dentre outras ações, pode ser encontrado na Ação Civil Pública, processo n.º 0021967-66.2010.403.6100, em trâmite perante a Justiça Federal, na 4ª Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo. A Ação, movida em face de Homero Cesar Machado, Inocêncio Fabrício de Mattos Beltrão, João Thomaz, Maurício Lopes Lima, militares que participaram de sevícias no âmbito da Operação Bandeirantes/DOI-CODI contra extenso rol de vítimas, incluindo Tito de Alencar Lima, o Frei Tito (torturado, tentou o suicídio na prisão, consumando-o em 1974) e a presidente da República Dilma Rousseff.

---

<sup>96</sup> ROTHENBURG, 2012, p.357.

No processo, assinado por Adriana da Silva Fernandes, Eugênia Augusta Gonzaga, Jefferson Aparecido Dias, Luiz Fernando Costa e Sergio Gardenghi Suiama, procuradores da República, e Marlon Alberto Weichert, procurador regional da República, foi requerida, em relação aos militares torturadores, cuja participação nos atos em que tomaram parte foi confirmada pelos sobreviventes: a) a declaração da existência de relação jurídica entre torturadores e suas vítimas e familiares, em razão das responsabilidades pessoais decorrentes das violências praticadas pelos primeiros; b) a condenação em ressarcir a União pelos gastos com indenizações pagas às vítimas de tortura ou familiares de mortos ou desaparecidos políticos; c) a condenação no pagamento de danos morais coletivos; d) a condenação à perda de funções e cargos públicos, bem como perda de proventos de aposentadoria.

A União Federal e o Estado de São Paulo também são réus na Ação, sendo pedido em relação a eles que sejam condenados: a) em realizar pedido de desculpas à nação pelos atos praticados durante o regime militar; b) em divulgar todas as informações relacionadas à Operação Bandeirantes, inclusive relação de pessoas presas, torturadas e assassinadas, as circunstâncias das mortes ocorridas no local, o destino dos desaparecidos, o nome dos agentes e a relação de pessoas físicas e jurídicas que financiaram a operação.

Distante de qualquer pretensão de vingança “revanchista”, são destacados na ação os desafios que em maior ou menor grau, permanecem para que o Estado Democrático de Direito seja consolidado no Brasil:

Com o desenvolvimento das investigações, identificou-se que o processo de consolidação da democracia e reafirmação dos direitos e garantias fundamentais suprimidos pela ditadura demanda do Estado brasileiro a implantação de outras medidas da denominada Justiça Transicional: (a) esclarecimento da **verdade**; (b) realização da **justiça**, mediante a responsabilização dos violadores de direitos humanos; (c) **reparação** dos danos às vítimas; (d) **reforma** institucional **dos serviços de segurança**, para adequá-los à pauta constitucional de respeito aos direitos fundamentais; e (e) promoção da **memória**, para que as gerações futuras possam conhecer e compreender a gravidade dos fatos.

A Ação ainda está em trâmite.

## Conclusões

Em 1964 forças conservadoras muito bem articuladas derrubaram o governo constitucional de João Goulart. Mais do que impedir a irrupção do comunismo, tratou-se da tomada do poder por um grupo coeso em seus interesses e pretensões, formado principalmente por políticos, empresários e militares.

Tendo assumido o poder direto, a classe militar proclamou-se “revolucionária” e elegeu um “delegado” do movimento, que a partir desse momento também ocuparia a cadeira presidencial.

Insatisfeitos com a condução convencional que os políticos emprestavam para a direção dos negócios públicos, descontentes com as críticas e indignados com a “subversão” promovida por esquerdistas, estudantes e outras pessoas que não respeitavam a vontade da “revolução”, os militares promoveram um processo de endurecimento do regime, que de 1968 a 1978 suspendeu garantias e cerceou por completo a sociedade brasileira.

Ao lado de atos legais, o regime militar valeu-se de medidas de força que extrapolaram qualquer controle legítimo e conduziram a ditadura a patrocinar e tolerar torturas e assassinatos. Um forte espírito corporativista e a rígida censura impediam qualquer apuração rigorosa desses crimes à época.

Com a falência moral, econômica e institucional do regime, a ditadura se enfraqueceu e deu início, sem muito gosto, o retorno à democracia, influenciando, porém, para que o poderio militar que dirigiu o país até então não sofresse represálias por parte de quem assumisse o poder.

Impossibilitado de aplicar, quando da transição, uma justiça isenta e comprometida com a apuração das arbitrariedades e crimes da ditadura, continua o Estado brasileiro trilhando um caminho difícil, contraditório, tendo inscrito a primazia dos direitos humanos em sua Constituição, mas sempre protelando sua efetiva aplicação como um projeto para o futuro.

Voltando ao alerta do historiador Hélio Silva contida na apresentação deste texto, temos ainda “negócios tortuosos” a liquidar quando o assunto é a ditadura militar que vigorou de 1964 a 1985 no Brasil. Essa tarefa, se cumprida, prestará um importante serviço no esclarecimento de nódoas que permanecem sobre a história de nosso país, representando ainda um firme compromisso do Brasil de que a tolerância com a impunidade realmente não faz mais parte de nosso cotidiano.

Quando o último corpo de desaparecido político for encontrado, ou quando forem fornecidas indicações seguras de sua localização ou de seu destino; quando o último torturador, assassino ou agente da repressão que tenha cometido ou colaborado na prática de atrocidades seja identificado e preste contas de seus atos, finalmente o Brasil poderá se considerar em paz com seu passado, como uma nação que respeita seus cidadãos, que respeita a pessoa humana.

Substituir o esquecimento imposto por um esclarecimento consciente, que aponte erros e acertos, não deve ser considerado revanchismo, ou mera tentativa de reescrever a história. A história pode até registrar muitos episódios de paixões, de ódios e de vingança, mas suas melhores páginas sempre vão guardar os casos em que a Justiça, conduzida por homens vocacionados e comprometidos com a sociedade, tenha prevalecido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena e outros (org.). **Paulo Egydio Conta**. Depoimento ao CPDOC/FGV. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. 584p.
- ARAUJO, Luiz Alberto David; Nunes Júnior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1998. 388p.
- BAETA, Hermann Assis (Coord). **História da Ordem dos Advogados do Brasil, v. 7: A OAB na voz de seus presidentes**. Brasília: OAB, 2003. 358p.
- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. 448p.
- Baleiro: Expurgos para purificar a democracia. **Folha de São Paulo**, 10/04/1964.
- BERCOVICI, Gilberto. **Poder Constituinte Originário**, in: DIMOULIS, Dimitri (org). Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007. 404p.
- Brasil: Nunca Mais**. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 312p.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2001. 230p.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Desarquivando a Anistia**, in: A Luta pela Anistia. SILVA, Haike R. Kleber da. (Org.). São Paulo: Unesp/Arquivo Público SP/Imprensa Oficial SP, 2009. 488p.
- Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: Relatório Final**, maio a dezembro de 2012, Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013. 262p.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Ética – Direito, Moral e Religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 720p.
- Congresso anula ato que destituiu Jango. **Folha de São Paulo**, 21/11/2013.
- CONY, Carlos Heitor. **1964 – O último dia de Jango**. Folha de São Paulo, 29/12/2013.
- CORRÊA, Villas-Bôas. **Conversa com a Memória**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 284p.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas – Série Perfis Parlamentares n.º62**. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011, 796p.
- DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A Luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania**, in: SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). A Luta pela Anistia. São Paulo: Unesp/Arquivo Público SP/Imprensa Oficial, 2009. 488p.
- DIMOULIS, DIMITRI. **Justiça de Transição e função anistiantes no Brasil: Hipostasiações indevidas e caminhos de responsabilização**, in: DIMOULIS, Dimitri e outros (Org.). **Justiça de Transição no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010. 160p.
- Direito à Memória e à Verdade**. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 500p.
- DOTTA, Mário. **Defesa de um Advogado**. Salto: Taperá, 1967. 46p.

- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 816p.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**, 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1973. 334p.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005, 592p.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 424p.
- \_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 528p.
- GOMES, Angela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6769/1280.pdf?sequence=1>. Acesso em: dez. 2013.
- GUIMARO JUNIOR, Orlando. **A Criação da OAB Piracicaba e sua primeira eleição (1933)**, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, n.º 20, Piracicaba: IHGP, 2013, p. 90 e 93.
- LEMONS, Renato (org.). **Justiça Fardada – O General Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. 368p.
- LIRA NETO, João de. **Castello: a marcha para a ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004. 432p.
- \_\_\_\_\_. **Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 600p.
- O Livro Negro da USP – O controle ideológico na universidade**. 2ª Ed. São Paulo: ADUSP, 1979. 78p.
- MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993. 376p.
- MARX, Ivan Claudio. **Justiça transicional e qualidade institucional no Brasil e na Argentina**. in: A Luta pela Anistia. SILVA, Haiké R. Kleber da. (Org.). São Paulo: Unesp/Arquivo Público SP/Imprensa Oficial SP, 2009. 488p.
- MEDEIROS, Maurício de. **Dever dos Militares**. O Globo, 31/03/1964.
- MELHEM, Celia Soibelman; RUSSO, Sonia Morgenstern (Org), **Dr. Ulysses – O Homem que pensou o Brasil**. São Paulo: Artemeios/Prêmio, 2004. 448p.
- MIRANDA, Nilmário. **Dos Filhos deste Solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 654p.
- MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n.º 1 de 1969**. Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970. 588p.
- MOURA, Ana Maria Straube de Assis; GONZAGA, Tahirá Endo. **Mário de Passos Simas: mais que um advogado, um patrono**, in: SÁ, Fernando e outros (orgs.). Os Advogados e a Ditadura de 1964. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2010. 280p.
- O olho dos EUA no golpe de 64. **Revista Veja**, ed. 1848, 07/04/2004, p. 48.
- ONU denuncia Lei da Anistia no Brasil como obstáculo para a Justiça. **O Estado de São Paulo**, 02/12/2013.

**ORVIL.** Disponível em [http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf). Acesso out. 2013.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão:** o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina, São Paulo: Paz e Terra, 2010. 336p.

Presos em São Paulo responderão por crime contra segurança nacional diz polícia. **G1**, 08/10/2013.

Reformas e Congresso. **Folha de São Paulo**, 17/03/1964.

Revolução definida. **Folha de São Paulo**, 12/04/1964.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura militar no Brasil, repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**, Londrina: UEL, 2001. 388p.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões.** São Paulo: Companhia de das Letras, 2012. 536p.

ROLLEMBERG, Denise. **As trincheiras da memória.** A Associação Brasileira de Imprensa e a Ditadura (1964 – 1974), in: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários: Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 644p.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Direito Constitucional.** São Paulo: Verbatim, 2010. 224p.

\_\_\_\_\_. **Controle de Constitucionalidade e Controle de Convencionalidade:** o caso brasileiro da lei de anistia, in: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri (Coord.). *Direito Constitucional e Internacional dos Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Forum, 2012. 488p.

SCHUBSKY, Cassio (org.). **Estado de Direito Já – Os Trinta Anos da Carta aos Brasileiros.** São Paulo: Lettera.doc, 2007. 272p.

SILVA, Hélio. **A Vez e a Voz dos Vencidos.** Petrópolis: Vozes, 1988. 368p.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997. 816p.

SIMAS, Mário Passos. **Mário Passos Simas** (depoimento, 2006). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2010. 18p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 518p.

TELLES JUNIOR, Goffredo da Silva. **Carta aos Brasileiros.** Revista do Advogado n.º 62. São Paulo: AASP, 2002, p. 12.

Três Fases. **Folha de São Paulo**, 10/04/1964.

VENTURA, Zuenir. **1968 – O ano que não terminou.** 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2008. 288p.

A vitória do juiz contra a ditadura. **Espaço Vital**, 19/04/2011.

WAACK, William. **Camaradas:** nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 386p.

## CAPÍTULO 2

### MEMÓRIA RECUPERADA

*Em abril de 64, por mais lideranças operárias que Piracicaba tivesse, por mais simpatizantes ou filiados ao clandestino Partido Comunista, é difícil imaginar como se poderia ter enchido a cadeia local de subversivos, como noticiaram os jornais.*

# **PASSEATAS, PRISÕES, TORTURA, CASSAÇÃO: Piracicaba teve tudo isso, sim!**

**Beatriz Vicentini**

Passados 50 anos de março de 1964, quem pegar os jornais de Piracicaba para tentar entender o que vivia a cidade, de pouco mais de 115 mil habitantes,<sup>1</sup> naqueles dias que antecederam o golpe militar e os dias imediatamente posteriores, talvez venha a acreditar que, como muitas das cidades médias e pequenas do país, os grandes problemas políticos do país não afetassem de maneira efetiva seus moradores. E, ainda, que a mudança de governo sequer mudaria a rotina na vida de muitos. Apenas aparência.

O que realmente marcou a cidade foi a morte no início de março, mais precisamente no dia 6, do ídolo de basquete Waldemar Blatkauskas. Jogador do XV de Piracicaba, onde se encontrava desde 1958, Waldemar foi bi-campeão mundial em 1959 e 1963 com a seleção brasileira, que ficou em terceiro lugar nas Olimpíadas de Roma em 1960. Era uma figura nacional. Aos 26 anos, no auge da fama, sua morte em acidente de carro na Via Anhanguera, quando retornava de Campinas para Americana para encontrar a noiva, transtornou a população.<sup>2</sup>

Entretanto, mesmo não atrapalhando tanto os piracicabanos, o clima político, as articulações e reações contra o “perigo comunista”, que ameaçava o país e que seria a principal justificativa dos militares

---

<sup>1</sup> Pelo censo de 1960, Piracicaba era o 7º município mais populoso do Estado, excetuando-se a capital, com 116.920 habitantes. IBGE, 1962. p.11.

<sup>2</sup> O Estado de S. Paulo, Morre em desastre o cestobolista Waldemar. 7/4/1964.

para tomar o poder, já estavam no ar também na cidade. Documentada através de vídeo produzido pelo Museu da Imagem e do Som de Campinas, a história de Paulo Marcomini mostra que ele foi, talvez, um dos primeiros a sentir os efeitos do que estava por vir. Aprovado no vestibular da ESALQ, Marcomini ingressara em Piracicaba no clandestino PCdoB em 1963 e foi denunciado, poucos dias antes de 31 de março, ao delegado local, como portador de documentos subversivos ao voltar da primeira reunião do partido de que participou em São Paulo, depois de envolvido num trote por outros estudantes da escola.<sup>3</sup> Segundo relato do próprio Marcomini, muitos anos depois,

cheguei de madrugada, o grupo de estudantes me pegou, levaram minha pasta com as anotações, todo o material para Reitoria e eu soube que o próprio Reitor foi quem entregou para o delegado, para a Polícia. Dei um jeito de sair escondido e ir embora para São Paulo.<sup>4</sup>

A denúncia e o clima já existente definiriam seu futuro: o abandono dos estudos, o enfrentamento de processo com base na Lei de Segurança Nacional e o reforço à militância política.

Recompôr a história daqueles dias não é algo fácil. Os jornais pouco dizem. As versões que se espalham na internet muitas vezes se contradizem. Muitos ainda preferem se calar, outros já morreram. Um relato que reconstrói o que universitários da ESALQ viveram foi deixado em seu blog por José Norival Augusti, então aluno daquela instituição:

No dia 30 de março de 1964 os sócios do Centro Acadêmico Luis de Queiroz (Calq) foram convocados para uma assembleia extraordinária [...] No início da reunião, após ser feita a verificação de presença e colocada em pauta o motivo da assembleia – ‘Greve geral das Escolas superiores contra o golpe militar’ que falava-se aconteceria nas próximas horas ou dias - houve a inscrição dos oradores. Estavam inscritos vários oradores e entre eles um que seria professor da Esalq (cujo nome não me lembro). Ele subiu no caixão vazio de garrafa de cerveja (brama) e num ímpeto apontando para

<sup>3</sup> O Diário, Calouro da ESALQ foi apanhado com material de propaganda subversiva. 18/3/1964.

<sup>4</sup> Conforme documentário “Um homem (in)comum”, 2001.

nossa direção disse: 'É ele!' e apontava na nossa direção. Todo mundo da assembleia olhou para o nosso lado. E repentinamente apontou para o lado contrário com os dedos estendidos e disse: 'É ele!!' e todo mundo olhou para o lado que ele apontava. E continuou apontando para mais duas direções e finalmente disse: 'Estão vendo. A turba não pensa, ela vai para onde alguém aponta ou conduz. Por isto vamos pensar se entramos ou não em greve.' E todo mundo ficou pensativo e serviu para a assembleia decidir melhor se entrava ou não em greve. Mas devido à atmosfera reinante na universidade a assembleia votou pela greve e também devido a outros oradores que nos convenceram que os militares pretendiam tomar o poder e dar o golpe. E os alunos da Esalq entraram em greve.<sup>5</sup>

Trata-se de depoimento que conflita com manifesto distribuído pelo presidente do CALQ, no dia 3 de abril, em que, numa linguagem pouco própria ao movimento estudantil, o órgão declara

apoio às forças armadas até o momento em que se mostre como verdadeiro baluarte na luta contra as ondas subversivas que ameaçam a Ordem e as Instituições, confiando ainda que estas mesmas forças dentro do seu espírito de brasilidade hão de manter-se sempre a favor das liberdades democráticas e constitucionais e opor-se a quaisquer tramas que visem levar-nos a regimes totalitários ou de exceção.

Depois destas considerações, acrescenta o presidente que “uma greve só contribuiria para agravar ainda mais a crise e o fato de não dispormos de dados concretos que levaram a UNE a decretar greve geral. A nossa posição é contrária à deflagração dessa greve”.<sup>6</sup> Algo oposto à decisão tomada pelo Centro Acadêmico XXI Abril, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, que, em assembleia extraordinária realizada no dia 1º, decidiu pela greve. “O C.A. XXI de Abril tomou posição ao lado dos defensores do povo e da Constituição, contrário a qualquer

---

<sup>5</sup> AUGUSTI, 1/7/2013.

<sup>6</sup> Folha de Piracicaba, Estudantes da Agronomia lançam manifesto abordando situação brasileira. 3/4/1964.

tentativa de golpe que vise suprimir nossas liberdades democráticas”.<sup>7</sup>

O golpe havia sido dado, o país mergulhava numa situação ainda pouco conhecida, onde militares tomavam o poder pela força. O presidente João Goulart (1919-1976) ainda não decidira seu destino e a insegurança era a única certeza. Nada disso impediu, entretanto, que no dia 1º de abril de 1964, o Instituto Educacional Piracicabano realizasse o primeiro vestibular para a nova instituição de ensino superior que se instalava na cidade e que seria o embrião da UNIMEP. 200 inscritos disputaram as 160 vagas oferecidas para a Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração de Empresas (ECA). Gustavo Alvim, que seria o primeiro diretor da ECA, lembrou em entrevista ao jornalista Umberto Nassif:

Havia dúvidas se deveríamos ou não realizar o vestibular, os boatos diziam que os postos de gasolina estavam fechados. Tomamos uma decisão: se não faltasse nenhum dos 200 inscritos realizaríamos o vestibular. Não faltou ninguém. A prova foi realizada no Salão Nobre do Colégio Piracicabano.<sup>8</sup>

No dia 2 de abril o delegado regional de Polícia, Adir da Costa Romano, fazia uma manifestação pública através dos jornais pedindo “ao povo que se mantenha calmo, sossegado e que exerça sua atividade normal porque a polícia e a Força Pública estão vigilantes no sentido de garantir a tranquilidade das famílias piracicabanas”.<sup>9</sup>

A vigilância policial tinha alguns grupos específicos. Poucos dias após o golpe, estudantes, que seriam especialmente visados pelos militares, mesmo que não fossem presos eram chamados a dar esclarecimentos, o que nem sempre era tornado público. Em tempos de internet, um depoimento sobre esses momentos também permaneceu durante alguns meses disponível para ser lido num site de uma das mais antigas repúblicas de estudantes da ESALQ, a Jacarepaguá.

A revolução de março provocou uma preocupação natural. Já numa das primeiras manhãs de abril, quando Kixu [apelido de Cristiano Walter Simon, então presidente do CALQ] chegou ao Centro

<sup>7</sup> Folha de Piracicaba, Centro Acadêmico XXI de Abril e a situação nacional. 2/4/1964.

<sup>8</sup> Declarações feitas ao programa Histórias e Memórias. Disponível no site da Academia Piracicabana de Letras: <http://academiapiracicabana.blogspot.com.br/p/gustavo-jacques-dias-alvim.html>. Acesso em out. 2013.

<sup>9</sup> Folha de Piracicaba, Delegado Regional pede ao povo que continue suas atividades. 2/4/1964.

Acadêmico, um grupo de soldados esperava por ele. Recebeu a informação de que deveria seguir imediatamente para a escola. Foi em sua Vespa, atrás do caminhão do Exército. Na escola, juntamente com o diretor, prof. Malavolta, foi interrogado por algumas horas por uma junta militar que havia se deslocado para Piracicaba. Apesar de ter sido instaurado um IPM (Inquérito Policial Militar), Kixu nunca mais precisou depor. Exatamente na noite anterior, Kixu, Zabs e Capivara haviam recolhido todo o material que existia na república e que poderia ser considerado subversivo (livros, documentos e correspondências da UNE e da UEE, entre outros) e fizeram uma fogueira no quintal. Temiam por alguma batida de patrulha do exército, o que nunca aconteceu. Outras repúblicas sofreram esse tipo de visita e alguns estudantes tiveram problema. Imagine que um soldado descobriu a existência do livro Bombas Hidráulicas numa dessas repúblicas. Pode-se imaginar o risco que o proprietário do livro correu!<sup>10</sup>

As marcas do autoritarismo e da repressão se espalharam rapidamente. Em Rio Claro o delegado de polícia Nestor Penteado apostou, na mesa de um bar, que prenderia um professor da Faculdade de Filosofia. O atingido foi o Prof. Warwick Kerr, que alguns anos antes havia trabalhado como docente na ESALQ e fora vereador em Piracicaba pelo Partido Socialista, tendo, depois, se transferido para a Faculdade de Filosofia de Rio Claro. Sobre esse período, o próprio Kerr esclareceria:

Sou socialista. Em 1945 fui a uma reunião, em Piracicaba, do PCB. Ela era presidida pelo escritor Jorge Amado. Quando critiquei as teses de Lysenko sobre genética, aquele escritor respondeu que um assunto como esse deveria ser discutido somente na direção do partido. Nunca voltei a qualquer reunião comunista. Hoje eles estão francamente mudados. Entrei no Partido Socialista Brasileiro em Piracicaba. Fui eleito vereador na legenda desse partido, mas quando me mudei para Rio Claro e fui escolhido Diretor Científico da Fapesp, solicitei

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://republicajacarepagua.com.br/historia\\_5\\_capitulo2.html](http://republicajacarepagua.com.br/historia_5_capitulo2.html) Acesso em: maio 2013.

meu desligamento, porque queria deixar claro que na Fapesp não tomaria qualquer posição política partidária.<sup>11</sup>

Segundo denúncia do Prof. Paulo Duarte (1899-1984) em carta endereçada ao jornalista Julio de Mesquita (1892-1969), Kerr permaneceu onze horas detido, sem qualquer explicação, certamente como resposta à bravata do delegado.<sup>12</sup>

Nos dias seguintes, em Piracicaba, foi a vez de Rodolfo Hofmann, outro aluno da ESALQ que seria vítima de prisão e de posterior Inquérito Policial Militar, visado por sua vivência política antes do golpe através, inclusive, da venda de livros considerados subversivos. Seu depoimento foi dado ao jornalista Caio Albuquerque:

Não me lembro bem que dia, uma semana depois do golpe, eu estava assistindo aula, inclusive, e um bedel foi me chamar dizendo que o diretor, que era o professor Hugo de Almeida Leme, queria falar comigo. Quando eu entrei no gabinete do diretor aqui da ESALQ, tinha um delegado da polícia local aí me esperando e me considerou preso, me levando direto pra delegacia, com a roupa do corpo. Eu passei cinquenta dias preso, numa delegacia, com bons camaradas [...] Com bons camaradas, um ladrão de galinha, um maconheiro, fiquei conhecendo eles [...] até uma experiência interessante na minha vida e não causou nada de aterrorizante. Passei cinquenta dias lá numa cela com três beliches, outros cinco colegas presos, fiz até amizade com essas pessoas e passado cinquenta dias, o negócio já estava mais amainado, o próprio Hugo de Almeida Leme, entrou em contato. Eu ia perder o ano por faltas e não sei que mais (sic.) [...] e foram falar com o delegado e eu fui liberado com a condição de que não saísse da cidade sem avisar [...]<sup>13</sup>

<sup>11</sup> COELHO, 2005, p.68,69.

<sup>12</sup> HAYASHI, 2004, p.178. Em 1969, Kerr foi preso novamente após denunciar, em sala de aula na Faculdade de Medicina da USP/Ribeirão Preto as torturas de que fora vítima Madre Maurina Borges, acusada de subversão pelos militares. Ao final da aula, foi levado em carro de polícia ao delegado local, Miguel Lamano que, após longo interrogatório, o liberou por ordem do II Exército. Naquele dia, Warwick Kerr fora reeleito presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. "Entretanto, o delegado que me liberou fez questão de advertir que se eu continuasse a criticar o governo meus filhos sofreriam as consequências". COELHO, 2005, p.66,67.

<sup>13</sup> ALBUQUERQUE, 2002, p.259 e 260.

E não foi algo que se encerrou rapidamente. Por mais lideranças operárias que Piracicaba tivesse, por mais simpatizantes ou filiados ao clandestino Partido Comunista é difícil imaginar como se poderia ter enchido a cadeia local de subversivos, como noticiaria o jornal O Diário de 10 de abril: “Cadeia pública local está superlotada, havendo celas com 12 indivíduos detidos.” A notícia dava conta de que, entre os suspeitos, 25 já haviam sido recolhidos pelo DEOPS em Piracicaba.

Dos que ainda se encontram em nossa cidade, a maior parte ainda não foi ouvida. Os que já prestaram depoimentos e ficaram constatadas as suas tendências anti-democráticas, já foram encaminhados ao DOPS, na capital bandeirante.

Entre os detidos encontravam-se os líderes sindicais da cidade, inclusive o vereador Celso Camargo Sampaio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação. O noticiário ainda destacaria que os “sindicatos foram vasculhados e neles encontrado farto material de propaganda esquerdista”. Na casa de um estudante universitário, ao lado da biografia de Fidel Castro e de outros livros da União Soviética havia sido encontrado um bilhete com o seguinte texto: “Deus é comunista. Daí tudo o que tem para os pobres e me acompanhe”. Outros vereadores de cidades próximas também haviam sido presos e permaneciam detidos em Piracicaba: um do PTB de Rio de Claro e Jorge Julio, de Santa Bárbara D’Oeste. A matéria era ilustrada com as apreensões feitas e o delegado regional Adir Romano, o delegado substituto Roberto Aníbal Castro de Vieira Cardoso e os investigadores Pinho, Paulo Camargo e Dercio Giuliano, responsáveis pelas apreensões.<sup>14</sup> No dia seguinte, o tema seria a manchete do mesmo jornal, que noticiaria novas apreensões de material subversivo e prisões em cidades próximas, como Charqueada e Analândia. “O corpo de investigadores se encontra em intensa atividade a fim de cobrir todas as denúncias existentes, colhendo o maior material possível [...]”<sup>15</sup> Mas o jornal A Folha de Piracicaba admitiria:

não há motivo para alarme, mas é de se lamentar que, nas prisões efetuadas, muita gente que nada tem de subversiva, mas que não passam de iludi-

<sup>14</sup> O Diário, Elementos suspeitos: 25 já foram recolhidos pelo DOPS em nossa cidade. 10/4/1964, p.4.

<sup>15</sup> O Diário, Farda da Milícia Vermelha entre materiais subversivos apreendidos pela polícia local. 11/04/1964, primeira página.

dos e de inocentes úteis, tenha sido também levada pela polícia política.<sup>16</sup>

Naquele abril de 1964 – na Piracicaba onde os investigadores apreendiam até mesmo uma blusa vermelha com gola e bolsos negros, taxando-a de “uniforme comunista”, e numa mesma casa qualificavam de farto material subversivo a foto de Luiz Carlos Prestes pendurada em uma das paredes e um quadro com desenho a lápis de Lenin, Stalin, Marx e Prestes –<sup>17</sup> parece que apenas um grupo que viajou para a União Soviética não despertou suspeitas políticas. Foi a equipe de futebol do E.C. XV de Novembro, que fazia sua primeira viagem à Europa e partiu no dia 15 de abril rumo à Rússia, Polônia, Alemanha Oriental e Ocidental, Tchecoslováquia, Noruega e Suíça. Não houve qualquer repressão às dezenas de torcedores que foram se despedir dos jogadores, que saíram de Piracicaba rumo ao Aeroporto de Viracopos.<sup>18</sup>

Mas a tensão certamente se fazia sentir. Assim, no dia 16 de abril, a tradicional passeata de “bichos” da ESALQ acabou sendo suspensa. Em esclarecimento, publicado em todos os jornais locais, a Comissão de Trote informava que

devido aos fatos políticos que se desenrolam em todo o país, e que são de todos conhecidos, o CALQ, através de sua Comissão de Trote, com o alto espírito de compreensão cívica e de colaboração com as autoridades constituídas procurou restabelecer o clima de tranquilidade no seio da família brasileira, resolveu suspender em definitivo a realização da Passeata Geral dos Calouros da Agronomia [...]<sup>19</sup>

Das primeiras pessoas detidas, que lotaram a cadeia, pouco mais se diria. No dia 28 de abril ainda se encontravam detidos 8 suspeitos de subversão, “sendo assim, já foram colocados em liberdade mais de 30 indivíduos”.<sup>20</sup> Nos meses seguintes, mais nenhuma notícia sobre o tema de subversão ou comunismo seria noticiado pelos jornais

<sup>16</sup> Folha de Piracicaba, Diversas prisões foram efetuadas em nossa cidade: sigilo quanto aos nomes. 9/11/1964, primeira página.

<sup>17</sup> O Diário, Farda da Milícia Vermelha entre materiais subversivos apreendidos pela polícia local. 11/04/1964, primeira página.

<sup>18</sup> Jornal de Piracicaba, XV seguiu ontem para a Europa. 16/4/1964, última página.

<sup>19</sup> Jornal de Piracicaba, Suspensa passeata dos bichos. 16/4/1964, última página.

<sup>20</sup> O Diário, Aconteceu na polícia. 28/04/1964.

em termos locais. A cobertura se limitaria a reproduzir o noticiário nacional e a indicar movimentos de apoio aos militares, como a Campanha “Dê Ouro para o Brasil” ou a recepção, em julho, ao Comandante do II Exército, general Amaury Kruel (1901-1996) na Praça José Bonifácio, seguida por jantar oferecido pela sociedade piracicabana, onde recebeu uma bandeira brasileira especialmente confeccionada para a ocasião. O símbolo nacional estava acondicionado em estojo de madeira que teve concepção artística de Archimedes Dutra (1908-1983) e os entalhes e acabamentos feitos por Eugenio Nardin (1921-2009).<sup>21</sup> Um clima de cordialidade que, nos anos seguintes, se manteria com almoços oferecidos pelos militares a essas mesmas lideranças políticas locais, que aceitariam convites, em 1968, para se deslocarem até mesmo ao 5º GCan de Campinas – onde os suspeitos eram chamados nem sempre gentilmente a prestarem esclarecimentos. O relato foi feito em entrevista a Caio Albuquerque pelo jornalista José Antonio Bueno de Camargo (1933-2009), que lembrou de evento que reuniu no local mais de 200 pessoas, entre o alto comando militar e, de Piracicaba, jornalistas, políticos, gente de sindicato, de empresas, de igrejas.<sup>22</sup>

Entretanto, ainda em 1964, enquanto a cidade apoiava os militares, Rodolfo Hoffmann e Paulo Marcomini seriam as figuras mais visíveis da ESALQ acusadas de subversão nesses primeiros tempos do governo militar. Uma lista de 52 pessoas, entre as quais 44 eram professores e o restante alunos e funcionários da USP, foi elaborada por uma comissão especial designada pelo reitor Gama e Silva (1913-1979) para investigar atividades subversivas na instituição, que acabou por concluir “serem realmente impressionantes as infiltrações de ideias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos”. Da ESALQ, apenas Marcomini e Hoffmann foram mencionados. Na lista constavam, entre outros, nomes como Fernando Henrique Cardoso, Mário Schemberg (1914-1990), Caio Prado Junior (1907-1990), José Serra (ainda estudante) e Paul Singer. A sugestão da comissão era a suspensão dos direitos políticos de todos eles, o que não foi acatado de imediato pelos militares.<sup>23</sup> Mas a prática veio a público, gerando, inclusive, um artigo da Folha de São Paulo, em julho de 1964, que concluía haver

---

<sup>21</sup> O Diário, Bandeira nacional entregue ao Comandante do II Exército, 29/07/1964 e Virá sábado a Piracicaba o general Amaury Kruel. 23/06/1964.

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE, 2002, p. 297.

<sup>23</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004, p.17 a 19.

indícios, infelizmente fortes, de que pelo menos em certos núcleos da Universidade de São Paulo a política do 'dedo duro' se esteja implantando, visando de maneira particular a alguns elementos mais brilhantes daquela corporação.<sup>24</sup>

O clima de intimidações prosseguiu sob diversas formas ao longo dos anos e nas décadas seguintes, atingindo cidadãos comuns mas, principalmente, o meio acadêmico das universidades e lideranças que, de alguma maneira, procurariam contestar o regime militar. Um clima que chegaria a tal ponto que, anos depois, assim o analisaria o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995):

Já no segundo ano da década de 60, os conspiradores civis e militares vasculharam seus pontos de apoio e deram um balanço nas forças vivas da reação existentes na USP. Houve uma mobilização prévia, e os que se distinguiram na fase acesa da rebelião pela conquista do poder governamental foram contemplados com vários cargos públicos, de ministros para baixo. A primeira lista de expurgo de professores e o primeiro projeto de como sufocar a sedição imperante na USP foram traçados nessa fase, numa colaboração íntima de professores com oficiais de serviço de segurança e com policiais do DOPS.<sup>25</sup>

Esta firmação colocou sob suspeição também o piracicabano e professor da ESALQ, Hugo de Almeida Leme (1917-1992), cuja nomeação como ministro fora festejada amplamente pela cidade. Segundo a Profa. Marli Guimarães Hayashi, doutora em História pela Universidade de São Paulo, ele estaria entre os beneficiados, alçado a Ministro da Agricultura do governo Castelo Branco entre junho de 1964 e novembro de 1967.<sup>26</sup> Hugo de Almeida Leme nunca escondeu seu apoio aos militares e menos de uma semana após Castelo Branco ter sido empossado, como presidente da Associação de Ex-Alunos da ESALQ fez questão de encaminhar cumprimentos em nome dos agrônomos formados por Piracicaba. "Nossos cumprimentos são a

<sup>24</sup> Folha de São Paulo, Dedo duro na USP. 20/8/1964.

<sup>25</sup> FERNANDES, 1984, p.48.

<sup>26</sup> HAYASHI, 2004, p.181.

reafirmação de nossa fé democrática, pois sua conduta nos garante a certeza de que, daqui para a frente, teremos ambiente para trabalhar pela efetivação de nosso regime, sem demagogias danosas.”<sup>27</sup> Postura compartilhada e aplaudida pela cidade, expressa em editorial assinado por Joaquim do Marco (1899-1977) no jornal O Diário:

E maior é o impacto emocional quando vemos que ele [Hugo de Almeida Leme] vai colaborar num governo redentor, que se implantou para livrar a nação da malta de corruptores e comunizantes que a desgraçavam. Como é bom, como faz bem aos nossos sentimentos de bairrismo sem prevenções anotarmos que Piracicaba, além da excelente contribuição de ‘ouro e dinheiro para o bem do Brasil’, ainda vai contribuir para salvar o país com outra espécie de ouro muito mais valiosa que é a inteligência, o preparo, a capacidade e a dedicação de um de seus filhos diletos.<sup>28</sup>

Naqueles primeiros meses de acatamento amplo ao regime militar as lideranças estudantis da Faculdade de Farmácia e Odontologia não seriam poupadas em Piracicaba. No dia 3 de junho a diretoria do Centro Acadêmico XXI de Abril, presidida por Antonio Bartholomeu Azeredo, foi destituída pelo diretor Carlos Henrique Liberalli (1909-1970), que tomou como base portaria do Conselho Estadual de Educação que determinava a dissolução dos Centros Acadêmicos, fundamentada em Ato Institucional. Tentando justificar um caso particular, Liberalli, certamente sem imaginar a repercussão que isso poderia ter, divulgou um longo comunicado que acabou por se transformar em documento histórico, capaz de explicar claramente o clima que cercava de suspeição qualquer movimento estudantil na época e as estratégias adotadas pelo regime para desmontá-los:

Uma vez que praticamente todas as diretorias de Centros Acadêmicos tinham tido ligações mais ou menos estreitas com a União Nacional dos Estudantes, cuja orientação se processava dentro de um nítido sentido de preparação da subversão, todas essas Diretorias seriam certamente objeto de sindicâncias pessoais. Embora se pudessem chegar

<sup>27</sup> Folha de Piracicaba, Associação de Ex-Alunos da Escola de Agronomia envia cumprimentos a Castelo Branco. 23/3/1964.

<sup>28</sup> O Diário, Ministério da Agricultura: desafio à Piracicaba. 18/6/1964.

finalmente à conclusão de que muitos diretores de Centros Acadêmicos não pactuavam com os métodos comunizantes postos em ação pelas 'cúpulas', nesse entretempo haveria necessariamente constrangimentos e intranquilidade que perturbariam a marcha dos estudantes e universitários. Daí terem sugerido os Diretores dos Institutos Isolados, por unanimidade, que a Câmara de Ensino Superior, usando de suas prerrogativas de órgão aplicador do Ato Institucional, declarasse extintos os mandatos de todos os diretores de Centros Acadêmicos. Desta forma se evitaria suspeita, que recaia sobre alguns deles, de que continuassem suas diretorias em manobras supreptícias de sabotarem aos propósitos da Revolução Democrática. Tanto que os estatutos desses Centros (a maioria dos quais consignava artigos que já haviam sido preparados para permitir o domínio dos Centros por ativistas) tinham que ser expurgados de referências a UNE e a UEE e a implicações de natureza política. Ficaria, entretanto, aos diretores, a liberdade de designar um aluno ou um grupo de alunos para responder pelo expediente da diretoria até a reforma estatutária de acordo com normas gerais, e consequente eleição de nova diretoria. A Câmara de Ensino Superior aceitou a sugestão transformando-a em resolução. E o presidente do Conselho Estadual de Educação baixou portaria determinando seu cumprimento.<sup>29</sup>

A Faculdade de Odontologia seria envolvida, alguns meses depois, em mais um episódio típico daqueles anos em que uma simples crítica poderia significar demissão. Ao retornar de Genebra, onde atuara como perito em Saúde Mental da Organização Mundial de Saúde, o Prof. Alfredo Reis Viegas se viu afastado da instituição. O contrato fora rescindido pelo mesmo diretor, Carlos Henrique Liberralli, que, após protestos dos alunos, se justificou através dos jornais garantindo que a medida tinha caráter meramente administrativo. Viegas replicou, trazendo a público uma outra versão:

a mim me foi dito pessoalmente pelo Sr. Diretor que o motivo de meu afastamento se prendia ao

---

<sup>29</sup> Folha de Piracicaba, Diretor da Odontologia explica decisão do CEE. 13/06/1964, primeira e última páginas.

discurso que pronunciei no jantar oferecido ao Prof. Francisco Degni, por ter sido esse eminente professor dispensado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado da direção da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.<sup>30</sup>

Ou seja, sua solidariedade a um colega que desagradara ao governador lhe custara o emprego. Alfredo Reis Viegas, o professor afastado, foi o primeiro cirurgião-dentista brasileiro a obter o título de *Master* em Saúde Pública pela Universidade de Michigan, em 1952. Juntamente com o Prof. Mário Chaves, instituiu o curso de Dentista Sanitarista na Universidade de São Paulo e foi autor do primeiro “Código de Ética Odontológica”, aprovado pela União Odontológica Brasileira.

Apesar desse clima, ousadias ainda foram possíveis. E aconteciam sem maiores consequências, como registra Roberto Antonio Cera, envolvendo jovens que talvez até desconhecêssem onde sua provocação os poderia levar. Um fato que se deu na montagem da peça teatral “Romanceiro da Inconfidência”, adaptação feita do texto de Cecília Meirelles por José Maria Ferreira<sup>31</sup> (1941-1991), acrescentar por um jovem piracicabano que marcaria a vida cultural da cidade e dois outros colaboradores que seriam reconhecidos anos depois. O musical foi montado pelo grupo de Teatro Universitário da Faculdade de Educação do Piracicabano, assim descrito pelo Jornal de Piracicaba em maio daquele ano:

O jovem Jamil Maluf,<sup>32</sup> além da música-tema, também compôs quatro canções, a partir dos poemas de Cecília, conseguindo uma rara harmonia entre a forma musical e o estilo lírico e delicado da poetisa. As músicas foram compostas para diferentes tipos de coros femininos, masculino e misto, com acompanhamento de flauta, violão e percussão. O artista plástico José Rubens Siqueira<sup>33</sup> desenhou os figurinos, em parte estilizados, a partir de

<sup>30</sup> Folha de Piracicaba, Professor demitido responde ao Diretor da Odontologia: caráter político do afastamento. 15/11/1964.

<sup>31</sup> José Maria Ferreira realizou estudos em Edimburgo, Inglaterra, e na Escola do Teatro da Universidade da Flórida, EUA. Foi professor, escritor, jornalista, teatrólogo, promotor cultural. É autor do livro para a ópera “A Moreninha”, de Ernst Mahle (PFROMM NETO, 2013, p.233).

<sup>32</sup> Jamil Maluf nasceu em Piracicaba em 1950. Fundou a Orquestra Experimental de Repertório, foi diretor artístico do Theatro Municipal de São Paulo e regente titular da Orquestra Sinfônica Jovem de São Paulo. É autor de várias trilhas teatrais e dirigiu montagens de óperas e balés.

<sup>33</sup> José Rubens Siqueira nasceu em Sorocaba em 1945. É autor e diretor de teatro, além de cenógrafo. É reconhecido também por suas traduções literárias.

gravuras de Debret, e em parte desenhados sem preocupação de fidelidade histórica. Além disso, ele é responsável pela coreografia do espetáculo.<sup>34</sup>

Conta Cera, responsável pelo som e iluminação do espetáculo:

Era época de repressão e a peça não podia ser exibida sem passar pela censura. O ponto emocionante era aquele em que Tiradentes morria, não enforcado, mas escrevendo com spray a palavra 'Liberdade' no cenário. Então, eu soltava o som de uma rajada de metralhadora. Essa era a preocupação. Quando o censor chegou, vindo de São Paulo, o Zé Maria teve uma ideia. Mandou que a bateria imitasse o rufar dos tambores e que eu não soltasse o som da metralhadora. Quando acabou a peça, o censor veio nos cumprimentar pela beleza do espetáculo musical, que foi liberado. No dia seguinte, voltou a metralhadora e foi assim até o fim.<sup>35</sup>

O efeito certamente foi tão significativo que a crítica, logo após a estréia, registrou que “houve não só vários aplausos em cena aberta, como também uma verdadeira ovação no final, com o público aplaudindo em pé um dos espetáculos mais bonitos já vistos na cidade”.<sup>36</sup> A peça foi encenada várias vezes no Salão Nobre da UNIMEP, uma vez no Teatro Anchieta em São Paulo e venceu o Festival Estadual de Teatro em Limeira, naquele ano, premiado em várias categorias.

## **A cassação de Salgot: no GCan, vice é chamado para que assuma**

Em 1969, 22 prefeitos foram cassados em todo o Brasil. Um deles foi Francisco Salgot Castillon (1921-2002), prefeito de Piracicaba. A partir de 13/12/1968, com o AI-5, o regime militar ganhou poderes

<sup>34</sup> Jornal de Piracicaba, Romanceiro da Inconfidência estréia no próximo sábado. 29/5/1969.

<sup>35</sup> Depoimento de Roberto Antonio Cera publicado pela primeira vez no Facebook, em 13/10/2013, e confirmado em entrevista à autora em novembro de 2013.

<sup>36</sup> Jornal de Piracicaba, Tiradentes aclamado de novo. 3/7/1969.

para fechar o Congresso Nacional e outros legislativos [medida regulamentada pelo Ato Complementar nº 38], cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir em Estados e municípios, decretar confisco de bens por enriquecimento ilícito e suspender o direito de habeas corpus para crimes políticos.

Ao final de 1969, 333 políticos estavam com seus direitos políticos suspensos: 5 senadores, 78 deputados federais, 5 senadores, 151 deputados estaduais, 22 prefeitos e 23 vereadores.<sup>37</sup>

Piracicaba soube que estava sem prefeito, por decisão dos ministros militares, na noite do dia 17 de outubro, quando foguetes começaram a explodir especialmente na região central, o que mostrava claramente que o afastamento de Salgot deixava muitos cidadãos satisfeitos. A notícia foi dada pela "Voz do Brasil". No dia seguinte os jornais deram a notícia, de forma quase tímida. O Diário trazia, como principal manchete, o título "Salgot foi cassado", sem qualquer texto e, num segundo destaque, a notícia "Cassados 10 deputados e 4 prefeitos". Alí informava que, "os ministros militares, em função na Presidência da República, tendo em vista a indicação do Conselho de Segurança Nacional" haviam resolvido cassar os mandatos eletivos estaduais e suspender os direitos políticos, por 10 anos, de 10 deputados e mais 3 prefeitos, além de Salgot. Entre estes estava o prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado que, anos mais tarde, chegaria a Ministro da Agricultura, no governo José Sarney, e da Justiça no governo Fernando Henrique. O Diário ainda traria, na primeira página, uma matéria mostrando a normalidade com que transcorreria o último dia de Salgot como prefeito, fazendo despachos de rotina. "Francisco Salgot Castillon estava triste na tarde de ontem, talvez pela gripe que o vem molestando. Não sabia que estava para ser cassado, inclusive fazia planos para o futuro da cidade."<sup>38</sup>

Salgot, que tinha um histórico populista e se aliara a sindicalistas na origem de sua vida política, fora eleito prefeito pela Arena na estranha acomodação das forças locais que se dera em Piracicaba após a criação do bipartidarismo pela ditadura militar através do AI nº 2. E como destacaria Cecílio Elias Netto, eleito Salgot, o MDB de

<sup>37</sup> Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/index.html>. Acesso em: set 2013.

<sup>38</sup> O Diário, O último dia do prefeito. 18/10/1969, primeira página.

Piracicaba não demorou a bater à porta dos militares no GCan de Campinas buscando evitar a sua posse. Daquela unidade militar teria saído a declaração do Coronel Argus Lima, quando questionado sobre a recente eleição de Orestes Quércia em Campinas, também naquele ano: “O problema não está no MDB nem em Campinas. Está na Arena e em Piracicaba”.<sup>39</sup>

Eram tempos em que não se discutiam e nem se tentava explicar cassações, fossem os jornais das pequenas cidades ou a grande imprensa, que também noticiou de maneira contida as cassações daquele dia, embora estivessem em suas primeiras páginas. No dia seguinte O Diário ainda arriscou publicar uma reação do próprio Salgot, prudentemente intitulada “A vida continua”. A notícia indicava que o já ex-prefeito “não comentou sobre as razões da cassação, nem teceu qualquer crítica. Aceitou a medida tomada pelo governo federal serenamente, dizendo apenas que ouvira a notícia através da transmissão da Hora do Brasil”.<sup>40</sup>

Uma terceira notícia, registrada no dia 21, lida anos depois, deixa entrever, mais uma vez, um estranho envolvimento militar para a “normalização” da situação local. No dia seguinte à cassação a Câmara Municipal convocou o vice-prefeito Cássio Padovani para empossá-lo, ao que ele respondeu que, devido a compromissos profissionais particulares, não poderia fazê-lo de imediato. A Câmara então empossou, no exercício temporário de prefeito, o presidente do Legislativo, João Fidélis. Mas, no dia 21, novamente foi o jornal O Diário que detalhou o que ocorreu até que realmente Cássio Padovani se decidisse a assumir, em uma notícia que relata a ida de João Fidélis – empossado no dia 18, às 14hs – já no dia 19 ao 5º GCan, em Campinas, acompanhado pelo tenente Alfredo Mansur (1925-2005), autoridade militar de Piracicaba. É o próprio Mansur quem explica as razões da viagem:

Essa ida nossa a Campinas se prendeu à atitude tomada pela Câmara que, embora a boa intenção de que se revestiu, lamentavelmente veio a contrariar o Ato Institucional nº 7. Sendo assim, o ato da Câmara foi ilegal, e por contrariar um ato revolucionário tivemos que tomar uma providência imediata. Daí consultarmos o órgão de segurança

<sup>39</sup> ELIAS NETTO, 1992, p.141.

<sup>40</sup> O Diário, A vida continua. 19/10/1969, primeira página.

de nossa região, eu e Sr. João Fidélis. Mais tarde, a pedido do Coronel Argus [Lima] compareceu o Dr. Cássio Padovani, ficando acertada apenas a hora da posse e não quem deveria tomar posse, pois o Ato Institucional é claro: vagando o cargo de prefeito, o vice tomará posse.<sup>41</sup>

Muito se falou nos bastidores sobre os motivos da cassação de Salgot. Suas origens sindicais, desde há muito haviam deixado marcas de irritação profunda: liderara greves, fortalecera-se diante de várias categorias, tornara-se homem de confiança dos trabalhadores nas várias mediações que realizara em impasses surgidos com empresários nos anos anteriores. Um documento, entretanto, depositado nos arquivos do DEOPS e somente encontrado ao final dos anos 1990 indica que desafetos locais souberam maximizar seu descontentamento usando informações de vários tipos enviadas aos militares para motivá-los a uma cassação.<sup>42</sup> A informação reservada nº 26/68, classificada como A1 (ou seja, de fonte completamente idônea e de precisão confirmada quanto ao conteúdo), datada de 2 de julho de 1968, enviada do 5º GCan ao Ministério do Exército dá conta de atividades de corrupção e subversão de Salgot Castillon em seu mandato anterior como prefeito, Alberto Coury, que completou o mandato de Salgot quando ele foi eleito deputado estadual em 1962, e Luiz Mattiazzo, diretor da Contabilidade da Prefeitura na gestão dos dois ex-prefeitos. O documento relaciona uma série de atividades qualificadas como corrupção no início dos anos 60,<sup>43</sup> em termos de irregularidades administrativas listadas através de perícia contábil do Instituto de Polícia Técnica da Secretaria da Segurança Pública e auditoria realizada pela Sociedade Nacional de Administração, Racionalização e Controle Ltda., tais como desfalque, ausência de concorrências, rasuras em escrita de despesa pública, pagamentos indevidos, inutilização de documentação, emissão de cheques sem fundos, não recolhimento a entidade de previdência municipal, apesar do desconto feito aos servidores, empreguismo generalizado.<sup>44</sup> Não era um assunto totalmente novo na cidade. Ainda em março de

<sup>41</sup> O Diário, A posse de Fidelis não valeu. 21/10/1969, primeira página.

<sup>42</sup> ELIAS NETTO, 1992, p.149-154.

<sup>43</sup> Salgot foi eleito prefeito de Piracicaba pela primeira vez em 1959, com 13.859 votos, de um total de 22.983 votos apurados. Em 1962, elegeu-se deputado estadual pela UDN. Em 1968 elegeu-se prefeito pela segunda vez pela legenda da ARENA.

<sup>44</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1211.

1964 o então prefeito Luciano Guidotti (1903-1968), ao assumir a prefeitura, denunciara em matéria paga em alguns jornais, a situação em que encontrara a máquina pública, referindo-se ao período Salgot-Cury:

A desordem reinante na Contabilidade vem de longe, desde quando o Sr. Mattiazo passou a mandar na Prefeitura, a tal ponto que o balanço que solicitamos no início de nossa gestão, com empenho, só nos foi entregue 90 dias depois... mas os credores esperam receber e estamos pagando na medida do possível com cheques bons, não com cheques sem fundos como era hábito recentemente; temos uma relação de alguns somando Cr\$ 4.682.785,00! Querem o número de cada cheque? O nome dos interessados?<sup>45</sup>

A Sociedade Nacional de Administração, Racionalização e Controle Ltda., mencionada no informe do II Exército como responsável pela auditoria que teria identificado as fraudes, é a mesma empresa contratada pelo governo de Luciano Guidotti, que também chegou a publicar suas conclusões nos jornais locais em outubro de 1964, pedindo “imediate abertura de competente inquérito”.<sup>46</sup> Esse vínculo entre Luciano Guidotti e a SNARC chegou a ser mencionado em documento enviado ao DEOPS pelo delegado Edward Quass, em novembro de 1968, informando que as contas de Salgot referentes aos anos 1960/1961 haviam sido aprovadas pela Câmara Municipal sem restrições; enquanto as do exercício de 1962/1963 foram rejeitadas sem que fosse tomada qualquer providência administrativa ou policial.<sup>47</sup> O curioso, entretanto, é que o destino do informe foi seu arquivamento em 16 de julho de 1969, três meses antes da cassação de Salgot.

Mas o documento do II Exército menciona ainda, em relação a Salgot, questões ligadas à subversão, como instigação a greves e participação em piquetes. Ao seu final, o documento indica que

torna-se imprescindível a imediata abertura de in-

<sup>45</sup> Folha de Piracicaba, Explicação necessária. 26/4/1964.

<sup>46</sup> Folha de Piracicaba, Cumprindo a promessa. 11/10/1964.

<sup>47</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-E-3-979.

quérito e sequestro dos bens, a fim de tornar efetiva a responsabilidade dos citados, dando-se andamento a todos os procedimentos legais cabíveis, além de levantar-se as demais ações praticadas, uma vez que as investigações até agora realizadas apenas comprovam o que foi evidente e inescrupulosamente praticado, pois falta apurarem-se as ações que com fraude ou falsificação procuraram acobertar.<sup>48</sup>

Essa determinação de que a punição a Salgot não tardasse de certa forma se confirmou com depoimento feito, décadas mais tarde, pela já viúva do ex-prefeito ao relatar prisão de que ele seria vítima algum tempo após a cassação. A Sra. Ladice Salgot, em programa do radialista João Nassif, contou que:

Francisco assumiu a Prefeitura em janeiro ou fevereiro, não me lembro mais. Logo depois, ele indo a São Paulo ficou sabendo através de um político amigo, que o nome dele estava sendo visado para a cassação. Essa espada na nossa cabeça não foi só em outubro. Foi praticamente o ano todo. Estávamos em casa, no nosso apartamento no Edifício Santo Antonio, no quarto andar. Não sei se ele estava na Prefeitura, foi avisado e veio para casa. Em seguida alguns amigos começaram a aparecer para darem seu apoio... No ano seguinte, já estávamos morando no Edifício Rio Negro, foi assassinado alguém ligado aos comunistas. Acho que Marighella.<sup>49</sup> Os militares, preocupados que houvesse um levante, acharam melhor efetuar diversas prisões de pessoas que tivessem ligadas ao fato ou líderes. Eles chegaram em Piracicaba, era 1 ou 2 de novembro, esses feriados que tem, a minha filha graças a Deus não estava, tinha ido ao cinema, meus pais moravam no meu apartamento no Edifício Santo Antonio, e chegou esse militar, com a ordem de prisão, para que ele fizesse a malinha e para ir ao 5º GCan... O milico viu os livros

<sup>48</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1211.

<sup>49</sup> Carlos Marighella (1911-1969) foi morto em 4 de novembro de 1969, no bairro dos Jardins em São Paulo, em emboscada montada pelo delegado Sérgio Fleury. Detalhes em MAGALHÃES, 2012. Ao aproximar-se um ano de sua morte, várias prisões foram realizadas em todo o país, visando impedir quaisquer manifestações. É nelas que está incluída a detenção de Salgot Castillon narrada por sua viúva.

que tínhamos. Deu uma espiadinha no que a gente lia. E carregou meu marido! Eu fiquei em desespero... Foi um momento bastante difícil. Por causa dos feriados de finados, o comando não estava lá. Estava tudo meio parado. Só não estava parado para prender. Você não imagina o número de pessoas que estavam lá, presas. Sem saber também o porque. Gente que estava assistindo futebol, eles levaram do jeito que estavam, de shorts. A família não sabia de nada. Francisco trouxe diversos telefones, para que eu telefonasse avisando. No meio desses militares tinha um coronel, que se não me engano se chamava [Rubens] Restell, que era muito amigo do meu marido, sabia da integridade dele e do ponto de vista social do meu marido. Ele não era comunista. O coronel Restell disse que fazia questão de me pedir desculpas pela prisão do Francisco. Foi um momento muito difícil, eu procurei esquecer.<sup>50</sup>

Salgot permaneceu preso no GCan por cinco dias. Quem foi buscá-lo foi o então prefeito Cássio Paschoal Padovani, que o havia sucedido após a cassação.<sup>51</sup> Em entrevista dada ao pesquisador Caio Albuquerque, em que insistiu em defender que sua cassação se deu por motivos políticos locais, Salgot reafirmou não ter sido vítima de tortura ou maus-tratos no período em que esteve preso no 5º GCan. “Era só a humilhação de ter sido levado sem dizer por quê. Não são histórias de tortura. É justamente esse constrangimento”.<sup>52</sup>

É necessário mencionar que em 1967, em relatório geral sobre a cidade, o então delegado seccional Ivan Pantaleão garantia que dos vários inquéritos políticos abertos nada foi apurado.<sup>53</sup> O relatório de 1972, já assinado pelo delegado Joseph Cella, tinha informação semelhante, garantindo que em todos os inquéritos abertos “após a Revolução de 64 para apurar suspeitas de subversão”, nada foi apurado.<sup>54</sup>

---

<sup>50</sup> Depoimento dado ao jornalista João Nassif em 16/10/2004, programa Histórias e Memórias, Rádio Educadora de Piracicaba.

<sup>51</sup> Blog Dando Nota. Disponível em: <http://dandonota.com/minhas-materias/salgot-castillon/> Acesso em: set 2013.

<sup>52</sup> ALBUQUERQUE, 2202, p.178.

<sup>53</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1175.

<sup>54</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1305.

## Nos anos 1970 continua a repressão, cresce a tortura

A direta e estranha relação entre políticos, prefeito da cidade e os militares também parece continuar evidente no início dos anos 1970, justamente com o sucessor de Salgot, Cássio Paschoal Padovani, que pertencia à Arena. Em março de 1972, poucas horas antes de se internar no Hospital da Beneficência Portuguesa, onde seria operado do coração e viria a falecer, Cássio passou pelo GCan de Campinas, numa atitude que parece incompreensível se olhada atualmente, seja pela ótica de uma possível subserviência aos militares, seja pela eventual ótica do medo, ou pela ótica de deixar a eles o papel de fiscalizar a estrutura pública. O relato ficou registrado nas páginas de O Diário:

Cássio Paschoal Padovani, antes de fazer a consulta com o Dr. Zerbini, pressentiu a sua morte... E dirigiu-se ao 5º G-Can de Campinas, responsável pela zona de segurança de Piracicaba, informando ao alto comando militar sobre a real situação de nosso município e sobre os seus temores diante da possibilidade de acontecer o que realmente acabou acontecendo [...] A esperança de Cássio Paschoal Padovani era de que as autoridades militares zelassem pelos interesses de nosso município [...]<sup>55</sup>

Com o país vendo acirrar a luta contra a ditadura, inclusive com o crescimento da luta armada e as crescentes denúncias de tortura veiculadas, especialmente no exterior, em 1971 os formandos da ESALQ, estranhamente, escolheram como paraninfo o Gal. Garrastazu Médici, que substituíra Costa e Silva na presidência da República desde 1969. A lembrança está registrada na história da república Jacarepaguá, uma das mais antigas da instituição:

Não houve unanimidade na escolha, já que Médici representava a ditadura militar, mas prevaleceu a vontade da maioria. Ele não esteve presente na noite da solenidade pública de colação de grau, por razões de segurança, tendo sido representado

---

<sup>55</sup> O Diário, Cassio pressentiu a morte: última visita foi a G-Can. 9/3/1972, primeira página.

pelo então ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Mas reuniu-se com os formandos na manhã seguinte no salão nobre da ESALQ.<sup>56</sup>

A repressão continuava, assim como as prisões em Piracicaba, embora sem grande alarde. Em entrevista a Caio Albuquerque, em 2001, o ex-reitor da UNIMEP, Elias Boaventura (1938-2012), garantiu que muitas vezes professores da instituição só não foram presos porque, se os militares contavam com informantes, também a Universidade contava com simpatizantes dentro das delegacias.<sup>57</sup> Anos antes, Boaventura admitira, em entrevista ao jornalista Cecílio Elias Netto que uma das pessoas que haviam sido fundamentais, inclusive auxiliando os alunos em suas dificuldades políticas nos anos da repressão militar, havia sido Elias Sallum<sup>58</sup>: “a Universidade deve muito a Elias Sallum que, nos momentos mais críticos de nosso relacionamento com os militares, sempre atuou no sentido de contornar dificuldades”.<sup>59</sup>

Quando, em 1972, os militares completavam 8 anos no poder um boletim interno do DEOPS-SP trazia a palavra do Secretário da Segurança Pública do Estado, Gal. Sérvulo Motta Lima, indicando que o clima de luta contra a subversão continuava com o mesmo vigor:

Coube a Polícia de São Paulo, Civil e Militar, na Revolução, a significante missão de prover tranquilidade e segurança a família paulista, contribuindo, assim para a consecução dos grandes objetivos alcançados. Na maioria das vezes anônima, outras incompreendida, mas - permanente e eficaz, teve pela frente inimigos perigosos insidiosos, covardes que, inspirados por ideologias exóticas, insistiram na perturbação da ordem e da paz. Contra eles a Polícia paulista não deu e nem dará tréguas, pois tem consciência de sua nobre missão de escoimar da sociedade os elementos perturbadores, os marginais, aqueles que, - não tendo nada para dar insurgem-se contra tudo e

<sup>56</sup> Disponível em: [http://www.republicajacarepagua.com.br/historia\\_6\\_capitulo3.html](http://www.republicajacarepagua.com.br/historia_6_capitulo3.html). Acesso em: out 2013.

<sup>57</sup> ALBUQUERQUE, 2002, p.268.

<sup>58</sup> Elias Sallum é professor aposentado, tendo atuado até 2012 na UNIMEP. Foi fundador do Movimento Escoteiro na cidade, da Associação dos Radioamadores, do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos (IPASP) à época em que atuou na Prefeitura Municipal e do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Presidiu o Mobral e foi secretário da Junta de Alistamento Militar.

<sup>59</sup> ELIAS NETTO, 1994, p.48.

contra todos. Com a nossa união haveremos de cumprir os deveres que nos são impostos, contribuindo desse modo, para o progresso e a grandeza do Brasil.<sup>60</sup>

No livro “Democracia feita em casa”, volume II, o ex-prefeito João Herrmann Neto (1946-2009), também deixou o relato de pressões que sofreu da repressão, já em 1976, no tom que lhe era peculiar.

Sofro as primeiras pressões da repressão logo após as eleições e se utilizam até do meu pai. Quando programo anunciar o secretariado, um tal de Major Osny procura o meu pai em Campinas ‘para o meu bem’. Visitam-me e a título de que o incomodava na cintura, coloca uma ‘45’, velha conhecida, sobre a mesa. Fala em consideração à minha família e só não mijeji na pistola em cima da mesa em consideração a meu pai. Expulso-o, mas ficou dado o recado.<sup>61</sup>

Elas continuariam nos primeiros anos de seu governo, como declarou em entrevista ao jornal gaúcho Coorjornal em 1978. “Herrmann possui indícios de que seu telefone anda censurado e informa que quatro ou cinco vezes já foi ‘interrogado’ em pleno gabinete por alguém que se apresenta como major Octacílio.”<sup>62</sup>

É de quem cobriu política neste final dos anos 1970, início dos anos 1980, que permanece também o registro da violência e da censura. Em depoimento deixado no site “Fotografando onde o peixe pára”, o fotógrafo Christiano Diehl, conta pelo menos duas experiências pessoais deste período:

Eu estava cobrindo um comício em frente ao gabinete da prefeitura. Estava o Fernando Moraes, Fernando Henrique Cardoso entre outros. De repente chegou o Dops e retiraram a câmera das minhas mãos, tiraram o rolo de filme e o levaram embora. Outro caso foi quando eu estava em um barzinho na rua Boa Morte com meus amigos de trabalho. Era final do expediente e tinha um pes-

<sup>60</sup> Boletim DOPS/SP nº 59, de 29/03/1972, existente nos Arquivos do DEOPS-SP.

<sup>61</sup> HERRMANN NETO, 1985, p.147.

<sup>62</sup> Coorjornal, Dr. Periferia. Dez.1978.

soal estranho no bar. De repente o dono do bar pede para a gente se retirar e não frequentar mais o local.<sup>63</sup> Havia muitos homens da polícia infiltrados nas universidades, principalmente na Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz). Eu tinha um primo que era sargento, no 5° GCan em Campinas, e ele me dizia que havia policiais infiltrados na Esalq, nos movimentos estudantis e DCEs. Era assim que agiam.

## Um agente no DEOPS-SP na delegacia de Piracicaba

Também anos 70, tendo como centro a figura do investigador Lazinho, foi criado em Piracicaba um clima de terror contra prostitutas e drogados, gerando ampla campanha desenvolvida pelo jornal O Diário, que levaria o jornalista Cecílio Elias Netto a ser mais vez denunciado pelo delegado local às autoridades gerais da Delegacia de Ordem Política e Social. Em 2010, ele voltaria a lembrar:

Guardo, ainda hoje, em meus arquivos, depoimentos estarrecedores de torturas policiais, comandadas por Lazinho. Eram homens, mulheres, jovens que eram seviciados nos porões da Delegacia de Polícia, onde havia paus-de-arara e outros instrumentos de tortura. Políticos silenciavam, amedrontados e acovardados.<sup>64</sup>

A relação direta entre impunidade e o poder exercido por Lazinho foi exposta pela revista Veja em julho de 1972, depois que, em Limeira, foi descoberto um aparelho de dar choques em uma delegacia onde ele atuara antes de vir para Piracicaba. Na reportagem, o investigador é identificado como “Lazinho de São Paulo, da equipe do delegado Fleury”, o famoso Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979), que se notabilizou primeiramente por sua relação com o Esquadrão da Morte e depois pela tortura, desaparecimento e morte de presos políticos durante os anos mais duros da Operação Bandeirantes em

<sup>63</sup> Disponível em: <http://fotografandoondeopeixepara.wordpress.com/tag/ditadura-militar-brasileira/> Acesso em: set. 20013.

<sup>64</sup> A Província, Bom dia, leitor. 26/11/2010. Disponível em: <http://www.aprovincia.com.br/bom-dia/horror-das-drogas-em-piracicaba/> Acesso em: set. 2013.

São Paulo. A revista reproduz depoimentos colhidos à época pelo juiz de Piracicaba, Alfredo Migliori, que já abria sindicância para apurar as denúncias feitas pelo jornal O Diário. De um estudante: “Lazinho me espancava, enquanto o investigador Jurandir pisava na minha garganta, obrigando-me a confessar que tinha entorpecentes em casa. Fui solto porque meu patrão pagou 500 cruzeiros”. De uma moça:

Fui levada para a sala de torturas, despida e amarrada. Quando o investigador Édson me amarrou, Lazinho pediu a ele que molhasse bem o pano, para não deixar marcas. Depois me deram choques e me bateram na sola dos pés.

De um dono de bar, que foi torturado: “Lazinho e o investigador ‘Fininho’ revistaram tudo na minha casa, em busca de drogas. Nada encontraram, mas levaram um relógio, um rádio portátil, um aparelho de televisão e uma máquina fotográfica”. A matéria traz, ainda, uma declaração de Lazinho, que demonstra bem o clima daqueles anos: “Não adianta denunciar torturas às autoridades porque tenho proteção na Secretaria de Segurança”.<sup>65</sup>

Lazinho chegou a Piracicaba junto com o delegado a quem estava subordinado em Limeira, Milton Barhum, depois da divulgação do caso ter exigido a transferência de ambos. Cecílio Elias Netto se indignou e publicou um editorial no jornal O Diário:

Limeira, a vizinha cidade, como que expulsou de lá um dos bárbaros investigadores que estava envolvido em tais escândalos. Aqui em Piracicaba, o mesmo cidadão é recebido com totais simpatias, ao mesmo tempo em que lhe é entregue a responsabilidade de apurar ocorrências que envolvem tráfico de tóxicos e entorpecentes.<sup>66</sup>

Além de dizer-se amigo do delegado Fleury, o investigador tinha outro fator a seu favor: há que se lembrar que naqueles anos, tóxicos também eram imediatamente relacionados com subversão pelos militares:

---

<sup>65</sup> Revista Veja, Os torturadores. Ed.200, 5/7/1972, p.32.

<sup>66</sup> O Diário, Torturas e corrupção na Delegacia de Polícia de Piracicaba. 25/6/1972, primeira página.

Suspeite-se, por exemplo, do tráfico de entorpecentes. Este não é um crime comum, uma vez que é muito fácil conquistar o país com a utilização de tóxicos. Estes afetam a masculinidade dos moços e fazem as moças perderem seu instinto de defesa moral. Por isto são um perigo moral, um mal que se alastra [...] trata-se de um plano para enfraquecer a nação, um plano subversivo.<sup>67</sup>

Entre 25 e 29 de junho de 1972 as primeiras e terceiras páginas do Diário foram preenchidas com depoimentos de pessoas torturadas na delegacia de polícia de Piracicaba por Lazinho e outros investigadores, enfrentando pau-de-arara, choques elétricos, espancamento e extorsão de dinheiro para serem libertadas. O Jornal de Piracicaba, que pouco noticiaria os fatos, detalharia, entretanto, em sua edição de 28/6/1972, quem eram os policiais envolvidos:

As acusações são feitas à equipe policial que vem agindo no Setor de Costumes (Tóxicos), liderada pelo investigador Lazaro Antonio Constâncio (Lazinho), e mais os investigadores, Jurandir Sinchetti (Jura), Artidoro Fernandes (Dore), Edson Pontes (Fininho), Vilmo Antunes (Maquinista) e Antonio Francisco (Galo), este motorista da Delegacia de Polícia [...] Milton Abrahão Bahrum também foi transferido de Limeira para Piracicaba, sofrendo acusação de acobertar tortura. O bacharel está adido ao gabinete do delegado seccional Ivan Pantaleão, sem função específica.<sup>68</sup>

As denúncias ganharam fôlego com a cobertura dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, já que este último chegou a publicar um editorial sobre o assunto, vinculando Lazinho ao chamado Esquadrão da Morte,<sup>69</sup> que foi amplamente combatido pelo procurador Hélio Bicudo naqueles anos de 1970:

---

<sup>67</sup> Folheto encontrado no DEAP/DOPS, convidando a comunidade a colaborar com a Comunidade de Informações. Citado por BREPOHL, 1997.

<sup>68</sup> Jornal de Piracicaba, Justiça e Polícia vão investigar denúncia. 28/6/1972, primeira página.

<sup>69</sup> Detalhes sobre como agia e as tentativas de punir seus membros podem ser conhecidos no livro de Hélio Bicudo "Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte" de 1976.

O mal que o Esquadrão da Morte causou entre nós está sobretudo no retorno à barbárie<sup>70</sup> [...] Ainda agora, um delinquente lotado nos quadros da Segurança Pública, que se dá orgulhosamente como integrante da equipe do delegado acusado de ser o chefe do esquadrão, está sendo acusado pela Justiça de Piracicaba, por causa da selvageria com que tem agido contra os presos. Os mesmos métodos cruéis que usou em Campinas e Limeira (cidades das quais foi afastado) – pau-de-arara, choques elétricos, água nas narinas, pancadas em lugares delicados, etc, – foram repetidos entre os piracicabanos, determinando a instauração de procedimento judicial para coleta de prova indispensável à condenação do acusado.<sup>71</sup>

Uma boa síntese do que foi o Esquadrão da Morte aparece nos vários estudos da pesquisadora Vanessa de Mattos, que o definiu como grupos de extermínio, compostos por agentes da lei, que atuaram durante a década de 1950 a 1970 em diversos estados brasileiros.

Os seus integrantes eram policiais, delegados, investigadores e outros funcionários da polícia civil e/ou militar. Agiram inicialmente contra as pessoas indicadas como criminosos comuns muitos dos quais sem julgamento estabelecido ou ainda, sem acusação feita, executando também pessoas que estavam sob custódia do Estado, alguns na condição de presos correccionais, por terem sido presos por motivos fúteis como vadiagem, roubo de frutas e etc. Em São Paulo, este grupo agiu de 1968 até o final da década de 1970, apoiado pelo governo do Estado de São Paulo e pelo Ministro da Justiça.<sup>72</sup>

Embora sindicância tenha sido aberta para apurar as denúncias contra Lazinho e os outros investigadores em Piracicaba, e o juiz cor-

---

<sup>70</sup> Documentário de Sérgio Muniz, feito em 1971, que permaneceu sem ser exibido no Brasil, por questões de segurança e técnicas, até 2007, mostra como agia o Esquadrão da Morte. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dj0AvyZfoJA>. Acesso em: out. 2013.

<sup>71</sup> Jornal da Tarde, A lei do sertão sobrevive. 29/6/1972.

<sup>72</sup> MATTOS, 2011.

regedor Luiz Roberto de Almeida a tenha concluído e publicado no Diário Oficial do Município em agosto daquele mesmo ano, indicando que “os autos já trazem elementos suficientes para instauração da ação penal”, nada ocorreu com os envolvidos. Em dezembro, a última notícia publicada pelo jornal O Diário sobre o assunto indicava que

há cerca de um mês, o investigador Lazinho deixou Piracicaba, mas há inteiro silêncio em torno de seu afastamento, como se fosse possível continuar ocultando os fatos da opinião pública [...] Na delegacia de Piracicaba, falar de Lazinho parece um tabu. O seu ostracismo é sintomático. E o silêncio que procuram fazer de seu afastamento é mais sintomático ainda [...] <sup>73</sup>

O que ninguém então sabia, e que talvez explicasse a rede de proteção criada em torno de Lazinho, era sua história anterior: Piracicaba estivera convivendo com alguém que atuara em 1969 no DEOPS de São Paulo antes de transferir-se para o interior.

Muito além das torturas denunciadas na própria delegacia de Piracicaba por essa equipe voltada à questão das drogas, multiplicava-se naquele período, no DOI-CODI de São Paulo, a prática da tortura – muitas vezes levando à morte - de presos políticos. Segundo levantamento feito pelo projeto Brasil Nunca Mais,

a maior parte dos desaparecimentos aconteceu, no Brasil, na década de 70. Enquanto nos anos 60 foram registrados 3 casos, na década seguinte eles subiram para 123. Os primeiros meses do governo Geisel marcaram um período em que os órgãos de repressão optaram por ocultar as prisões seguidas de morte. <sup>74</sup>

O caso mais grave envolvendo alguém de Piracicaba ocorreu em 1971: Luiz Hirata (1944-1971), estudante da ESALQ é um dos que compõem a lista dos mortos por tortura durante o regime militar. Segundo seus biógrafos, Hirata cursou até o 4º ano de Agronomia, atividade que teria abandonado em 1969. Entretanto, em publicação

<sup>73</sup> O Diário, Tortura e corrupção: silêncio em torno de investigador. 13/12/1972.

<sup>74</sup> MEZAROBBA, 2003, p.59.

oficial da ESALQ ele aparece na lista de formandos de 1968.<sup>75</sup> Hirata realmente concluiu o curso, chegou a participar da comissão de formatura de sua turma e até colou grau, apenas não participando das festividades. O fato é esclarecido por ex-colegas em publicação sobre os anos 68 na ESALQ:

Estabelecêramos diversas conjecturas a respeito da ausência do colega na colação de grau, pela inexistência de sua fotografia no quadro de formatura [...] Um encontro casual com o colega Garcia, já em 2010, nos esclareceu sobre a resolução deliberada do Hirata em não participar das festividades de colação de grau, mas, até então, muitos colegas supunham que a sua ausência decorreria de sua prisão e morte ainda em 1968. A realidade dos fatos veio com a documentação a nós facultada pela atual Diretoria da Escola, na qual se inclui o recibo do diploma assinado pelo colega no ano seguinte (19 de setembro de 1969), assim como seu histórico escolar completo.<sup>76</sup>

Militante da Ação Popular, segundo dados do DEOPS, teria integrado em Piracicaba célula composta por Licurgo Nakasu, Carlos Fernandes da Rocha Medeiros e Francisco Xavier de Castro Alves.<sup>77</sup> Deslocou-se para São Paulo, onde passou a atuar no movimento de oposição sindical metalúrgica, trabalhando como operário da Mangels.<sup>78</sup> Hirata foi preso por uma equipe do delegado Sérgio Fleury no dia 26 de novembro de 1971 e o que ocorreu posteriormente já foi amplamente descrito e aceito pela Justiça. As torturas de que foi vítima quando esteve preso no DEOPS-SP, até sua morte, foram relatadas por Heládio José de Campos Leme, preso político que ali conviveu com Luiz Hirata durante cerca de duas semanas. A versão apresentada pelos militares foi que, ao tentar a fuga, Hirata teria colidido com um ônibus.

Junto à lei 9.140, de 1995, que estabeleceu condições para reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos e que reconheceu como mortos 136 desaparecidos políticos, foi criada uma

<sup>75</sup> ESALQ, 2009, p.71.

<sup>76</sup> SPINDOLA, 2010, p.155-156.

<sup>77</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 30-Z-16-13894.

<sup>78</sup> Em novembro de 2010, o Projeto Memória da Oposição Metalúrgica homenageou Luiz Hirata em matéria especial de seu boletim nº 15. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/docs/boletim15.pdf>. Acesso em: set. 2013.

Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar caso a caso as denúncias sobre mortes de natureza política ocorridas em “dependências do Estado”. O relator do caso de Luiz Hirata nessa comissão foi o General Oswaldo Gomes, que considerou comprovada a militância política do estudante na AP e sua prisão por esse motivo. Além disso, rejeitou a versão oficial das circunstâncias da morte, que a atribuem ao acidente com ônibus quando de sua fuga. Consta de seu parecer, acatado por unanimidade pela comissão: “As peças do processo dão plena convicção de que Luiz Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível”.<sup>79</sup>

## **Na revisão da ditadura, Lazineiro reaparece como torturador**

Quando, no século XXI, uma nova geração de promotores buscou encontrar alternativas jurídicas para mover processos contra agentes da repressão que praticaram torturas durante os anos da ditadura militar, apesar da Lei da Anistia, o assunto parece ter interessado pouco a Piracicaba. Entretanto, de alguma forma, a cidade estava envolvida: em 2009 o Ministério Público Federal moveu uma ação civil pública buscando responsabilizar vários servidores públicos pela morte de Manoel Filho e lá estava um carcereiro que residia em Piracicaba: Antonio José Nocette, a quem, além da perda da função, os promotores pediam para

declarar a existência de responsabilidade pessoal perante a sociedade brasileira pela perpetração de violações aos direitos humanos, mediante participação direta nos atos relativos à prisão ilícita, tortura e morte de Manoel Fiel Filho e indireta na dissimulação das causas da morte, declarando, também, a existência de relação jurídica entre esses réus e a sociedade brasileira consistente no dever de reparar os danos suportados pela coletividade em decorrência desses atos.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> MIRANDA, 1999, p.492.

<sup>80</sup> Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela. Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/03-03-09%20-%20Acao%20do%20MPF%20visa%20responsabilizar%20autores%20da%20morte%20de%20Manoel%20Fiel%20Filho.pdf>. Acesso em: set. 2013.

Manoel Fiel Filho era um metalúrgico, preso em 16 de janeiro de 1976 sob suspeita de pertencer ao PCB. Levado ao DOI-CODI em São Paulo, já no dia 17 militares apresentaram a versão de que teria se enforcado em sua cela com as próprias meias.<sup>81</sup> Sua viúva, Thereza, conseguiu, em 1987, sentença favorável do TRF/SP à ação indenizatória por perdas e danos que ela moveu contra a União em 1979. Uma comissão especial do Ministério da Justiça também aprovou anteriormente um parecer dando conta de que o “falecimento se deu por causa não-natural em dependência policial”, indo totalmente contra a versão oficial.<sup>82</sup>

Quando o Ministério Público Federal retomou o fato em nova ação, envolvendo toda a escala de comando militar responsável pela prisão, a consideração para também pedir a punição de seus carcereiros foi assim justificada:

Manoel Fiel Filho era transportado, de e para as sessões de tortura, pelos carcereiros Alfredo Umeda e Antonio José Nocete, os quais, evidentemente, tinham pleno conhecimento dos bárbaros atos que eram praticados pelos interrogadores. A conduta deles, portanto, contribuía diretamente para a ocorrência das violações à integridade física e moral do preso. Frise-se que, conforme apontado na sentença (fls. 926/929), esses dois carcereiros incorreram em diversas contradições entre si, bem como entre seus depoimentos prestados no IPM e no Juízo Cível Federal, denotando que participaram da farsa para a ocultação da verdadeira causa da morte de Fiel Filho.<sup>83</sup>

A argumentação dos promotores foi enfática:

Os réus são todos envolvidos com o funcionamento dessa casa de terror. Ainda que alguns possam ter tido menor participação na perpetração da violência direta em face de Fiel Filho, é inelutável que contribuíram para o resultado com suas respectivas condutas, pois formavam verdadeira quadrilha especializada em prender ilegal-

<sup>81</sup> Detalhes sobre o caso no livro “Manoel Filho Fiel: quem vai pagar por este crime”, de Carlos Alberto Luppi.

<sup>82</sup> MIRANDA, 1999, p.352.

<sup>83</sup> Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela. Ministério Público Federal, p.15 e 16.

mente, sevicar e, muitas vezes, matar suspeitos de dissidência política, tudo em nome do Exército pátrio. Essa prática envolvia desde os carcereiros até os mais altos mandatários do destacamento.<sup>84</sup>

À época da abertura do processo, Nocette declarou-se inocente ao jornal Folha de S. Paulo: “A única coisa que eu me lembro é que ele foi detido num dia e no outro dia ele ia ser solto. E daí acontece que encontraram ele [...] Pelo que constaram [sic], ele não era peça importante”.<sup>85</sup>

A tentativa dos promotores, entretanto, não foi bem acolhida. A juíza da 11ª Vara Federal, Regilena Bolognesi, indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo apenas quatro dias após recebê-lo.<sup>86</sup> A decisão levou à apelação interposta pelo Procurador Regional da República, Sérgio Monteiro Medeiros.<sup>87</sup> Em setembro do mesmo ano a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região anulou, por unanimidade, a decisão que extinguiu a Ação Civil Pública e determinou a reabertura do processo.<sup>88</sup> Durante a sessão,

o procurador da República Marlon Alberto Weichert destacou que a simples extinção dos processos contra violações dos direitos humanos contraria decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. ‘O MPF afasta com veemência a afirmação na sentença de que o caso seria de pouca relevância’, disse Weichert, lembrando que a família de Fiel Filho entrou com ação na Justiça logo após sua morte e obteve a confirmação de que a prisão foi ilegal, de que o operário foi torturado no DOI-Codi, e de que a versão de suicídio foi forjada pelos agentes.<sup>89</sup>

---

<sup>84</sup> Idem, p.19.

<sup>85</sup> Folha de São Paulo, Procuradoria acusa sete por morte durante a ditadura. 3/3/2009.

<sup>86</sup> A sentença da juíza, na íntegra, pode ser vista em: <http://www.prr3.mpf.mp.br/arquivos/Ditadura-Militar---Ações-e-Representações/Providências-Cíveis/Ação-Civil-Pública---CASO-MANOEL-FIEL-FILHO/Sentença-da-MM.-Juíza-da-11ª-Vara-da-Justiça-Federal-em-São-Paulo/>

<sup>87</sup> A íntegra da apelação pode ser acessada em: <http://www.prr3.mpf.mp.br/arquivos/Ditadura-Militar---Ações-e-Representações/Providências-Cíveis/Ação-Civil-Pública---CASO-MANOEL-FIEL-FILHO/Parecer-do-Ministério-Público-Federal-na-Apelação/>

<sup>88</sup> Acórdão que definiu que a ação tivesse prosseguimento. 14/9/2009. Disponível em: <http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/263663>. Acesso em: set.2013.

<sup>89</sup> Última instância, TRF-3 reabre processo sobre morte de operário durante tortura no DOI-CODI. 15/9/2009.

O processo 2009.61.00.005503-0 ainda tramita na Justiça Federal e alguns dos envolvidos ainda precisam ser citados.

Quanto ao investigador Lazinho – Antonio Lazaro Constancio –, que em 1972 passou por Piracicaba liderando um grupo de policiais acusados de torturar e extorquir várias pessoas pelo suposto envolvimento com drogas, sua prática continuou ganhando destaque ao longo dos anos. Em Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, criada para analisar o avanço e impunidade do narcotráfico, em 1999, presidida pelo senador Magno Malta, Lazinho foi um dos acusados por envolvimento com o narcotráfico, crime organizado, roubo de carga e lavagem de dinheiro.<sup>90</sup> Em abril de 2000, atendendo a um parecer favorável da Corregedoria da Polícia Civil, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo afastou 19 policiais da região de Campinas acusados pela CPI de envolvimento com o crime organizado. Mas um dos acusados não foi afetado pela medida, continuando suas atividades normais: Lazinho.<sup>91</sup>

O investigador que passou por Piracicaba certamente nunca foi um Zé qualquer na área da repressão policial. Para além do envolvimento com o mundo das drogas, Lazinho aparece agora, em várias listas dos chamados “torturadores da ditadura”, publicadas à medida que começaram a ser identificados pelos movimentos de direitos humanos os militares e policiais que nos anos 1960 e 1970 estiveram envolvidos com essa prática. Em algumas destas listagens, ele aparece assim identificado: “Antonio Lázaro Constanzia: Investigador da PF; lotado no DEOPS-SP desde 1969; era do Esquadrão da Morte; fora jogador de futebol profissional conhecido como Lazinho; em 1983 estava no DEIC-SP.”<sup>92</sup>

Entretanto, seu vínculo com a tortura de prisioneiros políticos já havia sido documentado bem antes, desde 1978, quando a Ordem dos Advogados do Brasil tornou pública uma lista que lhe fora encaminhada por Luiz Carlos Prestes (1898-1990), então no exílio, com o nome de 233 torturadores, elaborada por 35 presos políticos – entre os quais o ex-ministro Paulo Vanucchi e o ex-presidente do PT José Genoíno – que cumpriam pena no Presídio da Justiça Militar Federal.

---

<sup>90</sup> Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/index/cpi/relfilmarco.pdf>. Acesso em: set. 2013.

<sup>91</sup> Folha de S. Paulo, SP afasta 19 policiais acusados por CPI. 28/4/2000.

<sup>92</sup> Informações disponíveis em: <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-america/lista-dos-torturadores/>. Acesso em: out. 2013; <http://biakushnir.wordpress.com/2010/01/12/pequena-lista-para-ser-lembrada-neste-momento/>. Acesso em: out. 2013; <http://hannaharendt.wordpress.com/lista-de-torturadores-no-acervo-de-prestes/>. Acessado em out. 2013.

Um dos presos que assumiram a participação na elaboração da lista, Pedro Tierra, explicou à Revista de História, em 2011, que

os nomes e funções dos torturadores do documento foram informados pelas vítimas da violência militar em momentos distintos de suas vidas durante o cárcere. 'Essas informações saíam dos presídios por meio de advogados ou familiares'.<sup>93</sup>

O documento original foi doado pela viúva de Luiz Carlos Prestes à Biblioteca Nacional. Nele, o nome de Lazinho é o torturador de número 31, que antecede ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, a quem o investigador sempre se declarou ligado. A qualificação de Lazinho é feita da seguinte maneira: "31. Investigador Antonio Lázaro Constanzia, 'Lazinho' – da Delegacia de Ordem Social - DEOPS/SP em 1969. Ex-jogador de futebol".<sup>94</sup> A denúncia dos presos daquele período também pode ser encontrada, na íntegra, no projeto Brasil Nunca Mais Digital, num total de 36 páginas, onde eles descrevem em detalhes as formas de tortura adotadas, relacionam os torturadores por ele identificados e indicam os casos daqueles que foram mortos ou mutilados por torturas.<sup>95</sup> Muitas das torturas descritas guardam extrema semelhança com as denunciadas e também descritas, em 1972, pelas pessoas detidas por Lazinho em Piracicaba e ouvidas, então, pelo juiz corregedor.

Talvez tenha sido justamente esse vínculo de Lazinho com a repressão política que, desde o início, lhe tenha garantido a impunidade, de que ele mesmo já falava em 1972 em suas entrevistas. Como bem destacou o jornalista Ruy Mesquita (1925-2013), quando o promotor Hélio Bicudo buscou punir os membros do Esquadrão da Morte:

se não tivesse ocorrido a circunstância fortuita de os criminosos do esquadrão da morte, ou pelo menos, algumas de suas principais figuras, terem tido participação importante na repressão ao terrorismo político e à subversão, temos a certeza de que Hélio Bicudo teria encontrado todo o apoio de

<sup>93</sup> Revista de História, Os acusados de tortura. 29/12/2011.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Documentos da Comissão de Justiça e Paz. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=COMISS\\_JUST&pesq=lázaro+constancia](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=COMISS_JUST&pesq=lázaro+constancia). Acesso em: set.2013.

que necessitava para levar sua luta até um final plenamente vitorioso [...] Efetivamente, dadas as circunstâncias especiais em que foi travada, a luta de Hélio Bicudo foi, antes de tudo, uma tentativa isolada de atalhar o processo de gangrena que atingiu as instituições brasileiras graças à crescente arbitrariedade do poder revolucionário.<sup>96</sup>

Lazinho nunca foi punido, como já dizia na década de 1970 que não seria. Em 2010, um ano antes de se aposentar, o investigador, em entrevista ao jornal *Tododia* de Americana, ao ser questionado sobre os vários processos que sofrera, respondeu:

Um policial com 30 anos de carreira que nunca foi processado foi policial somente. Não um profissional de polícia. Porque no desempenho da função em muitos casos acarretarão em processos muitas vezes injustos. Porque hoje a palavra do ladrão vale mais que a do policial.

Lazinho ainda comentou tranquilamente sobre seus anos de trabalho durante a ditadura e até mesmo sua passagem por Limeira, em 1972.

- Como foi o trabalho na época da repressão? 'Eu trabalhei no Dops em São Paulo do começo ao fim. Não fiz nada ilegal, porque estava cumprindo determinações legais. Guerra é guerra, salve-se quem puder. Acabou a guerra, acabou a guerra'.  
- E sobre aparelhos de tortura que tinha em sua sala, como foi? 'Eu trabalhei um mês em Limeira e fiz 35 flagrantes, e como estava prendendo muita gente, incomodei. Aquilo foi colocado em minha sala. Não era meu'.<sup>97</sup>

Passados 50 anos parece que muito do que começou em março de 1964 ainda não terminou.

---

<sup>96</sup> BICUDO, 1976, p.10-11.

<sup>97</sup> *Tododia*, Polêmico, Lazinho estuda se tornar repórter policial na TV. 30/5/2000.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1968-AI-5. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/index.html>. Acesso em: set. 2013.

A lei do sertão sobrevive. **Jornal da Tarde**, 29/6/1972.

A posse de Fidelis não valeu. **O Diário**, 21/10/1969, primeira página.

A vida continua. **O Diário**, 19/10/1969, primeira página.

**Academia Piracicabana de Letras**. Disponível em: <http://academia.piracicabana.blogspot.com.br/p/gustavo-jacques-dias-alvim.html>. Acesso em: out. 2013.

Aconteceu na polícia. **O Diário**, 28/4/1964.

ALBUQUERQUE, Caio Rodrigo. **Notícia impressa versus história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Bauru, 2002. 319p.

Arquivos DEOPS-SP.

As marcas de Salgot Castillon. **Blog Dando Nota**. Disponível em: <http://dandonota.com/minhas-materias/salgot-castillon/>. Acesso em: set. 2013.

Associação de Ex-Alunos da Escola de Agronomia envia cumprimentos a Castelo Branco. **Folha de Piracicaba**, 23/3/1964.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O controle ideológico da USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004. 166p.

AUGUSTI, José Norival. **Lembranças de 31 de março de 1964**. Disponível em: <http://vivenciasnanoiavadacolina.blogspot.com.br/2010/07/lebrancas-de-31-de-marco-de-1964.html>. Acesso em: set. 2013.

Bandeira nacional entregue ao Comandante do II Exército. **O Diário**, 29/7/1964.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 2 ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz. 1976. 280p.

Bom dia, leitor. **A Província**, 26/11/2010. Disponível em: <http://www.aprovincia.com.br/bom-dia/horror-das-drogas-em-piracicaba/>. Acesso em: set.2013.

Calouro da ESALQ foi apanhado com material de propaganda subversiva. **O Diário**, 18/3/1964.

Cassio pressentiu a morte: última visita foi a G-Can. **O Diário**, 9/3/1972, primeira página.

Centro Acadêmico XXI de Abril e a situação nacional. **Folha de Piracicaba**, 2/4/1964.

COELHO, Marco Antonio. Warwick Kerr: a Amazônia, os índios e as abelhas. **Revista de Estudos Avançados IEA/USP**, 19 (53). São Paulo, 2005.

Cumprindo a promessa. **Folha de Piracicaba**, 11/10/1964.

DALBEN, Angela Imaculada e outras. Lembrando Neidson Rodrigues. **Revista Brasileira de Educação**, nº 22, Jan./Abr. 2003. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100013). Acesso em: set. 2013.

Dedo duro na USP. **Folha de S. Paulo**, 20/8/1964.

Delegado Regional pede ao povo que continue suas atividades. **Folha de Piracicaba**, 2/4/1964.

Diretor da Odontologia explica decisão do CEE. **Folha de Piracicaba**, 13/6/1964, primeira e última páginas.

Diversas prisões foram efetuadas em nossa cidade: sigilo quanto aos nomes. **Folha de Piracicaba**, 9/11/1964, primeira página.

Dr. Periferia. Ano IV. **Coojornal**, nº 35, dez 1978.

Elementos suspeitos: 25 já foram recolhidos pelo DOPS em nossa cidade. **O Diário**, 10/04/1964.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Ousadia na Educação**: a formação da UNIMEP. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994. 338p.

\_\_\_\_\_ **Piracicaba política**: a história que eu sei. Piracicaba: Ação Cultural, 1992. 270p.

ESALQ. **Universidade de São Paulo - 75 anos**: contribuição da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", p.71. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/acom/livroesalq.pdf>. Acesso em: out. 2013.

Estudantes da Agronomia lançam manifesto abordando situação brasileira. **Folha de Piracicaba**, 3/4/1964.

Explicação necessária. **Folha de Piracicaba**, 26/4/1964.

Farda da Milícia Vermelha entre materiais subversivos apreendidos pela polícia local. **O Diário**, 11/4/1964, primeira página.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HAYASHI, Marli Guimarães. Paulo Duarte e a Defesa da Universidade. **Sæculum - Revista de História** [11]; João Pessoa, ago./ dez.

HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985. Vol. 2. 286p.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil 1960. Estado de São Paulo. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico**. 1962. 121p. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd\\_1960\\_sinopse\\_preliminar\\_sp.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd_1960_sinopse_preliminar_sp.pdf). Acesso em: set. 2013.

Justiça e Polícia vão investigar denúncia. **Jornal de Piracicaba**, 28/6/1972, primeira página.

LUPPI, Carlos Alberto. **Manoel Filho Fiel**: quem vai pagar por este crime. São Paulo: Editora Escrita, 1980.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia de Letras, 2012. 732p.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 17 n° 34, 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci_arttext). Acesso em: set.2013.

MATTOS, Vanessa de. Esquadrões da Morte e a Campanha de descrédito internacional contra o Brasil: a violência velada na atuação do Estado. São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** (ANPUH), julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300653723\\_ARQUIVO\\_EsquadrosdaMorteeCampanhadedescreditointernacionalcontraoBrasil.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300653723_ARQUIVO_EsquadrosdaMorteeCampanhadedescreditointernacionalcontraoBrasil.pdf). Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. Esquadrões da Morte: a maquiagem vermelha. **Núcleo de Estudos das Américas**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. N° 9, 2011. Disponível em: <http://www.nucleusuerj.com.br/home/phocadownloadpap/9d.pdf>. Acesso em: set. 2013.

MEZAROBBA, GLENDA. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas consequências – o caso brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21234.pdf>. Acesso em: set. 2013.

Ministério da Agricultura: desafio à Piracicaba. **O Diário**, 18/6/1964.

MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 656 p.

Morreu em São Paulo o cestobolista Waldemar. **O Estado de S. Paulo**, 7/4/1964.

MUNIZ, Sérgio. **Você também pode dar um presunto legal**. Documentário. 1971. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=dj0AvyZfoJA>. Acesso em: set. 2013.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE CAMPINAS E FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS (prod.) **Um homem (in)comum, 2001**. Disponível em: <http://quemtemdodademocracia.com/2011/10/01/um-homem-incomum-documentario-sobre-paulo-marcomini-militante-de-esquerda-na-ditadura/>. Acesso em: set. 2013

O último dia do prefeito. **O Diário**, 18/10/969, primeira página.

Os torturadores. **Revista Veja**, ed. 200, 5/7/1972.

Polêmico, Lazineho estuda se tornar repórter policial na TV. **Tododia**, 30/5/2000. Disponível em: <http://portal.tododia.uol.com.br/?TodoDia=policia &Materia=392567&dia=30&mes=05&ano=2010>. Acesso em: out. 2013.

Procuradoria acusa sete por morte durante a ditadura. **Folha de S. Paulo**. 3/3/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u528476.shtml>. Acesso: em set. 2013.

Professor demitido responde ao Diretor da Odontologia: caráter político do afastamento. **Folha de Piracicaba**, 15/11/1964.

Os acusados de tortura. **Revista de História**, 29/12/2011. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/a-lista-de-prestes>. Acesso em: out. 2013.

Romanceiro da Inconfidência estréia no próximo sábado. **Jornal de Piracicaba**, 29/05/1969.

SP afasta 19 policiais acusados por CPI. **Folha de S. Paulo**, 28/4/2000.

SPINDOLA, Carlos Roberto e outros. **Memórias da A68**. Campinas: edição do autor, 2010. 162p.

Suspensa passeata dos bichos. **Jornal de Piracicaba**, 16/4/1964, última página.

Tiradentes aclamado de novo. **Jornal de Piracicaba**, 3/7/1969.

Tortura e corrupção: silêncio em torno de investigador. **O Diário**, 13/12/1972.

Torturas e corrupção na Delegacia de Polícia de Piracicaba. **O Diário**, 25/6/1972, primeira página.

TRF-3 reabre processo sobre morte de operário durante tortura no DOI-CODI. **Última Instância**, 15/9/2009. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/43053/trf3+reabre+processo+sobre+morte+de+operario+durante+tortura+no+doicodi.shtml>. Acesso em: out. 2013.

**Universidade de São Paulo – 75 anos**. Contribuição da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba: ESALQ, 2009. 286p.

Virá sábado a Piracicaba o general Amauri Kruehl. **O Diário**, 23/7/1964.

XV seguiu ontem para a Europa. **Jornal de Piracicaba**, 16/4/1954, última página.

*Catedral transformada  
em Templo Cívico: moços  
marcharam (agora, sim!) com  
Deus pela Liberdade  
(Folha de Piracicaba, 22/09/1966)*

# **PIRACICABA SAI ÀS RUAS: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964) e o protesto dos estudantes (1966)**

Patrícia Ozores Polacow

## **Introdução**

Duas grandes manifestações levaram os piracicabanos às ruas durante os primeiros anos do ciclo militar. Foram elas a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 9 de abril de 1964, e a passeata de estudantes de 21 de setembro de 1966.

Este artigo pretende resgatar dados históricos sobre os dois episódios.

Senhoras marchadeiras e estudantes contestadores são símbolos de movimentos aparentemente antagônicos. Uma análise mais aprofundada, entretanto, indica que estão situados historicamente em dois momentos que se contrastam muito mais devido à vivência dos primeiros anos de governo militar, com todas suas contradições e frustrações, do que devido às questões ideológicas tão próprias do período. O governo militar prometeu liberdade e democracia, mas desde o início caminhou para a ditadura. Se a Marcha da Família, que em Piracicaba ocorreu dias após o golpe, representou o apoio piracicabano à derrubada de João Goulart, a passeata dos estudantes de setembro de 1966 foi o grito de revolta de parte da população que rapidamente perdeu a fé na “revolução”.

Tanto a Marcha como a passeata foram versões municipais de movimentos ocorridos em outras cidades nos dias anteriores. E tal como aquelas, essas manifestações receberam ampla divulgação nos

três jornais piracicabanos de circulação diária: **o Jornal de Piracicaba, a Folha de Piracicaba e o Diário de Piracicaba.**

A recuperação dos dados históricos referentes às duas manifestações foi feita a partir do material publicado sobre o assunto nestes três periódicos, na bibliografia disponível sobre o tema e em jornais de circulação nacional. Os jornais consultados pertencem ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, exceto **O Estado de S. Paulo**, pesquisado em seu acervo digital<sup>1</sup>.

Foi mantida a grafia original nos textos transcritos dos jornais, cujos títulos foram abreviados: **DP** para **Diário de Piracicaba**, **FP** para **Folha de Piracicaba**, **JP** para **Jornal de Piracicaba**, **OESP** para **O Estado de S. Paulo**.

## **Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964)**

A origem das Marchas da Família com Deus pela Liberdade está ligada à atuação dos grupos conservadores Ipes e Ibad<sup>2</sup> que trabalhavam para mobilizar a opinião pública a fim de desestruturar o governo João Goulart. Segundo René Armand Dreifuss (1981, p.291) a utilização das classes médias foi a mais importante conquista do Ipes no “campo da mobilização política e ideológica”, superando o sucesso de partidos e outras frentes na mesma tarefa. Foi nos grupos femininos que o Ipes encontrou o apoio fundamental para vencer o desafio de conquistar a classe média:

A escolha da dona-de-casa da classe média como potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart foi de especial importância. (...) O IPES visava diretamente às esposas, irmãs e mães dos militares, profissionais, comerciários e tecnburocratas. (...) No decorrer dos primeiros me-

<sup>1</sup> <http://acervo.estadao.com.br>

<sup>2</sup> Criado oficialmente em 1961, o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) era constituído, sobretudo, por empresários que em comum tinham “suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado” (DREIFUSS, 1981, p.163). Durante a fase preparatória do golpe militar, o Ipes promoveu palestras e cursos e produziu farto material de campanha ideológica. O Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi criado no fim dos anos 50. De orientação igualmente anticomunista, integrado por representantes das classes empresariais, habilmente infiltrou-se em todas as esferas da administração pública, interveio “em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular”. A ação destes dois institutos foi determinante para o sucesso do golpe militar (DREIFUSS, 1981, p. 102).

ses de 1964, as organizações femininas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. (DREIFUSS, 1981, p. 294).

Grupos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), União Cívica Feminina (UCF) e Campanha para Educação Cívica (CEC) eram patrocinados e orientados pelo Ipes. Outros grupos recebiam também seu auxílio financeiro e orientação política, entre os quais o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), organizador da Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>3</sup>.

O MAF apareceu em 1954 na cidade de São Paulo, formado por senhoras da sociedade, inicialmente para lutar pelo “barateamento do custo de vida, pela moralização dos serviços públicos e pela defesa da mulher”<sup>4</sup>. Com o passar dos anos incorporou o discurso anticomunista e anticorrupção, assumindo papel político desempenhado através de comícios, passeatas, distribuição de panfletos etc.

A primeira das Marchas da Família ocorreu na cidade de São Paulo em 19 de março de 1964, dias após o grande comício ocorrido na Central do Brasil, Rio de Janeiro, que no dia 13 reuniu aproximadamente 200 mil pessoas e no qual João Goulart assinou decretos que garantiam as prometidas reformas de base. A marcha paulistana ocorreu como manifestação de repúdio ao comício da Central e, ao mesmo tempo, como “uma forma de dizer às Forças Armadas que era chegado o momento de se intervir na política, o que, segundo seus organizadores, representaria um anseio do povo” (PRESOT, 2001, p.77).

Nos dias anteriores à manifestação, tanto a Prefeitura quanto o MAF procuravam motivar mulheres piracicabananas a prestigiarem a Marcha paulistana:

Com a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, que sairá da praça da Republica em direção a praça da Sé, às 16 horas, do proximo dia 19, as mulheres de São Paulo, representando todas as camadas sociais, darão inicio a um movi-

<sup>3</sup> Sobre a participação feminina e as ações de suas agremiações no pré-golpe ver o trabalho A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964 (SESTINI, 2008).

<sup>4</sup> *Movimento da mulher paulista contra a elevação dos preços* (OESP, 17/12/1954, p.11). Sobre as ligações entre o MAF e o Ipes, ver também Dreifuss (1981, p.295).

mento, que pretende ser de âmbito nacional, “em defesa da Constituição e da democracia”. (Dia 19 a “Marcha da Família”, **JP**, 17/03/1964, p.1).

Com destino à capital paulista, em vários ônibus colocados à disposição pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, seguirá hoje uma caravana de senhoras piracicabanas, a fim de participar da grande concentração que se realizará às 15h, na Praça da República, pelo movimento denominado “Em defesa da lei e do regime”. (Senhoras piracicabanas na concentração que se realizará hoje em S. Paulo, **DP**, 19/03/1964, p.6).

O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF solidário com as mulheres de São Paulo, na sua demonstração de civismo convida as mulheres piracicabanas, especialmente as donas de casa e mães de família, a tomarem parte na caravana que representará Piracicaba no comício que se realizará na capital. (Piracicabanos participarão também da passeata a realizar-se hoje na capital, **FP**, 19/03/1964, p.1).

A prefeitura colocou ônibus gratuitos à disposição da população interessada em participar da Marcha. O prefeito era Luciano Guidotti. Uma explicação das mulheres organizadoras já surgia para Piracicaba não ter sua marcha naquela mesma data: “O MAF tentou fazer idêntico movimento em nossa cidade mas isso não foi possível justamente em virtude da caravana que partirá de nossa cidade a São Paulo”. (Piracicabanos participarão também da passeata a realizar-se hoje na capital, 19/03/1964, p.1).

A manifestação paulistana superou as expectativas de seus organizadores, reunindo aproximadamente 500 mil pessoas.

Senhoras com rosários em punho rezavam para que se afastasse do país o “perigo comunista”. A multidão seguia num coro: “Tá chegando a hora de Jango ir embora.” Carregavam faixas e cartazes com mensagens anticomunistas e contra o governo, algumas delas lembravam: “Trinta e dois mais trinta e dois é igual a sessenta e quatro”, numa referência à Revolução Constitucionalista. (PRESOT, 2011, p.77).

Muitos foram os registros deixados durante a Marcha, que se uniam para reforçar a preocupação anticomunista, inclusive do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que enviou mensagem a uma comitiva carioca de mulheres participantes:

“O negocio é grave. Muito grave. Cheguei à conclusão de que não há mesmo solução. Realmente, o país está sendo comunizado a cada dia que passa e só Deus e só a Virgem podem salvar-nos. O nosso dispositivo, porem, está todo pronto”. (Adhemar: “O negocio vai ser nos proximos dias”, **JP**, 21/03/1964, p.1).

O **DP** sintetizou o sucesso da manifestação, no dia seguinte, ao enaltecer a “demonstração das nossas convicções cristãs e democráticas contra a sanha dos prepostos do comunismo internacional” (Povo paulista deu mais um exemplo histórico de vocação democrática, 21/03/1964, p.6).

Depois da passeata da capital o movimento espalhou-se pelo país. A pesquisadora Aline Presot (2011, p.83-8) relaciona a sequência das marchas Brasil afora, incluindo a do Rio de Janeiro, ocorrida no dia 2 de abril, que reuniu um milhão de pessoas. Ela contabiliza que ocorreram 69 marchas entre março e junho de 1964, sendo que 80% delas aconteceram depois do golpe, sobretudo em abril. Analisando o fenômeno para além de suas funções de propaganda e de manifestação de insatisfação da classe média urbana, procura apontar para as singularidades das marchas em cada cidade: a “pluralidade de significados contida em tais manifestações (...) pode ser observada a partir da análise de elementos presentes nas culturas políticas das regiões onde as Marchas se realizaram”. Nas manifestações paulistas, por exemplo, sobressaem as referências à Revolução Constitucionalista de 1932: “(...) o conjunto de representações acerca de 1932 foi reelaborado, tendo seu repertório calcado especialmente no respeito à Constituição e às liberdades democráticas”. Ela cita outros exemplos, como os referenciais republicanos presentes na Marcha realizada na cidade de Ituí, ou da Inconfidência Mineira na Marcha de Belo Horizonte, entre outros.

O Movimento de Arregimentação Feminina de Piracicaba era liderado por Célia dos Santos Rodrigues. A Marcha da Família piracicabana foi muito marcada também pelo trabalho de Odila Diehl, líder da organização da passeata, figura que ajuda a entender os referenciais dos piracicabanos que tomaram parte na manifestação, no sen-

tido apontado por Aline Presot. O jornalista Cecílio Elias Netto<sup>5</sup> analisa:

Odila Diehl era casada com o Jacob Diehl Netto, um dos líderes da UDN, Revolucionário de 32. Foi enfermeira voluntária em 32. (...) Piracicaba era uma cidade antigetulista, antitrabalhista. Os piracicabanos Francisco Morato e Paulo Moraes Barros foram dois dos principais líderes da Revolução de 32. Todo 9 de Julho havia uma festividade imensa. Essa aversão ao getulismo foi transferida para João Goulart.

O golpe militar pegou as mulheres piracicabanas em pleno trabalho de organização da Marcha. Na noite do dia 31 de março elas estavam reunidas na sede do Clube Cristóvão Colombo, por convocação do MAF:

As mulheres piracicabanas com a colaboração do Movimento de Arregimentação Feminina - M.A.F., acompanhando o movimento cívico de São Paulo, farão realizar, nesta cidade, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Para a reunião preparatória, hoje às 19,30 horas, no Centro Cultural e Recreativo Cristóvão Colombo, convidam os representantes de todas as associações locais, das escolas, do comércio, independentemente de cor, partido ou religião. (Movimento de arregimentação Feminina de Piracicaba, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, **JP**, 31/03/1964, p.1).

No dia 1º de abril uma nota do **DP** informou sobre a reunião da véspera, à qual concorreram senhoras do movimento, vereadores e outros interessados. No dia 4, nos três jornais, o MAF fez publicar o seguinte manifesto:

As mulheres piracicabanas, inclusive as que representam o M.A.F. local, vêm agradecer publicamente a todos, indistintamente, que atenderam ao apêlo por elas feito, comparecendo à reunião preparatória para a realização da passeata da Família com Deus pela Liberdade, a qual, dada a precipitação dos acontecimentos políticos, não foi

<sup>5</sup> Em entrevista à autora em 25 de outubro de 2013.

ainda realizada. Ao mesmo tempo, regozijando-se com a vitória da causa da Legalidade que todos defendemos, concitam as mulheres, donas de casa e mães de família, a se manterem vigilantes, sem vacilações, como guardiãs do lar e da família cristã. O momento presente é de oração e vigilância. Não nos esqueçamos de que a atitude patriótica da mulher paulistana foi de grande valia, despertando, com a memorável passeata cívica do dia 19 p.p., a consciência do povo, e de que ela ainda continua alerta, defendendo a causa da Democracia. Arregimentemo-nos, mulher piracicabana! Acompanhemossas irmãs de S. Paulo, na luta com Deus, pela Democracia.

A partir do dia 5 apareceram nos jornais pequenos boxes com alertas ao perigo comunista: “Você só pode produzir aquilo que o mandam fazer. O que você criar por si pertence ao Estado (o Partido), e pode leva-lo à cadeira ou mesmo ao ‘paredão’, se vender diretamente” (*O comunismo é contra sua liberdade de progredir*, **JP**, 08/04/1964, p.1); “O Comunismo é contra sua liberdade de locomoção: pois você nunca pode sair da cidade em que mora sem o salvoconduto da polícia política que só o concede depois de meses de investigação dos motivos da viagem. M.A.F.” (*Porque o Comunismo é contra você*. **DP**, 05/04/1964, p.2). Ao mesmo tempo, os preparativos para a Marcha passaram a integrar o noticiário, incluindo a informação de que a cidade ofereceria uma bandeira nacional ao “glorioso II Exército”:

Em homenagem à atuação decisiva do II Exército, sob o comando do ilustre General Amaury Kruehl, no desenrolar dos últimos acontecimentos em defesa da Patria ameaçada pelo comunismo, um grupo de senhoras piracicabanas vai oferecer, em nome de Piracicaba, a essa unidade do glorioso Exército de Caxias, uma Bandeira Nacional. As pessoas que desejarem aderir poderão procurar esta redação. A comissão organizadora da Marcha da Família reunir-se-á hoje para as últimas deliberações.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Esta nota foi publicada no dia **JP** do dia 05/04/1964, p.1, e no **DP** do mesmo dia, na página 8. Na **FP** foi publicada, no dia 7, p.1.

A Marcha foi marcada para o dia 9, uma quinta-feira:

Convite – As entidades locais, pelos seus presidentes, vêm convidar a Família Piracicabana para comparecer à MARCHA DA FAMILIA COM DEUS PELA LIBERDADE manifestando publicamente sua repulsa às ideologias contrárias aos princípios básicos do regime democrático. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade terá início às 16 horas da próxima quinta-feira, dia 9, partindo da Praça Dr. Antonio Prado (Largo da Paulista) para a Praça da Catedral. Piracicabano: compareça com sua família à Marcha da Família! (JP, 07/04/1964, p.1).

Segundo o **DP** (07/04/1964, p.6), o movimento seria “(...) o maior entre todos os movimentos democráticos realizados em nossa cidade” e não teria “cunho político ou religioso. Todos deverão comparecer, sem distinção alguma”. A **FP** (07/04/1964, p.1) noticiou o planejamento e informou que por “sugestão do presidente do Sindicato dos Motoristas” a primeira dama paulista, Leonor Mendes de Barros, seria convidada a participar da Marcha.

Foram dois dias de trabalho intenso.

Pelos jornais, os piracicabanos ficaram sabendo de todos os detalhes do ato, itinerário, orientações para chegar ao evento, transporte grátis disponível, entidades que estariam presentes, programação. A imprensa funcionou como um grande mural de recados, onde entidades e associações faziam convocações e davam coordenadas.

A comissão organizadora compôs comissões de arrecadação de fundos e de confecção de cartazes e faixas. As empresas de transporte público e a prefeitura colocaram ônibus e bondes gratuitos à disposição da população. Foi decretado feriado escolar na cidade, de modo a facilitar a participação dos estudantes. O prefeito determinou o encerramento do expediente de todos os funcionários municipais às 14h. As usinas providenciaram transporte para seus funcionários desfilar. Comércio e indústria acordaram em interromper suas atividades a partir das 15h. Do Clube da Lady à Associação Co-mercial, Industrial e Agrícola, passando pelo Conselho Coordenador das Entidades Cívicas e pelas associações de Funcionários Públicos e de Alfaiates, sindicatos, escolas e lojas, o empenho das entidades e empresas em apoiar a Marcha foi tamanho que não houve espaço nos periódicos para publicar as mensagens de todos. Os jornais divulgavam longas listas de entidades que aprovavam a manifestação.

A concentração para a Marcha da Família foi na Praça Antonio Prado, em frente à Estação da Paulista. A passeata começou às 15h, quando a massa humana começou a descer a rua Boa Morte, seguindo lentamente para as ruas XV de Novembro, Governador Pedro de Toledo, Morais Barros, com destino a Praça José Bonifácio e ao Largo da Catedral, onde um palanque aguardava a multidão. O jornal **DP** publicou no dia seguinte que

(...) sem qualquer nota de exagero (...) dezenas de milhares, se não mesmo uma centena de milhares de pessoas, de tôdas as idades, de tôdas as classes, industriais e industriários, comerciantes e comerciários, professores e estudantes, pais e filhos, brasileiros e piracicabanos natos ou de coração, além de riopedrenses, barbarense, charqueadenses e representantes das demais urbes vizinhas, no anonimato dos movimentos populares, entraram para a história como parte integrante de um todo material e espiritual que traduziu os ideais democráticos dos filhos dêste chão do território paulista e Brasileiro. (**DP**, 10/04/1964, p.1)

Segundo contou o JP, também no dia 10, quando os primeiros manifestantes chegavam ao Largo da Catedral ainda havia gente começando a caminhada, na Praça Antonio Prado. A multidão levava faixas onde se lia “A mulher cristã, pela liberdade”, “Conservemos sem mácula nossa herança democrática”, “Uma nação não subsiste sem fé” e outros dizeres.

Rojões festivos foram lançados ao longo de todo o trajeto. As bandas da Escola Industrial e das corporações União Operária e Pedro Morganti, assim como a fanfarra do colégio Dom Bosco, animaram a passeata.

Os veteranos de 32, atendendo à solicitação da comissão organizadora, compareceram em peso, usando seus capacetes. A memória da Revolução Constitucionalista foi reafirmada pela presença da Bandeira Paulista do Batalhão Piracicabano, que acompanhou os piracicabanos ao front:

Detalhe tocante da passeata será, sem dúvida, a presença da Bandeira Paulista do Batalhão Piracicabano de 32, ostentada pela sra. d. Odila Diehl, esposa do dr. Jacob Diehl Neto, casal piracicabano que participou, na linha de frente, do Batalhão de Voluntários de Piracicaba. (**DP**, 09/04/1964, p.4).

Para o **DP** (10/04/1964. p.1), a Marcha foi o “maior espetáculo de civismo e ardor patriótico já registrado em nossa terra, só comparável em vibração e entusiasmos ao episódio do movimento Constitucionalista de 32 quando Piracicaba se despedia do Batalhão de Voluntários (...)”.

A passeata chegou à praça saudada pelo repique dos sinos da Catedral. Ali, no palanque montado, falaram Lourdes de Aguiar Souza (em nome da mulher piracicabana), Monsenhor José Nardin, Carolina Ribeiro (do MAF de SP), Adolfo Basile (da Escola Sud Mennucci), Lázaro Pinto Sampaio (presidente da Câmara), Tenente Pedro Corlatti (em nome do II Exército), Nélio Ferraz de Arruda (vice-prefeito), Walter Accorsi (em nome da União Espírita), Pedro Duarte (estudante, representando a Frente Democrática Luiz de Queiroz) e o Reverendo Tércio Emerique (do Conselho Evangélico). Dos discursos, causou impressão a fala de Nélio Ferraz de Arruda, que representava o prefeito Luciano Guidotti: “Brasileiros: se não fôra a atitude extraordinária desse nosso valoroso Exército e dos extraordinários homens que nos dirigem, nós hoje estaríamos no reverso da medalha. Talvez nesta belíssima Catedral nós estivessemos vendo o ‘paredón’”. A **FP** (10/04/1964, p.1) destacou a participação do monsenhor José Nardin, que às 18h fez a oração da Ave Maria, “no que foi acompanhado por todo o povo, que contritamente elevou aos céus a sua oração, momento poético e sublime da Ave Maria. Ao encerrar-se o movimento, os sons do Hino Nacional foram aos ares (...)”.

As rádios PRD-6 (Difusora) e ZYR-209 (Voz Agrícola) fizeram a cobertura da manifestação, levando as notícias aos ouvintes da região.

No dia 10, os jornais piracicabanos publicaram páginas inteiras sobre a Marcha da Família. Para o **DP** a passeata foi “fabulosa”, a “maior e mais vibrante manifestação popular destes últimos tempos, em Piracicaba” e transcorreu em clima festivo, mas sem tumulto. A polícia “só compareceu para comungar com os manifestantes”. “O lema ‘com Deus, pela Liberdade’ é um dos mais perfeitos que poderia ser usado para definir a euforia da alma cristã brasileira por haver se libertado das garras do comunismo ateu (...)”. A **FP** considerou: “(...) o mínimo que se pode dizer do acontecimento de ontem à tarde é que foi um movimento popular nunca visto anteriormente em Piracicaba, quando um mar humano tomou literalmente a Praça José Bonifácio”. Este jornal publicou uma página especial, com fotos: “É uma página da FOLHA, para o álbum da imortalidade em que os piracicabanos inscreveram o seu nome”. No **JP** lia-se:

(...) não nos lembramos de movimento popular espontâneo e tão magnificente, tão grandioso, como a Marcha da Família com Deus, pela Liberdade (...) Tudo ocorreu, porem, dentro da euforia geral, respirando-se uma atmosfera de desafio, com a plena consciência de que o Brasil todo finalmente foi libertado de um pesadelo, de uma terrível ameaça (...) Piracicaba se agigantou (...) Mostrou ao Brasil que é digna de guardar em seu seio o Mausoleu do grande primeiro presidente civil da Republica – Prudente de Moraes. Terra de onde partiram grandes propagandistas da Abolição e da Republica. Terra que deu a São Paulo inolvidáveis heróis de 32 (...)

A Marcha da Família comemorou a vitória da “Revolução”. Em Piracicaba, o reconhecimento ao trabalho dos que se empenharam em lutar contra o comunismo traduziu-se, também, no grande apoio às campanhas de doação de vencimentos de profissionais de áreas diversas para “libertação econômica da Pátria” e “Dê ouro para o bem do Brasil”, nas homenagens prestadas ao governador Adhemar de Barros, o “grande líder movimento democrático” e a sua esposa, Leonor, e na bandeira bordada a ouro oferecida ao II Exército.

Em todo o Brasil, por algum tempo, as cidades comemoraram os aniversários de suas marchas. Em Piracicaba não foi diferente. Todos os seus jornais publicaram, no dia 9 de abril de 1965, o seguinte convite:

A comissão organizadora da MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE vem convidar as autoridades civis, militares, eclesiásticas e o povo piracicabano para comparecerem à Missa que será celebrada pelo revmo. frei Estevam de Piracicaba, hoje, sexta-feira, 9 de abril, às 19h, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, por ocasião do primeiro aniversário da vibrante manifestação popular pela vitória da Democracia.

Mas aos poucos a lembrança do momento foi se esvaindo. Para Aline Presot (2011, p.89-90), a reafirmação da

crença de que a intervenção militar nas instituições democráticas expressava um desejo da so-

cidade, que compõe um dos principais alicerces desse imaginário, serviu por alguns anos como justificativa do autoritarismo em voga. Contudo, em relação ao conjunto da sociedade que naquele ano expressou em praça pública seu apoio ao golpe civil-militar, é possível afirmar que, em algum momento, aquela comunidade de imaginação foi se enfraquecendo a partir da confusão formada pelos desvios de interesses dos diversos segmentos que a formaram. (...) Aos poucos, a memória das Marchas da Família foi desaparecendo da vida coletiva.

Exemplo entre aqueles que cedo perceberam o desvirtuamento dos propósitos do “governo revolucionário”, a Profa. Clarice Aguiar Jorge, que esteve entre as “marchadeiras”, escreveu para o jornal **FP**, do qual era colunista:

Disse ontem que acreditei na pretendida revolução... Já são quase 5 meses e a única diferença que vejo é que não há mais greves. Mas, a continuar as coisas como continuam e não será surpresa movimentos de grandes proporções. Será que os governos não sabem o que se passa com uma população? (**FP**, 28/08/1964).

Nos documentos analisados nota-se a ausência de qualquer menção à participação do bispo de Piracicaba, Dom Aníger Francisco de Maria Melillo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo se lembra o jornalista Cecílio Elias Netto<sup>7</sup>, Dom Aníger não participou da Marcha. Segundo o Monsenhor Jamil Nassif Abib<sup>8</sup>, atual pároco da Paróquia de Santo Antônio, cura da Catedral, o bispo tinha posição bastante crítica quanto à “revolução”:

Em 1964 eu não o conhecia, nem era padre ainda, estava em Sorocaba. Depois do golpe houve muitas prisões, incluindo a prisão do então padre Aldo Vanucchi, que depois foi reitor da Universidade de Sorocaba. Dom Aníger foi uma das pessoas que estiveram em Sorocaba, conversaram com Aldo

<sup>7</sup> Em entrevista à autora em 25 de outubro de 2013.

<sup>8</sup> Em entrevista à autora em 25 de novembro de 2013.

Vanucchi e procuraram interceder em seu favor. Por esse motivo e à luz do que ele foi depois, pelas posições que assumiu em relação à ditadura, eu não me espantaria de saber que houvesse se abstido de participar de uma manifestação de apoio ao golpe.

Referência ao bispo aparece em um convite publicado pela Federação Mariana Masculina de Piracicaba no dia 8 de abril, véspera da Marcha da Família, que informou sobre uma missa a ser celebrada “pelo Exmo. Sr. Bispo Diocesano”, no dia 12, “às 19 horas, na Catedral de Santo Antonio, em ação de graças pela vitória conquistada pelo Brasil sobre as forças do comunismo ateu (...)”. Dom Aníger também aparece nos registros da campanha “Dê ouro para o bem do Brasil”, tendo comparecido ao seu lançamento no município<sup>9</sup>.

No entanto, o bispo foi uma das figuras centrais da passeata dos universitários ocorrida em Piracicaba em 1966.

Aníger Francisco de Maria Melillo foi o segundo bispo diocesano de Piracicaba. Nasceu em 1911, em Campinas, cidade onde foi ordenado sacerdote em 1933. Foi nomeado e empossado bispo de Piracicaba em 1960. Já tivera uma passagem anterior pela cidade nos anos 30, quando padre. Entre 1962 e 1965, dom Aníger participou, em Roma, do Concílio Vaticano II<sup>10</sup>, que pretendeu ser uma “primavera da igreja”, uma era de reformas e de abertura da igreja à realidade social e histórica. Nessa mentalidade, o bispo foi o responsável pela criação, em Piracicaba, da Faculdade de Serviço Social (1963), do Colégio Comercial Imaculada Conceição (1964) e do Cemitério Parque da Ressurreição (1971). Foi o introdutor dos Cursilhos da Cristandade no Brasil, experiência que trouxe a Piracicaba a partir de 1967. Com ele, chegaram a Piracicaba os chamados “padres novos”, como José Maria de Almeida, José Maria Teixeira, Otto Dana, Walmor Mendes, entre outros. Governou a diocese até fevereiro de 1980, mas continuou como bispo titular até janeiro de 1984, quando pediu sua renúncia ao papa João Paulo II. Faleceu em 17 de abril de

<sup>9</sup> “Convidado a proceder à bênção dos anéis, Dom Aníger explicou que as alianças podem ser trocadas, e serão até valorizadas, porque terão o significado também de civismo, que há de formar uma onda que encobrirá a onda de corrupção que estava asfixiando a Nação. Terminou conclamando a todos que dêem sua contribuição pelo bem do Brasil” (Piracicaba se inscreve entusiasmadamente na Campanha “Ouro para o bem do Brasil”, *JP*, 27/05/1964, p.1). A sede da campanha no município foi um espaço cedido pela construtora Comurba no Edifício Luiz de Queiroz. O edifício estava ainda em construção. Em novembro o “Comurba” desmoronou, fazendo dezenas de vítimas.

<sup>10</sup> Série de reuniões convocada pelo papa João XXIII e que teve como objetivo a discussão de temas pertinentes à Igreja Católica, tais como sua posição em relação às demais religiões, ao sexo, ao comportamento dos sacerdotes, às questões sociais, à política, entre outros. O Concílio foi encerrado em 1965 pelo papa Paulo VI.

1985, na cidade de São Paulo. Está sepultado na cripta da Catedral de Santo Antônio, em Piracicaba, mesmo local onde acolheu os universitários piracicabanos durante a manifestação em 1966.

## A passeata proibida (1966)

A passeata dos estudantes realizada em Piracicaba no ano de 1966 ocorreu como reflexo dos manifestos estudantis contra a repressão policial e contra a situação política de um Brasil que começava a assumir-se, efetivamente, como uma ditadura.

Os estudantes piracicabanos não passaram incólumes ao bombardeio ideológico dos meses que antecederam o golpe de 1964. O clima de perseguição era fomentado por notícias como a publicada em meados de março, que dava conta da prisão de um “agitador comunista” na Esalq:

Não é novidade para ninguém que os meios universitários brasileiros estão infiltrados por elementos esquerdizantes, alguns treinados até na “Cortina de Ferro” (...) A própria UNE é ninho de comunistas (...) Há poucos dias (...) um fato fortuito veio revelar a presença indesejável de um ativista vermelho, desses que são “estudantes” com objetivos bem determinados, entre os calouros da “Luiz de Queiroz”. Surpreendido em um ônibus, de São Paulo para esta cidade, por alguns veteranos, estes passaram a dar-lhe “trote”, começando por solicitar-lhe uma pasta, bastante volumosa, e que ciosamente guardava. (...) e qual não foi a sua surpresa quando se encontraram frente a farto material de propaganda subversiva, algum com origem na China Comunista (...). (“Trote” permitiu o desmascaramento de um agitador comunista na “Luiz de Queiroz”, **JP**, 18/03/1964, p.1).

Os documentos foram encaminhados ao DOPS e, segundo o jornal, o calouro foi rejeitado nos quadros do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (Calq). A mesma notícia dava conta da formação de uma “Frente Universitária Democrática entre alunos da Luiz de Queiroz a fim de reagir à atividade esquerdizante (...)”. A criação da Fredelq (Frente Democrática Luiz de Queiroz) e sua carta de princípios foram divulgadas dois dias depois:

Estudantes da ESALQ se propõem, através da Frente Democrática Luiz de Queiroz (FREDELQ), a: a) defender os princípios democráticos; b) lutar pelas reformas, respeitada a Constituição vigente; c) impedir a ação comunista e extremismos de qualquer espécie; d) tornar público e combater todo e qualquer movimento subversivo notado em nosso meio universitário. (Formada a Frente Democrática "Luiz de Queiroz", **DP**, 20/03/1964, p.1).

Na cobertura que fez na Marcha da Família, em abril de 1964, o jornal **FP** (10/04/1964, p.1) registrou:

Muitas faixas e muitos cartazes foram levados pelo povo durante a Marcha ontem realizada. (...) A nota pitoresca, porém, foi dada pelos acadêmicos da "Luiz de Queiroz", que empunhavam um cartaz onde a figura de um elemento subversivo se achava pendurada num varal, trazendo no peito a foice e o martelo com os dizeres: "Com foguetes, viram a lua; conosco viram estrelas".

A Fredelq foi a responsável pela projeção de "filmes de esclarecimento" sobre o comunismo, ocorrida no dia 25 de abril de 1964, na Praça José Bonifácio, defronte ao prédio do Fórum: "Toda Piracicaba terá oportunidade de ver nestas películas filmadas 'in loco' a verdade sobre o regime comunista" (**DP**, 16/04/1964, p.6)<sup>11</sup>.

Desde o início, entretanto, o novo regime procurou desarticular os movimentos estudantis. Ainda antes do final do ano do golpe, a lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, que se tornou conhecida como a Lei Suplicy de Lacerda, colocou na ilegalidade as entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e determinou o funcionamento dos novos órgãos de representação dos estudantes, que seriam o Diretório Acadêmico (DA) em cada estabelecimento de ensino superior; o Diretório Central de Estudantes (DCE) em cada Universidade; o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houvesse mais de um estabelecimento de ensino superior; e o Diretório Nacional de Estudantes (DNE).

Em 14 janeiro de 1966, o decreto 57.634 determinou a suspen-

---

<sup>11</sup> Os filmes – "A revolução húngara dos estudantes", "Cuba traída", "O túnel", "Pergunte aos que sabem" e "A muralha" – foram intercalados com palestras de Silvio Marques, professor da Faculdade de Direito de Bauru e promotor público em São Paulo, e Salim Izar, presidente da Associação Rural de Bauru.

são das atividades da UNE. A entidade passou a funcionar na clandestinidade. Em julho realizou seu XXVIII Congresso, no porão da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, cidade que em março havia sido palco de manifestações estudantis violentamente reprimidas pela polícia.

O mês de setembro de 1966 começou com o impasse em torno da realização do congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) que estava marcada para o dia 7, na capital paulista, pois as autoridades policiais não decidiam se o evento seria ou não proibido. O local do encontro foi mantido em segredo, mas no dia 7 o DOPS mobilizou investigadores e tropa de choque para dissolver o congresso, que se iniciava na Faculdade de Engenharia Industrial, em São Bernardo do Campo. 176 pessoas foram presas, na maioria estudantes, mas também jornalistas que cobriam o acontecimento. O episódio deflagrou o movimento que se espalhou por todo o país, com manifestos assinados pelas entidades estudantis e passeatas que invariavelmente terminaram em quebra-quebra.

Piracicaba assustada assistia ao crescimento e aproximação dos conflitos, um clima muito diferente da empolgada e serena preparação da Marcha da Família de dois anos antes.

No dia 16 de setembro de 1966 o **DP** publicou dois manifestos. “O Centro Acadêmico XV de Maio (...) distribuiu a seguinte nota à imprensa: (...) Solidarizamo-nos com os estudantes em face dos atentados ocorridos ultimamente contra a classe universitária (...)”. Os estudantes da Faculdade de Filosofia de Rio Claro, por sua vez, declaravam-se contra a ação arbitrária da polícia no último dia 7, contra “a covardia da Assembléia Legislativa por não ter mantido a autorização para a realização do Congresso Estudantil”, e a favor da UEE.

No dia 17 o **JP** noticiou: “O Rio virou praça de guerra – Esta cidade transformou-se ontem à noite, num campo de luta com a passeata realizada pelos estudantes, e que resultou em mais de 300 prisões e ferimentos em cerca de 25 pessoas”. Entre os detalhes do confronto, o jornal informou que enquanto os estudantes eram “surrados pela polícia, o povo protestava e passava a participar das manifestações”. Os dirigentes estudantis começaram a organizar um movimento de resistência à opressão.

No dia 19, estudantes do Calq receberam Roberto Abreu Sodré, governador paulista recém eleito, que estava em visita à cidade. Sodré dialogara com os universitários e surpreendera-os “ao manifestar a sua inteira solidariedade ao movimento estudantil do país, ao mesmo

tempo em que prometia, em seu governo, manter um diálogo aberto e franco com a classe estudantil paulista” (**FP**, 20/09/1966, p.1). Após a visita, os acadêmicos realizaram uma assembléia, na qual foi decidida uma greve de dois dias, em solidariedade aos estudantes presos, perseguidos e espancados pela polícia nas capitais. Ficou acertada, ainda, a realização de uma passeata no dia 21 e formou-se uma comissão para organizar os detalhes.

Os piracicabanos tinham à disposição notícias tão discrepantes quando as publicadas pelo **DP** e **FP** no dia 20 de setembro, o primeiro dando conta da “normalização da vida universitária” e o segundo informando que o movimento estudantil continuava “em pleno vigor em todo o país”. Novas passeatas, greves e reuniões estavam marcadas para o dia 21 em vários estados. Já o **JP** (Estudantes em greve geral de 72 horas, 20/09/1964, p.1) explicou que a crise, que parecia estar controlada, ganhara fôlego após a UNE decretar greve geral no país. Dizia ainda que o movimento ampliara seus objetivos, que já não se limitavam ao protesto à repressão policial contra os estudantes. Era agora, também, uma demonstração de inconformismo com a situação política do país e a realização de eleições indiretas. A questão da democracia voltou às faixas dos manifestantes.

Ainda no dia 20, uma grande passeata ocorrida na capital paulista foi violentamente reprimida pela polícia. Houve dezenas de prisões, incluindo estudantes menores de idade. Segundo o **DP** (21/09/1966, p.3), a partir dali as autoridades estariam organizando as informações sobre os estudantes envolvidos no movimento, a fim de tirá-los da classe estudantil. O mesmo jornal informou que o Sistema Nacional de Informações já dispunha de uma “relação de professores que incentivavam os estudantes para promoverem agitações”. Para o **JP**, a

crise criada pelo radicalismo de posições de governo e estudantes, estes teimando em vir à praça pública para testemunhar seu desagrado pelos rumos da atual conjuntura política, e aquele, tomando medidas drásticas e violentas, em desacordo com nossas tradições democráticas, vai tomando rumos perigosos (...) (Agrava-se a crise universitária, 21/09/1966, p.1).

Naquele dia 21 de setembro, ao lado das notícias sobre os conflitos da capital, estavam publicadas as informações sobre a passeata que os universitários de Piracicaba programavam para as 17h:

Enquanto isso, em nossa cidade, estudantes anunciam passeata às 17h e concentração na Praça José Bonifácio. Não obstante, as autoridades policiais revelam terem recebido determinações expressas da Secretaria da Segurança para impedir a manifestação, tendo recebido reforço policial da região para a montagem de um dispositivo de força que possa dar execução às determinações superiores recebidas. A passeata contaria com o apoio de acadêmicos das nossas faculdades, havendo, no entanto, manifesto do Centro Acadêmico XXI de Abril contrário ao movimento estudantil. (Passeata gerou prisão em massa de estudantes na capital, **DP**, 21/09/1966, p.3).

Os estudantes piracicabanos anunciam passeata de protesto para hoje e as autoridades policia, cumprindo ordens superiores, já a consideram ilegal e proibida. (Agrava-se a crise universitária, **JP**, 21/09/1966, p.1).

A Delegacia Regional de Polícia está envidando os melhores esforços para que os estudantes deixem de realizar a passeata, em atenção às determinações da Secretaria da Segurança, mas por outro lado já providenciou reforço policial em Campinas para que a proibição seja cumprida. Segundo, ainda, informação da Regional de Polícia, os transgressores serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional. (Proibida a realização da Passeata estudantil marcada para hoje, **JP**, 21/09/1966, p.1).

Na tarde de hoje, os universitários piracicabanos, ainda mais revoltados, como pôde a reportagem apurar, em virtude dos bárbaros acontecimentos de São Paulo (...) deverão realmente (...) realizar a sua passeata de protesto. Por outro lado, a Secretaria de Segurança enviou um radiograma à Delegacia de Polícia local dando instruções de que não permita a realização da passeata. (...) (Academicos fazem manifesto, **FP**, 21/09/1966, p.1).

Os jornais publicaram os manifestos dos centros e diretórios acadêmicos, que em sua maioria traziam o repúdio veemente à proibição das manifestações estudantis e prisões durante as mesmas, às tentativas de desarticulação do movimento através da perseguição

de seus componentes e de docentes, aos rumos políticos que o governo militar ia dando ao país. Assim foram os casos do CA Luiz de Queiroz (Calq), do DA XV de Maio (da Faculdade de Serviço Social de Piracicaba), do CA Hermann Jr (da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Piracicabana, cursos que mais tarde comporiam a Universidade Metodista de Piracicaba). O caso dos acadêmicos da Faculdade de Odontologia foi mais complexo, pois seu diretório – o DA XXI de Abril – não aderiu ao movimento dos estudantes, por considerá-lo um movimento que servia “a causas estranhas à Democracia”:

Consideramos a UNE e UEEs como inexistentes na qualidade de representações, de direito ou de fato, da classe estudantil Universitaria do Pais. Portanto, não nos arvoraremos em defensores daqueles que não nos representam e continuam no empenho de lutas pela defesa de uma falsa liberdade (...) (Manifesto do Diretorio Academico “XXI de Abril”, **JP**, 21/09/1966, p.1).

Por outro lado, um grupo denominado “Maioria acadêmica da Odontologia” não apenas fez coro com os demais CAs e DAs de faculdades piracicabanas como também tornou público seu repúdio ao que considerava “alienação em que se colocou o D.A. ‘XXI de Abril’, frente à crise universitária nacional”<sup>12</sup>.

Ao lado das notícias e comunicados das representações estudantis, os jornais publicaram a mensagem que o bispo Aníger Melillo encaminhou aos universitários:

Perante o movimento que vai atingindo as forças vivas da nação, a juventude universitária, e às vésperas de uma passeata proibida apraz-me espontânea e jubilosamente aplaudir tudo quanto de idealismo e fé no futuro a nossa juventude tem mostrado ao Brasil. Creio que os nossos jovens não estão tangidos por forças ocultas ou mal disfarçadas de políticos fracassados ou superados. Creio que nossa mocidade reage às mais legítimas

---

<sup>12</sup> No dia 25 de setembro de 1964, já após a passeata em Piracicaba, o jornal FP publicou em sua primeira página uma nota segundo a qual 24 alunas da Faculdade de Odontologia desligavam-se do DA XXI de Abril, em decorrência da posição de sua diretoria durante a crise estudantil.

exigências da dignidade humana, liberdade de expressão e direito à corresponsabilidade política. Creio que não podem aceitar uma “minoridade que se lhes quer impor”, pois avançam magnificamente numa verdadeira conscientização política. Fraternalmente recomendo à juventude serenidade e coragem cívica. Na ordem e no respeito verdadeiro ao pensamento dos outros, o verdadeiro progresso e crescimento de nossa gente. Aníger, Bispo de Piracicaba, Piracicaba. 20 de setembro de 1966. (Mensagem aos universitários, **JP**, 21/09/1966, p.1).

Em entrevista ao pesquisador Caio Rodrigo Albuquerque (2002, p.226), Newman Ribeiro Simões, então acadêmico da Esalq, explicou que os estudantes tinham percepção de um descontentamento do bispo em relação aos rumos do governo:

Não que ele fosse contra o governo, mas estava descontente. A Igreja era contra o comunismo, mas o governo também começou a agredir demais os direitos humanos e nós tínhamos noção de que um setor do clero, que tinha dado apoio ao movimento, estava descontente com o rumo que estava tomando.

No dia 21 pela manhã, enquanto a população apreensiva lia as notícias nos jornais, Dom Aníger colocou as dependências da Catedral à disposição dos estudantes. Eles foram chegando lentamente, entrando no templo sozinhos ou aos pares. Alguns levavam já, bem amarrados, os cartazes que seriam usados na passeata. Ao meio dia a polícia estava a postos, cercando a praça, desviando o trânsito das ruas centrais e isolando vários quarteirões. Pontos estratégicos da cidade também estavam sob policiamento. De Campinas, chegou o reforço de 50 soldados. Populares começaram a se dirigir para o entorno da Catedral, aglomerando-se em toda a extensão do cordão de isolamento.

Aluno do primeiro ano do curso de Agronomia da Esalq, Newman Simões soubera por colegas que haveria uma passeata, que a mesma estava proibida e que os estudantes iriam se concentrar na cripta da Catedral:

Eu estava do lado de fora, distante uns 50 metros da Catedral e impossibilitado de entrar por uma

“parede” de cavalos, que vieram do GCan<sup>13</sup>, de Campinas, para conter a manifestação. Até hoje sinto o cheiro do cavalo, bem mais alto que eu, com o soldado nele montado e ameaçando com o cassetete tamanho família.<sup>14</sup>

O impasse gerava mais tensão. No meio da tarde, centenas de jovens estavam dentro do templo, em concentração na cripta. Dom Aníger intermediava as negociações dos estudantes com as autoridades presentes, entre as quais o prefeito Luciano Guidotti, o delegado Custódio Pinto Sampaio, o Capitão do Exército Pedro Corlatti, o pastor metodista Rev. Angelo Brianezi Rodrigues e o delegado adjunto Carlos Negreiros do Amaral. Eles tentavam convencer os estudantes a desistirem da passeata. No dia seguinte, dia 22, o jornal **FP** escreveu que o bispo,

(...) interpretando fielmente o pensamento universitário, insistia em apoiá-los, fazendo ver àquelas autoridades que aquêle era um direito dos estudantes, impossível de ser contrariado. Se tinham necessidade moral de se manifestarem, era preciso que se manifestassem (...).

Às 16h30 as autoridades estavam dentro da Catedral e ante a irredutibilidade dos estudantes decidiram contatar por telefone René Motta, diretor do DOPS:

Da própria Catedral, o dr. Custódio Pinto Sampaio manteve contacto telefônico com o dr. René Mota, diretor da Divisão de Ordem Política e Social, na capital. Êste, posto também em contacto com d. Aníger Melilo, autorizou que se fizesse a manifestação estudantil na praça, sem a realização da passeata. Contudo, pouco depois, nas escadarias da Catedral, voltaram a parlamentar estudantes e autoridades, no tocante a detalhes da manifestação. As forças policiais recebiam instrução para não interferir (...) (DP, 22/09/1966, p.5).

O jornal **FP** (22/09/1966, p.1) descreveu a seqüência dos fatos,

<sup>13</sup> GCan é como era conhecido o 5º Grupamento de Canhões Anti Aéreo, unidade do Exército, em Campinas.

<sup>14</sup> Newman Ribeiro Simões, em entrevista à autora em 27 de novembro de 2013.

que se deu ainda nas escadarias da Catedral, às 17h30:

cantando o Hino Nacional e sendo acompanhados pelos milhares de populares que, na praça pública, os ovacionavam também cantando, os estudantes ouviram um vibrante discurso do Bispo Diocesano e ponderações sábias do dr. Custódio, após o que marcharam sobre a cidade, dando vivas à democracia, exigindo liberdade, protestando contra a tirania, exigindo o Brasil justo e cristão com que sonham. Rejubilava-se o povo e o Bispo Diocesano e o Pastor Metodista, prof. Angelo Brianesi Rodrigues – outro herói, este último, de grande concentração cívica – eram aplaudidos e cumprimentados pelos populares. Os estudantes carregavam a Bandeira Nacional e entoavam hinos cívicos, sendo ovacionados por onde passavam.

A passeata seguiu pelas ruas Governador e Boa Morte: “Cartazes alusivos como ‘Onde está a Democracia’, ‘Queremos Liberdade’, ‘Abaixo a Ditadura’ etc. eram ostentados, tendo os moços em número considerável, percorrido em ordem as ruas do centro da cidade (...)” (JP, 22/09/1966, p.1). Retornaram à praça às 18h, aproximadamente, onde começou uma concentração aos pés do Monumento ao Soldado Constitucionalista. O policiamento já não era ostensivo. Ali, o bispo e vários estudantes falaram aos demais, num contundente protesto contra o cerceamento da liberdade. A multidão começou a dispersar-se por volta das 18h30.

À noite, depois da passeata, os estudantes realizaram uma assembléia geral, e lançaram o manifesto que no dia seguinte, 22 de setembro, foi publicado pelos três jornais:

Os Universitários de Piracicaba, reunidos em Assembléia Geral, tendo em vista a situação atual do país, resolvem: 1) conclamar o seu júbilo pelo sucesso da passeata a qual consideram vitoriosa, porque conseguiu levar seu protesto e definir posições dentro de um clima de ordem. Ao mesmo tempo, lança um voto de louvor a d. Aniger Melilo, bispo da diocese de Piracicaba, e ao povo de Piracicaba, pela luta que empreenderam pela compreensão por nossa causa, possibilitando a maiúscula vitória de hoje. 2) manifestar total repúdio às atitudes arbitrárias tomadas pelas forças policiais

do governo, iniciadas com a prisão dos estudantes que participavam do XIX Congresso da UEE. 3) negar a existência de agitação provocada por elementos estranhos ao meio universitário, bem como não fundamentar, sob nenhuma hipótese, as eventuais acertivas de que o meio universitário encerra em seu propósito falsa ideologia, ou seja ele dirigido por idéias subversivas e impatrióticas. 4) dar mais ênfase às reivindicações estudantis, e protestar contra a repressão política nacional. 5) decretar, a partir desta data, assembléia geral permanente dos Universitários de Piracicaba.

Também no dia 22, os três jornais publicaram a mensagem encaminhada pelo Rev. Angelo Brianezi Rodrigues:

Show de civismo – Piracicaba plantou ontem no torrão sagrado da Noiva da Colina, mais uma árvore cívica, a árvore da democracia Cristã. A terra de Prudente de Moraes demonstrou a sua cultura bicentenária através de uma mocidade universitária consciente. (...) A mocidade universitária é a expressão mais autêntica da situação cívica, econômica, moral, ética e intelectual de um povo. Parabéns mocidade acadêmica, D. Aníger, Sr. Prefeito, autoridades civis e militares e povo de Piracicaba pelo show cívico de ontem. Rev. Angelo B. Rodrigues

Das manchetes e das matérias dos periódicos do dia seguinte à passeata, depreende-se que a sensação de alívio foi geral:

Na manifestação estudantil não houve choque com a polícia – Clima de tensão na Praça José Bonifácio antecedeu a passeata – Os acontecimentos de ontem à tarde em nossa cidade (**DP**, 22/09/1966, p.1).

Catedral transformada em Templo Cívico: moços marcharam (agora, sim!) com Deus pela Liberdade (**FP**, 22/09/1966, p.1).

Estudantes saíram à rua e deram lição de civismo – O que foi a passeata dos universitários piracicabanos – Prossegue o movimento em São Paulo

– Estudante piracicabana ferida na capital (**JP**, 22/09/1966, p.1).

Para o **JP**, os “universitários piracicabanos deram uma lição de civismo fugindo à baderna, à desordem, mas vindo virilmente em praça pública para trazer o seu modo de pensar, em relação aos rumos do atual governo central”. A **FP** considerou

(...) impossível (...) descrever o espetáculo cívico que sacudiu Piracicaba em seus alicerces, na tarde azul e ensolarada, magnificamente luminosa, deste 21 de Setembro de 1966. Impossível de descrever porque não haverá palavras, no vernáculo Pátrio, para espelhar a vibração, o entusiasmo, o ardor cívico, de milhares de pessoas que aplaudiram e se solidarizavam aos estudantes, em número aproximado de 500 (...) <sup>15</sup>

Para este jornal, a posição de dom Aníger o fez passar “aos anais da História de Piracicaba, como uma das mais corajosas atitudes adotadas por um líder religioso em nossa terra”. Cecílio Elias Netto escreveu na coluna Bom Dia:

E dizer o que, depois de tudo que se viu ontem? Dizer que moços, velhos, mulheres, crianças, todos choravam, quando os universitários começaram a descer as escadarias da Catedral cantando o Hino Nacional Brasileiro? Dizer que os próprios soldados, ali idos para a repressão, tinham, nos olhos, um brilho invulgar de respeito pelo heroísmo despreendido daqueles moços? Dizer que Dom Aníger se erguia tão alto quanto à própria Catedral, transformado na personificação da própria Igreja missionária, que vem para o povo, que se junta com o povo, que se une, sofre, ri e padece com o povo? Dizer que o Pastor Metodista Angelo Brianesi, de mãos dadas com o Bispo Católico, afirmava também ao mundo que é uma nova era a que surge e que, para ela, é necessário que, acima de tudo, exista amor e tão somente amor? Dizer o que, depois de tudo que se viu ontem? É dizer nada, falar nada.

<sup>15</sup> As informações sobre o número de estudantes que participaram da passeata são díspares: a **FP** fala em 500 pessoas, **OESP** fala em 700.

Ficar, silenciosamente, meditando no milagre e na força desta juventude assombrosa que aí está. E pedir a Deus, então, que a ilumine e fortaleça para a consumação da felicidade deste país. E bom dia.

Para o **DP**, “Felizmente, tudo acabara bem”.

O **JP** trouxe as notícias sobre os manifestos nas capitais ao lado da notícia sobre a passeata piracicabana, levando ao conhecimento dos leitores que a estudante piracicabana Glaucia Munhoz Peres havia sido ferida durante os protestos em São Paulo, que mil estudantes da Universidade Mackenzie invadiram a instituição e ali prometiam ficar até que fosse libertado o presidente de seu centro acadêmico; que as faculdades paulistanas, a maioria em greve, estavam quase todas cercadas por policiais e que novos protestos estavam sendo organizados em Belo Horizonte, Guanabara, Recife, Brasília, Goiânia e Porto Alegre.

As primeiras críticas à realização da passeata estudantil em Piracicaba apareceram rapidamente. Um texto do jornal **FP** (Pe. Echevarria confia no apoio da população: campanha de *bancos*<sup>16</sup>, 23/09/1966, p.1) evidencia sua existência, responde a elas, mas não identifica seus autores:

Muitas pessoas, naturalmente sem qualquer compreensão dos acontecimentos que estão movimentando toda a área estudantil no país, se mostraram perplexas com a passeata estudantil de quarta-feira passada em nossa cidade e, ainda mais, pela posição desassombrada assumida pelo Sr. Bispo Diocesano e pelo Pastor Metodista. No entanto, os fatos são mais eloquentes do que quaisquer julgamentos levianos e inconsequentes. O Estado todo, na mesma quarta-feira, foi tumultuado pelos choques entre estudantes e policiais, com muitas pessoas feridas, centenas de prisões e tumultos sem conta. Em Piracicaba, no entanto, houve algo muito importante, conseguido por D. Aniger Melillo e pelo Reverendo Angelo Brianesi, que evitou tumultos, violências e tornou possível a serenidade e a ordem da passeata estudantil: diálogo. Isso Piracicaba, através da atu-

---

<sup>16</sup> O título deste texto sobre as críticas à passeata está trocado com o de uma matéria da mesma página. O correto seria Passeata: Piracicaba foi exemplo ímpar de serenidade e de ordem.

ação daquelas autoridades religiosas, conseguiu. E, mais outra vez, demos, no Estado, um exemplo de sabedoria e de vitalidade que, infelizmente, não foi compreendido por alguns que, aliás, não tem interesse em nada compreender. Ribeirão Preto, Campinas, onde os conflitos foram violentos, devem lamentar não ter tido uma liderança serena como Piracicabana teve.

Na mesma página, Cecílio Elias Netto escreveu sobre o “bispo subversivo”:

(...) pedimos permissão para (...) sermos os primeiros a dizer que Dom Aníger Melillo, Bispo Diocesano de Piracicaba, é, por graça de Deus, um subversivo. (...) É subversor e subversivo porque conseguiu inundar-se totalmente das lições de subversão do Papa João XXIII. (...) O Bispo de Piracicaba saiu da comodidade contemplativa em que tantos se acostumaram, ao longo destas décadas, ver os líderes cristãos. Despiu suas vestes episcopais, desfez-se do ouro de sua majestade na hierarquia eclesiástica. E veio para as ruas: sofrer, rir, chorar, protestar, ser solidário, ser autêntico, ser povo e sentir-se povo (...) Dom Aníger deu, à juventude de nossa terra, um altar sob o qual pudesse ela ajoelhar-se (...) Este é um Bispo subversivo. Porque, no momento dos ódios, soube ter amor. E os homens não perdoam os que sabem amar. (Um bispo subversivo, **FP**, 23/09/1966, p.1).

Dias após a passeata em Piracicaba, os acadêmicos da faculdade de Rio Claro, impedidos por decisão da polícia de realizar sua passeata de protesto, resolveram substituí-la por uma missa. O culto foi realizado no dia 23 de setembro e para oficiá-lo, os estudantes convidaram dom Aníger. O bispo

(...) esteve em Rio Claro e, conforme as informações que de lá procedem, fez uma comovida oração em defesa da liberdade de expressão e do respeito à dignidade humana. Por outro lado, a repercussão dos acontecimentos de Piracicaba, através da liderança do sr. Bispo Diocesano, foi realmente magnífica em todo o Estado, pela serenidade e ordem com que aconteceram transformando-se em fato

inédito na atual conjuntura universitária. Entre as altas esferas do Estado, o exemplo de Piracicaba vem sendo citado, o que, para nós, é motivo para orgulho desmedido e justificável. (Acadêmicos rio-clarenses buscaram apoio de D. Aníger que oficiou a missa universitária, **FP**, 24/09/1966, p.1).

De fato, a atuação do bispo foi citada duas vezes naqueles dias, pelo jornal **OESP**. No dia seguinte à marcha, na primeira página, noticiando os protestos que pipocavam no país, o jornal informou:

O bispo de Piracicaba, dom Aníger Mellilo, por sua vez, fez exortação aos estudantes em discurso proferido durante comício realizado ontem ao pé do Monumento ao Soldado Constitucionalista, naquele município. "Fraternalmente – ressaltou – recomendo à juventude serenidade e coragem cívica. Na ordem e no respeito verdadeiro ao pensamento dos outros está o verdadeiro progresso e crescimento de nossa gente" (Normaliza-se na Capital a situação, **OESP**, 22/09/1966, p.1).

No dia 25 de setembro, num texto analítico sobre a atualidade política, o cientista social Oliveiros S. Ferreira deu a dimensão real de todo o conflito que, na tarde de 21 de setembro, foi encenado na Catedral de Santo Antonio, em Piracicaba:

Os entreveros estudantis são a guerra de patrulhas do melancólico fim desta triste e desacreditada semi-revolução. (...) A Sociedade Civil começa a organizar-se – embora a organização se dê ao nível dos entreveros. Os estudantes demonstraram capacidade de resistir à dor física e souberam, em alguns lugares mais, em outros menos, conquistar os aplausos da população. É uma organização difusa, em forma de patrulhas autônomas que se constituem para as tarefas do dia a dia, mas sempre é uma forma de organização. E mais importante que tudo, essa mobilização fez que a Igreja, contra a qual o Poder de Estado se havia recusado engajar-se, desse seu apoio á causa da redemocratização. O episódio de dom Helder Câmara é o

menos importante<sup>17</sup>, porque ele é o vulto mais vulnerável da hierarquia eclesiástica. O significativo é o episódio de Piracicaba, São Paulo, onde o bispo dom Aníger Melillo saiu à frente dos estudantes, dizendo que “a ditadura não nos calará”. (Apêlo ao romanticismo desesperado, **OESP**, 25/09/1966, p.108).

Apenas dois dias depois da passeata em Piracicaba ocorreu no Rio de Janeiro o episódio que ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha, quando os alunos que haviam tomado a Faculdade de Medicina foram covardemente espancados por policiais que invadiram o prédio durante a madrugada.

Começara um tempo sombrio e violento.

---

<sup>17</sup> Durante a crise estudantil de setembro de 1966, poucos dias após o ocorrido em Piracicaba, estudantes de Pernambuco pediram a proteção de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, para realizar sua manifestação. O religioso, de posição conhecidamente contrária ao autoritarismo militar, posição esta que afinal lhe custou anos de muita perseguição, recusou o pedido. Em nota aos estudantes, ele disse “Não quero dizer que não simpatizo com a causa dos estudantes. Mas não posso dar o apoio que vocês me pedem, porque isso seria até covardia de minha parte, pois redundaria em insuflá-los à desordem e mesmo a expô-los às represálias da Polícia, enquanto que minha posição seria muito comoda, pois, como arcebispo, não estou exposto à prisão e a outros vexames”. Dom Helder escreveu ainda que “diante dos fatos que vem ocorrendo no País e que conturbaram também Recife, como brasileiro, como padre e como bispo, o que sinto é tristeza e pena. Para onde estará caminhando nosso país?” (*Perde intensidade a crise estudantil*. **OESP**, 25/09/1966, p.7).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Caio Rodrigo. **Notícia impressa versus história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista, Bauru.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ELIAS NETTO, Cecílio. **Almanaque 2000: memorial de Piracicaba – Século XX**. Piracicaba: IHGP, Jornal de Piracicaba, Unimep, 2000.
- ELIAS NETTO, Cecílio. **Piracicaba política, a história que eu sei – 1942/1992**. Piracicaba: Prefeitura Municipal/Ação Cultural, 1992.
- PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.71-96.
- SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o Golpe militar de 1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP.

*O golpe militar de 1964 não poupou a ninguém. Não havia liberdade, nem espontaneidade, nem conversa em voz alta. Falava-se olhando pelos lados e sempre se mudava de assunto quando se aproximava algum estranho.*

# A CRUZ, A FARDA E A TRAIÇÃO

Otto Dana

De mil novecentos e sessenta e quatro a mil novecentos e oitenta e quatro o Brasil teimou em manter-se vivo. A toda força quiseram atrelá-lo aos Estados Unidos e ao capitalismo internacional e arrancá-lo de qualquer vínculo socialista ou comunista, Rússia ou Cuba. Na época só se admitiam dois extremos, ambos residência do diabo: os Estados Unidos, representando o bem; a União Soviética, Cuba, China representando o mal. Era a guerra declarada entre o bem e o mal. Em nome e em defesa de qualquer dos dois, o sangue corria solto. As cadeias repletas, a censura e a ameaça, o exílio e o desaparecimento.

Tudo era suspeito. Uma conversa a dois, a sala de aula, uma leitura, uma palestra, um culto na igreja. Livros eram confiscados pelo simples fato de estarem encadernados com capa vermelha. Perdi um Novo Testamento por estar assim encapado. Livros didáticos de Marx, Weber, Santo Agostinho, Tereza de Calcutá, confundida com Olga Bernardi. Alceu Amoroso Lima, Tristão de Athayde, poesias inocentes de Dom Helder Câmara e as execradas do bispo Pedro Casaldáliga.

O acesso a notícia, pelos grandes jornais, era impossível. O “Estado” publicava, em espaços censurados de primeira página, receita de culinária, ou poesias e piadas. Além da autocensura, viviam censores autorizados nas redações. Proíbiam a publicação de informações as mais inocentes. Tudo era posto sob suspeita e sob censura.

O golpe militar deflagrado em 1964, tanto pelas Forças Armadas como pelas forças da repressão e da direita, não poupou a ninguém. Nem o estado laico, nem as igrejas, nem a imprensa escrita, ou falada ou televisada, nem os cidadãos comuns. Não havia liberdade, nem espontaneidade, nem conversa em voz alta. Falava-se olhando pelos lados e sempre se mudava de assunto quando se aproximava algum estranho.

Nas salas de aula a presença dos alunos “profissionais”, que repetiam a aula vários anos e se ocupavam de anotar o comportamento dos alunos e professores. Eu mesmo, no Colégio Sud Menucci em Piracicaba, fui chamado à delegacia de Ordem Social, para responder sobre temas suspeitos, aulas, sobretudo referentes ao sentido da Independência do Brasil e da celebração do dia 7 de setembro e seu desfile. Uma aluna acompanhava minhas aulas e entrevistas e declarações avulsas.

Quanto à Igreja, nesta época, era também vítima, principalmente o Bispo D. Aníger de Melillo e o Pe. Otto Dana, da Catedral de Piracicaba. Posteriormente também o sucessor de D. Aníger, D. Eduardo Koiak. D. Aníger se expôs primeiramente tomando a defesa dos estudantes da ESALQ numa manifestação na praça à frente da Catedral. Quando a polícia investiu contra os estudantes, D. Aníger se postou a frente deles e conduziu-os para dentro da Catedral, onde ficaram sob proteção, até que se negociasse com as forças da repressão. D. Aníger, bem como seu sucessor, trabalhava sempre em comunhão com a UNIMEP e a Igreja Metodista em eventos, celebrações ecumênicas, atividades de defesa da democracia e do avanço da cidade de Piracicaba, sobretudo no tempo do exercício da Prefeitura, tendo à frente João Herrmann Neto, e o reitor da Universidade Metodista, Dr. Elias Boaventura.

Apesar de pouca adesão de padres e pastores aos movimentos, em grande parte pela falta de consciência política, com D. Melillo, D. Eduardo, Pastor Nilo Belotto, Dr. Elias Boaventura e Herrmann Neto, a cidade efervescia, nem sempre a contento de todos. Lembro-me de concentrações de prefeituras convocadas pelo prefeito, a realização do Congresso Nacional da UNE em cooperação com as igrejas católicas e metodistas, tendo a palavra, D. Eduardo, Pe. Otto Dana, pastor metodista, que foram publicados pelos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”.

Apesar de não considerarmos a Igreja de Piracicaba como “revolucionária” nem “politizada”, mesmo assim ela foi influenciadora de movimentos avançados: a implantação das Comunidades Eclesiais de Base, a aceitação e motivação da Teologia da Libertação, participação em passeatas, a familiarização com missas e celebrações mais afinadas com a realidade política, as celebrações ecumênicas, a denúncia contra a violência, a perseguição política, o abrigo a perseguidos políticos, a panfletagem política, os sermões mais pé no chão contra as prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, etc. Todos os sermões das missas irradiadas do Pe. Otto eram gravadas e arquivadas.

Se não chegou a ser um centro de contestação, mesmo porque é uma cidade um tanto conservadora política e religiosamente, Piracicaba e região não se omitiram a dar sua contribuição para superar em parte o peso da Cruz, o sangue da Farda, e a manhã da Traição.



Pastor metodista Nilo Belotto e Padre Otto Dana. 32º Congresso da UNE, em Piracicaba, 1980.

Foto: Nascimento, acervo UNIMEP

*Ninguém era comunista.  
Simplesmente, esses homens  
acreditavam no sindicato.  
Acreditavam na causa. Não  
havia agitação. Mas havia um  
dedo do patrão que indicava:  
'esse, preso!', 'esse, preso!'.*

# NO CHÃO DE FÁBRICA E NAS SALAS DE AULA, A MESMA INTOLERÂNCIA\*<sup>1</sup>

Caio Rodrigo Albuquerque

Diz-se que o capitalismo marginalizou a oralidade, privilegiando as versões oficiais construídas e moldadas de forma roteirizada, com elementos clássicos do drama teatral, ou seja, composta de cenário, enredo, heróis e vilões. No mundo pós-industrial, a oralidade fora categorizada como aspecto intrínseco às tribos longínquas e seus guardiões de tradição e cultura. E de fato assim se fez. O que se diz a partir da escrita e da imprensa é o que já está dito nos documentos devidamente lavrados pelo discurso oficial.

Mais já dizia Heródoto, o “pai da história”, que a verdade dos fatos tem base no testemunho, na vivência relatada. Na Grécia antiga, história significava “aquele que viu ou testemunhou”, mas os comandantes daquele período descobriram ao mesmo tempo que comandar era também comandar o discurso, impregnando em seu povo retóricas e versões convenientes à manutenção de seu poder. E assim a oralidade dos vencidos se esvaiu. Não era publicada, não era ouvida, tampouco contada. Contar para que? Contar para quem?

Então, incontestemente, mitos se fizeram. Tiranos, ditadores e homens sem habilidade política foram içados ao posto de heróis de seu tempo. E quantos assim se fizeram e ainda irão se fazer? Instituições como

---

<sup>1</sup> Este capítulo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “Notícia impressa versus história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba”, com algumas atualizações e notas explicativas que lhe foram acrescentadas. O estudo foi desenvolvido entre 2000 e 2002 e defendido no Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Unesp/Campus de Bauru. A pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com orientação de Maximiliano Martin Vicente, professor do Departamento de Ciências Humanas.

a igreja ou imprensa tentaram ser fiscalizadores, mas de que lado estão estas instituições? Que versões elas defendem? Neste quadro, nada mais seguro que a lição de Heródoto. O relato configura-se como um instrumento valioso na construção da nossa história e isso passou a ocorrer em meados do século 20. Passou a circular no meio acadêmico norte-americano uma corrente de estudos que prioriza justamente o que séculos de discurso oficial se ocuparam por silenciar: a história oral

Um excelente instrumento para compreender a evolução desta corrente é o livro “Manual de história oral”, de José Carlos Sebe Bom Meihy. É uma espécie de guia básico e eficiente para entendermos a importância de se usar a oralidade como ferramenta de construção da memória. Diz Meihy:

Na história oral, busca-se um registro da experiência vivencial ou informações. Com elas, constitui-se um documento objetivo que ou vale por si, e neste caso dispensa análise, ou é equipado com outros discursos ou documentos”.<sup>2</sup>

Da obra de Meihy, extraímos a base para utilizar cada entrevista a partir de sua inscrição no contexto das demais histórias. Estamos fazendo nesta pesquisa o que o autor do manual chamou de “relação entre o ser individual e o mundo que organizam as lembranças e os processos e relevam ou não o significado do repertório armazenado”. Não podemos tratar a memória individual como autosuficiente. Assim, a construção de cada personagem é possibilitada a partir do depoimento pessoal e, concomitantemente, a partir das relações que cada vivência individual desenvolveu durante o período que analisamos. Vale ainda o destaque para o que Henri Rousso afirmou ser, por definição, memória:

a memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, no passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda a memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> MEIHY, 1996. p.96.

<sup>3</sup> ROUSSO, 2000. p.94.

Sobre a validade de empregar a história oral para narrar o período da ditadura militar, é mais do que justificável, uma vez que uma das mais visíveis consequências do regime militar foi a retração nos questionamentos. Meihy lembra que “enquanto muitos lugares do mundo proliferavam projetos de história oral, retraíamo-nos, deixando para o futuro algo que seria inevitável”. Contar a sombria história do temido delegado Sérgio Fleury, por exemplo, resultou em “Autópsia do Medo”, do jornalista Percival de Souza. Escrever mais de seiscentas páginas só foi possível porque Percival manteve contato com Leonora Rodrigues de Oliveira, amante do delegado. Ao procurar Leonora, ouviu um incentivador e definitivo “sabia que um dia iria me procurar”. Bastou para que deixasse a oralidade contribuir sobremaneira para a elaboração de um valioso documento.

Enfim, ter a oportunidade de relatar a sua história é uma possibilidade de evitar que outros venham a mentir sobre ela. Talvez por isso todas as pessoas que procuramos se dispuseram a falar. Justamente pela necessidade, pelo sentimento de reparação, de ter voz e expressar o que de fato ocorreu na cidade de Piracicaba durante a ditadura militar.

Em entrevista publicada no caderno Mais!, no jornal Folha de São Paulo, o antropólogo Clifford Geertz diz que “você pára de interpretar quando não tem mais o que dizer”. Ao ser questionado sobre como escapar do niilismo na interpretação, o antropólogo norte-americano acha que “há uma diferença entre o niilismo e uma simples ausência de certeza”.

Este foi o ponto de identificação da dissertação de mestrado que defendi em 2002 e agora apresento parte dela nesta obra que resgata a cidade de Piracicaba e a relação que manteve com o regime militar pós 1964. Sobre o contexto local, poucas publicações encontradas sobre o período do regime militar eram suficientes para produzir um niilismo. Questionei, no desenvolvimento da pesquisa, se de fato não havia mais o que dizer. Essa ausência de certeza me provocou a procurar pessoas. Me instigou a buscar na oralidade um pouco mais da história de uma cidade que vivenciava sua transformação industrial e urbana.

Aqui neste artigo, apresento parte das declarações originadas de quem vivenciou as consequências da ditadura militar no ambiente operário e na esfera da educação de segundo grau. Entre 2000 e 2001, conversei com testemunhas de um período que ganha, nesta publicação, a clara oportunidade de contar ao cidadão piracicabano e - por que não? - brasileiro, como as relações cotidianas estiveram

influenciadas por um modo de operação político permeado pela coerção, pela ameaça e pela exploração das estruturas de poder em favor de ações arbitrárias.

A partir dos relatos dessas testemunhas, Piracicaba agora tem a chance de aprender mais um pouco e - por que não? - agradecer por terem aberto suas caixas de memória. À época, para surpresa deste jornalista, uma inestimável boa vontade permeou nossas conversas. Abriam sua alma e pesquisadores agradecem. Parodiando Ítalo Calvino, podemos, a partir das declarações, levantar os olhos das páginas para sondar a escuridão.

## Lideranças cassadas

O ambiente operário piracicabano representa com clareza como se deram as relações sociais em Piracicaba durante a ditadura. Retomando 1964, visualizamos um processo de urbanização e industrialização de várias cidades do interior paulista que futuramente se efetivariam como centros da economia estadual e formariam um dos mais ricos pólos econômicos do país. Piracicaba, segundo dados da delegacia de polícia local, em final de 1959 tinha uma população próxima a 95 mil habitantes e 9.500 operários, distribuídos especialmente entre a Metalúrgica Dedini (960 trabalhadores), Mause (230), Refinadora Paulista (630 na usina de açúcar e 420 na fábrica de papel), Société Sucrière (415), Sulceda, fábrica de tecidos (15), Destilaria Dedini (130), entre outras<sup>4</sup>. Em 1967, a população já chegara aos 145 mil habitantes e o operariado passara a 10.576, concentrado especialmente em 48 indústrias da área metalúrgica, 26 da área mecânica e 5 da área têxtil.<sup>5</sup>

Inseridos nesse desenvolvimento surgiram novas lideranças locais a partir das classes menos abastadas financeiramente. A possibilidade de se organizarem em sindicatos fazia dos líderes sindicais pessoas importantes não somente na cena fabril, mas na comunidade como um todo. Pessoas simples, de origem humilde, que nasceram numa realidade brasileira ainda rural, mas que ingressaram no mercado de trabalho num contexto urbano, no qual os valores da modernidade e do progresso eram usualmente privados.

<sup>4</sup> Conforme relatório assinado pelo delegado Adir Romano, em 1960, nos arquivos do DEOPS-SP, sob nº 50-Z-261-1011.

<sup>5</sup> Conforme relatório assinado pelo delegado Ivan Pantaleão, em setembro de 1967, nos arquivos do DEOPS-SP, sob nº 50-Z-261-1175.

E de certa forma, nas décadas de 50 e 60, as lideranças operárias traziam essa modernidade no discurso, mas uma modernidade que embutia a luta pelos direitos trabalhistas. O direito por greve, as negociações salariais e os demais itens da CLT eram exigidos como nunca desde sua criação na era Vargas. Experimentavam uma liderança de fato e saboreavam uma rara liberdade de expressão, o que facilitava a tarefa de convocar o operariado para qualquer reivindicação e ou discussão.

Talvez por esses tantos argumentos é que essas mesmas lideranças tivessem sido alijadas do processo político que eclode em abril de 1964. Observando de um outro ponto de visão, talvez por essa representatividade dos líderes de sindicatos, o empresariado tenha visualizado na motivação “revolucionária” a alternativa possível de barrar essa oposição que vinha de dentro da sua propriedade. Como fazer isso?

Para explicar como se deu esse combate às lideranças operárias em Piracicaba, conversamos com seis trabalhadores da época. Utilizando como critério setores que já se organizavam em associações e sindicatos no período, entrevistamos, em 2001, Jaime da Cunha Caldeira (1928-2007), Octávio Arthur (1927-2008) e Eugênio Bellotti, que nos trazem os questionamentos e pressões sofridas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba. Além deles, dialogamos com o ex-presidente da Associação das Indústrias de Alimentação, Celso Camargo Sampaio (1923-2013), que fora preso e processado por subversão e agitação. Também contribuíram para representar o discurso operário local o ex-presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis, Antonio Dorival Trevisan (1934-2011) e o ex-ferroviário Rubens Funes Nocette, que nos relatou a tensão das greves da década de 1960.

Nos depoimentos desses trabalhadores, fica evidente a estratégia de desqualificar essa liderança representada pelos sindicatos logo no início do regime. Tachá-los de comunistas e subversivos, empregando um discurso em sintonia com a retórica da comunização foi uma saída que de fato funcionou.

O resultado dessa perseguição teve dois efeitos possíveis: prisão ou impedimento de seguirem na presidência dos sindicatos. Quando nenhuma das duas vias se concretizou, a fala de cada trabalhador ressalta um clima de insegurança, medo e preocupação não somente com os rumos da política nacional, mas sobretudo com a sua própria condição de operário, ameaçado de perder o emprego e sem muitas possibilidades de reivindicação.

Sendo cassados ou presos, o fato é que o operariado passaria a ser representado por um sindicalismo pelego. Antonio Dorival Trevisan recorda aqueles primeiros dias de abril de 64, indicando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como um engano no qual os padres católicos contribuíram e confirma que naqueles dias o Sindicato das Indústrias Têxteis já era comandado por uma interventoria:

Mas se as pessoas não fossem politizadas como o senhor, apoiavam o golpe como aconteceu na maioria do país devido à forte propaganda feita pelos militares de que precisavam varrer os comunistas... tanto que aqui Piracicaba teve também a versão da passeata da família...

**Trevisan:** O que eu acho, infelizmente, é que os padres, em vez de cumprir a missão deles de apoio aos mais pobres e necessitados, eles foram apoiar o golpe militar, era a passeata 'com Deus pela Liberdade', mas que liberdade? Que liberdade você está me dando? Está colocando você na cadeia, está acabando com meu serviço, está acabando com tudo isso. Para mim aquilo lá foi um engodo, foi só para enganar, traíram o povo. Quer dizer, a igreja traiu o povo ...

Mas naqueles dias próximos da passeata, a maioria dos sindicatos publicou anúncios no jornal chamando a população. O seu sindicato fez isso?

**Trevisan:** Não, nós não fizemos nada disso. Mesmo porque não estávamos no sindicato mais. Já estava a interventoria. Então, o sindicato nosso não se envolveu muito com isso. Eu me lembro bem quando os militares fizeram aquela campanha de 'doe ouro para o bem do Brasil'. Lá não foi nada mais do que para pagar os 'papagaios', as dívidas que eles fizeram para dar o golpe militar nos bancos.<sup>6</sup>

Questionados sobre a participação na Marcha da Família, dois outros operários, Celso Sampaio e Octávio Arthur só puderam nos relatar a tensão que resultou na prisão de ambos. Celso Sampaio recorda sua prisão e a nítida intenção de separar as lideranças sindicais mesmo dentro da cadeia:

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 2 de janeiro de 2001.

Quando teve a Marcha aqui, o senhor apoiou?

**Celso:** Eu estava preso já. Estourou, eu fiquei uns dias fora, mas não adiantava. Aí me pegaram...

Onde?

**Celso:** Primeiro, me afastei e fiquei na casa de uns parentes, voltei para responder e entre os interrogatórios e tudo deu uns quinze ou vinte dias. Depois que saí da delegacia, ficamos vigiados, não podia sair da cidade, tinha que me apresentar na delegacia.

E como foi o tratamento? O que perguntavam?

**Celso:** Era cela comum. Tinham os dirigentes e mais presos. Vários líderes de sindicatos como de Limeira, Piracicaba, de Santa Bárbara, ficamos incomunicáveis. Nós ficamos numa cela separada. Cada um numa cela, incomunicável. Qualquer coisinha tinha a ameaça que iam transportar de navio. Enfim, aquela pressão e nervosismo.<sup>7</sup>

Celso Sampaio gentilmente nos concedeu uma cópia do inquérito policial no qual ele foi autuado no dia 14 de abril de 1964. O inquérito foi instaurado segundo a Lei de Segurança Nacional, tendo como argumentação “atividades subversivas”. Respeitando seu pedido de que não publicássemos a cópia, mas apenas citássemos o ocorrido sem “comprometer nomes”, transcrevemos aqui apenas o motivo da autuação: “vem orientando os trabalhadores sindicalizados, principalmente da Usina Tamandupá, a não voltarem ao trabalho”.

Segundo Celso Sampaio, sua movimentação sindical era fundamentada em reivindicar direitos, sem um pano de fundo político, mas como já afirmamos, toda movimentação sindical foi tachada de subversiva para que houvesse uma justificação na representação negativa que foi atribuída a esses trabalhadores.

Octávio Arthur, então tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos e kardexista, como eram chamados os controladores de estoque da Metalúrgica Dedini também não escapou da prisão. Sua fala marca a pressão patronal para que deixasse o sindicato:

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 9 de março de 2001.

“Quando entraram os militares, qual era sua opinião?”

**Octávio Arthur:** Já esperávamos que não ia acontecer nada. Só iam prender gente. Estava no sindicato e a firma me pressionando para sair de lá. Eles me prejudicavam de todo jeito. Chegaram a oferecer cargo de chefia.

Tudo só para sair do sindicato?

**Octávio Arthur:** Me prejudicavam de todo jeito. Inclusive, tinha uma barraquinha de salgados em frente do Dedini e o Leopoldo Dedini (1919-1976)<sup>8</sup>, disse um dia: ‘Você vai ficar aqui na frente marcando quem vem comprar salgadinhos’. Eu não disse nada a ele. E avisava aos que vinham comprar que eu estava a mando do Leopoldo Dedini.

Por que ele queria que o senhor anotasse?

**Octávio Arthur:** Para jogar eu, Octávio Arthur (sic.), contra os operários. É isso que ele queria. Mas a notícia espalhou e não apareceu mais nenhum. Daí ele me chamou e eu disse que não tinha vindo nenhum. ‘Mas como isso?’, ele perguntou. ‘Como eu não sei’, respondi.<sup>9</sup>

Sobre a situação na carceragem, encontramos nos relatos desses trabalhadores algo que nos abriria caminhos para que compreendêssemos o processo como um todo. Além da pressão psicológica, não encontramos nenhum relato de maus tratos físicos. Octávio Arthur nos surpreende com a afirmação de que nem o delegado de Itirapina (SP), cidade para qual fora levado, sabia o motivo de estarem ali:

**Octávio Arthur:** Não perguntaram nada. Ainda perguntei para o delegado se não tinha nenhum serviço pra fazer. Se precisava trabalhar, varrer, limpar. Ele disse que de nós não queria saber nada porque nem sabia porque estávamos lá.

Antonio Dorival Trevisan não fora preso, mas perguntado sobre histórias de amigos que foram perseguidos, ele relata uma cena inu-

<sup>8</sup> Leopoldo Dedini, executivo do Grupo Dedini, era sobrinho do fundador, Mário Dedini, com quem trabalhou desde menino. Em 1970, com a morte de Mário Dedini e a redistribuição das ações do grupo, passou a controlador da Mausea Metalúrgica, Metalúrgica Piracicabana e Coluna Agropecuária.

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 4 de janeiro de 2001.

sitada na qual um trabalhador piracicabano cantava cururu<sup>10</sup> para distrair os guardas:

No meu setor, foram presos Mario Teixeira, que era presidente; Antonio Aires Nogueira, que era secretário; e o Santos Fidélis, que era tesoureiro. No metalúrgico, que eu me lembro, prenderam o Luiz Nunes, já falecido; Newton da Silva, o Niltinho; o Belotti; Octávio Arthur. No setor de alimentação, teve o Celso Camargo Sampaio, Benedito Cândido e teve o José Trevisan. Estes três sindicatos eram os mais atuantes.

O senhor sabe se maltrataram esse pessoal?

**Trevisan:** Não. O mais perseguido deles era o Mário Teixeira, que era por eles tachado de comunista. Ele ficou detido, se não me falha a memória, 25 dias. Ele procurava orientar o pessoal. Dizia ele, que era meio gago: 'cuidado com o que você vai falar, não vai ficar dedando o pessoal aí'. Mais quando chegava o Major, chegava nele e dizia: 'esse que é o perigoso?!'. E quando chegava no Benedito Cândido, ele tinha um irmão que cantava cururu e ele também cantava, gostava de brincar e este Major gostava de ouvir o Cândido cantar cururu. Então quando ele vinha, o Cândido dizia: 'vamo cantar um cururu!'; e levavam assim. Mas bater, levar no DOPS, isso parece que não aconteceu com ninguém.

Celso Sampaio também confirma que na cadeia não teve sofrimento físico. O complicado, segundo Sampaio, foi o sofrimento da família, que desconhecia o paradeiro dos pais e maridos. Além disso, voltar à vida social também não era tarefa das mais fáceis:

Não chegaram a maltratar fisicamente, mas havia uma pressão?

**Celso Sampaio:** Não, fisicamente não. Mas, interrogatório, um atrás do outro. Um ia fazer uma declaração e logo depois vinham buscar a gente... foi um sacrifício tremendo. Para quem nunca havia

---

<sup>10</sup> Cururu: música popular característica da região de Piracicaba e do Médio Tietê, espécie de desafio cantado acompanhado por violas. Em geral, duplas de cantores se alternam, expressando-se de improviso sobre fatos corriqueiros, religiosos, histórias da comunidade.

entrado numa delegacia, depois sofrer uma série dessa aí.

A família ficou num desespero só?

**Celso Sampaio:** A gente não sabia nem porque estava lá.

Sofreu preconceitos de outros trabalhadores?

**Celso Sampaio:** Geralmente, atrapalhava tudo. Não somente não podia concorrer a cargos como também os adversários pegavam as fichas no DOPS e na ficha dizia que eu era agitador, que eu comunista, subversivo. Então, os cargos que a gente concorria era tudo perdido porque não havia condições. Foi um complexo muito grande, moralmente foi muito difícil.

Jaime Cunha Caldeira, que na época se refugiou em São Paulo, lembra que as movimentações se davam com o apontamento dos patrões e com a convivência dos delegados locais:

Piracicaba aconteceu o seguinte: quando as notícias começaram a chegar, foram detidas as pessoas dos sindicatos. Então, havia o delegado do trabalho, ligado ao Ministério, e o DOPS. Mas não era somente o DOPS quem mandava prender. Nas cidades, os delegados eram dominados pelo poder econômico. Aqui em Piracicaba, o delegado regional era dominado. E este homem começou a prender. Você veja o Belotti, homem simples, vários outros que já morreram, ninguém era comunista. Simplesmente, esses homens acreditavam no sindicato. Acreditavam na causa. Não havia agitação. Mas havia um dedo do patrão que indicava: 'esse, preso!', 'esse, preso!'. No dia quatro de abril, eu fui chamado num telefonema, uma pessoa marcando um encontro. Fui lá e era o agente de seguros que nós fazíamos as construções, chamado Geraldo Resende. Ele disse: 'eu vou confessar para vocês: sou agente do DOPS, serviço secreto'. Disse que estava lá para nos vigiar, se éramos corruptos... e falou que éramos 'gente séria'. Ele continuou: 'partindo desse princípio, eu vou com vocês no DOPS ver se tem... se estiver na lista, vamos tirar'. Aí fomos para o DOPS. Tinha barricada...Daí tiraram o nome. Eu aproveitei e disse

que o delegado em Piracicaba, em Itu, em Cantanduva, Ribeirão estavam cometendo injustiças. O delegado deu um salvo-conduto e ligou para o delegado de Piracicaba, que disse que não tinha ninguém preso. Ele mandava tudo para Itirapina! [risos].<sup>11</sup>

Jaime lembra da vigilância feita nas assembleias realizadas pelo sindicato. Ainda que apenas com ameaças, essa pressão enfraquecia psicologicamente o movimento operário, que entrava em descrédito frente aos próprios trabalhadores. Era um descrédito resultante do medo, da incerteza:

Era o DOPS e o Exército, com o Capitão Alfredo Mansur (1925-2005)<sup>12</sup>, que uma vez ameaçou de fechar o sindicato caso continuasse fazendo assembleias. E toda assembleia o DOPS mandava um tal de Paulinho. Mas nós não estávamos pregando a revolução, mandando matar ninguém, nós queríamos os nossos direitos.

Então se não houve sofrimento físico, o que de mais prejudicial traziam essas experiências da prisão? De acordo com os relatos dos operários, a tentativa de barrar a liderança sindical era concretizada quando os trabalhadores voltavam ao trabalho. Em outras palavras, as ações partiam de dentro das fábricas. Havia uma nítida estratégia de desqualificar esses trabalhadores colocando-os em uma posição de dúvida e conflito perante os companheiros de fábrica. Uma vez rotulados de “comunistas”, “subversivos” e “perseguidos”, estaria em franca decadência a liderança anteriormente conquistada. Toda a representatividade daria lugar à desconfiança, ao distanciamento e, muitas vezes, ao preconceito. Enfim, voltar à vida social, trabalhar simplesmente, tornara-se uma tarefa árdua, angustiante. Jaime Caldeira afirmou que o grande mal era causado às famílias e ao próprio trabalhador que retornara tendo que enfrentar a vergonha da prisão:

Apanhar, não apanhei. Mas deixavam sem comer, sem colchão. Na cadeia de Itirapina era aberto,

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 2 de janeiro de 2001.

<sup>12</sup> Alfredo Mansur, capitão do Exército, exerceu durante 14 anos o posto de delegado do Serviço Militar em Piracicaba e comandou a Guarda Civil Municipal entre 1983 e 1988.

ventava, fazia frio. O maior sofrimento eu acho que não foi o físico, foi a família, porque família pobre é muito unida, é muito sentimental. O chefe ser preso é uma vergonha. Depois ficava aí sofrendo, perguntavam o que tinha feito... o pessoal sofreu muito e a família sofreu muito mais. A discriminação foi muito grande porque infelizmente esse bicho que é a televisão, os Diários Associados, marretavam vinte e quatro horas: 'Ouro para o bem do Brasil!' Dirigia a cabeça do povão e quem eram os marginais? Era aquele coitado que foi preso, do sindicato. O pior de tudo era depois. O sujeito era afastado da sociedade, excluído. Era do sindicato, era excluído.

Octávio Arthur, que passara nove dias preso, lembra que depois que saiu da prisão, era chamado quase que diariamente à delegacia. Para ele ficava claro que havia uma perseguição interna, na fábrica, que encontrava respaldo nas autoridades policiais da cidade:

Na sua época, o delegado Adir da Costa Romano<sup>13</sup> foi o mais atuante em Piracicaba?

**Octavio Arthur:** Foi.

Então foi uma perseguição de dentro da empresa?

**Octavio Arthur:** Foi. Depois que saímos de lá, o delegado Adir Costa Romano me chamava toda semana pra prestar declaração. Fazia uma perguntinha de nada e dispensava.

O que ele perguntava?

**Octavio Arthur:** Nada. Qualquer perguntinha. Só pra irritar a gente (sic.).

Mas essa irritação de Octávio Arthur se misturava com o sentimento de medo. Ser preso novamente era um risco real. Octávio Arthur não vacilou em falar sobre o delegado Adir da Costa Romano, que no início do regime foi quem comandou essa “caça aos comunistas” em Piracicaba.

---

<sup>13</sup> Adir da Costa Romano foi delegado de Polícia em Piracicaba desde os anos 50 e responsável pela maioria das prisões ocorridas logo após o golpe militar de 64, quando era delegado regional. Foi eleito vereador em 1963 e licenciou-se do cargo 15 dias antes do golpe militar.

Ele já morreu?

**Octavio Arthur:** Vou contar uma história. Ele deixou o Mario Teixeira preso por dois meses. Quando saiu, o Mario foi até a sala e disse que queria agradecer: 'Doutor, quero agradecer por ter me prendido por dois meses, estragou com a minha família e eu não desejo nada para o senhor. Desejo que dê um câncer assim no seu estômago. Só! Tchau!' Não demorou seis meses e o homem morreu de câncer no estômago.

A narração de Octávio Arthur aponta o possível envolvimento entre empresários e o delegado de polícia, visando o favorecimento de ambos, em detrimento das lideranças sindicais e confirma a perseguição interna tendo como pano de fundo a argumentação política. Utilizando a política, barraram a atividade sindical que naqueles anos iniciava um processo de fortalecimento dentro da sociedade. Participavam de fato e essa participação incomodava somente porque queriam seus direitos cumpridos. O que fica dessas falas confirma o êxito dessa estratégia patronal, que é a humilhação social a que foram lançados.

Eugênio Belotti, ex-membro do Sindicato dos Metalúrgicos, relata a primeira das suas duas prisões, destacando a conivência dos patrões e lembrando que voltar à fábrica era como se sentir um "doente", devido à suspeição com que o olhavam:

O senhor foi preso em que ano?

**Belotti:** Em 1973. Me pegaram no serviço. Pediram para ir ao escritório conversar. Perguntavam quantos anos eu tinha de serviço. Aí eles falavam um para o outro: '-Que pena, vai perder tudo isso.' Diziam que iam mandar embora. Colocavam a gente na perua do Dedini e levava para a delegacia.

Nessa perua foi soldado junto?

**Belotti:** Soldado nada! Nem sei se era investigador. Eu fiquei por aqui mesmo em Piracicaba [nesse instante, a esposa de Eugênio Belotti interrompe: 'Mas nós não sabíamos onde levavam eles!'].

Quantos dias ficou preso?

**Belotti:** Fui preso segunda, saí quinta. Quatro dias.

O que perguntaram lá?

**Belotti:** Perguntaram se eu fazia parte do sindicato. Eu disse: 'Faço.' Que parte o senhor fazia no sindicato? E eu: 'Conselho fiscal.' Aí perguntaram se eu não fazia ou participava de reunião subversiva e eu: 'Tô aprendendo a falar subversão agora, porque nós nunca conversamos sobre isso aí.' Na verdade, o patrão ficou com raiva de uma assembleia que teve e nós ficamos em greve<sup>14</sup>, mas então seria todo mundo do sindicato, porque a diretoria serião e a assembleia decide.

E no dia seguinte, como era voltar ao trabalho?

**Belotti:** Parecíamos pessoas doentes. Aí um dos Dedini chamou pra perguntar porque tinha sido preso, tinha sido levado naquela perua...e eu disse que tinha visto ele quando me levaram... disse o que tinha acontecido lá e disse que eu tinha sido preso porque fazia parte do Sindicato dos Metalúrgicos. Aí ele disse que a diretoria gostava de pessoas sindicalizadas, pessoas do sindicato, diretores, e eu respondi que não, insistindo que minha prisão era porque tínhamos feito greve e porque eu era do sindicato.<sup>15</sup>

Nos anos 1960, os ferroviários em Piracicaba encontravam-se de certa forma enfraquecidos. Por se tratar de final de ramal, a categoria na cidade via diminuir o número de funcionários. Piracicaba sentiu os primeiros sintomas da política de transportes implantada a partir dos governos militares, onde a rodovia veio solidificar o definhamento e ou sucateamento de todo o sistema que servia de base até então no transporte de cargas e passageiros. Mesmo assim, a categoria não deixou de aderir ao movimento grevista que lutava contra este inevitável processo. Rubens Funes Nocette, ex-ferroviário, que conheceu os anos dourados da ferrovia e vivenciava naqueles dias o favorecimento às rodovias, relembra o movimento grevista que em Piracicaba deixou os vestígios do autoritarismo mesmo o movimento local contando com o respaldo de políticos da cidade:

---

<sup>14</sup> A última greve ocorrida em Piracicaba antes de 31 de março de 64 foi decretada pelo Sindicato dos Metalúrgicos no dia 1º de março. "A deflagração da greve paralisou totalmente o trabalho nas indústrias locais, antes do pronunciamento da Justiça do Trabalho... o movimento paredista transcorreu sem quebra da ordem pública, não se registrando incidente de monta." (O Diário, Greve dos metalúrgicos paralisou as indústrias. 03/03/1964).

<sup>15</sup> Entrevista concedida em 2 de janeiro de 2001.

Nas greves, o pessoal tinha receio porque eles pegavam os chefes do sindicato e sumiam com eles (...) Foi a ferrovia todinha que ficou em greve. Primeiro ficou quatro dias. O governador, que era o Adhemar de Barros, não cumpriu o que ele tinha concordado. Aí voltou a greve e ficamos dezoito dias parado. De fato o Salgot [Castillon, que seria eleito prefeito] era muito ligado. Na eleição dele, ele visitava os ferroviários, era amigo de frequentar a casa dos representantes do sindicato. Aqui em Piracicaba era o Nascimento. Nessa época dessa greve dos dezoito dias, quem liderou aqui fui eu e o Salgot deu bastante força para que impedir que o trem saísse. Quisemos impedir e veio polícia, o Salgot dialogou com a polícia, mas a polícia forçou a barra e soltou bomba, gás lacrimogêneo, levou gente preso...<sup>16</sup>

Segundo Nocette, a repressão funcionou e as greves não mais aconteciam pelo medo de prisões e da violência da polícia. Na fala de Nocette, ficam claras as duas frentes estratégicas implantadas para inibir, com sucesso, o “ímpeto” operário. Além da repressão direta aos movimentos de rua, Nocette conheceu a intervenção dentro das repartições da empresa. Com a “fiscalização” direta, o sufocamento de qualquer contestação estava executado:

Depois que se instalou o regime militar, já nem condições de greve você tinha. O pessoal não tinha nem coragem. Depois não saiu mais greves na ferrovia. Não tinha como sair porque o pessoal temia a reação da polícia. Depois, eu fiquei conhecendo melhor em 1975, quando prestei um concurso para auditor operacional em São Paulo. Daí que eu via melhor ainda que o Exército tinha colocado militares em quase todos os postos importantes da ferrovia. Inclusive o departamento em que eu fui trabalhar, o departamento de auditoria, era chefiado por um coronel. E todo serviço de segurança era chefiado por tenente, coronel, capitão...

Dessa forma, ouvindo a fala desses operários, o que observamos é que a falta de informação da sociedade como um todo gerou

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 24 de julho de 2001.

uma sucessão de fatos que no final geraram um enorme prejuízo às lideranças operárias. A desqualificação dos líderes sindicais a partir da atribuição de rótulos como “comunistas” e a prisão, mesmo que por breves períodos, desses líderes com conivência das autoridades policiais locais configuraram um cenário de medo e incerteza.

Até mesmo alguns croquis sobre um projeto de ampliação da rede de coleta de águas pluviais virou motivo de perseguição. É a famosa história do “bueiro subversivo”, contada aqui por Octávio Arthur:

Ah! uma outra coisa. Nessa época em que estava esse alvoroço, saiu no jornal publicado que estavam construindo um bueiro pra fuga dos comunistas e que ia dinamitar o Dedini. Eu tinha feito uma solicitação pro Luciano Guidotti canalizar a Vila Nhô Quim. Inundava tudo! E o Luciano pediu pra fazer um croqui. Eu fiz e dei pro Niltinho [Newton da Silva], que era suplente de vereador. No dia que entreguei, prenderam o Niltinho lá no centro da cidade. Ele estava com o papel e no outro dia saiu no jornal sobre o ‘bueiro subversivo’. Daí o Salgot entrou no meio pra esclarecer. A polícia prendeu o Niltinho e veio aqui, levaram tudo. Isso foi antes de me prenderem.

As representações negativas acerca do movimento operário enfraqueceram as manifestações de contrariedade. A luta por direitos trabalhistas passou a ser representada como uma onda subversiva. Por uma inibição a essa oposição, o apoio aos sindicalistas desaparece em meio ao preconceito e ao sofrimento moral resultantes das prisões. De acordo com os relatos, o sofrimento moral superou o sofrimento físico, mas foi doloroso como qualquer sessão de tortura.

Prova de que essa situação carregada de incertezas da política nacional trouxe a nível local um cerco aos movimentos de oposição foi a resposta de Octávio Arthur quando questionamos quando ele sentiu que começaram a aliviar. Octávio Arthur demonstra um certo descaso com a atitude do patrão, mas como poderíamos conceituar a atitude do patrão? Sincera ou irônica?:

Quando aliviou a situação?

**Octávio Arthur:** Logo que viram que não era ninguém comunista. Segundo o que fiquei sabendo, o Sr. Leopoldo Dedini foi ao sindicato pedir descul-

pas antes de morrer. Como ele morreu eu não sei e nem quero saber.

Pois quando “viram que ninguém era comunista”, o movimento operário já entrara em descrédito. O sufocamento promovido com base na Segurança Nacional interrompia com a ascensão das lideranças que se fizeram nas camadas populares e desmantelaria qualquer projeto de consolidação da luta trabalhista.

Enfim, Piracicaba evidenciou todas essas representações. Os fatos que marcaram a cena operária durante o regime militar por aqui também foram sentidos: a perda do direito de greve, a pulverização do sindicalismo, transformado em um conjunto de associações pelegas como consequência da prisão e ou impedimento das diretorias anteriores ao regime.

O que restou aos operários? Humilhação, preconceito e vergonha. O sofrimento das famílias, a moral desgastada e o caráter posto em dúvida. A dificuldade de voltar à vida social de forma digna era o efeito mais devastador e imediato. A longo prazo, a causa operária estaria comprometida, durante décadas esteve praticamente impossibilitada de praticar o ato que resume sua essência, a reivindicação.

## **Educação vigiada**

Com a implantação de um governo que procurava impor uma nova ideologia, os militares avançaram seus planos até o sistema educacional para que o controle pretendido fosse alcançado com maior eficiência. As estratégias foram construídas para que se atingisse o sistema educacional ainda no primeiro grau até o cerceamento ideológico-punitivo na instância do ensino universitário.

Enfim, o regime se faz onipresente, regulando a atividade de professores, incentivando a denúncia gratuita de qualquer “suspeita de subversão” e promovendo reformas de ensino que mudavam os eixos da política pedagógica em prol de um tecnicismo que, por consequência, resultou em uma deterioração do espírito crítico na sala de aula.

Para trazer à tona as representações e sintomas do regime militar, no que se refere às questões da educação, dentro da realidade de Piracicaba, tivemos a colaboração de professores, ex-professores, ex-universitários, enfim, testemunhas de um período que viram esco-

las se transformarem em ambiente hostil, no qual colegas se denunciaram em prol de um favorecimento pessoal ou mesmo pela falta de informações.

Nesta história, percebemos, em vários relatos, os sintomas de castração do pensamento, resultante da eficiente tentativa de deterioração das humanidades. José Maria Teixeira, ex-padre e ex-professor do segundo grau, defendeu a ideia de retração do pensamento, o que se traduziu, dentro da sala de aula, em não comentar assuntos para que os próprios alunos não “atuassem” como agentes de segurança:

O aluno perguntava: ‘O que o senhor acha disso, professor?’ Então o pessoal respondia: ‘Eu não acho nada. O outro lá achava e agora ninguém acha ele!’ Sumiam com o cara! Havia isso. Era o cuidado com a fala. Havia alunos orientados para fazer a denúncia. Então houve uma retração muito grande.<sup>17</sup>

Esther Sylvestre da Rocha, que em 2001 atuava como chefe de gabinete da Prefeitura Municipal, lecionou História também no segundo grau e para ela a escola passou a funcionar como espaço para formar um “cidadão acomodado”, fruto e representação do sistema educacional adotado pelo regime:

Eu vim para Piracicaba como professora efetiva de História. O que senti, obviamente, era o esquema que existia por dentro da ditadura, no sentido de controlar a educação como um instrumento para atingir determinados objetivos, que eram os objetivos traçados dentro do projeto de Brasil que os detentores de poder na época da ditadura tinham. Era ‘Brasil potência do ano 2000’! Então, que cidadão a ditadura queria? Queria um cidadão que não fosse capaz de alçar grandes voos, que não fosse águia, que fosse tartaruga. Um cidadão cuja consciência crítica fosse mínima e que trabalhasse doutrinariamente para que aceitasse aquela forma como estavam conduzindo o país. Portanto, formar esse cidadão foi uma preocupação de quem conduzia o país naquele momento e tinha no Ministério da Educação gente para implantar

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 11 de abril de 2001.

um projeto educacional que desse conta de formar este cidadão: um cidadão acomodado.<sup>18</sup>

O Prof. Alceu Marozzi Righetto (1938-2008), que na ocasião em que conversamos era delegado de ensino em Piracicaba, destacou que em 1964 a educação foi utilizada para “sustentar a ditadura”, num processo de tolhimento da consciência:

Da parte do ensino secundário, a consciência desapareceu. Na parte educacional, a lavagem cerebral foi violenta. O ensino primário sempre foi manipulado desde o tempo da ditadura de Getúlio Vargas, por um projeto integralista de Plínio Salgado. Então, quais eram as bases: classes numerosas, o professor como autoridade suprema, nunca parceiro, condutor de uma moral nacionalista, ou 'nacionalóide', culto à bandeira, ao hino, culto aos símbolos nacionais e obviamente ao presidente. Então isso aí foi ligado para 1964 e a educação entrou para sustentar a implantação da ditadura. O secundário foi sumariado. As entidades foram extintas e os centros acadêmicos viraram diretórios, centralizados em Brasília.<sup>19</sup>

Ao ser questionado sobre as denúncias feitas por professores e até mesmo diretores, Righetto afirma que não havia uma “deflagração do dedo-duro”. De acordo com sua fala, o clima era favorável pela convivência institucional como um todo e, principalmente pelo respaldo que a ditadura tinha solidificado na família:

Na escola, a força não era o diretor, era qualquer um. O diretor às vezes era o que menos falava. Eram aqueles arautos da boa moral e dos bons costumes que se achavam no direito de representar a ditadura. Mas, na verdade, eles não faziam tanto como se pode imaginar. Não havia uma deflagração de dedo-duro. O clima era favorável. A APEOESP [Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo] não existia, o CPP [Centro do Professorado Paulista] era convivente. Havia uma acomodação de interesses. Não ha-

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2001.

<sup>19</sup> Entrevista concedida em 20 de junho de 2001.

via levantes, mas sim um clima favorável para a implantação da ditadura. Se você mexe com a religião e esta mexe com a família, então você tem o pai e a mãe favoráveis e você não precisa de dedo-duro. Você tem a sustentação no interior do Estado sedimentada na família. A ditadura fez duas coisas: [silenciar e não se manifeste].

A doutrina estava imposta, o que não significou obediência ou conivência absoluta. Mas aqueles que ousaram se indispor contra ela, sofreram as devidas sanções: processos, interrogatórios, chamadas na madrugada etc. A princípio, perguntando sobre situações pessoais ou de conhecidos, fomos levados ao nome da professora de História, Áurea Alves de Moraes, mencionada por José Maria Teixeira, Otto Dana e Esther Sylvestre da Rocha. Encontramos a Profa. Áurea por intermédio de José Maria Teixeira, que nos informou ter ela se tornado advogada.

Áurea mostrou-se muito simpática, uma fala marcante. Nos recebeu em sua residência, no centro da cidade. Seu relato confirmou que todo o transtorno enfrentado nos tempos de magistério aconteceu por intrigas e desavenças pessoais ocorridas dentro da escola onde lecionava. A ex-docente também responsabilizou o sistema educacional implantado pela ditadura como responsável pela castração do pensamento:

Eles estavam fazendo uma castração do próprio pensamento. 'Eu não posso pensar por vontade própria. Eu tenho que pensar aquilo que os outros estão mandando que eu pense'. Era concordar com o pensamento alheio. Isso não é certo. Nem que seja contrário ao meu, você tem todo direito. Você é uma pessoa, um indivíduo, como é que eu vou impor a você? Mas nem aos meus filhos eu impus.<sup>20</sup>

Ela lembrou que os livros adotados em sua disciplina eram selecionados dentro de um rol de publicações elencadas no próprio Diário Oficial. Segundo a professora, a falta de informação, aliada às divergências ideológicas internas, resultou em um processo que a desgastou por dois anos e meio:

Eu tive alunos que me procuram até hoje e sempre

<sup>20</sup> Entrevista concedida em 11 de novembro de 2001.

me consideraram como a 'mestra' deles. Eles acham que eu antecipei o futuro. Alguns dizem que fui profeta. Digo não! Eu era professora de História e fazia uma análise a partir do que estava acontecendo. Acontece que, ao mesmo tempo, o diretor se afastou e houve um concurso para substituição. Aí a coisa complicou, porque eu também me inscrevi e estava muito bem colocada porque eu tinha muitos títulos. Eu estava muito bem colocada e isso induziu a uma maneira de me tirar do jogo. Aí houve uma denúncia a respeito do material bibliográfico que eu usava, que era um material, inclusive, oficial. O desconhecimento era tão grande que todo mundo ignorava que o próprio Diário Oficial trazia a lista de livros que deveriam ser adotados e nenhum deles estava fora da lista. Não eram adotados normalmente, mas não estavam fora da lista. E isso foi longe. Foram dois anos e meio.

De uma denúncia feita por um professor, Áurea Alves de Moraes relata que seus alunos do segundo grau, de dezesseis anos, foram chamados ao DOPS para testemunhar:

Os alunos foram chamados no DOPS. Adolescentes de dezesseis anos estiveram no DOPS. Tiveram que prestar depoimento. Porque o que aconteceu: essa professora, assim que assumiu o meu lugar, deu uma prova, me substituindo, e na prova disse para os alunos que eles poderiam dizer tudo que eles pensavam e que não iam mostrar a prova para ninguém. Adolescentes! Eles escreveram o que pensavam da situação, da ditadura etc. Eles tinham lido tudo aquilo que eu citei e aí ela entregou as provas e disse que eu tinha passado essas ideias. E juntaram como provas contra mim. Que eu estava tornando as pessoas subversivas. Que eu era subversiva. E o processo foi por subversão.

Isso foi em que ano?

**Aurea:** Entre 1970 e 1972.

Na sequência, a professora detalha os fatos. Após interrogatórios, tortura psicológica, ameaças aos seus filhos que estudavam em outras cidades e de muita "ignorância" por parte de seus algozes, o resultado foi a absolvição e, além dela, o preconceito e a hipertensão:

A denúncia partiu de um professor que estava concorrendo ao cargo de diretor e continuou. Então ele se utilizou daquela prova aplicada pela minha substituta e eu não pude atacá-lo porque ele não usou o próprio nome. Ele prometeu à minha substituta que se eu fosse exonerada, ela ficaria com meu lugar e ela fez a denúncia. Foi uma denúncia no DOPS, um processo administrativo e uma CEI. Fui torturada, fui. Fisicamente, não. Dessa época em diante, foi muito desagradável. Quando tomei contato com a Comissão dos militares, às vezes ligavam de madrugada dizendo que estava sendo convocada para estar tal hora lá em São Paulo e não podia ser acompanhada de advogado. Em certa ocasião fiquei das duas da tarde até sete da noite, sentada, sem levantar. Sem tomar uma água, um café, ir ao banheiro. O que me assustou? A profunda ignorância do assunto por parte dos interrogadores. A primeira coisa que pensei: 'Estou roubada! Eles não entendem nada e isso vai ser um jogo pesado e eu vou ter que estar alerta'. Foi um jogo de xadrez. Então a tortura ficou no sentido de perguntarem: 'Como vai seu filho que estuda em Ribeirão? Ontem ele esteve em tal lugar, assim, assim'. Eles queriam dizer que estavam acompanhando os passos. 'E o seu filho que nada no Mogiana? Ontem ele esteve numa competição e tal dia ele vai para tal lugar'. A tortura foi esta. Não era comigo. Eles se utilizaram dos meus filhos. Foi uma situação muito desgastante, tanto é que eu fiquei hipertensa. Sou hipertensa até hoje e isso apareceu naquela época. A outra parte que eu considero terrível foi quando eu me considerava leprosa, porque ninguém chegava perto. Sumiu todo mundo e se dava certo de encontrar na rua, mudavam de calçada. Os processos correndo e as pessoas aterrorizadas. Aquele medo de serem vistos conversando e serem envolvidas.

Qual foi o fim desses dois anos e meio de processo?

**Aurea:** Improcedente. Não acharam nada. Fui ao DOPS para tomar conhecimento do resultado. Fui preocupada. Daí eles disseram: 'Seu caso foi considerado improcedente. Nós achamos a senhora uma professora excelente e que deve permanecer

no magistério fazendo o seu trabalho'. Eram coisas curiosas, como numa reunião na escola, esse professor [o mandante da denúncia] foi prestar depoimento. Perguntaram porque ele achava que eu era comunista. Ele falou que, um dia, na sala dos professores, eu estava falando sobre a socialização da Medicina. Perguntaram o que era comunismo e o que era socialismo. Ele disse que não podia responder porque era professor de Geografia! [irônica]. Umas coisas desse tipo. Um profundo desconhecimento. Então, o perigo, pra mim, foi a ignorância daqueles que estavam me julgando.

Esther Sylvestre da Rocha cita o caso da Profa. Áurea lembrando do cuidado necessário ao se propor determinadas reflexões aos alunos. Havia o risco do “dedo-duro”, que poderia estar dentro da sala de aula:

Eu pretendia refletir com meus alunos que a história serviria como instrumento para que cada aluno se percebesse como cidadão e reconhecesse o seu papel dentro do sistema e adquirir consciência crítica para que se tornassem agentes dessa história e não pacientes. Claro que naquele momento você tinha que fazer isso com cuidado. Muitos professores que arrojaram, passaram maus pedaços. Aqui em Piracicaba mesmo, a Profa. Áurea, da Escola Monsenhor Gerônimo Gallo<sup>21</sup>, foi chamada no GCan, em Campinas... e nós tínhamos em Piracicaba, como todos os outros lugares, em todas as atividades profissionais, o chamado 'dedo-duro'. E dentro do magistério também tinha. Na verdade, ao você querer fazer reflexões com os alunos e que eles percebessem o que existia no país naquele momento, você tinha que encontrar vários caminhos para driblar, mesmo usando aquele livro de Educação Moral e Cívica, com aquele texto, do jeito que estava, era possível você fazer debates.

Questionado sobre problemas de censura no magistério, José Maria Teixeira também aponta o exemplo da Profa. Áurea. Teixeira descreve a confusão que se estabelece dentro da escola a partir de então:

---

<sup>21</sup> EEPSC Monsenhor Gerônimo Gallo.

Eu estava dando aula para o terceiro colegial, no Gerônimo Gallo, e tinha a Profa. Áurea, que dava aula de História. Ela lecionava e usava muito o Celso Furtado<sup>22</sup>. Só que ela tirou licença e veio uma outra professora. Ela aplicou uma prova e os alunos colocaram respostas ligadas ao que aprendiam. Ela se assustou e achou que era subversão. Ela se espantou e levou para o diretor, que achou que os meninos já eram tudo vermelho e pegou esse pacote [as provas] e levou para o GCan, em Campinas. Você queria ver 'periquito', a partir daquele dia era no Gallo! Eram os pais de aluno, os professores assustados. Isso deu uma confusão muito grande e a Áurea só se safou porque o marido dela tinha alguns conhecimentos em Brasília e ele conseguiu se safar. No fundo, não tinha nada. Apenas a visão do momento sócio econômico.

No caso do Pe. Otto Dana, por muitos anos cura da Catedral, e que também lecionava História para o segundo grau, a situação ocorreu na Escola Sud Mennucci<sup>23</sup>. Naqueles tempos, aproveitar um feriado como 7 de setembro, no qual o regime tinha um excelente oportunidade para inflamar um patriotismo parvo, discutir a independência do país e, mais ainda colocar em dúvida nossa independência econômica, era instigar a repressão e a perseguição onde quer que estivesse. E o Pe. Otto fez isso:

Eu passei por uma chamada do delegado do DOPS. Tive que prestar depoimento a eles de mais de quatro horas, na delegacia, e eles fizeram mil recomendações para que suspendesse as atividades. Eu lecionava numa escola de formação de professores, o Sud Mennucci, e lá, logicamente... eu tenho a impressão que num desfile de 7 de setembro comentei com os alunos que afinal a independência ainda não havia se completado no Brasil e isso foi chegar aos ouvidos do delegado e tive que responder inquirido (...) eu me lembro que nas aulas

---

<sup>22</sup> O economista Celso Furtado (1920-2004) fora cassado e tivera seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelos militares em 1964. Exilou-se no Chile e seguiu, depois, para a França, onde tornou-se professor da Sorbonne nos 20 anos seguintes. Um dos maiores teóricos em Economia que o Brasil teve, Furtado fora Ministro do Planejamento de João Goulart e superintendente da SUDENE no governo de Juscelino Kubitschek. Em 1986, assumiu o Ministério da Cultura no governo José Sarney.

<sup>23</sup> EEPG Sud Mennucci.

de História, estavam para as preparações do 7 de setembro. Então aproveitei a oportunidade para falar sobre Independência. Eu coloquei que estava proclamada, mas não estava completa. Era uma independência política, mas a econômica não aconteceu. Ainda éramos dependentes, uma espécie de quintal das grandes potências. Depois descobri que foi uma aluna que anotava tudo que eu falava em aulas que foi me entregar para a delegacia. No fim do ano, como eu não era contratado como efetivo, tinha que ir ver se tinha sobrado aulas e o diretor mandava voltar no outro dia até que ele abriu o jogo e disse que tinha ordens da delegacia para não me contratar por questões ideológicas. Ele até disse que concordava com as posições minhas, mas tinha ordens de cima.<sup>24</sup>

Ao final dos anos 70, a educação de segundo grau reforçou a reação que começou a crescer na área da educação contra o regime militar, levantando principalmente a defesa de seus próprios direitos trabalhistas. E desse ímpeto que representavam os movimentos sociais em todo o país, nascia o movimento pela retomada da diretoria da APEOESP, que desde as primeiras medidas do governo militar havia sido colocada numa posição inofensiva, sem qualquer poder de reivindicação junto às secretarias de educação e demais órgãos do setor. Esther Sylvestre da Rocha, uma das líderes locais desse movimento contra a diretoria pelega da APEOESP, relata o clima de insatisfação que culminaria nesta batalha:

Mas os professores começaram a sentir, a partir de um determinado momento, dentro do magistério, começou a ter uma junção de vozes, com sentimento de que era necessário fazer alguma coisa. E começou um movimento que ficou mais forte em 1977, 1978, 1979, no início do processo da abertura. Então, muitos professores que atuaram em movimentos clandestinos, professores de nível superior, da rede estadual, vieram para esse movimento no qual eu me engajei a partir de 1978. O nosso movimento era para desmontar, desconstituir a então diretoria da APEOESP, que era aquela diretoria que casava com a vontade do

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida em 8 de setembro de 2000.

sistema. Uma diretoria pelega, em harmonia com o que estava acontecendo no país.

Alceu Righetto também confirma o ostracismo em que fora colocada a entidade até o final dos anos setenta. Peregrinar em várias as cidades foi a estratégia adotada para vencer essa luta:

Nós restituímos a APEOESP numa batalha para reconstruí-la. Fomos a outras cidades, fomos nas escolas fazer uma peregrinação para que os professores restaurassem a representatividade da APEOESP. Até então ela ficou dizimada, ausente como representação dos professores.<sup>25</sup>

Esther lembra com detalhes da luta quase que corporal para destituir a diretoria afinada com o governo. Ela lembra que o grande obstáculo era vencer o medo, pois sabiam da vigilância que o DOPS fazia na assembleias da classe:

Foi uma luta danada para assumir, inclusive fomos empurradas...foi uma luta quase que corporal. Foi um trabalho de conscientização nas escolas, de ir devagar, eliminando o medo que os professores tinham. Se você não elimina o medo, não acontece nada. Era um medo construído pela ditadura, fortemente construído nestes vinte anos. Era preciso vencer esse medo e dar confiança aos professores de que eles estavam amparados por lei. Na época, nós sabíamos que as nossas assembleias, realizadas na Câmara dos Vereadores, eram vigiadas por gente ligada ao DOPS.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida em 20 de junho de 2001.

<sup>26</sup> Idem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos DEOPS-SP.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 139-148.

Greve dos metalúrgicos paralisou as indústrias. **O Diário**. 03/03/1964.

IANNI, Octavio. **Lembrar é resistir**. s/ed. 1999.

KURZ, Robert. Populismo Histórico. **Folha de S. Paulo**, 18/03/1. Caderno Mais!, p. 12.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. p.96.

PETRY, André. Porão Iluminado. **Revista Veja**, ed.1576, 9/12/1998.

ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 93-102.

SOUZA, Percival de. **Eu, Cabo Anselmo**. São Paulo: Globo, 1999.

\_\_\_\_\_ **Autópsia do medo**. São Paulo: Globo, 2000.

TODOROV, Tzvetan. Ascensão do homem público. **Folha de S. Paulo**, 18/03/2001. Caderno Mais! pp. 4-10.

*Um país pode se modificar ou  
por revolução ou por reforma.  
Reforma seria o caso normal.  
Quando não há essa condição de  
fazer reforma, então há um apelo da  
força para ocupar o poder. E naquela  
ocasião havia essa ameaça.*

# MILITARES: revolução necessária e continência ao GCan

Caio Albuquerque

*Em 2002, o jornalista Caio Albuquerque teve aprovada sua dissertação de mestrado “Notícia impressa versus história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba” junto à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP-Bauru. Parte significativa de sua pesquisa, desenvolvida com apoio da FAPESP, se voltou a ouvir pessoas que haviam vivido e se envolvido com o regime militar em Piracicaba. O texto abaixo, um dos poucos registros da fala de militares do período, é a reprodução parcial de um capítulo da dissertação apresentada, mantido exatamente nos termos em que foi desenvolvido, apenas com algumas atualizações e notas de rodapé acrescentadas pela organizadora do livro.*

Quando pensamos em contar a história de Piracicaba durante o regime militar pós-64, traçamos como objetivo buscar todos os ângulos de visão possíveis. Dar voz às testemunhas é dar vez também aos militares. Assim, tivemos contato com três militares. Dois deles, o **capitão Alfredo Mansur** (1925-2005) e o **capitão Carlos Gomes da Silva**, vivenciaram Piracicaba durante o governo militar. Atuaram na cidade como delegado do exército e comandante do Tiro de Guer-

ra local, respectivamente. Outro colaborador da nossa pesquisa, o **general Yvens Ely Monteiro Marcondes** (1930-2009), chegou em Piracicaba apenas nos anos 90, mas sua longa carreira militar<sup>1</sup>, construída em mais de trinta cidades do país, auxilia com um discurso institucional, possibilitando um contato mais estreito com planos de governo, intenções políticas, erros e acertos do regime. A voz desses militares traz representações particulares e ao mesmo tempo generalizadas. São opiniões, contextos e conjecturas da realidade local e da cena nacional. Pelo discurso do general e dos dois capitães, o relato do Brasil e de Piracicaba, contidos nestas falas, constituem a memória da “revolução” a partir de dentro do “processo revolucionário”. São falas que se constroem na intimidade da ideologia que se fez comandante entre 1964 e 1985.

Para não contrariar a cronologia dos fatos, indagou-se dos entrevistados sobre as impressões iniciais da tomada do poder em abril de 64. As representações contidas nas falas são dotadas de nítida semelhança. Para ambos, as ações militares foram necessárias devido ao panorama político conturbado. O capitão Mansur, num primeiro instante se defende das incertezas que possuía como subalterno, mas fica evidente sua adesão à tomada do poder como necessária ao combate à subversão e à corrupção:

É muito difícil falar numa situação desta porque o subalterno, que está numa oposição pequena, ele não tem acesso ao que está acontecendo. Ele tem acesso a algumas informações confidenciais, mas coisa que... o que nós vimos foi o que a maioria do povo acompanhou na imprensa. A situação no Brasil já estava degradando. O povo brasileiro não aceita um regime em que, vamos dizer, um regime comunista. Era essa a ideia que se tinha na época e a coisa estava tão deteriorada que o próprio povo incentivou as Forças Armadas a tomar uma medida desta. A revolução veio para combater a subversão e a corrupção e voltar à normalidade.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O general de divisão Yvens Ely Monteiro Marcondes ingressou na carreira militar em 15 de março de 1947, por meio da Escola Preparatória de Porto Alegre, cursando depois a Academia Militar das Agulhas Negras, concluindo o mestrado e o doutorado. Foi instrutor-chefe e comandante do curso de Engenharia da Academia Militar de Agulhas Negras, Chefe do Estado Maior do Comando da 1ª Região Militar, Comandante da 3ª Região Militar. O Complexo Militar do Tiro de Guerra de Piracicaba leva seu nome desde 2009.

<sup>2</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

O capitão Gomes também acabava de ingressar na carreira militar e diante da confusão que se instalara nos quartéis, Gomes ficou do lado do Exército, mesmo isso tendo lhe causado uma situação de certa forma delicada:

Houve até um momento pitoresco, em que esse oficial [Gal. Luiz Gonzaga] perguntou para os graduados o que achavam e cada um deu sua opinião. Nós tínhamos um subtenente antigo, era o subtenente Waldomiro, respondeu que estava do lado da Constituição. Não estava a favor nem contra o presidente. Estava com a Constituição. A Constituição garante o presidente. Quer dizer, hoje a gente enxerga isso como 'em cima do muro'. E assim foram respondendo: '- Eu estou com a Constituição', '- Eu estou com a Constituição.' E quando chegou em mim, eu era o mais 'moderno'. Então eu disse '- Olha, capitão, eu entrei no Exército para cumprir ordens. Se o senhor mandar fazer, eu faço; se mandar não fazer eu não faço.' Aí foram todos para casa e ficou eu, o capitão e mais um tenente. Eu fui muito criticado pelos colegas, mas dei sorte de estar do lado certo do capitão. Se ele tivesse do outro lado, eu estava frito.<sup>3</sup>

Já o general Yvens, que em março de 1964 se encontrava num dos pontos de ebulição do Exército, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, também enxergou como necessária a tomada de posição dos militares. Em sua fala, Yvens evidencia os valores da segurança, da defesa da pátria e da família. Enfim, de dentro do Exército não havia como desenvolver uma representação contrária aos comandantes:

[Eu estava] na Escola de Comando do Estado Maior, na Praia Vermelha. Eu vivi dentro do quartel general onde o presidente Castelo Branco fez a sua locução a respeito do que estava se passando naquela época, no Brasil, e quais as medidas que deveriam ser tomadas. Então, a partir daí se formou um comando, tendo ele como chefe, para poderem responder a uma possível revolução. Por isso que nós dizemos muito, nós que participamos

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida em 6 de junho de 2001.

da Revolução de 64, que foi uma 'antirevolução'. Não foi um golpe militar. Foi uma tomada de posição para evitar uma revolução, naquela época, por comunistas, que estavam utilizando o vice-presidente João Goulart para ocupar o poder pela força. Então, foi uma época que hoje é mostrada a força dos sindicatos, a pressão do povo. Mas houve a pressão do povo a favor do João Goulart, mas houve a pressão do povo contra o João Goulart. Então nós tivemos, por exemplo, a marcha das mulheres, das senhoras em São Paulo, houve também no Rio, pedindo que houvesse uma providência com relação aos descabros que estavam acontecendo. Então, por exemplo, eu, capitão, 33 anos, jovem como vários daqueles que participaram daquela balbúrdia, durante a Revolução ... a minha preocupação era escolher o caminho certo. O caminho certo seria defender a minha pátria, defender a minha família, porque estava deteriorando de tal forma o governo que os costumes e valores estavam sendo colocados por água abaixo e havia a necessidade de uma providência.<sup>4</sup>

Mas, logo em seguida, são questionados sobre essa relação que se estabelece entre as Força Armadas e o poder. Deveriam as Forças Armadas assumir o poder de fato? Não era possível apenas contribuir para neutralizar os conflitos, atuando de forma a deixar de lado a postura de comandar as ações? Ou seja, participar, mas não pela força, de maneira impositiva? O capitão Mansur mais uma vez argumenta com a conjuntura, com o contexto e opta em defender a necessidade de tomar o poder devido às "circunstâncias":

E durante a revolução é difícil você saber o que vai acontecer, porque você planeja uma coisa e no decorrer do tempo vai mudando o aspecto. Agora, a revolução veio para ficar pouco tempo, mas no fim as circunstâncias fizeram com que ela se prolongasse.<sup>5</sup>

O general Yvens também argumenta pela necessidade de se positar no poder em razão dos rumos políticos. Sua fala é segura em

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 19 de junho de 2001.

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

afirmar que o Exército não poderia deixar o país ser tomado pelo comunismo e que neste tipo de situação há uma espécie de papel a ser desempenhado:

As Forças Armadas, eu vou explicar. Um país pode se modificar ou por revolução ou por reforma. Reforma seria o caso normal. Um governo estabelece e faz as suas reformas para alcançar os objetivos determinados. Quando não há essa condição de fazer reforma, então há um apelo da força para ocupar o poder. E naquela ocasião havia essa ameaça.<sup>6</sup>

Resolvemos conversar sobre Piracicaba com os entrevistados. Sobre a cidade e o contexto do regime militar, somente os capitães Gomes e Mansur puderam contribuir com seus relatos, uma vez que o general Yvens só chegara à Piracicaba já na década de noventa. O capitão Mansur vem indicado como delegado de serviço militar em 1967. O capitão Gomes chega um pouco depois, em 1971, para servir como comandante na unidade local do Tiro de Guerra. Apesar da efervescência política e social do fim dos anos 60, Mansur descreve Piracicaba como um porto seguro, uma cidade tranquila:

A cidade é excelente, muito boa. Um povo muito bom. Ideal para você morar e criar a família. Não havia uma situação difícil aqui. Um povo pacato, trabalhador... e o que havia eram algumas divergências políticas da época, mas isso é normal. Um partido de oposição, um atacou o outro. Uns não gostam da revolução, outros gostam, mas eu achei a cidade excelente para manter a família.<sup>7</sup>

Aliás, essa representação de calma também é ressaltada pelo capitão Gomes. Diante das incertezas, Piracicaba é representada como um lugar agradável:

Esses dias mesmo eu estava conversando com a minha esposa. Parece que quando eu cheguei em Piracicaba, Piracicaba era mais viva, tinha mais movimento. Eu passo na rua Governador [Pe-

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 19 de junho de 2001.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

dro de Toledo, a principal rua do comércio], vejo aquele movimento, mas parece que Piracicaba não evolui. É uma cidade evoluída, mas eu acho que naquela época, era uma cidade mais gostosa, mais agradável.<sup>8</sup>

E essa calma acabou se refletindo, segundo os relatos dos dois capitães, no serviço que desenvolveram por aqui. Segundo eles, a revolução não impediu um trabalho sem grandes confusões, caracterizado por uma estranha normalidade. Perguntado sobre o seu relacionamento com a Igreja Católica, que nos anos 60 e 70 em Piracicaba apresentava um discurso de oposição ao regime, o capitão Mansur é enfático ao apontar o diálogo que desenvolvera não somente com a Igreja Católica:

Olha, o relacionamento nosso tanto com a Igreja como com qualquer outro órgão não podia ser melhor. Foi excelente porque eu cumpria a minha função dentro do regulamento, a Igreja fazia o papel que tinha que fazer... D. Aníger [Melillo]<sup>9</sup> nunca me deixou de convidar para qualquer sessão solene... depois dele veio o bispo atual, o D. Eduardo Koaik<sup>10</sup>, muito gentil... e nunca deixamos de participar de qualquer solenidade que a Igreja promovia na época. O relacionamento nosso com a sociedade sempre foi excelente. Não podia ser melhor.<sup>11</sup>

Com o capitão Gomes, as relações públicas também se deram, segundo seu relato, dentro do respeito, inclusive com o polêmico jornalista Cecílio Elias Netto<sup>12</sup>:

(...) Eu, quando cheguei em Piracicaba, o jornalista Cecílio Elias Neto era tido como um elemento explosivo, polêmico. Ele escrevia nos jornais, mas eu nunca vi críticas diretas ao nosso trabalho. Um

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 6 de junho de 2001.

<sup>9</sup> D. Aníger Melillo foi bispo de Piracicaba entre 1960 a 1984. Faleceu em 1985.

<sup>10</sup> D. Eduardo Koaik sucedeu D. Aníger Melillo e foi bispo de Piracicaba entre 1984 e 2002. Faleceu em 2012.

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

<sup>12</sup> Cecílio Elias Netto é jornalista e foi proprietário dos jornais "A Folha" e "O Diário" nos anos 60 e 70. Por seus artigos críticos aos militares e seu estilo combativo de jornalismo, enfrentou vários processos.

dia fui conversar com ele e ele me recebeu muito bem e não houve aquele distanciamento entre a minha pessoa como militar e ele. E hoje é um grande amigo meu.<sup>13</sup>

Mas não nos satisfizemos e insistimos com o capitão Mansur, afinal ele foi a figura principal das Forças Armadas em Piracicaba por catorze anos. Se várias denúncias ocorreram em Piracicaba com a característica de perseguição aos desafetos pessoais, não teria o capitão Mansur presenciado nenhuma delas?

É muito difícil. O que acontece é o seguinte: numa época dessa, o político ou o não político, pessoas querem se aproveitar para atingir o seu desafeto e tendo ou não amizade com a gente, ele acha uma forma de vir falar que o fulano de tal... mas o militar tem uma experiência muito grande nessa área e não é porque um elemento vem aqui dizer uma coisa que nós já vamos acreditar nele. Existe uma série de órgãos de informações que procuram checar o que você está dizendo e é justamente por causa deste bom senso que (...) na época, tanto aqui como em outras unidades militares, o Exército estava sendo muito bem visto pela sociedade. Então, qualquer denúncia de alguma coisa, antes era verificada.<sup>14</sup>

Insistimos: Então, com certeza havia pessoas denunciando?

Ah, isso! pessoas que querem se aproveitar do poder, isso existe até hoje.<sup>15</sup>

E de fato encontramos em várias outras falas, sem ser a dos militares, elementos que apontam essa relação entre regime militar e perseguição pessoal dentro das instituições. Enquanto Piracicaba esteve subordinada ao Comando de Sorocaba, a situação parece ter sido tranquila. Mas a partir do momento que o Exército na cidade passa a responder a ordens e recomendações do GCan (5º Grupamento de Canhões Anti Aéreos) em Campinas, o panorama, segundo os entrevistados, mudou sensivelmente. Inúmeras situações foram relata-

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 6 de junho de 2001.

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

<sup>15</sup> Idem.

das sobre a relação entre GCan e o poder local. A sintonia é ao mesmo tempo preocupante, para as oposições, e afinada ao gosto de quem comandava as instituições na cidade. Como em trecho da entrevista com o jornalista José Antonio Bueno de Camargo<sup>16</sup> (1933-2009), no qual ele relata almoço realizado nas dependências do GCan:

Já estava instalado o regime, parece que foi em 68 que saiu o AI-5... antes disto ainda, houve um almoço em Campinas, no 5º GCan e os principais líderes da cidade foram nesse almoço, mas foi gente pra burro (sic.) de Piracicaba, para dizer da aceitação da sociedade para com o regime e foram apresentados ao coronel, que eu não lembro o nome, e toda a oficialidade do 5º GCan, teve demonstrações de combate anti aéreo...para submeter a sociedade...

- Para mostrar que estava perto...

**R:** Que era importante aqui "tomar a benção" deles lá, qualquer coisa. Mas normalmente a cidade já era submissa. Quer dizer, era um estado amorfo, inodoro... e a instalação, a implantação, a arregimentação do novo regime, não fez muita diferença para a cidade.

- Mas isso porque quem estava comandando se alinhou. Por exemplo, quem estava nesse almoço no Gcan?

**R:** Tinha umas duzentas pessoas.

- Mas tudo gente que comandava...

**R:** Exatamente. O objetivo era esse aí.

- O senhor foi junto?

**R:** Fui.

- Tinha gente da Igreja, dos jornais...

**R:** De Igreja, jornais, empresa, tudo, sindicatos. Então, não houve, de fora pra dentro, não houve assim, a gente não sentiu uma pressão muito grande porque talvez fosse aquilo de nem haver necessidade de pressão. Ao passo que perseguição não política, (dita política, mas não política), aproveitando a oportunidade pra se livrar de concorrentes, de inimigos, desafetos, houve muito disso aí.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> José Antonio Bueno de Camargo, conhecido como José ABC, trabalhou como jornalista em "O Diário" e no "Jornal de Piracicaba" e como correspondente dos jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo" em Piracicaba. Foi editor da Revista Mirante, produtor e apresentador de programas nas rádios Alvorada, Difusora e FM Municipal. Faleceu em 2009.

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 8 de abril de 2002.

Note-se que na fala do jornalista ele argumenta que não houve necessidade de pressão externa. Talvez aí se explique a calma apontada pelos capitães Gomes e Mansur. Como o poder local, nas mais variadas instâncias, estava numa posição confortável, de adesão aos militares, não haveria outro cenário a ser representado. Diante da impossibilidade de opções, tínhamos a ausência de oposições. Em outras palavras, calma, tranquilidade, normalidade, como queiram representar. Mas essa adesão completa e irrestrita perdura até meados dos anos setenta, quando a política local passa por uma transição partidária, elevando o MDB à prefeitura e quando começam a se manifestar os movimentos sociais, incentivados por órgãos de imprensa, pela Igreja Católica e pelas universidades.

Voltando às suas relações sociais, o capitão Mansur é questionado sobre a inauguração do Salão de Humor<sup>18</sup>, em agosto de 1974. Lembramos que o Salão desde o início se caracterizou por um evento de sátira e protesto, inclusive e principalmente à política nacional. Mais uma vez Mansur surpreende, afirmando não ter havido recomendações superiores acerca do evento e reafirmando seu bom relacionamento com as pessoas envolvidas:

Em 1974, foi inaugurado o Salão de Humor. Quando inaugurou, as caricaturas tinham críticas ao poder.

**R:** E se não tiver isso, não tem o Salão de Humor...

- Mas no começo do Salão de Humor, não teve nenhuma preocupação?

**R:** Não, nenhuma. Os fundadores do Salão de Humor eram meus amigos. Um foi o Righetto [Alceu Righetto<sup>19</sup>], que era supervisor de ensino, o Cera [Roberto Antonio Cera<sup>20</sup>] também tomou parte naquilo, de maneira que nós íamos visitar todas as aberturas. Essa crítica é normal.

- Quanto ao senhor, eu entendo, mas em relação ao Salão, não veio nenhuma ordem de cima?

<sup>18</sup> O Salão de Humor de Piracicaba surgiu em 1974 como uma mostra de humor gráfico, pensada por intelectuais, jornalistas e artistas da cidade. A primeira exposição já contou com a participação de consagrados cartunistas do país, que deram total apoio à iniciativa: Millôr, Ziraldo, Zélio, Jaguar, Fortuna e Ciça. O Salão se marcaria pela crítica política e pela luta contra a censura e à liberdade de expressão. Em 2014, já internacional, chega à sua 41ª edição.

<sup>19</sup> Alceu Marozzi Righetto (1938-2008) formou-se em Pedagogia, foi diretor de escolas e supervisor de ensino em Piracicaba, escrevia com frequência nos jornais locais. Além de ser um dos idealizadores do Salão de Humor, também foi um dos criadores da Banda do Bule, bloco carnavalesco em que os homens se vestiam de mulher. Foi Secretário de Ação Cultural no governo João Herrmann Netto, quando da inauguração do Teatro Municipal de Piracicaba, em 1978.

<sup>20</sup> Roberto Antonio Cera é bancário aposentado e durante anos escreveu na coluna semanal Recados do jornal O Diário.

R: Não, não. De jeito nenhum. Não tem nada disso.<sup>21</sup>

E seguimos tentando encontrar problemas com o capitão Mansur. Ele não traz em sua fala qualquer indício de confusão com qualquer instituição local. Ele parece ter sido acolhido pela cidade. Uma figura simpática, que estava em eventos culturais, recebendo homenagens, que mantinha relações de forma cordial e recebia respeito em troca. Congressos da UNE, sindicalistas, jornalistas, ninguém é apontado por Mansur como problemático. E quando era questionado sobre algum fato local pelos seus superiores, a receita encontrada por ele é simples demais:

A preocupação deles é sobre as informações do que está acontecendo. Então, para não distorcer nenhuma palavra, você pega o jornal e manda pra lá.<sup>22</sup>

Mas onde estava a revolução, onde estava a confusão, a tensão, enfim, a turbulência política e social? Piracicaba passara alheia à história? Segundo nossos entrevistados, sim. Por seus relatos, Piracicaba viveu o regime militar de forma pacífica, de forma que procuramos então representações mais gerais. Mudamos de estratégia e buscamos a cena política em esfera nacional e aí conseguimos uma unânime *mea culpa*. Começamos de certa forma provocando nossos experientes militares com uma dolorida decisão imposta em dezembro de 1968: o AI-5. O Ato não foi um abuso? Na ordem, Mansur, Gomes e o general Yvens respondem. Para Mansur, mais uma vez a necessidade da situação impõe medidas de exceção:

É difícil falar sobre isso. Mas abuso não, porque ou você toma medidas necessárias ou você não consegue atingir o seu objetivo. Estava-se numa época revolucionária. Aqui no Brasil, na França e outros países. Embora com muitas cassações, se houve excessos, se houve injustiça, eu não posso dizer isso aí porque eu não sei dos motivos, eu não li os processos, mas se você vê a atuação destes que foram cassados, um ou outro você vai achar injusto porque você está num período em que ou você toma uma medida ou seu projeto vai

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

<sup>22</sup> Idem.

por água abaixo. Então, existe um projeto revolucionário. Nós precisamos atingir nosso objetivo e você fica trabalhando contra. Alguma medida tem que ser tomada contra você. É isso o que acontece. É difícil falar sobre isso, mas eu concordo. Houve necessidade.<sup>23</sup>

A fala do capitão Gomes evidencia a necessidade de se respeitar quem estava na tomada da decisão:

Eu não tinha críticas porque na realidade eu me dedicava a instruir. No Exército é assim. O Exército é 'apolítico'. Eu não posso, dentro do quartel, falar de política. Eu falo agora porque eu sou um civil, estou na reserva. Eu acho, particularmente, que em função daquele momento, houve aquela necessidade. Houve um confronto entre o governo e o bloco oposicionista, que, aliás, hoje está no poder (FHC, Mário Covas, Genoíno). Na política é assim. Os bandidos de ontem são os heróis de hoje. Ontem, o Exército era herói e hoje é visto como bandido. Mas queira ou não queira, é uma instituição ainda que tem um respeito da população. Então, sinceramente, não posso dizer para você porque não vivi dentro da caserna.<sup>24</sup>

Para o general Yvens, havia um açodamento do poder civil. Ele defende a exceção imposta pelo AI-5 e descreve fatos que segundo ele justificaram uma ação repressiva:

Em 68 era o Costa e Silva, que teria condições de seguir, mas adoeceu. Houve uma reação. Tudo aquilo que resultaria numa passagem do poder para os civis gradualmente, mas houve um açodamento do poder civil. Daí também entra o jovem, querendo participar, querendo se manifestar e iniciar uma carreira política. Era uma juventude participante, mas que não tinha muita visão do que estava se passando. Houve uma reação tão grande e nestas ocasiões houve excessos de um lado e de outro. Nós perdemos gente também. Companhei-

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Entrevista concedida em 6 de junho de 2001.

ros casados (...) naqueles 'aparelhos' estourados. Eles queriam isso, ir contra a autoridade do presidente, contra a revolução... falam que o Exército queria ocupar o poder, mas nunca. A ditadura militar foi uma ditadura necessária, na ocasião, porque era uma ocasião de exceção. Havia a necessidade de uma mão forte e todos aqueles que entravam e tentavam prejudicar, naturalmente levaram mal, porque é uma força contra um grupo que não está preparado. (...) A ação da polícia deve ser preventiva. Depois que chama para ação, o sujeito não pode tratar o fulano com luva de pelica. Você tem que agir porque senão é desmoralizado. Por isso é que eu digo que a Revolução foi uma necessidade, na ocasião. Mas nunca passou, pode ter certeza, na cabeça de algum militar, de um chefe militar ocupar o poder definitivamente. (...) desde Castelo a ideia era passar paulatinamente, mas em 1968 a coisa chegou a um determinado ponto que houve necessidade de dar aquele ultimato com o AI-5. Desagradou e desagradou a todos. Houve exceção mesmo.<sup>25</sup>

Então, diante dessa defesa inquestionável do regime de exceção, é dado aos entrevistados o contraponto da repressão. Ter sufocado demais a sociedade, com ações como o AI-5 e, principalmente, ter prolongado o regime militar por mais de duas décadas, não teria sido um exagero? Não teria sido esse o maior “erro”? Não houve excesso no tempo de poder? Mesmo seguindo com seu discurso de “necessidades”, o capitão Mansur assume apenas uma ditadura política, mas não social, e não se descuida em apontar benefícios trazidos pelo regime:

É difícil você saber a hora de sair. Quando o Castelo estava no poder, ele queria logo a abertura, mas não foi possível por motivos que eles [o Alto Comando] devem saber. No Costa e Silva, foi mais difícil ainda, foi um período mundial de ebulição. No Médici... é difícil saber quando. Poderia ter deixado antes? Não sei. Durante a revolução, o que eu acho vindo de fora, houve um regime forte. Eu não

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida em 19 de junho de 2001.

concordo com esta palavra, 'ditadura'. Poderia até haver uma ditadura política, mas não uma ditadura social. O Brasil, ninguém pode negar que se desenvolveu muito durante o período militar. Ninguém pode negar isso, mas os adversários da revolução só mostram as falhas. Em 1967, 1968, eu estava aqui em Piracicaba e não conseguia falar com Limeira. Não conseguia fazer uma ligação, ficava esperando uma hora e tinham que pedir para a telefonista. Então, esta modernização das telecomunicações deve-se ao Exército, deve-se ao governo revolucionário que imediatamente implantou esse sistema e em pouco tempo você estava falando com o Amazonas, estava falando com o mundo inteiro. Agora, a parte política sim, porque no começo teve que fechar os partidos. Mas depois voltou e embora com dois partidos só, o Congresso estava aberto, funcionando, então não se pode dizer que é uma ditadura.<sup>26</sup>

Mas se o capitão Mansur foi cuidadoso, ponderando a ditadura política com o legado das telecomunicações, o capitão Gomes assume que, se o regime tivesse “passado a bola antes”, hoje estaria desfrutando de um grande prestígio:

Cada um tem uma característica. O Castelo Branco, na minha opinião, foi o melhor. Ele pegou o país degringolado e colocou ordem na casa. Eu acho que a hora certa para passar o poder para mãos civis era naquela hora. Hoje o Exército estaria com a bola toda junto da população. Diriam que o Exército colocou ordem e passou o bastão (...) o poder é corrupto e corruptor, a verdade é essa. Quando o homem chega no poder, ele não quer perder o poder. Infelizmente, aconteceu isto. Eu acho que o Exército faria muito mais pelo país, se naquela época tivesse passado [o poder para mãos civis].<sup>27</sup>

O general Yvens, embora também defenda as necessidades de cada momento, admite que o poder poderia ter sido passado às mãos civis antes:

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida em 26 de abril de 2001.

<sup>27</sup> Entrevista concedida em 6 de junho de 2001.

Poderia ter sido... poderia ter passado o poder antes, agora, eu não vivi, eu não estive lá para sentir. Às vezes você quer passar [o poder] mas não pode. Não é o momento. O presidente Geisel poderia ter passado, mas a nação estava num momento difícil (...) eu acho que deveria ter passado quando estávamos ótimos. Agora, você vai pendurar a chuteira quando está na queda? Tem que dar na ascendência (sic.). Mas acho que naquela época não deu para passar. Depois veio o Geisel, teve o problema do petróleo, teve que dar uma fechada, mas já chamou o presidente Figueiredo dizendo... eu acho que o presidente Figueiredo recebeu como missão a abertura. Ele poderia fechar mais, mas teve como obrigação fazer aquilo. Agora aquela pressão que houve, a campanha das Diretas já!, isso é normal, porque naquela época os políticos foram castrados. Os políticos eram biônicos, designados e todo aquele conjunto que não participava do governo, era natural que procurassem um lugar ao sol. O Exército é uma instituição moderadora e conservadora, a partir de Caxias, o pacificador.<sup>28</sup>

Enfim, depois de passado tanto tempo e encerrado o processo militar no poder da nação, talvez seja mais tranquilo para esses representantes do Exército fazerem uma autocrítica. Pelos relatos obtidos, observa-se de início dois elementos marcantes entre as falas: coerência e coesão. Todas as respostas apresentadas pelos três representantes que aqui resultam no foco de visão militar, trazem entre si uma afinidade fluente. Os encontros foram realizados em datas e locais diferentes, mas o enredo embutido nos discursos trouxe representações em sintonia. Os valores, julgamentos, opiniões, enfim, as falas evidenciam uma uniformidade no discurso e nos mostram tomadas de posição em comum.

Primeiro, Piracicaba é enquadrada como um local agradável, seguro e, dentro do processo histórico discutido e analisado, não sofreu grandes traumas políticos. Dentro desse contexto de normalidade, observa-se que os representantes das Forças Armadas foram inseridos no convívio social de forma plena. As relações sociais, segundo principalmente os capitães, se deram da melhor forma possível. Raras

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida em 19 de junho de 2001.

foram as denúncias, sempre sem grandes repercussões. Homenagens e convites para festas e eventos. Este foi o cenário apresentado pelos militares. Sem pressões, sem conflitos, seus depoimentos levam a olhar e ou representar Piracicaba como uma cidade que apenas observou a história. Teria sido esta cidade tão passiva e tão pacífica? Para estes militares, sim. E quando questionados sobre a “revolução” em si, quando se levanta o pano da normalidade local e pedem-se posições sobre feridas como o AI-5? E quando se sugere que vinte e um anos no poder foram demais? Aí foram unânimes como nunca. Pelos discursos apresentados, as mudanças políticas, econômicas e sociais foram justificadas dentro das necessidades históricas. De certa forma admitem como erro de estratégia terem ficado tanto tempo no comando das ações políticas do país, mas não fazem essa mea culpa com tanta convicção. Como marca constante no discurso, tudo se explica e se perdoa devido às exigências do contexto, aos percalços da história.



**Capitão Alfredo Mansur, 1975.**

Foto: Nascimento, acervo UNIMEP

**General Yvens Monteiro Marcondes e Capitão Carlos Gomes, com o Tenente Antonio Ferreira ao meio. Câmara Municipal, 2006.**

Foto: Fabrice Desmouts



*Foi o padre Koaik quem descobriu  
o sumiço dos rapazes da AP,  
entre eles Frei Betto, ao chegar para  
visitá-los no apartamento onde  
viviam em Laranjeiras e encontrar  
a porta arrombada.*

# HISTÓRIAS VIVIDAS, HISTÓRIAS IGNORADAS: o bispo, a guerrilheira, o engenheiro

Beatriz Vicentini

*“Tenho tão nítido o que o Brasil pode ser,  
e há de ser, que me dói demais o Brasil que é.”*

(Darcy Ribeiro, Confissões)

## O bispo que ajudou perseguidos a fugirem do país

Na conservadora Piracicaba ele agiu de maneira discreta. Pouco falou de seus tempos mais engajados politicamente, de quando viveu no Rio de Janeiro. Mas muitos sempre souberam quem fora e como agira politicamente D. Eduardo Koaik (1926-2012), o garoto do meio entre três irmãos, filho de mãe libanesa que pouco falava o português e que os criou sentada em frente a uma máquina de costura, de onde atendia muita gente importante da sociedade carioca. Eduardo nasceu em Manaus, mas com a morte do pai a família se transferiu para o Rio de Janeiro quando ele tinha 3 anos. Ali ele se criou e desenvolveu boa parte de sua história pastoral e política.

Nos anos que a antecederam sua chegada a Piracicaba, como bispo<sup>1</sup>, dos próprios militares no Rio de Janeiro D. Eduardo chegou a

---

<sup>1</sup> D. Eduardo Koaik era bispo-auxiliar do Rio de Janeiro quando, no dia 7 de dezembro de 1979, o Papa João Paulo II transferiu-o para Piracicaba, atendendo pedido de D. Aniger Francisco de Maria Melillo que, com problemas de saúde, solicitou um bispo coadjutor. Com a renúncia de D. Aniger em 11 de janeiro de 1984, D. Eduardo tornou-se o terceiro bispo diocesano de Piracicaba.

ouvir, mais de uma vez, a frase: “Mas o senhor ainda não foi preso?”<sup>2</sup>

Prudência, me diria ele, anos depois, em entrevista, explicando sua forma de agir. Durante anos D. Eduardo Koaik atuou, no Rio de Janeiro muito próximo a movimentos derivados da Ação Católica, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), envolvendo-se também em redes de proteção, acompanhamento e organização de refugiados políticos. Sempre muito próximo de figuras que foram perseguidas, presas, torturadas pelos militares, como Frei Betto, Frei Tito (1945-1974), D. Pedro Casaldáliga, D. Waldyr Calheiros (1923-2013) e dezenas de leigos que permaneceram desconhecidos em sua luta. Sobre sua atuação, D. Waldyr Calheiros,<sup>3</sup> bispo de Volta Redonda, registrou em suas memórias:

a partir de 1960, os movimentos da Ação Católica, com o seu método de ver, julgar e agir, voltaram a preocupação para os problemas sociais de desenvolvimento, de dependência dos países ricos. Foi o que se deu com a Juventude Estudantil e Juventude Universitária. Seus membros foram acusados de comunistas, e a Igreja fechou-lhes as portas... Dom [Cândido] Padim, dom Hélder [Câmara], dom Fernando Gomes, dom Delgado e assistentes como o padre Almey, o padre Zildo de Recife e o padre Eduardo Koaik, do Rio de Janeiro, defendiam a Ação Católica.<sup>4</sup>

Prudente ou não, D. Eduardo foi reconhecido por muitos a quem beneficiou diretamente com sua postura. Anos depois Frei Betto registrou sua atuação em um dos muitos livros que relataram seus tempos de prisão e de outros padres dominicanos durante o período da ditadura.

Levantem, mãos na cabeça! Ouvi os gritos nervosos e vislumbrei entre os olhos sonolentos, duas metralhadoras empunhadas por homens de terno e gravata [...] Eram seis horas da manhã de sába-

<sup>2</sup> Entrevista concedida à autora por D. Eduardo Koaik em 18/07/1996, em Piracicaba, parcialmente publicada na Revista Tempo, intitulada “Sombras no passado”.

<sup>3</sup> Por ocasião da morte de D. Waldyr Calheiros, o jornalista Eduardo Graça sintetizou a importância de sua luta contra os militares em Carta Capital, Memória de Waldyr, 02/12/2013.

<sup>4</sup> COSTA, 2001, p.60.

do, 6 de junho de 1964[...] Encostados à parede, mãos na cabeça, assistimos ao vandalismo dos homens do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Todas as estantes foram varridas pelo cano de suas armas, livros e papéis atirados ao chão, armários esvaziados à procura de planos subversivos. Na agressividade deles, era notório o medo que também sentiam. No mínimo consideravam todo aquele material um álibi para encobrir nossa infiltração comunista na Igreja [...]”<sup>5</sup>

O relato é da primeira de suas prisões, pois, confundido com Betinho (1935-1997),<sup>6</sup> foi parar no Arsenal da Marinha em junho de 1964, quando os militares buscavam militantes da Ação Popular (AP).

Graças aos esforços de Dom Cândido Padim, assistente nacional da Ação Católica Brasileira, e à interferência do Cardeal Dom Jaime de Bar e Câmara, Arcebispo do Rio, ficamos menos de quarenta e oito horas no quartel e passamos à prisão domiciliar no apartamento em que morávamos. Nesse período, a nossa ligação com o resto do mundo dependia do padre Eduardo Koaik, assistente nacional da JEC, que diariamente nos visitava, trazia os jornais e fazia as compras necessárias. Quinze dias depois, fomos liberados [...]”<sup>7</sup>

Foi o próprio padre Koaik quem descobriu o sumiço dos rapazes, ao chegar para visitá-los no apartamento onde viviam em Laranjeiras e encontrar a porta arrombada. O suficiente para mobilizar D. Cândido Padim (1915-2008) para a localização dos seminaristas e preservação de suas vidas.

Eram tempos que D. Eduardo relembra como tendo sido o intermediário entre a “rapaziada da Ação Católica” e seus familiares e de ficar dormindo onde eles se encontravam até que os inqueritos fossem concluídos ou, em alguns casos, até que a Marinha soubesse

<sup>5</sup> SOUZA, 1999, p.58-59.

<sup>6</sup> Herbert José de Souza se transformou em ícone da luta contra a ditadura. Jovem, integrou movimentos católicos como JUC e JEC e foi um dos fundadores da Ação Popular (AP). Sociólogo e crítico da ditadura militar exilou-se no Chile e foi assessor do governo de Salvador Allende. Voltou ao Brasil com a anistia, em 1979, e criou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, que mobilizou milhares de pessoas nos anos seguintes.

<sup>7</sup> FREI BETTO, 1982, p.88.

dessa sua atividade e exigisse que o cardeal do Rio de Janeiro o substituisse. O que de fato ocorreu. Época, entre os anos 1960 e 1970, em que foi vigário no bairro do Leme e organizou, junto aos dominicanos, um serviço de cobertura para os refugiados, com intensos contatos com outros padres na fronteira do sul do país, próxima ao Uruguai, para que os perseguidos pela ditadura pudessem fugir da repressão. Até mesmo diplomatas cassados serviram-se do esquema, já que suas mães mantinham relações muito próximas à Ação Católica, segundo lembranças de D. Eduardo.

“Deixei o trabalho junto a Ação Católica, passei a ser coadjutor da Paróquia da Ressurreição”, relataria ele mais tarde. Era um trabalho que lhe exigiria extremo cuidado: a paróquia tinha como sede uma capela criada em área próxima ao Forte de Copacabana, dominada pelos militares que, segundo D. Eduardo, dificultavam muito o trabalho com o povo. Em 1968, depois da morte do estudante secundarista Edson Luiz pela polícia, que levou às ruas do Rio cerca de 100 mil pessoas, D. Eduardo resolveu celebrar uma missa naquele espaço. Segundo ele, um general que controlava a área tentou impedir a celebração, mas teve que enfrentar a firmeza do religioso: “Dentro da Igreja mando eu”. E a missa, pelo número de pessoas que chegou a aglutinar, tomou não só a igreja, mas também o pátio que a rodeava. A habilidade de D. Eduardo é indiretamente reconhecida em histórico registrado na própria Paróquia da Ressurreição:

O Ministério do Exército tinha interesse na mudança de local da Igrejinha, porque esta ficava ao lado do Comando. Houve, então, um acordo: o Ministério cedia à paróquia o terreno onde foi erguida a atual igreja e a paróquia devolvia o terreno onde estava a Igrejinha. A construção se deu em tempo recorde: iniciada em 1973, foi inaugurada em maio de 1975.<sup>8</sup>

Durante 10 anos, ele permaneceu ali, respeitado pelas esquerdas e tendo que se relacionar de maneira mais próxima com os militares. Morando em um apartamento, chegou a receber, no período, líderes comunistas clandestinos, em busca de informações sobre a conjuntura do país: um deles, Luiz Maranhão,<sup>9</sup> desapareceu poucos

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.paroquiadaressurreicao.com.br/html/historia.html>. Acesso em: mai. 2013.

<sup>9</sup> Luis Inácio Maranhão Filho desapareceu em abril de 1974, depois de preso em São Paulo à vista de testemunhas que tentaram socorrê-lo. A esposa denunciou as torturas de que estava sendo vítima no DEOPS-SP em carta lida na Câmara dos Deputados em Brasília. Consta na lista dos desaparecidos políticos. MIRANDA, 1999, p.324.

dias depois da visita para nunca mais ser visto. Entre outras tantas histórias da época, D. Eduardo nunca se esqueceu também do final de semana em que o ditador chileno Augusto Pinochet (1915-2006) esteve no Rio de Janeiro.

Ele queria assistir uma missa e o cardeal me ligou. Teria que ser uma missa em uma área militar, então... Ele foi, comungou, a notícia estava em todos os jornais, nos cinemas apareci dando a comunhão a Pinochet. Mas não poderia ser diferente. Dou a comunhão a qualquer cristão, não iria expulsá-lo. E as esquerdas não berraram, sabiam que eu cumpria ordens do cardeal D. Eugenio Salles (1920-2012).<sup>10</sup>

Em tempos em que o medo e o silêncio faziam parte do cotidiano, o nome do D. Eduardo, como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, aparece em processo militar defendendo acusados de subversão, atitude para poucos. Marco Antonio Carvalho Santos e Chantal Russi o tiveram como testemunha de defesa em processo que enfrentaram junto à Auditoria do Exército nos anos 1970.<sup>11</sup> Mas já em 1965, a declaração de Padre Eduardo Koaik, como assistente da JEC, também acompanha processo movido contra jovens universitários acusados de envolvimento com a Ação Popular, dando testemunho de que “Vicente Carlos y Plá Trevas é um jovem militante católico de autêntica vivência cristã, a quem me honro de ter sido por dois anos orientador espiritual”.<sup>12</sup> Nos anos 1970, ainda no Rio de Janeiro, nunca deixou de publicamente posicionar-se nos momentos em que a violência buscava calar religiosos, como quando grupos de extrema direita a-tentaram contra a vida de D. Adriano Hypolito (1918-1996), inclusive pichando igrejas de sua paróquia. Os termos de seu telegrama eram firmes: “Manifesto repulsa atos terrorismo covarde contra firme e serena atuação evangélica Igreja Nova Iguaçu. Conte com nossa solidariedade”.<sup>13</sup>

Em agosto de 2012, dias após a morte de D. Eduardo, o deputado Chico Alencar fez registrar, nos anais da Câmara Federal um pronunciamento sobre o religioso:

<sup>10</sup> Entrevista concedida à autora em 1997.

<sup>11</sup> Conforme cópia do processo nos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Jornal da República, Carta a Petrólio denuncia ação da extrema direita. 14/11/1979.

Louvo a D. Eduardo Koaik (1926-2012), bispo emérito de Piracicaba (SP). Koaik foi um sacerdote que na segunda metade dos anos 60, na paróquia Nossa Senhora de Copacabana, como assistente da Juventude Estudantil Católica (JEC), estimulou gerações de jovens a vincularem fé e vida, cristianismo e compromisso social libertador, oração e ação. Padre Koaik nos ensinou que a busca do Reino de Deus se dava pela construção de uma sociedade mais justa e de uma humanidade nova, fraterna.<sup>14</sup>

## A piracicabana que introduziu Lamarca à luta armada

Em Piracicaba, até a adolescência, ela foi apenas Renata. Para os agentes da repressão, ela era “Cecília, mulher de incontestável beleza”.<sup>15</sup> Durante anos, mesmo que os piracicabanos não viajassem muito, era impossível que ninguém a tivesse reconhecido nos cartazes fartamente espalhados por aeroportos ou rodoviárias e reproduzidos pelos grandes jornais.<sup>16</sup> Renata - ou Cecília - era um rosto que se destacava entre as poucas mulheres terroristas procuradas por todo o país pelos órgãos de segurança, nos chamados anos de chumbo. Os cartazes foram se espalhando por todo o país, como poucos anos atrás registrou o jornalista Eugênio Bucci em crônica emocionada:

Foi há muito tempo, numa manhã de sol chapado. Eu devia ter uns 9 anos de idade, talvez oito, e caminhava, ao lado do meu pai, pela calçada da Avenida 2, em Orlandia, SP [...] Logo que chegamos ao balcão dos caixas, eu vi o cartaz. Não me lembro exatamente dos dizeres – ‘Procurados’, ‘Terroristas Procurados’, algo assim – mas retive na memória a mancha das fotos em preto e branco, em colunas verticais. Elas me deram a notícia de que não vivíamos em segurança. Foi um choque. Para descrever o que se deu comigo numa única

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.liderancapsol.org.br/pronunciamentos/2133-joao-cirilo-e-eduardo-koaik-dep-chicoalencar.html?349dca8a83294b3c55eb74a2686523b3=c62a12c4941bbaf01c498030bc8159fd>. Acesso em: set. 2013.

<sup>15</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-9-23506.

<sup>16</sup> Folha de S. Paulo, Terrorismo: Deops divulga 23 nomes. 16/5/1969.

palavra, eu diria: terror. Ao avisar que havia homicidas soltos pelas ruas, talvez até mesmo pelas ruas de Orlandia, ao lado da minha casa, aquele pôster me aterrorizou. Lançava contra mim um ultimato: 'Ou você se converte em delator ou estará na mira desses sujeitos aqui, ó, os procurados, esses sujeitos com cara de gente sem coração'.<sup>17</sup>

Filha de um professor da ESALQ, Renata Ferraz Guerra de Andrade nasceu em Piracicaba em 1947, estudou no Colégio Assunção e tornou-se jovem passeando pela Rua do Porto. "Fui uma adolescente mais curiosa do que rebelde. Curiosidade que minha cidade não satisfazia. Eu queria ir embora, ir para a cidade grande."<sup>18</sup> Transferiu-se para São Paulo em 1966, onde sua mãe já morava, para fazer cursinho para Psicologia, o curso da moda, mas "passei os primeiros seis meses descobrindo a cidade, os militantes e os alienados".<sup>19</sup> Aluna de Iara Lavelberg,<sup>20</sup> que mais tarde seria companheira de Carlos Lamarca, foi nesse período que Renata iniciou sua militância política, vinculando-se à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP)<sup>21</sup> e depois à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR),<sup>22</sup> onde militaram figuras referenciais na luta contra o regime militar: Ladislau Dowbor, Onofre Pinto, Pedro Lobo, Dulce Maia, João Carlos Quartim de Moraes, Eduardo Leite (Bacuri), Wilson Fava, além de Carlos Lamarca e Iara Lavelberg.

A VPR foi a opção natural para quem buscava posturas menos teóricas, e também por seu relacionamento pessoal com Wilson Fava, com quem viveu por mais de 10 anos e que, à mesma época, dei-

<sup>17</sup> Os cartazes a que se refere Bucci tinham o seguinte texto, ao lado de fotos de várias pessoas procuradas pelos órgãos militares: "Terroristas Assassinos Procurados. Depois de terem roubado e assassinado vários pais de família estão foragidos. Avise o primeiro policial que encontrar se você suspeitar da presença de um dos suspeitos. Ajude a proteger a sua vida e de seus familiares". O Estado de S. Paulo, Procurados para sempre. 1/5/2010.

<sup>18</sup> Declarações feitas ao documentário "Paredes Pintadas", 2012.

<sup>19</sup> Entrevista concedida à autora em Piracicaba, em 1997.

<sup>20</sup> Iara Lavelberg morreu em 1971, em circunstâncias não esclarecidas, depois de cercada em Salvador por investigadores do DOI-CODI do Rio de Janeiro. O relatório do Ministério da Marinha diz que "foi morta em Salvador/BA em ação de segurança". Já o relatório do Ministério da Aeronáutica diz que "suicidou-se em Salvador/BA, em 6 de agosto de 1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia". MIRANDA, 1999, p.405 e ARANTES, 2012.

<sup>21</sup> A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária foi "uma das matrizes da esquerda revolucionária brasileira, primeiro agrupamento a se organizar como opção partidária ao PCB", em 1961. Reuniu especialmente estudantes em SP, RJ e MG. Esteve mais voltada ao debate teórico. MIRANDA, 1999, p.509.

<sup>22</sup> A Vanguarda Popular Revolucionária surgiu em 1968 e sempre esteve associada a Carlos Lamarca. Foi uma das organizações de maior expressão entre as que adotaram a luta armada contra o regime militar. Em 1970 responsabilizou-se pelos sequestros de três diplomatas estrangeiros – japonês, alemão e suíço – libertando-os em troca de presos políticos enviados para o exterior. MIRANDA, 1999, p.239.

xou a POLOP em busca de alternativas de resistência mais efetivas contra o regime, incluindo a luta armada. Anos mais tarde, a VPR seria caracterizada, pela Divisão de Informações do DOPS-SP, como “um dos mais perigosos grupos terroristas que atuaram no Estado [...] ao conseguir a fusão de um grupo de ex-militares cassados e ex-integrantes da POLOP, por se constituir em pioneiro em ações terroristas violentas”.<sup>23</sup> A Renata coube a responsabilidade dos primeiros contatos para trazer à VPR o capitão do Exército Carlos Lamarca, a quem ela descreve como “um homem simples com quem conversei pela primeira vez em minha própria casa”.<sup>24</sup> A relação que se seguiria seria relatada em detalhes em biografia de Lara Lavelberg:

Embora sem vínculo orgânico até o assalto ao Hospital Militar quando aderiram entusiasmados à Organização, os homens-chave do 4º RI – capitão Carlos Lamarca, cabo José Mariane, soldado Carlos Roberto Zanirato [...] – recebiam documentos internos de estudos políticos. Entre si discutiam táticas e estratégias de luta. Nos primeiros meses de 1968, Onofre Pinto encarregou Renata Guerra de Andrade da assistência teórica ao círculo de estudos que funcionava à noite em Quitaúna, prosseguindo a rotina estabelecida desde o contato inicial com a POLOP.<sup>25</sup>

Lamarca se tornaria figura de referência na luta contra a ditadura: um dos homens mais caçados pelos militares, desertor que levaria de seu quartel armamento militar e coordenaria a chamada Guerrilha do Ribeira, na região sul do Estado de São Paulo.<sup>26</sup> E, mais uma vez, Renata estaria envolvida na decisão:

No 1º semestre de 1968, durante um contato de Renata Guerra com o grupo de militares de Quitaúna, em Osasco/SP, esses comentaram sobre a possibilidade de uma ação espetacular a partir da deserção da base da organização daquele quartel. Segundo nos informou Renata Guerra, eles afirmaram que a ação partiria de uma coincidência

<sup>23</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 30-Z-16-16679.

<sup>24</sup> Entrevista concedida à autora em Piracicaba, em 1997.

<sup>25</sup> PATARRA, 1992, p.261.

<sup>26</sup> Detalhes sobre a vida e morte de Lamarca em “Lamarca, o capitão da guerrilha”, de Emiliano José e Oldack Miranda.

na qual o capitão Lamarca seria o oficial do dia e Darcy Rodrigues, o cabo Mariane e o soldado Zanirato participariam da ação porque também estariam trabalhando no quartel naquela data. O grupo de Quitaúna advertia que a ação somente poderia ocorrer numa data específica, portanto, não poderiam perder tempo.<sup>27</sup>

Naqueles anos em que as organizações eram muitas e as divergências das esquerdas se acentuavam, foi a VPR que se destacou em ações ousadas de assaltos a bancos, a unidades militares e hospitais. Em algumas delas, estava Renata que, de repente, passou a ser identificada como a “terrorista loira e bonita”. Anos depois, ela comentou ironicamente que a imagem foi criada pela imprensa porque ela era mulher, mas nunca foi loira, apesar de ter usado várias perucas.

A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram[...] Foi uma coisa proposital da Organização, para mostrar que havia mulheres. O engraçado é que eu nunca fui loira. Estava disfarçada de saia preta curta, meia três-quartos de colegial, franja preta, lenço na cabeça e óculos escuros. Usava uma jaqueta de lã – era inverno – com o 32 de sempre enfiado no bolso [...] Minha tarefa era esvaziar os caixas [...] Eu fui pros caixas e comecei a procurar uma chave. Era uma moça bem-educada e não ia ficar dando chute, quebrando as coisas. Demorou um pouco e aí um dos homens ficou bravo, deu chute, gritou. Queria mais agilidade. No final tudo deu certo.<sup>28</sup>

Renata se envolveria em várias outras ações que ganhariam as manchetes dos jornais, diretamente ou em seu planejamento, enquanto também criava fachadas familiares de várias casas que na prática funcionavam como aparelhos onde a organização abrigava seus militantes. Foi o caso, por exemplo, de uma residência no bairro do Sumaré, em São Paulo, próxima a antiga TV Tupi, “uma construção branca, com dois quartos, sala cozinha, banheiro e até uma varanda do lado direito”, onde ela morou com Wilson Fava e o

---

<sup>27</sup> CHAGAS, 2006, p.97.

<sup>28</sup> CARVALHO, 1998, p.37.

médico Pio Chaves dos Santos.<sup>29</sup> Para garantir também o funcionamento da organização era comum o roubo de carros, atividade na qual, muitas vezes, Renata se envolveu, lembrando que a preferência era por veículos de quatro portas. “Depois devolvia, telefonando para dizer onde estava. Eu mesma cheguei a devolver documentos pelo correio,”<sup>30</sup> diria ela à jornalistas anos depois.

O caso mais controverso de que Renata participou foi o atentado ao Quartel General do II Exército, no Ibirapuera, em São Paulo, em junho de 1968. O guarda Mário Kozel Filho se encontrava como sentinela quando viu aproximar-se um carro. O soldado fez disparos contra o veículo, mas ele estava vazio. A perua Chevrolet era dirigida por Wilson Fava, que pulou do volante após direcioná-la ao portão. Quando Mário se aproximou do veículo ele explodiu, causando sua morte instantânea. A perícia indicou que a carga era de 25 kg de dinamite.<sup>31</sup> Renata estivera no carro de apoio à ação, mas garante que não chegou sequer a ver a explosão. “Nosso objetivo era destruir fisicamente parte do quartel e não atacar pessoas. Foi uma infelicidade. Aceitamos uma provocação e mais tarde nos arrependemos muito.”<sup>32</sup>

Enquanto Renata vivia seus anos de militância, sua mãe, Ana Morato Ferraz Guerra de Andrade, de tradicional família piracicabana, acabou presa. Em 1969 a Polícia do Exército invadiu o apartamento onde ela vivia, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo, em busca de Renata. A mãe negou saber de seu paradeiro há meses, mas uma irmã menor, sem saber da informação da mãe, revelou que Renata estivera no local na véspera, dia de seu aniversário. Bastou para que Dona Ana fosse levada ao DEOPS, onde permaneceu presa por quatro dias. Solta, foi presa novamente algum tempo depois, por mais dois dias.<sup>33</sup>

Foi justamente em 1969, logo depois da prisão de sua mãe, que Renata e Wilson Fava decidiram deixar o Brasil por questões de segurança. Vários de seus companheiros estavam sendo presos e torturados e Renata e Wilson haviam sido expulsos da VPR por causa de divergências políticas, já que a organização autorizara Lamarca a

<sup>29</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 30-Z-16-7883, com informações completadas por Renata Guerra de Andrade, por escrito, em 1997.

<sup>30</sup> CARVALHO, 1998, p.32.

<sup>31</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-9-18066.

<sup>32</sup> Declarações feitas ao documentário “Paredes Pintadas”, 2012.

<sup>33</sup> Informações dadas por escrito por Renata Guerra de Andrade em 1997.

desertar. Anos depois, em entrevista respondida por escrito à autora, Renata explicaria:

A decisão foi forçada por Lamarca, que estava louco para deixar o Exército e passar à militância clandestina, e Onofre [...] Eles levaram a militância a acreditar que se a deserção não ocorresse naquele momento, não poderia ocorrer nunca mais, o que eu sabia que não era verdade, pois os primeiros contatos da VPR com Lamarca e Darci no 4º RI foram feitos por mim. Nós éramos contrários à deserção naquele momento, pois acreditávamos que a VPR não tinha estrutura para enfrentar a repressão violenta que viria por causa dela. Tomamos a atitude desobediente de esclarecer a militância sobre a impertinência da deserção e fomos expulsos por indisciplina.

Renata e Wilson foram uns dos poucos militantes da VPR que escaparam: 37 dos seus dirigentes e militantes foram mortos na luta contra a ditadura.<sup>34</sup> Wilson Fava já fora havia sido preso em 1968, mas não como militante da luta armada, tendo sido torturado no DEOPS por causa da expropriação de um carro.<sup>35</sup> Eduardo Leite seria preso e morto depois de mais de 100 dias de intensa tortura em 1970,<sup>36</sup> Onofre Pinto é considerado desaparecido até os dias atuais,<sup>37</sup> Carlos Lamarca e Lara Lavelberg seriam perseguidos e mortos na Bahia em 1971. Dulce Maia foi presa em 1969, submetida a torturas, trocada pelo embaixador alemão sequestrado em 1970,<sup>38</sup> o que também ocorreu com Ladislau Dowbor e Pedro Lobo.

A saída de Renata e Wilson do Brasil aconteceu na Semana Santa de 1969. Ambos viajaram de São Paulo a Porto Alegre, de onde seguiram para o Uruguai dias depois. Segundo relato de Renata,

permanecemos num hotel em Montevideo durante algum tempo, mas passamos a ser seguidos por policiais brasileiros. Ficamos escondidos por socialistas e anarquistas uruguaios durante al-

<sup>34</sup> MIRANDA, 1999, p.238.

<sup>35</sup> Informações prestadas por escrito por Renata Guerra de Andrade em 1997.

<sup>36</sup> MIRANDA, 1999, p.56 a 58.

<sup>37</sup> Idem, p.286.

<sup>38</sup> Revista Criativa, ed. 244, ago. 2009; CARVALHO,1998, p.167.

gum tempo, mas a segurança deles também estava meio precária, de modo que resolvemos pedir asilo.

Quando, em agosto de 1970, a repressão uruguaia se acentuou, o casal se transferiu para o Chile, onde viveu até o golpe contra Salvador Allende, em setembro de 1973. A solução, então, foi buscar asilo na embaixada argentina, onde permaneceram por 40 dias – Renata e Wilson já estavam separados e cada um buscou recomeçar a vida em um país. Wilson foi para a Europa e Renata se fixaria na Argentina onde, algum tempo depois, se casaria e teria uma filha. Quando houve a anistia para os residentes ilegais obteve seu visto permanente, buscando se integrar àquele país. Só em 1978, ao receber a visita da mãe e uma amiga brasileira, pela primeira vez começou a acreditar que realmente seria possível voltar e começou a buscar novamente informações sobre o Brasil.

Fazia dois anos que eu não falava português com mais ninguém. Cheguei a São Paulo em 29 de outubro de 1979 e, no aeroporto de Congonhas, meu advogado, José Carlos Dias, me recebeu e me entregou um documento que declarava extinta minha punibilidade pela lei da anistia.<sup>39</sup>

Segundo o Serviço da Polícia do II Exército, Renata havia sido condenada, em abril de 1972, no processo 52/71, a 14 anos de reclusão; em 1977, no processo 149/69, a 9 anos de reclusão, e no processo 139/69 a mais 5 anos de reclusão.<sup>40</sup>

Em 2009, Renata Guerra de Andrade foi uma das mulheres convidadas a participar de uma sessão especial da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, convocada para celebrar o Dia da Mulher. Reunindo mulheres que combateram a ditadura militar e que tinham processos a serem julgados, a comissão denominou o encontro como “Memórias do feminismo: resistência e protagonismo nas lutas contra a ditadura”. A iniciativa, segundo a coordenadora do evento Lélia Almeida, tinha objetivos claros: “Estas mulheres contaram a história do país de uma outra perspectiva e o trabalho político, pedagógico e cultural da Comissão da Anistia, na recuperação destas histórias

<sup>39</sup> Informações prestadas por escrito por Renata Guerra de Andrade em 1997.

<sup>40</sup> Conforme documentos existentes nos arquivos do DEOPS-SP, sob números 50-Z-9-40529, 50-Z-9-41711 e 50-Z-8-41728.

e escuta destas narrativas é um dos mais emocionantes deste governo”.<sup>41</sup>

Renata Guerra de Andrade vive no Rio de Janeiro.

## O quase sucessor de Francisco Julião

Nos anos do governo João Herrmann Neto como prefeito ele não era figura das mais públicas, a não ser nas assembleias que se multiplicavam nos bairros da periferia, onde ele frequentemente estava. O homem com jeito nordestino, fala calma, mais pensava, ajudava a pensar o governo, a escrever os documentos, a discutir os rumos da administração. Foi essencial, entretanto, para definir ideologicamente os caminhos daqueles anos, no final da década de 70, em que a tônica era se garantir mecanismos de participação popular e de um governo democrático. Enildo Pessoa, chamado para ser assessor de assuntos comunitários do governo Herrmann, sabia do que falava por experiência pessoal, que nem todos conheciam. Mas foi por muito pouco que escapou da repressão para conseguir estar em Piracicaba.

O discreto engenheiro, quando chegou à cidade já havia sido, entretanto, notícia do New York Times. Enildo Pessoa começou sua militância muito cedo, ainda como estudante de Engenharia em Recife, quando participou dos Congressos da UNE de 1951 e 1955. Depois, amadureceu na participação vivida na Frente do Recife, “uma das experiências políticas mais férteis”, quando uma frente de vários partidos, incluindo o Partido Comunista, permitiu que, em 17 eleições antes de 1964, o grupo fosse vitorioso em 16 – e a derrota só aconteceu para Jânio Quadros. Mas Enildo foi também se constituindo, aos poucos, em figura de ponta por seu trabalho junto a Francisco Julião (1915-1999), o idealizador das Ligas Camponesas, movimento que, a partir dos anos 1950, mudou o panorama na luta pela terra no Brasil. O movimento, nascido no Nordeste, reivindicava a reforma agrária e respeito aos direitos dos trabalhadores no campo e se expandiu rapidamente pelo país, a partir de uma realidade de grandes concentrações de latifúndios rurais.

No início da década de 1960, dos vinte e dois estados existentes no Brasil, havia núcleos do movi-

---

<sup>41</sup> Boletim da Anistia, abril de 2009.

mento em treze. Um dos principais fatores para a expansão nacional das Ligas foi a facilidade com que podiam ser fundadas. Eram legalmente uma sociedade civil de direito privado; bastava reunir um grupo de camponeses, aprovar o estatuto, eleger a diretoria e registrar tudo no cartório da cidade.<sup>42</sup>

O movimento ganhou tal força que uma equipe do New York Times visitou a região em 1960: as Ligas Camponesas ganharam a capa do jornal americano em uma série de reportagens enviadas por Tad Szulc. Entre os homens de Julião fotografados pelo NYT, estava Enildo Pessoa, apontado como seu provável sucessor. A descrição de uma região repleta de desigualdades era o centro das reportagens: “Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt (Nordeste do Brasil: a pobreza gera ameaça de revolta) dava título à primeira delas em 31/10/1960. O texto indicava que

os ingredientes de uma situação revolucionária são cada vez mais evidentes em toda a vastidão do Nordeste brasileiro, assolado pela pobreza e pelo flagelo da seca. Na área vivem 20 milhões de pessoas com renda média anual de menos de \$100. Atormentados e furiosos pela desnutrição crônica e doença, eles raramente vivem muito além dos trinta anos de idade.<sup>43</sup>

No dia seguinte, 1º de novembro de 1960, um alerta: “Marxists Are Organizing Peasants in Brazil” (Marxistas organizam camponeses no Brasil), uma visão que traria preocupações ao ainda candidato à presidência dos EUA, John Kennedy. O Nordeste brasileiro chamou tanto sua atenção que, em 1961, logo após ser eleito, Kennedy enviou um de seus mais próximos assessores para observar o que acontecia ali. É desse assessor, Arthur Schlesinger, os comentários sobre o que viu em Pernambuco, como espaço mais que propício para revoltas: “Eu jamais vira uma região de tamanho desespero – uma aldeia miserável e estagnada após outra, casebres de barro escuro, crian-

---

<sup>42</sup> SANTIAGO, 2010.

<sup>43</sup> No original: RECIFE, Brazil, Oct. 22 - The makings of a revolutionary situation are increasingly apparent across the vastness of the poverty-stricken and drought-plagued Brazilian Northeast. In the area 20,000,000 people live on average annual incomes of less than \$100. Racked by chronic malnutrition and rampaging disease, they seldom live much beyond the age of thirty.

ças de pernas tortas e barrigas imensas, onde não se via praticamente nenhum velho.”<sup>44</sup> E não por acaso, o Nordeste seria beneficiado nos anos seguintes pelos maiores volumes de donativos do “Aliança para o Progresso”, programa norte-americano de ajuda externa destinado à América Latina de grande influência política. Schelesinger, após sua passagem pelo Nordeste, chegou a permanecer no Brasil e ser recebido presidente Jânio Quadros ao lado do embaixador americano John Cabot. Documentos do Departamento de Estado indicam que, na ocasião, foram disponibilizados ao governo brasileiro créditos no valor de 100 milhões de dólares para programas no Nordeste, como forma de cooperação entre os dois países.<sup>45</sup>

Mas, antes de 1964, Enildo se afastaria daquele interior, quando a orientação das Ligas Camponesas se tornou mais radical. Segundo Enildo, anos depois,

era a época que Fidel Castro chegou ao poder, todo mundo era de esquerda e a ideia central era o uso da guerrilha. Mas quando Julião decidiu-se por uma linha em que se passava ao uso das armas para se chegar à reforma agrária, decidi me afastar. Uma coisa era o sistema socialista em Cuba, outro era o que poderia existir no Brasil, até pela influência da América. Mas foi muito difícil sair, um troço muito sério.<sup>46</sup>

Entretanto, o afastamento não o colocou longe do trabalho político: Enildo mais uma vez ficou próximo ao poder e à intensa movimentação da época ao ir trabalhar com o governador Miguel Arraes (1916-2005), que o chamou para dirigir o Porto de Recife. O governo Miguel Arraes seria um marco divisório, como diriam historiadores anos depois: ele garantia créditos do banco estadual para pequenos proprietários e tinha grande apoio dos camponeses, defendendo inclusive o estabelecimento do 13º salário e férias para o trabalhador do campo.

A eleição de Miguel Arraes – rompendo séculos de dominação exercida direta ou indiretamente pelas oligarquias rurais e pela fidalguia açuca-

<sup>44</sup> SANTIAGO, 2004, p.39.

<sup>45</sup> RIBEIRO, 2006, p.115.

<sup>46</sup> Entrevista concedida à autora em Campinas, em 1997.

reira – como não poderia deixar de ser, pusera a descoberto a divisão política do Estado. Separara, com toda a nitidez, dois campos distintos. Em que se colocavam o poder econômico e o povo. A Casa Grande e a Senzala. O usineiro, de um lado, e o homem de classe média, sem fortuna, falando da pobreza, de outro. Os barões do açúcar e o Zé Ninguém – como João Cleofas se referia a Miguel Arraes em um comício, segundo a versão que circulava à época e era dada como verdadeira, sendo repetida nas ruas, nos pátios das feiras e na palha da cana. Inspirando o poeta, no lamento que passou a ser cantado como um grito de revolta. Assumido pela maioria e multiplicado em milhares de votos no dia da eleição.<sup>47</sup>

O 1º de abril de 1964 encontrou Enildo na atividade de responder pelo Porto de Recife, espaço suspeito de receber armas que os comunistas teriam em mãos para combater os militares. “Tudo caiu em 24 horas, todo o sistema e a ilusão de que os comandantes dos exércitos não permitiriam que os conservadores dessem o golpe, que manteriam a democracia”, admitiu ele. <sup>48</sup> A repressão no Nordeste foi ainda pior do que no sul. Nem Arraes renunciou ao governo de Pernambuco, nem Pelópidas Silveira à prefeitura de Recife, sendo presos.

Os dois destaques cruéis do dia 1º de abril de 1964, em Pernambuco: o desfile sádico do sexagenário comunista Gregório Bezerra nas ruas de Casa Forte, ensanguentado e arrastado por uma corda amarrado ao pescoço, e o metralhamento de uma passeata de estudantes armados com o Hino Nacional e escudados na bandeira brasileira. Dos quatro mortos, Jonas Augusto, comunista do Colégio Pernambucano, Ivan Aguiar, comunista da Escola de Engenharia, uma funcionária das Lojas Remilet, de roupa masculina, atingida por uma bala no seu local de trabalho, e um rapaz. Estes dois, até hoje não identificados, desafiando o es-

---

<sup>47</sup> COELHO, 2004, p.55-56.

<sup>48</sup> 40 anos depois, o economista Celso Furtado, analisando o que ocorreu, diria ter a impressão de que “o Nordeste, onde eu estava na época, foi a região mais prejudicada pelo golpe. O Nordeste foi surpreendido com uma política em andamento, um movimento social, através das Ligas Camponesas, da Sudene e da Igreja Católica, que apontavam para um outra direção. Tudo isso foi destruído”. O Estado de São Paulo, Nordeste foi “o mais prejudicado” em 64, diz Furtado. 04/04/2004.

pírito investigativo de historiadores e repórteres.<sup>49</sup>

Enildo foi preso um mês depois do golpe militar. E passou os três meses seguintes na Casa de Detenção, enfrentando também a tortura, enquanto o inquérito era montado. Ele lembra que

as prisões eram feitas na ilegalidade. A impressão que tinha era que seria julgado pelo meu comprometimento, já que fui incluído no processo dos 18 de Recife, entre os quais se encontravam Miguel Arraes, Gregório Bezerra, David Capistrano, o próprio Julião, muitas das lideranças nacionais comunistas.

O inquérito, presidido pelo tenente-coronel Hélio Ibiapina Lima, qualificou Enildo como “tendo destacado papel na baderna comunista, na orla marítima, como na zona rural para onde se deslocara, sobretudo no Engenho da Serra. Tinha prestígio e preparo comunista”.<sup>50</sup> Na sentença expedida ao processo 88/64, pela Auditoria da 7ª Região Militar, em 1967, o promotor se refere a Enildo como

pessoa de extrema confiança de Arraes, que não lhe poupava elogios [...] como era tarefa do partido, sua ação tinha que ser ampla, pertinaz e contínua. E era um cabeça, pela área em que trabalhava, pelo seu comportamento, pelo seu prestígio e pelo seu preparo marxista.<sup>51</sup>

Enildo foi condenado a 2 anos de reclusão,<sup>52</sup> enquanto Julião receberia uma sentença de 19 anos. Ele não esperou em Recife, pelo desenrolar do processo. Preferiu ser julgado a revelia e fugir para o sul. Sabia que se permanecesse em Recife não conseguiria emprego, vivendo em uma situação politicamente comprometida pelo medo das empresas. Ele se lembra que

uma pessoa me trouxe até o limite de Alagoas, onde tomei um ônibus de carreira até São Paulo.

<sup>49</sup> MELO, 2001, p.43.

<sup>50</sup> Projeto Brasil Nunca Mais. BNM\_266, p.9832.

<sup>51</sup> Idem, p.10083-10084.

<sup>52</sup> Idem, p.10425.

Na primeira semana, ao buscar emprego, expliquei ao dono da firma minhas opções políticas e fui contratado com a seguinte resposta: 'vou lhe empregar também porque o senhor é isto'. E durante um ano e meio, vivi clandestino entre os bairros de Santo Amaro e Lapa.

Ele não foi preso por muito pouco: um policial o viu, mas não o deteve porque não tinha ordem de prisão. Surgiu, então, a oportunidade de transferir-se para Campinas, para trabalhar na Equipesca, uma empresa próxima à Bosch, onde se instalou com a família, sem nunca dirigir-se ao centro da cidade. Os contatos com os companheiros do Partido Comunista foram, aos poucos, sendo refeitos e, nessa casa, sem que a esposa soubesse, Enildo chegou a receber, inclusive, David Capistrano (1913-1974),<sup>53</sup> irreconhecível por causa de uma plástica, pouco antes de ser morto pela repressão. Sua volta à atividade política foi se dando a pouco e pouco, com os companheiros pedindo, entretanto, que aguardasse os recursos por sua absolvição, que tramitavam no Supremo Tribunal Federal.

"Voltei à legalidade em 1972, com Orestes Quércia, que me chamou para ser diretor da micro-região de Campinas". Foram tempos em que Enildo passou a trabalhar em um escritório de planejamento que teve, também, outros elementos de esquerda entre seus colaboradores e chegou a atuar em uma fundação vinculada à prefeitura de Campinas. O que Enildo não sabia é que, ainda assim, continuava sendo monitorado pelos órgãos de segurança e estaria relacionado, em 1975, numa detalhada listagem dos contribuintes e militantes do PCB no interior do Estado, inclusive de Campinas, em que tinha como companheiros, entre outros, o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, o sindicalista Irineu Simionato e o jornalista Tarcísio Sigríst. É a mesma lista que relaciona a base de jornalistas de São Paulo com nomes como de Vladimir Herzog (1937-1975), Rodolfo Konder, George Duque Estrada, Sérgio Gomes e Paulo Markun, que seriam todos presos, em outubro daquele ano.

Eleito prefeito, João Herrmann Neto (1946-2009) trouxe Enildo para assessorá-lo na área de assuntos comunitários. Ao lado de Neidson Rodrigues, ele seria um dos principais ideólogos do gover-

---

<sup>53</sup> David Capistrano participou das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola. Foi eleito deputado em Pernambuco em 1947. Entrou na clandestinidade e exilou-se na Tchecoslováquia, retornando ao Brasil em 1974. Foi preso e sequestrado entre Uruguaiana e São Paulo, em março daquele ano, e levado ao DEOPS/SP. Encontra-se na lista dos desaparecidos políticos. MIRANDA, 1999, p.325-326.

no, integrando a equipe que redigiu o conhecido PAC II (Programa de Atenção Comunitária), que praticamente definiu a orientação daqueles anos para a cidade.

Apesar das restrições impostas pelo autoritarismo ainda em vigor, as conquistas, no trabalho realizado em Piracicaba... foram importantes por sua abrangência. Tudo ocorreu através de intensa mobilização. Raro era o dia em que não se realizavam assembleias e reuniões com o povo organizado. Bairros que viviam afastados de qualquer participação, ou ainda com descrença total do processo, transformaram-se em centros mobilizadores com organizações fortes, conquistando inúmeros benefícios em decorrência do intenso trabalho político organizado dos seus moradores,<sup>54</sup>

escreveria Enildo anos depois. Ao término do governo Herrmann, existiam mais de 50 associações de bairros e, em funcionamento, a Federação das Organizações Populares de Piracicaba.<sup>55</sup>

Enildo Pessoa vive em Campinas.



<sup>54</sup> HERRMANN NETO, 1985, p.58.

<sup>55</sup> RODRIGUES, 2012, p.46.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Luta Continua. **Revista Criativa**, Ed. 244, ago. 2009. Disponível em: <http://revistacriativa.globo.com/Criativa/0,19125,ETT940595-2240,00.html>. Acesso em: set. 2013.

ARANTES, MARIA Auxiliadora de Almeida Cunha. Em nome da memória. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília: vol. 32, nº especial, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932012000500022](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500022). Acesso em: nov. 2013.

Arquivos do DEOPS-SP.

BUCCI, Eugênio. Procurados para sempre. **O Estado de São Paulo**. 01/05/2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,procurados-para-sempre,545571,0.htm>. Acesso em: out. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anais**. Disponível em: <http://www.liderancapsol.org.br/pronunciamentos/2133-joao-cirilo-e-eduardo-koaik-dep-chico-alencar.html?349dca8a83294b3c55eb74a2686523b3=c62a12c4941bbaf01c498030bc8159fd>. Acesso em: set. 2013.

Carta a Petrônio denuncia ação da extrema direita. **Jornal da República**, 14/11/1979.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. 484 p.

CHAGAS, Fábio A. Gonçalves das. Ação e revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 35, ano 19, pp. 91-100, 2006.

COELHO, Fernando. **Direita, volver**. O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Edições Bagaço, 2004.

COSTA, Célia Maria Leite e outros. **O bispo de Volta Redonda**: memórias de Dom Waldyr Calheiros. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 199p.

FREI BETTO. **Batismo de Sangue**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 284p.

\_\_\_\_\_. Prisão em dose dupla. In: SOUZA, Dan e CHAVES, Gilmar (orgs.). **Nossa paixão era inventar um novo tempo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999. 192p.

FURTADO, Celso. Nordeste foi o mais prejudicado em 64. **O Estado de S. Paulo**, 4/4/2004.

HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa II**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985. 268p.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. **Lamarca, o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global, 1980. 200p.

Marxists Are Organizing Peasants in Brazil. **The New York Times**, 1/11/1960. Disponível em: <http://select.nytimes.com/>. Acesso em: set. 2013.

MELO, Marcelo Mario de. **David Capistrano**: entre teias e tocais. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001. 192p.

Memória de Waldyr. **Carta Capital**, 02/12/2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/526251-memorias-de-waldyr>. Acesso em: out. 2013.

Memórias do feminismo é tema da anistia. **Boletim da Anistia**, ano III, n. 32, abr. 2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 656p.

Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt. **The New York Times**, 31/10/1960. Disponível em: <http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=FB0A14FA385916738DDDA80B94D8415B808AF1D3>. Acesso em: set. 2013.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992. 528p.

Procurados para sempre. **O Estado de S. Paulo**, 1/5/2010.

Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivos digitais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>. Acesso em: set 2013.

Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=86638&Pesq=enildo+peessoa](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=86638&Pesq=enildo+peessoa). Acesso em: set. 2013.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2006.

RODRIGUES, Valeria. **Herrmann Neto: perfis parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. 340p.

SANTIAGO, Vandeck. A voz que vem dos campos. **Revista de História**. 06/09/2010. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/a-voz-que-vem-dos-campos>. Acesso em: ag. 2013.

\_\_\_\_\_. **Francisco Julião, as Ligas Camponesas e o Golpe Militar de 64**. Recife: Comunigraf, 2004.

SANTOS, Pedro. **Paredes pintadas** (Documentário). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8>. Acesso em: set. 2013.

Sombras do passado. **Revista Tempo**, ed. 22, jul. 1996.

Terrorismo: DOPS divulga 23 nomes. **Folha de S. Paulo**, 16/5/1969.

*Movidos pelo princípio do direito de  
opinião, as lideranças acadêmicas se  
recusavam a repassar informações  
sobre professores e alunos às  
autoridades, ainda que pressionados,  
ou a acatar pedidos de repressão.*

# O GOLPE MILITAR DE 1964: referência na demarcação ideológica da UNIMEP

Ely Eser Barreto César

Em uma destas ironias da história, fruto de uma coincidência que sempre evoca perplexidade, os primeiros vestibulares que simplesmente inauguraram o que conhecemos hoje como a Universidade Metodista de Piracicaba, a UNIMEP, aconteceram no dia 1º de abril de 1964. Foram oferecidos os três primeiros cursos superiores, integrados na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Empresas, que passaram a ser identificadas como ECA.<sup>1</sup>

Testemunho destacado pelo jornalista e escritor Cecílio Elias Netto, então jornalista da Folha de Piracicaba e um dos ingressantes àquele primeiro vestibular, aponta dois dados impactantes que parecem definir os rumos da ECA desde as primeiras horas. O primeiro, o ingresso de um grupo grande de alunos com rica e diversificada experiência profissional. Como aluno maduro, de grande circulação social, ele afirma existir “entre os concorrentes, pessoas já realizadas socialmente, que se destacavam e eram reconhecidas em suas atividades profissionais”<sup>2</sup>, empresários, diretores e contadores de empresas de porte na cidade, um punhado de jornalistas, usineiro, funcionários de alto escalão em várias instituições, inclusive a ESALQ<sup>3</sup>, e um professor de contabilidade, colega de curso com vários ex-alunos.

---

<sup>1</sup> Os três primeiros anos dos três cursos eram oferecidos em um tronco comum. No quarto ano haveria a opção para se completar a formação no curso escolhido pelo aluno. Durante muitos anos não ocorreu a opção pelo curso de Contabilidade.

<sup>2</sup> ELIAS NETTO, 1994. p.43.

<sup>3</sup> Ibid, p.48s.

Como assinala o aluno Cecílio Elias Netto, estes núcleos trouxeram à nova instituição níveis de exigência elevados, o que afetou, inclusive, o processo inicial de contratação dos futuros docentes. O segundo dado diz respeito ao impacto da nova e recentíssima situação política pós 1964. Como assinala o referido autor, “ao lado de profissionais liberais e de empresários, havia pessoas engajadas em lutas ou posicionamentos políticos [pois] entre os componentes da primeira turma havia jornalistas, (...) dois políticos atuantes, vereadores à Câmara Municipal”<sup>4</sup>, convivendo com jovens de todo calibre.

A maturidade daquela primeira turma, no entanto – marcada por empresários que aplaudiam uma nova ordem econômica (...) e por militantes inquietos com a questão ideológica, ensejou o exercício do respeito pelas convicções conflitantes. O Centro Acadêmico iria nascer dessas contradições<sup>5</sup>.

Neste contexto, seria impensável que aqueles alunos especiais, em todos os sentidos, não tomassem a iniciativa, ainda em 30 de abril de 1964, de instituírem o primeiro Centro Acadêmico denominado de “Frederico Hermann Júnior”. O governo militar, na tentativa de aplacar o agitado mundo estudantil do país, proibira, já nas primeiras decisões arbitrárias, a existência de Centros Acadêmicos autônomos e democraticamente constituídos. Em seu lugar determinou a criação de Diretórios Acadêmicos com finalidades sociais e culturais estreitas. Os alunos da ECA resistem. Não aceitam substituir a prática democrática recém-inaugurada, com sede própria e até com um jornal, “A Moeda”, por um “simples e submisso ‘diretório acadêmico’ qualquer”<sup>6</sup>. A resistência a esta decisão autoritária que não reconhece a autonomia das organizações estudantis, ocorreu, segundo Cecílio Elias Netto, apenas em mais dois Centros Acadêmicos do Estado de São Paulo: o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e o Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, o famoso CALQ da ESALQ. Face à fragilidade de uma Faculdade ainda não reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura, o Centro Acadêmico se vê constrangido a assumir-se como Diretório já no ano seguinte ao de sua criação, com o devido

---

<sup>4</sup> Ibid, p. 55s.

<sup>5</sup> Ibid, p. 56.

<sup>6</sup> Ibid, p. 59.

protesto expresso pela demissão de todos os seus alunos-diretores.

Estes dois dados que emergem já na primeira turma da ECA, sinalizam o princípio de uma contradição originária a formar o DNA da nova instituição. Alunos organizados pressionam as autoridades instituídas da Faculdade, carregando exigências de um espírito crítico acadêmico, quanto, também, segmentos do mesmo grupo orientam o mesmo espírito crítico voltando-o contra o modelo autoritário do novo regime político que se impunha ao país por meio de um golpe que caça professores nas Universidades brasileiras, suspende direitos e práticas democráticas. Ainda que este espírito crítico se instale em diferentes grupos de alunos e as contradições sejam evidentes, é a prática democrática como tal que se sobressai e lhes dá liga.

Este núcleo democrático, visível na primeira turma da Faculdade, será ampliado de modo exponencial, a partir da aglutinação de professores movidos pela convicção de um direito democrático universal. O espírito da época se afunilava na priorização da justiça que preconizava o direito ao acolhimento socioeconômico das pessoas excluídas pelo modelo econômico concentrador. As distâncias sociais entre uma pequena elite e a massa da nação eram vistas como um escândalo. As estatísticas da época informavam que em todo o país apenas 120.000 jovens frequentavam o ensino superior em todas as instituições reconhecidas. Os jovens universitários críticos se incomodavam com esta situação de privilégio herdada e se viam como responsáveis pelas radicais mudanças que alterariam este *status quo*. A criação dos cursos superiores da ECA poderia ser vista como passo importante nesta ampliação de oportunidades de formação, desta vez em uma cidade de interior. Importantes setores críticos da nação não conseguem aceitar que, após 75 anos da libertação dos escravos, nossa sociedade ainda se organizasse sob um regime socioeconômico que gerava favelas e empurrava para as periferias de todas as cidades uma massa humana sobrevivendo a duras penas, sem saneamento, sem direito à saúde pública se não tivesse carteira de trabalho registrada, sem direito à educação de suas crianças, modelo socioeconômico que abandonava mais da metade da população adulta ao analfabetismo, segmento concentrado na população afrodescendente.

Se a admissão dos primeiros professores da ECA se valera, naturalmente, de solução doméstica, os alunos, como vimos, por formação e experiência profissional efetiva, passaram a questionar a atuação de alguns docentes junto ao jovem diretor da Faculdade, Prof. Gustavo Jacques Dias Alvim. Este, então com 27 anos e recém saído

dos bancos universitários na cidade de São Paulo, conhecendo, por experiência, as aspirações de um corpo de alunos legitimamente insatisfeito e, de outro lado, guardando certo companheirismo com muitos alunos maduros e certamente mais velhos, revelava grande sensibilidade às múltiplas reivindicações. Neste contexto, e estamos ainda no ano de 1964, é contratado o Prof. Dalmo Belfort Fairbanks de Mattos, para a cadeira de Economia, nome de prestígio no mundo jurídico do Estado, provocando o afastamento do Prof. Lauro Natali. Como assinala Cecílio Elias Netto, “o primeiro professor das faculdades do IEP a ser afastado por pressão e exigência dos alunos”<sup>7</sup>.

## **Entram os primeiros professores, militantes da AP**

Já neste ano de 1964 e, sobretudo nos seguintes, se inicia o processo da contratação do chamado “pessoal de São Paulo”. A contratação do Prof. Pedro Calil Padiz, professor em Araraquara em instituição que evoluiria para a UNESP, é paradigmática. Pertencia à organização Ação Popular (AP), grupo de esquerda que se formara nos alicerces das JEC, JOC e JUC (Juventude Estudantil, Operária e Universitária Católica), resultantes da Pastoral da Igreja Católica para a juventude. A AP tinha forte atuação no movimento estudantil nacional mantendo, naturalmente, estreitos vínculos com grupos de esquerda da Igreja Católica, competindo pela hegemonia no movimento estudantil nacional com o Partido Comunista. Segundo Cecílio Elias Netto, que teria participado das reuniões exploratórias em Piracicaba, o Prof. Calil pretendia criar um núcleo da AP em Piracicaba, sem sucesso<sup>8</sup>. Sua atuação como docente de esquerda na ECA é notória. Ele será casado em 1969 como parte de um grupo que incluía o Prof. Fernando Henrique Cardoso, se refugia na França tonando-se professor naquele país<sup>9</sup>. Calil, ao retornar ao Brasil no final da década de 70, tornou-se Diretor da PUC de Campinas, vindo a falecer em 1980.

---

<sup>7</sup> Ibid, p.64.

<sup>8</sup> Ibid, p.81.

<sup>9</sup> Entrevista com o Prof. Lineu Maffezoli em 23/09/2013. Trata-se de aluno ingresso na ECA em 1967, em sua quarta turma. De 1971 a 73, por razões políticas, refugia-se no Chile, realizando ali uma pós-graduação no Programa de Estudos para Graduados Latinoamericanos, iniciando-se, ainda no Chile, como professor de Economia na Universidade Técnica de Estado; ao retornar em 1974 se torna professor de Economia da ECA e, pouco depois, Chefe do Departamento de Economia e, posteriormente, Coordenador do mesmo Curso.

O Prof. Calil, com aquiescência da administração da ECA, que cultivava compromisso com a qualidade, convidou professores que comungavam de sua mesma tendência socialista: Gilberto Dupas e Vladimir Antônio Rioli para a área de Administração de Empresas; Antônio Barreto, denominado pelos alunos que o admiravam como “Barretão”, e Plínio Xavier de Mendonça, ambos para a área de Economia. No depoimento do Prof. Lineu Maffezoli<sup>10</sup>, aluno da turma de 1967, o Prof. Vladimir Antônio Rioli era ligado aos dominicanos, conhecidos como apoiadores de vítimas da repressão militar. Cecílio Elias Netto colhe depoimento fundamental do Prof. Vladimir Antônio Rioli sobre a motivação deste núcleo inicial relacionado a Pedro Calil, revelando as referências com as quais o grupo estava comprometido na docência na ECA:

No plano ideológico: estimular a comunidade universitária para a compreensão do ideário da Ação Popular, movimento político de inspiração humanista e socialista. No plano acadêmico: Administração, um curso voltado para a realidade da pequena e média empresa (empresas emergentes), em especial no interior; Economia, curso voltado para a macroeconomia, preparando pessoas para assumir entidades do Estado e considerando este como indutor e promotor do desenvolvimento econômico (ideário cepalino).<sup>11</sup>

Dado relevante, face à ampliação deste núcleo de docentes de tendência humanista socialista da ECA, o Prof. Vladimir Antônio Rioli informa que em 1968, portanto no quinto ano da ECA, foi criada uma Comissão Paritária, composta de professores e alunos, para implementar módulos semestrais a exemplo do que fazia a Fundação Getúlio Vargas. Para tanto, por delegação do Diretor, Prof. Gustavo Jacques Dias Alvim, ele mesmo contratou para a área da Administração os professores Luiz Carlos Mendonça de Barros, Paulo Antônio Valarelli, Egídio Bianchi, Nelson Pereira dos Reis, José Geraldo, Roberto Scaringella, Carlos Antuzo de Faro Passos, segundo o depoente, todos afinados com aquele mesmo pensamento político<sup>12</sup>. À exceção do Prof. José Geraldo, todo este grupo vem a assumir funções de

<sup>10</sup> Ibid. Entrevista com o Prof. Lineu Maffezoli.

<sup>11</sup> ELIAS NETTO, 1994. p.82.

<sup>12</sup> Ibid, p.82.

destaque nacional no mundo econômico e produtivo, confirmando a tendência cepalina, embora, face à própria evolução da conjuntura, nem todos tenham mantido postura socialista. Luiz Carlos Mendonça de Barros tornou-se diretor e sócio do Banco Matrix, foi ex-diretor do Banco Planibanc, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações do governo FHC em 1998; Paulo Antônio Valarelli atuou como presidente da Safra Seguradora; Néelson Pereira dos Reis, presidente da Copebrás, vice-presidente da Associação Brasileira de Indústria Química e diretor do Departamento de Meio Ambiente da FIESP; Egidio Bianchi, presidente sócio da Corretora Invista e ex-presidente da Prodesp e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Carlos Antuzo de Faro Passos, consultor e ex-diretor do Metrô de São Paulo, ex-presidente do Banco Mundial em Washington; Roberto Scaringella, responsável por órgãos de controle do trânsito, inclusive em nível nacional; Gilberto Dupas, ex-vice-presidente do Banco Safra e do Banespa, ex-presidente da Nossa Caixa e Secretário da Agricultura, criador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional/USP e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI); Vladimir Antônio Rioli foi vice-presidente do Banespa e presidente da Plurisports<sup>13</sup>.

Além destes, ingressam como docentes da ECA o Prof. Plínio Barreto e a Profa. Adélia de Souza, geógrafa que cultivava tendências políticas de esquerda e que trabalhara com o Prof. Milton Santos. Esta ministrava a disciplina Geografia Econômica. O conjunto destes professores dos primeiros tempos, além de academicamente brilhante, se posicionava politicamente à esquerda no cenário brasileiro.

Apesar da evolução da ECA, contando com uma maioria de docentes atuantes em terreno humanista socialista, o Instituto Educacional Piracicabano oficialmente manifestava adesão implícita ao regime militar. O segmento da Igreja Metodista que compunha o órgão superior da instituição, seu Conselho Diretor<sup>14</sup>, era composto por lideranças conservadoras. A partir do Ato Institucional n.º 5 (AI 5) do final de 1968, as tensões políticas se aprofundaram. O novo diretor da ECA em substituição ao Prof. Gustavo Alvim, o Prof. José Carlos Mendonça de Souza solicita aos professores, no início de 1969, que convencessem o Prof. José Geraldo e outro colega de Economia a pedirem “licença”. Como era de se esperar, professores daquele

---

<sup>13</sup> Ibid, p. 82, com atualização das informações.

<sup>14</sup> O segmento superior da Igreja, em nível regional, é seu Concílio Regional, que na ocasião se reunia anualmente, composto por delegações das várias Igrejas locais, com competência para eleger os Conselheiros para a gestão superior do IEP, estes com mandatos definidos.

naípe não aceitaram se prestar a este papel. O Prof. José Geraldo é demitido pela Administração e os alunos entraram em greve.

Como crise chama crise, este protesto é engrossado pela pressão dos alunos da primeira turma, já formados, sem a possibilidade de registro de seus diplomas pelo não reconhecimento dos cursos pelo Conselho Federal de Educação. Além da greve, o Diretório decide, sendo seguido por muitos alunos, que estes não efetuassem o pagamento das mensalidades, depositando-as em juízo. Estes dois processos se fundem, criando forte apreensão entre os docentes politizados de que as lideranças acadêmicas fossem enquadradas no Decreto 477 do governo de exceção, pelo qual, além da expulsão do aluno, este era impedido de cursar qualquer outra escola do país. Dezesete docentes não têm outra alternativa a não ser pedir afastamento coletivo para pressionar a Administração por uma solução não traumática. Transcorria o mês de maio de 1969<sup>15</sup>. A escola praticamente interrompeu suas atividades durante este ano. Esta tensão foi superada finalmente pelo reconhecimento dos Cursos da Eca pelo Conselho Federal em novembro do mesmo ano.

Durante todo este ano de 1969 a alta direção do IEP articulava, literalmente, severa crise de ordem administrativa, que atingiu sua gestão superior, caracterizada como conflito explícito pelo poder. Neste ano o Diretor Geral, Prof. Chrysantho César, fundador dos cursos superiores, entregava o majestoso e recém concluído Edifício Centenário, com seus quatro pavimentos, viabilizando-se instalações adequadas para as novas Faculdades. De fato, face à precariedade de instalações no momento, elas já se encontravam parcialmente em uso há algum tempo. A demora no processo de aprovação desses cursos pelo CFE gerara desgaste para esta Direção, sobretudo porque estes Cursos nem sequer haviam sido autorizados pelo CFE<sup>16</sup>. O extravio dos processos naquele colegiado, em duas ocasiões, conduziu o Prof. Chrysantho César à ousadia de implantar os cursos em 1964 sem esta autorização prévia. A construção do Edifício gerara igualmente tensões de várias ordens. Neste quadro geral de crise institucional, agravada artificialmente pelo próprio Conselho Diretor que

<sup>15</sup> ELIAS NETTO, 1994, p.113. Ao depoimento do Prof. Vladimir Antônio Rioli sobre a perspectiva dos docentes se soma o olhar do líder estudantil à época, Lineu Carlos Maffezoli, diretamente relacionado ao problema gerado pelo não reconhecimento dos Cursos da ECA. Entrevista ao autor em 20/11/2013.

<sup>16</sup> MARTINS FILHO, 1994, p. 468-70. Prevalcera na cidade o rumor de que este processo fora concluído mediante transferência irregular de recursos a agentes do CFE. Martins Filho, em seu depoimento, informa ter se interessado pelo processo do IEP por sua aparente qualidade. Assim, solicita, em meio a uma sessão do Conselho que caminhava para a negativa, assumir o processo. Após visitas à Piracicaba e convencido da qualidade dos cursos, propõe parecer positivo que foi aprovado por unanimidade pelo mesmo CFE em novembro de 1969.

o queria fora do poder, como constata Cecílio Elias Netto na obra abundantemente citada, este decidiu-se pela demissão de seu Diretor Geral, operando de modo conspiratório, às costas do idealizador do projeto de expansão, por meio de nomeação direta de comissões de controle sobre a gestão superior, solicitando relatórios denunciadores do que era tido como má gestão, face à sua natureza centralizadora. Neste processo de queima da liderança se contratou, à revelia do Diretor já defenestrado, um missionário norte-americano residente em Goiás, para exercer a função de Diretor Acadêmico das novas Faculdades, o que ocorreu já no final de 1969 e início de 1970. Como o Prof. Chrysantho não aceitou o arranjo definido à sua revelia, o missionário, Prof. Richard Senn, assumiu a Direção Geral antes do início do ano letivo de 1970.

É neste contexto político institucional, certamente não conhecido pela grande comunidade de professores, alunos e funcionários, que ocorreu a primeira grande crise da ECA. A pressão dos professores é acatada. Os cursos são finalmente reconhecidos. O Prof. José Carlos Mendonça de Souza, então Diretor da ECA, fica enfraquecido, caindo no início de 1970.

Apesar de densamente política, a Direção Geral não se valeu do diapasão ideológico militar para superar a crise. O DNA humanista socialista da ECA vai se consolidando. O Prof. Conrado Schiavon, então vice-diretor da Faculdade de Direito, implantada em 1970, parece fazer convergir sua análise tanto para o encaminhamento da crise da ECA quanto para descaracterizar eventual natureza moral nos ataques sofridos internamente pelo Prof. Chrysantho: “Todos os problemas” (tanto os ideológicos da ECA como os administrativos da gestão do IEP – nota do autor) “eram de ordem administrativa, de organização. Chrysantho César era um homem muito correto”<sup>17</sup>.

Ocorre que esta crise da ECA ganhou alguma visibilidade externa. Informação do Prof. Vladimir Antônio Rioli dá conta de que

milhares sediados em Campinas foram levados a pressionar a Reitoria a demitir professores que não comungavam da cartilha do golpe de 64. Com a ascensão do Reitor Senn, este nos convidou para reassumir a Chefia do Departamento de Administração e consolidar nosso programa e curriculum.

---

<sup>17</sup> Citado por ELIAS NETTO, 1994. p.141.

Rioli menciona a visão do Prof. Senn a ele exposta na ocasião: “Esta reformulação estava correta e vinha ao encontro do que ele pensava para a UNIMEP. Esta foi e é uma Universidade de vanguarda”<sup>18</sup>. Em vez de atender à pressão militar, o novo Diretor Geral reforça a linha político-pedagógica da ECA.

O IEP evoluiu desde abril de 1964. Em 1965 a instituição aprovou a criação da segunda Faculdade, a de Educação, implantada em abril de 1966. Em 1968 o mesmo IEP aprovou a criação de mais duas Faculdades: a de Direito e a de Ciências. A Faculdade de Direito será implantada no início de 1970, com enormes expectativas para o mundo político e jurídico da cidade e região.

## **Professores comunistas são presos: colegas garantem seus empregos e salários**

Quanto à Piracicaba, a presença de uma repressão visível a atuações consideradas suspeitas foi muito tênue, apesar da cassação do prefeito eleito Francisco Salgot Castillon em outubro de 1969. A cassação do Prof. Pedro Calil no mesmo ano de 1969, professor atuante na ECA, não ocorreu por sua atuação em Piracicaba. Ele era professor de uma unidade universitária pública em Araraquara. Como assinala nosso depoente principal, por tratar-se de testemunho abalizado destes primórdios, Cecílio Elias Netto informa ter sido investigador do DOPS, em Piracicaba à época, o Sr. Paulo Camargo. Em seu depoimento,

Paulo Camargo tinha como atribuição acompanhar o movimento estudantil, operário e jornalístico. Ao invés de reprimir e de denunciar, Paulo Camargo orientava sobre os passos do governo militar. Era um conciliador. Recebia ordens e, antes de executá-las, dava informações.<sup>19</sup>

Gustavo Alvim e Cecílio Elias Netto recebiam orientação direta em tempos de conflito de modo que os planos de repressão contra universitários eram sempre abortados. Elias Sallum, aluno da primeira

---

<sup>18</sup> Ibid, p.83.

<sup>19</sup> Ibid, p.60.

turma e amigo do prefeito Luciano Guidotti, fora nomeado pelo prefeito membro da Junta de Recrutamento Militar. Elias Sallum, tendo livre trânsito com representantes da repressão em Piracicaba, tornou-se, desde os tempos do primeiro Reitor, Prof. Chrysantho César, até os do Prof. Elias Boaventura, ator fundamental no processo de mediação entre os problemas estudantis e acadêmicos que tinham potencial para preocupar o governo militar e a instituição. Movidos pelo princípio do direito de opinião, caro ao metodismo marcado pela máxima da confissão, “pensar e deixar pensar”, as autoridades acadêmicas, no contexto de uma comunidade plural, se recusavam a repassar informações sobre professores e alunos às autoridades da repressão, ainda que pressionados efetivamente, ou a acatar pedidos de repressão.

Assim, apesar da caminhada da ECA para uma perspectiva acadêmica socialista, a repressão direta foi filtrada por pessoas de confiança relacionadas ao regime repressivo, pelo ambiente nada beligerante que reinou na cidade nos primeiros anos do regime militar e pela postura liberal presente na maioria das lideranças metodistas que evitavam a solução de conflitos recorrendo à repressão externa.

Certamente não é o conflito interno pelo poder institucional que definirá o lado macro político que marcará a instituição em seu posicionamento crítico na grande arena política do país. A ECA não pode ser varrida da instituição por sua atuação crítica e independente em relação ao regime militar, até pelo reconhecimento público de sua qualidade, apesar da postura efetiva pró regime da instituição maior. Com a ascensão de uma liderança ainda mais forte e centralizadora que a do Prof. Chrysantho César, a do Prof. Richard Senn, este decide recompor imediatamente todo o quadro de gestão da organização, provocando a demissão do Diretor da ECA, Prof. José Carlos Mendonça de Souza, insatisfeito com a solução encaminhada para a ECA e a falta generalizada de apoio dos órgãos superiores. Dr. Senn nomeia para a direção da ECA o Prof. Antônio Carlos Copatto, piracicabano que se tornará seu homem de confiança, redefine a liderança do Curso de Administração. A ECA sobrevive como uma família, preservada sua identidade.

Este padrão docente da ECA continua nos anos que se seguem, à medida que novos professores foram contratados por influência da própria comunidade docente da Faculdade.

Depois da primeira turma histórica da ECA, a nova Faculdade continua atraindo alunos de qualidade. No depoimento do Prof. Lineu Maffezoli, já citado, vários alunos da ESALQ que realizavam o

curso de Agronomia durante o dia ingressaram no turno noturno na ECA. Como eram egressos de Colégios de Aplicação em São Paulo ou na região, trazem considerável experiência de política estudantil. O segundo presidente do Diretório Estudantil Frederico Hermann Jr. foi Walter Sobol, deste grupo de alunos da ESALQ, da segunda turma, a de 1965. Depois dele o presidente foi Moacir Costa Pinto, também da ESALQ. Em 1968 assume a presidência do Diretório o aluno da quarta turma, a de 1967, Lineu Maffezoli.

No período que estamos focando, isto é, final dos anos 60 e início dos 70, segundo Lineu Maffezoli, vários docentes que faziam o programa de pós-graduação na ESALQ passaram a dar aulas na ECA. A ECA se torna pólo de atração de uma aguda reflexão sobre perspectivas para o Brasil, atraindo, desta forma, docentes e alunos da Escola de Agronomia, que se constituem, no cultivo desta linha crítica, boa influência para a ECA, linha inaugurada por Pedro Calil Padiz e Vladimir Antonio Rioli. São indicações que denotam o aprimoramento do ambiente acadêmico de esquerda da ECA.

Nos anos 70 são atraídos para a ECA professores relacionados ao Partido Comunista, que comungavam o mesmo ideário básico implantado formalmente pelo grupo dos professores Pedro Calil, agora vivendo no exílio na França, e de Vladimir Antônio Rioli. Lineu Maffezoli, ex-aluno da quarta turma da ECA, a de 1967, sentindo-se ameaçado no país, refugia-se no Chile de 1971 a 1973, lecionando lá Economia em um programa oficial. Em 1974 foi contratado como docente da mesma ECA. Em seu depoimento<sup>20</sup>, o Prof. Lineu Maffezoli cita entre estes professores relacionados ao PC, Hélio Rodrigues e Gustavo Zimmermann. O Partido Comunista é desbaratado em 1975, com a prisão de 146 diferentes profissionais, maiormente professores. Neste mesmo contexto ocorre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, evento de enorme repercussão nacional e internacional<sup>21</sup>. Neste processo são presos em Campinas os professores Hélio Rodrigues e Gustavo Zimmermann, ligados à ECA. Colegas de ambos, liderados pelo então Chefe do Departamento de Economia da ECA<sup>22</sup>, Prof. Lineu Maffezoli, articularam movimento de apoio aos dois colegas presos. Lineu Maffezoli procura o Prof. Antônio Carlos Copatto, então diretor da ECA, para solicitar à administração do Instituto Educacional Piracicabano, a ma-

---

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Beatriz Vicentini em 10/10/2013.

<sup>22</sup> Depoimento de Lineu Carlos Maffezoli em 23/09/2013.

nutrição dos salários dos colegas presos visando o sustento de suas respectivas famílias.

O Prof. Copatto, conforme relatos da época, se surpreende com a presença de professores relacionados ao Partido Comunista na escola que dirigia. Prof. Lineu intervém junto ao diretor, primeiro para que não ocorresse repressão interna em momento delicado em todos os sentidos. Em segundo lugar, reivindica a manutenção dos salários dos professores, considerando que os professores do curso assumiriam as aulas de ambos como expressão de solidariedade. Envolvido, o Prof. Senn entende não ter base formal para atender ao pedido. Mediante a ameaça de saída de todos os professores do curso de Economia, o pragmatismo do então reitor prevaleceu. Os salários seriam pagos como atividade adicional aos professores solidários, que efetivamente assumiriam as disciplinas em questão, que poderiam, se esta fosse a decisão do grupo, repassar os valores às famílias dos presos, como de fato ocorreu.

Mais uma vez, a confessionalidade metodista do IEP se manifesta, não sem enorme ambiguidade, em um episódio crítico. Pragmaticamente, os professores presos não assinariam o ponto de presença, evitando-se o vestígio público de conivência com uma oposição civil que confrontava o poder militar em curso. Por outro lado, mais uma vez, a instituição não recorre ao Decreto 477, acionado por outras instituições congêneres, para caçar os dois docentes em tela. O DNA humanista socialista da ECA se consolidava.

## **UNIMEP: criação favorecida pela expansão do ensino privado no governo militar**

Este ano de 1975 é muito decisivo para o IEP. O Conselho Federal de Educação aprovou, pelo Governo, a institucionalização do estatuto universitário, fazendo surgir a primeira Universidade Metodista na América Latina, a UNIMEP, no dia 10 de outubro de 1975.

Dois anos após a criação da UNIMEP, até em função da consciência de se estar alcançando novo patamar institucional, o corpo docente cria a Associação Docente da Universidade Metodista da UNIMEP, a ADUNIMEP. Ela é criada em 19/11/1977<sup>23</sup>. Tem seu núcleo fundante na ECA. Trata-se de ex-alunos da ECA, atualmente

---

<sup>23</sup> Depoimento já mencionado da jornalista Beatriz Vicentini em 10/10/2013.

professores destes primeiros cursos a assumirem a primeira diretoria. Fato decisivo, que se revelou de enorme complexidade no futuro, foi a vinculação da ADUNIMEP ao Sindicato Nacional dos Professores das Universidades Públicas Federais do país, a ANDES/SINDICAL. Seu primeiro presidente foi o Prof. Barjas Negri, posteriormente Chefe de Gabinete do Ministério de Educação, Ministro da Saúde e Prefeito de Piracicaba. Como parte do grupo fundante, nas palavras do professor dos primeiros meses da ECA, Ricardo Abe, estavam Barjas Negri, Renato Maluf<sup>24</sup>, José Antônio Godoy e Lineu Maffezoli, além do maior articulador de um projeto de esquerda para a instituição, o metodista Neidson Rodrigues<sup>25</sup>. O Prof. Barjas Negri deixa clara a dimensão política dos objetivos da nova associação: “nosso objetivo era a democratização da Universidade, a melhoria da qualidade do ensino, e dos salários”<sup>26</sup>.

Em sincronia com estes eventos da ECA, a futura universidade se ampliara por se valer das políticas de expansão do ensino público privado do governo militar. O IEP, em sintonia com as autoridades superiores da Igreja Metodista, se esforça por aproximar-se formalmente do poder vigente. Pelo menos um Bispo e um pastor de uma das maiores igrejas no país se aproximam do DOPS para favorecer a prisão de jovens metodistas considerados como subversivos, o que de fato ocorreu em 1970<sup>27</sup>. Dada a aproximação do Coronel Jarbas Passarinho, Ministro da Educação no período, com educadores metodistas, o ex-presidente do Conselho Diretor do IEP, Prof. B.P. Bittencourt é nomeado membro do Conselho Federal de Educação (CFE) em 1972<sup>28</sup>.

Na primeira formatura da ECA, em 1967, o patrono escolhido foi

---

<sup>24</sup> Barjas Negri e Renato Maluf são ex-alunos da ECA nos tempos dos Profs. Pedro Calil e Vladimir Rioli. Estavam realizando mestrado em Economia na UNICAMP e foram contratados em 1975, segundo depoimento de Lineu Maffezoli de 23/09/2013.

<sup>25</sup> ELIAS NETTO, 1994. p.254s.

<sup>26</sup> *Ibid*, p.255.

<sup>27</sup> A jornalista Beatriz Vicentini cedeu ao autor deste texto a documentação a respeito, recolhida no DEOPS-SP quando de sua abertura, constando Termo de Declarações à Secretaria de Segurança Pública do Departamento de Ordem Política e Social, de 23/09/1969, prestado e assinado por Rev. José Sucasas Filho e Bispo Isaias Fernandes Sucasas, tendo sido anexado à declaração cópias do jornal UNIDADE publicado à época pela Federação da Mocidade Metodista da 3ª. Região Eclesiástica, com vários comentários escritos à mão ao longo da publicação para reforçar a denúncia. Estes documentos compõem o arquivo pessoal do autor deste texto. Consta no processo do DEOPS que vários líderes da juventude metodista foram presos em 24/07/70, entre os quais Anivaldo Padilha que depois sobre as torturas sofridas em depoimento prestado em sessão solene no Ministério Público Federal em São Paulo por ocasião da transferência de documentos do programa Brasil Nunca Mais sob a guarda do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra às autoridades jurídicas brasileiras em 14/06/2011.

<sup>28</sup> O CFE é o órgão de controle e autorização de funcionamento do sistema federal de ensino para todos os níveis, o órgão que aprovou a existência da UNIMEP em 1975.

Mário Dedini e o paraninfo, o Ministro da Fazenda à época, Antônio Delfim Neto. Os formandos do Curso de Direito de 1974 denominaram o grupo de formandos “Turma Presidente Médici”. A vinculação do IEP ao regime de exceção era explícita.

A grave crise da ECA, face à presença e atuação de professores relacionados ao Partido Comunista detidos pelas forças de repressão, em uma instituição conservadora manifestando simpatias objetivas pelo regime militar, é superada sem o recurso a expedientes de exceção. Aparentemente, a difícil construção democrática da qual participam explicitamente opositores ao regime e uma instituição conservadora, temperada pelo desejo de expressar compromisso confessional, vai se dando passo a passo, em uma tensão que ainda não se articulava dialeticamente. Se o IEP evoluiu para a maturidade universitária, de cultivo e produção do conhecimento e formação profissional para novos tempos, a ECA vai deixando uma herança que acabará se constituindo em parte da alma da instituição.

Como não cabe aqui registrar a história da evolução da UNIMEP, mas tão somente os processos nos quais se reconhece o relacionamento com o golpe militar de 1964, relacionamento oficialmente de apoio, mas que, em vários segmentos que vão se influenciando crescentemente gerava-se movimento crítico ou até mesmo de oposição, é importante assinalar que muitos dos novos cursos que iam sendo criados se aproximaram das pautas geradas pela ECA desde 1964. A Faculdade de Educação, a segunda a ser estabelecida, o Curso de Psicologia, os cursos de Comunicação Social, com seu primeiro coordenador, o Prof. Neidson Rodrigues, os programas de Pós-Graduação, estabelecidos em parceria com a PUC de São Paulo são exemplos deste processo. A atuação da ADUMINEP, que sempre possuiu enorme visibilidade, salienta o cultivo de um forte núcleo crítico, se não de esquerda, na instituição.

Às vésperas da instituição da UNIMEP, um dos fundadores da FAPESP, Dr. Warwick Estevam Kerr, cientista notoriamente de esquerda que criou rotas para retirar do país pessoas perseguidas pelo regime de exceção, era membro atuante do Conselho Regional da 5ª. RE da Igreja Metodista, órgão que indicava os membros do Conselho Diretor do IEP para atuarem enquanto mantenedora. Dada sua experiência e notoriedade, o referido Conselho Regional lhe incumbiu a tarefa de indicar estes conselheiros, considerando a ausência de expertise da organização para administrar complexo universitário. Havendo algumas vagas no Conselho Diretor de IEP no início de 1974 ele indica o Prof. Sérgio de Mello Schneider, especialista em Ciências

da Computação; Lucy Kerr de Mendonça, médica pesquisadora e Ely Eser Barreto César, teólogo, autor do presente texto. Sérgio Schneider retornara ao Brasil após a anistia de 1979, tendo sido preso no congresso da UNE de 1968, em Ibiúna. Os demais conselheiros eram colegas e amigos deste grupo, a saber, o Rev. José do Nascimento, o Prof. e Rev. Jorge Cândido Pereira Mesquita e o professor de agronomia Dr. Wesley Jorge Freire. Alguns conselheiros antigos ainda preservaram seus mandatos, como Abner Perpétuo.

Na mesma época na qual as autoridades regionais da Igreja provocaram um desvio para a esquerda no órgão gestor que representava a mantenedora, em 5 de janeiro de 1973 o ainda líder, Benedicto de Paula Bittencourt, convida o Prof. Elias Boaventura a vir a Piracicaba para especializar-se, sendo-lhe concedida bolsa para aprimoramento de estudos e “assessorar administrativamente Richard Senn”<sup>29</sup>.

Elias Boaventura, na metade da casa dos 30 anos de idade, tinha consciência e orgulho de uma vida de pobreza digna, de aprendizado de uma história de vida sempre contra a corrente e de se valer, como parte de sua história de vida, de ações contestatórias quando confrontado com decisões de uma elite de cuja legitimidade sócio-histórica duvidava. Em plena adolescência, tendo seu potencial sido percebido por líderes metodistas num rincão das Minas Gerais, obtém bolsa de estudos para o internato do Instituto Granbery em Juiz de Fora. Seria seminarista para se tornar pastor. Liderando uma associação de alunos na instituição, depois de alguns anos de estudo, entra efetivamente em rota de colisão com a direção do Granbery, não podendo aceitar como legítima a decisão que punia um colega. É simplesmente expulso.

Opta pela carreira do magistério, forma-se em Muriaé, MG, em Pedagogia, tornando-se diretor do Colégio Manhuaçu, em Manhuaçu, MG<sup>30</sup>. Torna-se igualmente líder da juventude metodista, chegando à presidência da Federação de Jovens da 4ª. RE da Igreja Metodista.

Elias Boaventura, dada sua experiência de gestão acadêmica, passa a ser incorporado ao restrito grupo de apoio do Prof. Richard Senn, tendo sido designado por este Vice-Diretor Administrativo. Por sua tendência política à esquerda, aproxima-se do núcleo da ECA e dos docentes críticos. José Luiz Sigríst, coordenador do programa

---

<sup>29</sup> ELIAS NETTO, 1994. p.189. Citação retirada da Ata do Conselho Diretor de 5/01/1973.

<sup>30</sup> Depoimento do próprio Elias Boaventura a Cecílio Elias Netto, em ELIAS NETTO, 1994. p.189.

de pós graduação, dele se aproxima contribuindo na qualidade de intelectual para as amplas e necessárias análises de conjuntura que situavam o papel da educação no país e o do IEP em particular. O colega mineiro, teólogo metodista, educador e ideólogo Neidson Rodrigues<sup>31</sup> desempenha idêntico papel. Sendo o Prof. Neidson teólogo metodista reconhecido pela ampla comunidade de esquerda do IEP, passa a avaliar a liderança do Prof. Elias Boaventura na liderança docente. O Prof. Elias se transformou, neste processo, na principal referência metodista no terreno educacional no campus. Pontos de contato do grupo eram a oposição explícita ao regime militar e a opção pela inclusão social.

O Prof. Senn se dá conta desta enorme ascendência do Prof. Elias entre o corpo docente e, pragmaticamente, tenta se valer de sua liderança para seus propósitos, nomeando-o Vice-Diretor Geral do IEP e Vice-Reitor da UNIMEP no final de 1975. Em processo natural, dada a proximidade ideológica, o Prof. Elias passa a ser referência fundamental para o novo Conselho Diretor.

## **Richard Senn: entre o apoio conservador de Piracicaba e as novas demandas da UNIMEP**

Neste novo quadro interno, já partir de 1974 o Prof. Senn passou a ser pressionado para adotar práticas democráticas em sua gestão, extremamente centralizadora, pragmática e conservadora. Inicia-se um processo de tensão que conduz o Conselho Diretor do IEP, após a criação da UNIMEP e como parte de sua política interna, a instituir mandato de quatro anos para a função de Reitor e Vice, apesar da ausência deste requisito no estatuto e regimento da UNIMEP. Seu mandato iria assim até fins de 1979. O Reitor, Dr. Senn, nunca considerou este limite como tal, nem programou o exercício de sua gestão para este novo contexto.

Ocorre surgir neste período, no interior da Igreja Metodista, uma nova geração mais afinada com o humanismo socialista cristão. Esta tendência geral em muitos segmentos eclesiais do continente latino-americano veio a fomentar, tanto nos meios católicos quanto protestantes, uma nova concepção pastoral de Igreja, denominada

---

<sup>31</sup> Neidson Rodrigues foi assessor de gabinete do Prefeito João Hermann Neto, prefeito de 1976 a 1982, e Secretário de Educação no Governo de Minas Gerais.

de Teologia da Libertação. Até meados dos anos 70 esta tendência não obtivera fóruns de hegemonia no interior da Igreja Metodista, mas, presente, ela constrangia o processo decisório geral, muito pressionado após o fechamento da Faculdade de Teologia em São Bernardo do Campo, com a consequente expulsão de todos os seus alunos, ocorrida sob pressão do regime militar<sup>32</sup>.

O Concílio Geral<sup>33</sup> de 1974 é convocado no contexto de uma profunda revisão do modelo de Igreja no Brasil. Requeria-se a adoção de um projeto afinado com realidade sócio econômico cultural do país. Este Concílio inicia a virada com a aprovação do Primeiro Plano Quadrienal. Este Plano passa a embasar as decisões do Conselho Diretor do IEP, a tal ponto, que as críticas não eram conduzidas contra a gestão da Reitoria, mas a favor de um novo projeto de presença da comunidade metodista no país. Este dado conferia objetividade e segurança ao relativamente jovem Conselho Diretor. Certamente o Dr. Senn nunca percebeu esta nova lógica como processo potencialmente crítico à sua administração.

Por outro lado, Dr. Senn se aproximava das elites locais mais conservadoras. Cultivava parceria relativamente estreita com o Prefeito do Município, Adilson Maluf. No depoimento de Elias Netto a administração do então prefeito priorizou a vinda da Caterpillar. Aliado a lideranças econômicas da cidade, juntamente com o prefeito, Dr. Senn aceita mediar contatos com a alta direção daquela multinacional diretamente nos Estados Unidos para sua instalação no município. Neste processo, um novo Distrito Industrial foi criado expressamente para atender às demandas de logística da empresa norte-americana. Dr. Senn passa a contribuir estreitamente para a industrialização do município, sendo dele as gestões efetuadas diretamente na Europa para a vinda da Phillips a Piracicaba<sup>34</sup>.

Estas relações eram tão próximas que em 1975, quando se instalou o DDI, o Sistema de Discagem telefônica Direta à Distância, a primeira ligação direta para o exterior foi dada, à convite do mesmo prefeito, por Richard Senn para a Universidade do Tennessee, com a qual os metodistas mantinham relações. Este relacionamento era tão marcante que a Câmara Municipal lhe outorgou, em 1973, o título

---

<sup>32</sup> O autor, no ano deste episódio, era professor desta Faculdade, em licença para estudos de pós-graduação na Suíça.

<sup>33</sup> O Concílio Geral da Igreja Metodista é seu órgão deliberativo supremo, ao qual os próprios Bispos se subordinam; reunia-se, na ocasião, a cada quatro anos, tendo como componentes representação paritária entre clérigos e leigos eleitos nos Concílios Regionais.

<sup>34</sup> ELIAS NETTO, 1994, p. 193-195.

de Cidadão Piracicabano, depois de ter recebido no ano anterior o Troféu “Cana de Ouro”, por escolha feita pelo Jornal de Piracicaba como cidadão do ano.

De fato, neste período de efetiva aproximação com as elites do município, foi notícia constante na imprensa local, sendo inclusive motivo de editoriais elogiosos do Jornal de Piracicaba<sup>35</sup>.

Se Richard Senn voava sob um céu de brigadeiro em seu relacionamento com as elites da cidade, as tensões institucionais no interior da UNIMEP se agravavam. Uma ampla questão ética se impôs face ao pragmatismo questionável do Reitor. Propagandas de novos cursos mostravam, em fotografia, a presença de equipamentos ainda inexistentes. Na compra das terras nas quais se instalaria o novo campus do Taquaral, o Conselho Diretor interveio por ter recusado a troca do terreno onde hoje está instalado o Shopping de Piracicaba, que pertencia ao IEP, por terras próximas à Faculdade de Engenharia e Odontologia, por suspeita de arranjos inconvenientes. O próprio Conselho, pela atuação do piracicabano Abner da Silva Perpétuo, alto funcionário do Banco do Brasil, descobriu as atuais terras do Taquaral a serem permutadas pelo terreno do Shopping. Quando o processo se concluiu, descobriu-se, com desagradável surpresa, que o Prof. Senn havia adquirido um pequeno anexo por ocasião da compra do terreno à beira rio e este anexo se transformara em um significativo pedaço de terra contíguo ao futuro campus do Taquaral. Como esta transação nunca fora do conhecimento da Igreja, que só fazia aquisições de imóveis em nome da Associação da Igreja Metodista, apesar de não ter ocorrido desvio de recursos o aproveitamento pessoal de transação institucional foi qualificada como grave desvio ético.

A oposição geral à administração centralizadora de uma Universidade que, como tal, gozava do princípio da autonomia, sempre em relação ao poder mantenedor, se aprofundou. O ano de 1978 foi marcado como o ano da virada, no qual as lideranças acadêmicas da UNIMEP iniciaram e concluíram o processo que pedia a saída pura e simples de Richard Edward Senn da Reitoria.

Em primeiro de julho de 1978 o Prof. Elias Boaventura defendeu sua monografia de mestrado no programa de Pós Graduação em Educação da UNIMEP com o título: “A Educação Metodista no Brasil: Origem, Evolução e Ideologia”. Participaram da banca examinadora

---

<sup>35</sup> Ibid, p.196.

professores da área, além do Prof. José Luiz Sigrist e do Prof. Richard Senn, que concluíra o doutorado na PUCSP recentemente. Como o Prof. Elias expressava sua análise crítica ao sistema educacional originado no liberalismo norte-americano, distante da realidade brasileira, e afirmava convicções que conflitavam com a de seu colega de liderança na instituição, Dr. Senn, este, na sua argumentação de examinador, desqualificou a monografia do colega, de modo duro e direto. Deste dia em diante ambos romperam relações<sup>36</sup>.

No mesmo mês de 1978 ocorre no próprio campus da UNIMEP o Concílio Geral da Igreja Metodista que aprofunda os conceitos missionários autóctones do Plano Quadrienal de 1974, tendo aprovado o “Segundo Plano Quadrienal”. A liderança deste Concílio, no qual se assiste à ascensão de nova geração que se aproximara do novo modo de se pensar missão em termos latino-americanos, se incomodou em alto grau com as inúmeras manifestações que brotavam da primeira Universidade Metodista do continente, em evidente dissonância com a profunda revisão da tradição wesleyana em curso no próprio Concílio.

Durante a realização do conclave, no dia 28 de julho, Elias Boaventura entregou ao Conselho Diretor seu pedido de demissão dos cargos de Vice-Diretor Administrativo e Vice-Reitor da UNIMEP<sup>37</sup>.

O conflito interno se agravou, com a declaração de greve dos alunos. O Conselho Diretor não aceitou o pedido do Prof. Elias. Idas e vindas institucionais culminaram com a demissão, pelo Conselho Diretor, do Reitor Richard Senn e a nomeação de Elias Boaventura como Diretor Geral e Reitor interino. Isto em 14 de agosto de 1978<sup>38</sup>.

Durante a realização do Concílio Geral, os professores se sublevaram passando a divulgar panfletos e manifestos denunciando o modelo não democrático e alienante da recém fundada UNIMEP, liderados pela ADUNIMEP e assessorados pelo especialista em Igreja Metodista, Prof. Neidson Rodrigues.

Efetivamente faltou ao Prof. Senn tanto o apoio da Igreja, quanto do Conselho Diretor. Em suas manifestações posteriores o ex-Reitor revelou não ter compreendido as razões da crise e da oposição que suscitou, reduzindo-a à dimensão de conflito pessoal e luta pelo poder.

De fato, este conflito não pode ser condensado a um conflito de personalidades ou a uma luta pelo poder. A instituição teve, desde a

---

<sup>36</sup> ELIAS NETTO, 1994, p.303. Citação de depoimento da Secretária Geral, Irene Jardim.

<sup>37</sup> Ibid, p.305.

<sup>38</sup> Ibid, p.313.

primeira turma da ECA de 1964, um DNA fundado em um projeto de sociedade efetivamente democrático, no qual se explicitava a busca de relacionamentos sociais justos, com efetiva inclusão social de todos os segmentos da nação. Se de fato a administração procurou orientar-se pelo princípio da tolerância, recusando-se a se valer das decisões de exceção “legitimadas” pelo poder militar, a evolução da comunidade universitária ocorria pela oposição ao regime ditatorial que restringia direitos e pela indisposição em negociar um projeto de formação das novas gerações voltado a direcionar o conhecimento para o pequeno segmento privilegiado da nação. A evolução do projeto missionário da Igreja Metodista potencializou o movimento original da ECA, do mesmo modo como a maturação do projeto da academia institucional contribuiu para aprimorar, aprofundar e dar consistência ao incipiente movimento eclesial, em especial daquele que ocorria a partir dos líderes metodistas que atuavam na universidade, no contexto de seus respectivos compromissos nas esferas eclesiásticas.

O Prof. Elias Boaventura e o grupo de intelectuais cristãos e o metodistas já atuantes até ali, ao lado de outros tantos metodistas e cristãos praticantes que ele atraiu a Piracicaba após 1978, estavam submetidos e continuaram a sê-lo, posteriormente, a um rico processo de aprimoramento político e científico, tendo ficado muito claro a favor de quem se atuava como instituição educacional e contra quem se estava. Foi nesta interarticulação entre os grupos que se formaram na esteira da ECA, contribuindo para desenvolvimento do DNA político educacional próprio da UNIMEP, e o grupo vinculado à Igreja, igualmente comprometido com projetos radicais de inspiração evangélica, que se consolidou aquele DNA e se desenvolveu o conceito de educação confessional. Mas vamos aos fatos pós 1978.

## **Com Boaventura, redemocratização da Universidade se estende à Piracicaba**

O reitorado do Prof. Elias marca a paz interna entre a comunidade docente formada sobre a raiz da ECA dos primeiros anos, a Igreja, enquanto mantenedora, e a possibilidade de um projeto educacional-científico-político-social articulado.

O ambiente político da cidade se alterara substancialmente. O novo prefeito, João Herrmann Neto, ensejara a repercussão dos movi-

mentos contestatórios que se ampliavam no país durante o governo do General Geisel. O processo da anistia política culminara com a aprovação deste instrumento em 1979 e o retorno dos brasileiros exilados no exterior. Um novo sindicalismo surge no país nas greves de 1978 no ABC paulista.

Na cidade de Piracicaba os movimentos pela anistia, pela causa dos sem-terra, por moradia, pela criação de novos partidos políticos, pela evolução da vida sindical, pelos direitos civis e tantos processos afins passaram a ter repercussão direta na UNIMEP, que ora os promovia, ora os acolhia, sempre amplificando-os em direção à cidade. Naturalmente em grande parte com o apoio ou em parceria com a gestão do prefeito João Herrmann Neto. As contradições do regime militar são agudizadas em todo o país e se tornam pauta política geral.

Em um primeiro momento do reitorado do Prof. Elias Boaventura foi indispensável estabelecer-se as bases da vida e da rotina acadêmicas, no contexto da necessária autonomia universitária em relação à mantenedora e em articulação com ela, tendo como eixo normativo o processo de democratização da vida e dos relacionamentos institucionais. Esse processo de democratização institucional se tornou a base para um aprendizado coletivo, consistente com a aspiração pela democratização do país ainda em pleno regime militar.

Os estudantes universitários brasileiros tentaram organizar-se autonomamente em relação ao regime militar, retomando as rotinas da velha União Nacional dos Estudantes, a UNE. Em 1980, não tendo conseguido a liberação de um campus universitário no país para se reunirem, as lideranças estudantis obtiveram o apoio da UNIMEP, sob a liderança do Prof. Elias Boaventura, para realizá-lo em Piracicaba. Este congresso aconteceu em parceria com a Prefeitura Municipal, tendo a frente o Prefeito João Herrmann Neto, acolhendo cerca de quatro mil alunos de todo o país. O Prof. Elias toma as providências para oferecer segurança aos congressistas, mobilizando todos os recursos institucionais disponíveis, malgrado o fato das Forças Armadas terem montado um esquema de acompanhamento no entorno do município. O processo eleitoral aberto no Congresso ocorrido no mês de outubro culminou com a eleição à presidência da nova UNE do jovem Aldo Rebelo, do PC do B, posteriormente Deputado Federal pelo mesmo partido e Ministro de Esportes.

O segundo Congresso da UNE ainda ocorrerá em Piracicaba no mesmo mês de outubro, acolhido pela própria UNIMEP, outra vez em parceria com a Prefeitura, em 1982. O movimento estudantil nacional retomou seu impulso.

O Prof. Elias, em seu estilo pessoal contestador, priorizou, em seu reitorado, o braço da “extensão universitária”, convicto de que os temas e estímulos para os processos de ensino e para as primeiras iniciativas de investigação *stricto sensu* deveriam emergir do segmento marginalizado da sociedade, vale dizer, da sociedade majoritária do país. Como os acadêmicos são formados e atuam em ambiente conservador, voltados para demandas do mercado, vale dizer, das elites sociais, a Reitoria criou e submeteu a si programas radicais em relação ao *status quo*, que se pretendiam exemplares. O Reitor criou o PAIC, “Programa de Atendimento Integrado à Comunidade”, juntando, em um organismo, profissionais de medicina (para atender emergencialmente à população desassistida – estamos em época anterior ao SUS, criado apenas na Constituição democrática de 1988), de direito (para as demandas não tratadas no sistema oficial), de psicologia (para atuação em situações de conflitos familiares ou comunitários ou como apoio às novas organizações populares que surgiram durante o regime militar), de terapia ocupacional (nos mesmos contextos acima) e, naturalmente, do serviço social. A equipe do PAIC provocou impacto institucional, na medida em que a universidade se envolveu e foi procurada por prostitutas vítimas de violência, por pessoas negras vítimas de discriminação explícita e, sobretudo, atraindo os movimentos populares em geral. Os mais humildes, em Piracicaba, começavam a ter a UNIMEP à sua disposição, sem que a própria cidade o soubesse.

Como resultado deste processo, foi criado pelo Reitor o Projeto Periferia, para o estabelecimento de pré-escolas em bairros carentes, em imóveis cedidos pela comunidade, como templos ou salas anexas a templos. Em seu momento de maior amplitude, o projeto chegou a atender 1.200 crianças.

A questão da Educação Popular estava posta. Não como uma ação da academia a serviço da população, mas como processo específico que exige aproximação não preconceituosa ou autoritária da academia, como abertura para um novo relacionamento e um novo aprendizado para todas as partes. Em 1982 está claro para o Prof. Elias a necessidade de um grande debate a respeito. A Nicarágua, em processo pós revolucionário acabara de passar exitosamente por processo universal de alfabetização de adultos. A liderança política deste processo tivera a participação do teólogo Hugo Assmann, acolhido como docente da UNIMEP após seu retorno do exílio. Elias opta pela realização de um Seminário Internacional a ocorrer em 1983, com especialistas de altíssimo nível. Em preparação para o Seminário,

Elias visitou, *in loco*, os governos da Nicarágua, Bolívia e Costa Rica, assinando cartas de intenção e colaboração oficiais. Entidades de El Salvador foram igualmente envolvidas e participaram do evento. Representantes-chave destes países formaram caravanas, somando-se a participantes de oito estados da Federação além do Estado de São Paulo, gerando enorme repercussão. Este I Seminário Internacional de Educação Popular, realizado em maio de 1983, teve em Paulo Freire sua principal figura, além de Luiz Eduardo Wanderley e Ana Maria Fadul, da PUCSP, Carlos Henrique Brandão, da UNICAMP, o Deputado Federal e membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, João Herrmann Neto, Hugo Assmann, da UNIMEP e teórico da Campanha de Alfabetização da Nicarágua. Tentava-se a integração da Extensão às práticas acadêmicas regulares e, também, provocar impacto nacional no contexto latino-americano, face ao peso político de uma representação autônoma ou de oposição aos regimes militares do continente<sup>39</sup>.

Dada a relativa novidade teórica do Seminário, realizaram-se vários encontros preparatórios com especialistas, semanas antes do evento. No segundo semestre de 2003, Paulo Freire realizou, com professores da UNIMEP e representantes da comunidade, um Ciclo de Estudos sobre o tema, com duração de um semestre, aprofundando práticas e conceitos.

Neste mesmo ano o PAIC foi substituído pelo ACTA, Ação Comunitária e Tecnologia Apropriada, sob a responsabilidade do sociólogo que retornara do exílio, Francisco Romero e sua esposa, Rosa Romero, especialista em alfabetização de adultos na linha de Paulo Freire. Avançava-se para programas de alfabetização de adultos na linha de Paulo Freire, negada pelo regime militar, construção de casas populares com apropriação por estes das tecnologias apropriadas, como fabricação artesanal de tijolos e técnicas de construção em mutirões. O ACTA estabeleceu parcerias com inúmeros movimentos populares e sindicais do país.

Na esteira deste processo, a instituição firmou convênio com a ASFAP, Associação dos Favelados de Piracicaba. A diretoria desta organização, que coordenava as 52 favelas da cidade, realizou, ainda em 1983, um Congresso no campus da UNIMEP, com apoio explícito da universidade, que não interferiu nem em sua agenda nem em suas sessões. O poder público municipal anunciara programa de erradica-

---

<sup>39</sup> MORENO, 2012.

ção das favelas para transferir sua população para os limítrofes do perímetro urbano da cidade. Com o apoio do ACTA, a ASFASP constatou a possibilidade de urbanizar as favelas. O Congresso fecha a questão e a UNIMEP apóia a decisão. A Prefeitura recuou e, à exceção das favelas localizadas em áreas de risco, nos anos subsequentes todas as favelas foram urbanizadas. Com a indispensável parceria do ACTA, os barracos são todos realocados no processo de arruamento, com apoio de professores e alunos de Psicologia Social para a solução de conflitos.

Instituída a autonomia da UNIMEP em relação ao Estado militar, a UNIMEP organizou e aprofundou movimentos e ações de impacto acadêmico e político, em nível local, nacional e internacional. A cidade, na maioria de suas manifestações democráticas em busca de outras alternativas de país, passava pela Universidade, que fazia convergir para seus campi todos os tipos de debates e ideias.

Em novembro de 1984 a UNIMEP se engajou ao movimento Pró Reatamento Diplomático com Cuba, realizando a Semana Pró Reatamento. Na abertura do processo participaram, no campus da UNIMEP, o metalúrgico e futuro presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Apolônio Carvalho, da direção do PT, Deputado João Herrmann Neto, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, deputados federais Márcio Santilli, Amaury Muller, os intelectuais Prof. Antônio Cândido, Prof. Hugo Assmann, advogado Pedro Dallari, a atriz Beth Mendes e a viúva de Carlos Marighela, Clara Charf. A propósito, João Herrmann afirmou:

a UNIMEP foi uma espécie de turbina democrática na época. O encontro sobre Cuba foi a vitrine que permitiu que a solidariedade com os povos da América Latina crescesse ainda mais. A Universidade garantiu, em seu interior, a formação de processo democrático num período em que poucos ainda ousavam enfrentar o regime.<sup>40</sup>

O reatamento diplomático com Cuba ocorreu em 1986, no governo de José Sarney.

Foi realizada no início deste ano visita oficial de caravana de professores e alunos a Cuba, na qual se assinaram convênios de colaboração.

Neste mesmo ano, Elias Boaventura foi convidado especial do

---

<sup>40</sup> Jornal Acontece, Piracicaba chegou à Cuba de Fidel antes da diplomacia brasileira. Abril 2005.

governo sandinista como observador externo das eleições nacionais da Nicarágua.

A UNIMEP foi das primeiras instituições a apoiar o Movimento pelas Diretas Já, ainda em 1983. Foi organizado um Comício neste ano com a presença do autor da proposta no Congresso Nacional, o deputado Dante de Oliveira e ainda dos deputados João Herrmann Neto, Domingos Leoneli e Arthur Virgílio, posteriormente eleito senador pelo PSDB. O Movimento teve um crescimento exponencial, revelando a vontade política da nação, até a votação frustrante da matéria em 1984.

Ainda em 1984, a convite do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Aplicadas, sucessor da antiga ECA, associado à Reitoria, a UNIMEP recebeu Luiz Carlos Prestes, líder do Partido Comunista, para importante conferência e contatos.

Marcando esta posição anti-regime e pró-democracia, nos anos 80 a UNIMEP concedeu o título de Doutor Honoris Causa ao cientista socialista, Warwick Estevam Kerr, ao arcebispo de Olinda, Dom Helder Câmara e ao arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Em janeiro de 1985 um novo golpe fora armado contra a instituição, como se verá a seguir. O reitor e seu vice foram destituídos em 12/01/85 e o campus Centro foi ocupado pelo pessoal da UNIMEP que resistia. Neste mesmo mês, em plena crise, se realizou a Semana Palestina com o I Encontro da Juventude Árabe Palestina da América Latina e Caribe e o I Congresso Nacional das Associações Culturais Sanaud. As pressões contra este evento, em plena crise institucional da UNIMEP, criada por um segmento extremamente conservador, tentam inviabilizá-lo. O representante da Palestina no Brasil, na inexistência de embaixada face à ausência do Estado aspirado pelas comunidades palestinas, Farid Sawann, veio a Piracicaba, agravando o cenário. O organizador do encontro, Ali El-Khatib, em depoimento ao Portal Vermelho<sup>41</sup> informa ter se organizado uma reação tão ampla, tendo Piracicaba como epicentro, que o impediu de sair do Hotel, no qual estava hospedado na cidade, por dois dias. Dom Eduardo Koaiik, Bispo da Diocese, de origem árabe, ofereceu a Sede Episcopal para que fosse realizada uma entrevista coletiva pelo próprio organizador do evento. A imprensa em geral repercutiu o fato como apoio do Bispo ao Congresso, abrindo espaço para sua realização sem maiores problemas. O Deputado Federal Aldo Rebelo, presente, se associa às

---

<sup>41</sup> Ali El Khatib, uma vida dedicada aos árabes. Disponível em [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna=25&id\\_coluna\\_texto=2851](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=25&id_coluna_texto=2851). Informação cedida pela jornalista Beatriz Vicentini.

gestões para a realização destes magnos encontros, juntamente com seu colega de Câmara, João Herrmann Neto, da Comissão de Relações Exteriores daquele colegiado nacional.

Está consagrada, na gestão do Prof. Elias, a visão de mundo que propugna pela paz universal, aquela que abre espaços de direito para todos os segmentos marginalizados.

Foi estabelecida a síntese dialética entre a ideologia acadêmico-política da ECA de 1964 e a administração da UNIMEP a partir de 1978, com apoio explícito da liderança da Igreja Metodista. No Concílio Geral de 1982 foram consagradas as teses dos dois Planos Quadrienais anteriores, oferecendo-se à Igreja novas linhas missionárias em sintonia com a realidade brasileira e latino-americana, sob o nome “Plano para a Vida e a Missão da Igreja”. Neste contexto de profunda reformulação, o mesmo Concílio aprovou novas “Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista”, objetivando-se a expansão do modelo educacional em gestação na UNIMEP.

Apesar destes processos de renovação e aprovação de documentos basilares pela instância maior da Igreja Metodista, seu Concílio Geral, vários segmentos conservadores no interior da Igreja não aceitaram as novas definições conciliares, acusando-as de inspiradas na Teologia da Libertação, inadequadamente definida como “marxista”. O conflito entre a ditadura militar e a “visão de mundo” que propugna por acolher plenamente a prática democrática, isto é, a construção de uma sociedade para todas e todos, ainda está posta. Nunca é demais recordar-se que este conflito ocorreu em meados da década dos 80, em seu nível específico, tendo como pano de fundo a suspensão dos direitos civis e democráticos.

Estamos diante de uma oposição aguerrida de segmentos conservadores da sociedade, e não somente da Igreja, ao projeto acadêmico-científico da UNIMEP, que tentava, no espaço da Igreja mantenedora da instituição, opor-se à UNIMEP, concentrando o foco oposicionista na figura pessoal do Prof. Elias Boaventura. Se ele caísse, a UNIMEP retornaria aos eixos da normalidade.

No encontro conciliar regional que define os Conselheiros do Conselho Diretor que estabelecem os rumos da instituição, a Igreja muda esta liderança em processo conspiratório. A alegação formal não foi a ideológica, mas a dívida gerada na implantação dos dois campi universitários do bairro Taquaral em Piracicaba e o de Santa Bárbara do Oeste. Na sua primeira reunião, em 12/01/85, este novo Conselho Diretor demite o Reitor e Vice, professores Elias Boaventura e Almir de Souza Maia.

O DNA da UNIMEP, agora em articulação dialética com os novos rumos da Igreja, provocou uma reação inesperada no início das férias de janeiro. O campus Centro, então sede da Reitoria, foi ocupado em plenas férias. O movimento cresceu, as novas autoridades eleitas em substituição aos demitidos não conseguiram entrar no campus para a posse e a necessária gestão. O novo grupo que pretendia tomar o poder recorreu às medidas de praxe: entrou na Justiça para uma ação de despejo e reintegração de posse dos edifícios. O campus Centro, sede da Administração, é ocupado 24 horas por dia com alunos, funcionários e professores, apoiados por políticos, intelectuais e, para surpresa de todos, por um grande número de favelados ligados à ASFASP. A cidade acordou, durante dias, tendo a UNIMEP como centro de suas preocupações nas manchetes dos jornais, nos programas de rádio, no trânsito alterado em torno do campus Centro, com doações de alimentos que surpreendiam até professores e acampados nas dependências universitárias vindas dos piracicabanos que apoiavam a resistência.

Lideranças do movimento universitário são destacadas para negociar com as autoridades da Igreja, cuja sede está em São Paulo. A Igreja do novo projeto missionário que se orienta para a construção de uma sociedade justa, para além dos limites paroquiais, não tem alternativa senão acolher estas lideranças para compreender o que está em jogo e encetar um tenso diálogo. Um dos bispos eméritos da Igreja, o Bispo Oswaldo Dias da Silva, que coordenara a primeira experiência do PAIC, se declarava resistente no campus, confrontando seu colega, Bispo Messias Andrino que apoiara, no Concílio Eclesiástico de dezembro, a ação de força contra as lideranças do IEP/UNIMEP. Este fato determinou o envolvimento direto do Colégio Episcopal da Igreja Metodista, seu corpo de bispos, na crise.

Na véspera de uma ação policial, em 29/01, quando todos os ocupantes se preparavam para o confronto, pois aquele DNA era inegociável, uma liminar foi concedida a favor do mandado de reparação, designado como 50/85, pela restituição dos cargos aos Reitor e Vice-Reitor depostos.

Em 21/02 o mesmo Conselho Diretor, como parte do difícil processo negociado no interior da Igreja para a superação do impasse, acatou a liminar, politicamente, como ação definitiva, demitindo-se na sequência.

O impasse foi assim resolvido pela Justiça, com o Colégio Episcopal e as demais autoridades acolhendo uma decisão providencial externa, superando-se definitivamente o impasse. Os professores Elias

e Almir retomam seus postos e, pouco a pouco, a instituição volta à normalidade.

Desde a primeira crise da ECA, no ano de sua fundação, em 1964, passando pela complexa e grave crise de 1969, pela ebulição de 1978, a crise de 1985, sintomaticamente ano da contraditória retomada democrática, todo este processo tem uma origem comum, a do golpe de primeiro de abril de 1964. Desde então a densidade democrática da instituição se avolumou crescentemente. A negação do estado antidemocrático parece ter se imposto como referência negativa ao projeto que se pretendeu construir.

O acúmulo do DNA da ECA contribuiu para o aprimoramento político teórico dos segmentos eclesiais que se relacionam com a instituição ao longo deste processo. Se o Prof. Elias já chegou à UNIMEP reconhecendo, em sua história de vida, ser o conflito a dinâmica de qualquer processo histórico, no início ele materializa este conceito, até certo ponto pragmático, como extensão de sua própria história. No rico processo, agudizado com sua chegada à Reitoria, se associam o DNA originário da ECA e sua longa evolução, de um lado, e de outro, o extenso processo da evolução da Igreja ao assumir, como seu desafio missionário, a complexa realidade latino-americana. Os eventos não seguem cursos lógicos ou lógico-formais, nem se organizam cronologicamente na base de “causa e efeito”. Processos históricos, como os gerados em solo da educação, surgem como construção complexa, na qual se articulam situações e processos contraditórios. Não são heróis que fazem história, mas processos que, ao mesmo tempo, nos formam e induzem a novas ações. O campo de ação evoluiu do pragmatismo político ou do pragmatismo que simplesmente estimula o conflito, para a articulação dialética de processos contraditórios, a busca de sínteses entre processos que não se afinam por meio de processos naturais.

O processo foi coletivo, a partir de uma parceria aparentemente impossível, associando alunos rebeldes em seus Diretórios Acadêmicos, professores fiéis às teses de sindicatos docentes nacionais, professores militantes de partidos políticos em confronto, ou uns com os outros, ou alguns contra o inaceitável status quo, moralmente questionável. Praticamente todos os partidos se fizeram representar na UNIMEP: o PT que, em Piracicaba, nasceu na própria instituição, o PSDB que emergiu como partido social democrático no interior do PMDB, o PMDB remanescente, partidos oficialmente clandestinos como o PC, o PCdoB e outros movimentos mais marginais, como o MR8, todos estes segmentos, com fortes representantes no inte-

rior da instituição. Ao lado deste mosaico partidário, emergem autoridades acadêmicas do interior da Igreja Metodista, empurrados ao diálogo indispensável de toda e qualquer construção democrática, todos estes segmentos, entre outros, conseguem se articular como parceiros, tendo a UNIMEP e seu projeto de formação acadêmica e de produção do saber como único objeto de construção. Teria esta experiência sido possível sem a referência dominante do regime militar contra o qual todos pareciam se opor?

No domingo 24/02/1985 o jornal "O Estado de São Paulo" publica em editorial da página 3 posicionamento em torno da informação de que a Justiça, por liminar, determinava a reintegração, aos cargos do Reitor e se Vice, das lideranças depostas. O título foi "A Universidade a serviço da ideologia"<sup>42</sup>.

Neste primeiro editorial o Estadão propõe apresentar "o significado do que está em jogo na crise da UNIMEP". O jornal repercute o dado de que a demissão do reitor e seu vice se deveu à "dívida de 10 bi". Examinando os vários jornais internos da instituição constata posições marxistas que atualmente corrompem o cristianismo para constatar que esta é precisamente a posição da cúpula episcopal da Igreja Metodista. A solidariedade da instituição expressa ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, confirmava esta tendência parcial marxista. Apesar da afirmação destas publicações internas de que a instituição tem compromisso plural, ela é efetivamente parcial, como comprova a simpatia expressa por Cuba. Neste sentido, o regime militar era efetivamente mais pluralista por não ter impedido o debate em torno do marxismo nas universidades brasileiras. Para o Estadão, o desvio da UNIMEP foi sua "ideologia monolítica".

No domingo seguinte, 03/03/1985, o "Estado de São Paulo" publicou à mesma página 3 o editorial "A CNBB e a CNB do B"<sup>43</sup>. Expressa a perplexidade pela recondução dos reitor e vice da UNIMEP recém demitidos, por decisão do mesmo Conselho Diretor que os demitira e que renuncia em seguida. Para o Estadão esta decisão se deve exclusivamente ao apoio da cúpula episcopal da Igreja Metodista, uma espécie de CNBB muito mais afinada com a cúpula da Igreja católica que a afinidade existente entre o PC e o PCdoB. Daí o título do editorial. Como para o Estadão a gravidade maior parecia ser a posição da cúpula episcopal da Igreja, ele passa a analisar

---

<sup>42</sup> O Estado de São Paulo, A Universidade a serviço da ideologia. 24/02/1985.

<sup>43</sup> O Estado de São Paulo, A CNBB e a CNB do B. 3/03/1985.

“o folheto Vida e Missão” da Igreja Metodista aprovado em seu XIII Concílio Geral. Citando vários parágrafos deste “folheto”, constata tratar-se de repetição dos temas da Teologia da Libertação, como “a opção pelos pobres e marginalizados”, necessidade de “mudanças de estrutura”, de se construir “o novo homem” que não se define como indivíduo mas como membro do corpo social. Para o Estadão trata-se do resgate das principais heresias surgidas na Idade Média. Articulada hoje com o marxismo a TL está, de fato, de mãos dadas com aquela ideologia. O “folheto” repete a necessidade de se optar entre a VIDA e a MORTE. O Estadão pergunta: “quais?”

Conclui que tanto a CNBB quanto a CNB do B estão a serviço de causas totalitárias, à semelhança do regime stalinista, pois negam a legitimidade do indivíduo e sua liberdade, negam a legitimidade do lucro nas relações de mercado. A resultante desta posição é a supressão da liberdade e da crítica verdadeira.

Pela voz de um jornal de porte nacional, censurado pela ditadura, que o levou, nestas ocasiões, a publicar receitas culinárias nos espaços deixados sem matéria pela ação da censura, constata-se estar ainda viva a voz da sociedade do golpe, advertindo acerca dos (graves) perigos de uma experiência democrática que ocorria à margem das elites dominantes. Para o Estadão só há verdade no liberalismo de mercado.

O fortalecimento do DNA da ECA/UNIMEP/Igreja Metodista continuava a ser ameaça ao status quo das elites e seus fundamentos conservadores. Há que se admitir, no mínimo, não estar resolvido, todavia, o conflito entre modos diferentes de visão da sociedade, neste final do regime de exceção, concluído formalmente em abril de 1985, com a eleição indireta de um presidente civil. Os editoriais do Estado de São Paulo neste mesmo período de transição se constituem na confirmação evidente deste quadro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CNBB e a CNB do B. **O Estado de São Paulo**, 3/03/1985.

A Universidade a serviço da ideologia. **O Estado de São Paulo**, 24/02/1985.

Ali El Khatib, uma vida dedicada aos árabes. **Portal Vermelho**. Disponível em [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna=25&id\\_coluna\\_texto=2851](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=25&id_coluna_texto=2851)

ELIAS, Beatriz Vicentini. UNIMEP 30 Anos. A UNIMEP e a luta pelas Diretas já, 20 anos depois. **Jornal Acontece**, Ed.360. Piracicaba, Maio 2004.

\_\_\_\_\_ Piracicaba chegou à Cuba de Fidel antes da diplomacia brasileira. **Jornal Acontece**, Ed.373. Piracicaba, Abril 2005.

\_\_\_\_\_ O comunista Prestes, aos 86 anos: criticando os militares e a burguesia. **Jornal Acontece**, Ed.374. Piracicaba, Maio 2005.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Ousadia na Educação - A Formação da UNIMEP**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994, 340p.

MARTINS FILHO, Antônio. **Memórias – Maioridade**. Tomo II. Fortaleza: Imprensa Universitária da UF do Ceará, 1994. 518p.

MORENO, Elizandra. **Educação Popular: a presença de Paulo Freire na UNIMEP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2012. 123p

MEMÓRIA EM IMAGENS



*Tempos da Ditadura*



Em 1962, Governador Carvalho Pinto, ao lado do prefeito Salgot Castillon, no último grande comício antes de 1964. No detalhe, a Praça da Catedral lotada, tendo ao fundo o Hotel Central.

Fotos: Arquivo Público do Estado de São Paulo





Em 1964, cerca de 10% da população de Piracicaba era constituída de operários. A última greve antes do golpe foi decretada pelos metalúrgicos no dia 1º de março e paralisou a maioria das indústrias, inclusive a Dedini.

Foto: Christiano Diehl Neto

Em abril de 1964, o único grupo a relacionar-se com russos sem ser acusado de comunista foi a equipe do XV de Novembro, que fez sua primeira excursão internacional. Sem grandes vitórias, foi festejada quando retornou à Piracicaba. Era dirigida, à época, por Romeu Ítalo Ripoli.

Foto: Centro Cultural Martha Watts



Acervo Rocha Netto.CCMW/IEP

Permanece no ar os ecos de uma extraordinária manifestação:  
**Com Deus pela Liberdade a família piracicabana foi às ruas marcando seu nome nas páginas da história**



As Bandeiras do Brasil e de São Paulo, cada qual demonstrando o amor que devotamos à grande nação brasileira, tremularam ao vento cívico que varreu a alma piracicabana



Homens e mulheres, moços e crianças, de tôdas as raças e credos, unidos num único sentimento; a família piracicabana caminhando com Deus e com a liberdade, concentrou-se defronte a Catedral de Santo Antonio, que foi a moldura a enquadrar o maior espetáculo já presenciado em nossa terra



No palanque armado na Praça da Catedral, damas piracicabanas, responsáveis diretas pelo movimento de 9 de abril, dirigem-se à multidão que se concentrou na Praça José Bonifácio. A presença da profa. Carolina Ribeiro foi a nota marcante do movimento

Em 10 de abril, o jornal A Folha saudou as milhares de pessoas que saíram às ruas para participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Piracicaba.



Em 1967, durante o bi-centenário da cidade, o Governador Abreu Sodré passeia pelo centro da cidade ao lado do prefeito Luciano Guidotti e do deputado Salgot Castillon.

Foto: Arquivo Público do Estado de São Paulo



Em 1968, o governador Abreu Sodré vem a Piracicaba, realiza palestra no CALQ, então presidido pelo acadêmico João Herrmann Neto, e depois janta na "república" onde o futuro prefeito de Piracicaba residia com outros esalqueanos.

Foto: Arquivo Público do Estado de São Paulo



Em 1969, o DEOPS local faz apreensão de armamentos particulares do empresário Armando Dedini. As relações entre empresários e delegados eram, entretanto, cordiais. Na foto, o delegado do DOPS, Adir Romano e os empresários Humberto D'Abronzo e Armando Dedini - segundo, terceiro e quarto da esquerda para direita - em mesa de bar.

Foto: Roberto Turin

## TERRORISTAS PROCURADOS

### ASSALTARAM-ROUBARAM-MATARAM PAIS DE FAMÍLIA



Renata Guerra de Andrade



Humberto D'Abronzo



Adir Romano



Armando Dedini



Humberto D'Abronzo



Armando Dedini



Adir Romano



Renata Guerra de Andrade

Em 1968, com o crescimento da luta armada, espalham-se pelo país cartazes sobre Terroristas Procurados. Entre as únicas mulheres, a piracicabana Renata Guerra de Andrade.

Reprodução Arquivos DEOPS / Arquivo Público do Estado de São Paulo

À MENOR SUSPEITA AVISE O PRIMEIRO  
POLICIAL QUE ENCONTRAR

AJUDE-NOS A PROTEGER SUA PRÓPRIA  
VIDA E A DE SEUS FAMILIARES .

## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDENCIA = SERVIÇO - SECRETO = \_\_\_\_\_ DEPS

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO                      QUARTEL                      GENERAL  
II - E X É R C I T O2a. DIV DE INFANTARIA                      Em 2 de JULHO DE 1968  
ARTILHARIA DIVISIONÁRIA/2

1. Assunto: Atividades de SALGOT CASTILLON, ALBERTO COURY e LUIZ MATIAZZO.
2. Origem:
3. Classificação: AI (na origem)
4. Difusão ,II Exército
5. Referência: Fôlha de Informações nº 37/68, de 26 Jun.68, do 5º G Can 90 AaE  
= INFORMAÇÃO Nº 26/68 =  
- 5º G Can 90 AaE

1. Este Comando examinou e tem em seus arquivos três documentos
  - Processos s/n organizado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba em 1964, a respeito da participação do Deputado SALGOT CASTILLON em movimentos grevistas bem como irregularidades administrativas durante sua gestão na Prefeitura Municipal de Piracicaba.
  - Perícia Contábil nº 7217 do Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo em que figura como vítima a Prefeitura Municipal de Piracicaba a indiciado o sr. LUIZ MATIAZZO.
  - Exame Geral das Contas da Administração SALGOT CASTILLON-ALBERTO COURY, nos exercícios de 1960/63, elaborado pela Sociedade Nacional de Administração e Contrôles Ltda "SNARC".
2. O exame dos referidos documentos permite-nos alinhar os seguintes dados:-
  - a. Sobre FRANCISCO SALGOT CASTILLON
    - (1). Ex-Prefeito de Piracicaba, nos anos de 1960 e 1963, possivelmente, tendo então sido eleito Deputado Estadual de S. Paulo. Foi substituído na administração municipal por ALBERTO COURY.
    - (2). Praticou, foi conivente ou é responsável por dissídia e falta de exação em inúmeras irregularidades administrativas constatadas na Prefeitura de PIRACICABA, que podem ser consideradas numa generalização como atos de CORRUPÇÃO. Sua atividade SUBVERSIVA anterior a REVOLUÇÃO de 31 de Março é também evidente.

R. G. - S.S.P. - Mod. 27

Em 1968, quase um ano antes da cassação do prefeito Salgot Castillon, o Ministério do Exército distribuiu a Informação 26/68, composta de 8 páginas, em que conclui pela necessidade de punição urgente a ele, seu vice Alberto Coury e seu secretário Luiz Mattiazzo.

Reprodução Arquivos DEOPS / Arquivo Público do Estado de São Paulo



**Em 1971, o presidente da república, General Garrastazu Médici visita a ESALQ.**

Foto: Gregório Rodrigues, Arquivo Público do Estado de São Paulo





**Em 1973, o presidente General Ernesto Geisel, acompanhado do Governador Laudo Natel, visita a ESALQ. Na primeira imagem, à esquerda, o prefeito Adilson Maluf.**

Fotos: Joel Barreto, Arquivo Público do Estado de São Paulo





Em 1979, o DEOPS desloca delegados especiais de Campinas para acompanharem as manifestações motivadas pela poluição que atinge o Rio Piracicaba e que levam à criação da Praça do Protesto Ecológico.

Fotos: Christiano Diehl Neto



MEMÓRIA EM IMAGENS



*Tempos de Redemocratização*



Surge o I Salão de Humor, que iria se tornar referência internacional do humor gráfico e do combate à ditadura. Encontro de artistas gráficos, jornalistas e escritores que estiveram em sua primeira edição. Agachados: Elifas Andreato, Jaime Leão, Petcho, Paulo Markun, Peninha, Tonhão. Em pé: Chico Caruso, Luis Fernando Verissimo, Casemiro Xavier de Mendonça, Paulo Caruso, Alcy, Angeli, Saiti, Julio Cardoso de Barros, Luiz Antonio Fagundes, Audálio Dantas, Hilde Weber, João Hermann Neto, Sergio Gomes e José Aparecido.

Foto: Christiano Diehl Neto





**1978 - II Seminário de Prefeitos do PMDB traz a Piracicaba Franco Montoro e Ulysses Guimarães. Na mesa, presentes a deputada Ruth Escobar, o jornalista Fernando Morais e o deputado Pacheco Chaves. Na foto menor, o prefeito João Herrmann cumprimenta o ex-governador Miguel Arraes, também em Piracicaba para outros encontros da oposição, e que retornara do exílio no ano anterior.**

Fotos: Christiano Diehl Neto





1980 - Manifestação é realizada defronte a Catedral em protesto a bomba enviada a OAB-RJ, que matou a secretária Lyda Monteiro. O atentado ocorreu quando a OAB pedia a identificação dos agentes de segurança envolvidos no sequestro do jurista Dalmo Dallari. Na foto, sentado nas escadarias, o ex-prefeito Salgot Castillon, com microfone, a médica Maria Lúcia Passos Jorge, uma das lideranças da área da saúde municipal naquele período.

Foto Christiano Diehl Neto



1980 e 1982 - Piracicaba recebe dois congressos da UNE, entidade ainda considerada ilegal pelo governo militar.

Foto: Nascimento, acervo UNIMEP



**1983** - Os metalúrgicos do ABC e os petroleiros de Paulínia, em congresso da CUT, reúnem-se no Campus Taquaral da UNIMEP. No detalhe, entre os presentes, o futuro presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva.

Foto: Nascimento, acervo UNIMEP



**1984** - D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, vem a Piracicaba para receber o título de Doutor Honoris Causa da UNIMEP. Celebrou missa na Catedral de Santo Antonio, ao lado de 22 padres, e depois lotou o Salão Nobre da UNIMEP.

Foto: Nascimento, acervo UNIMEP





**1984** - Piracicaba realiza uma série de eventos pela Diretas Já, inclusive com a presença do deputado Dante de Oliveira, autor da emenda que previa o retorno das eleições.

Acervo Beatriz Vicentini





**1984** - A UNIMEP promove o Congresso PróReatamento das Relações Diplomáticas Brasil e Cuba, trazendo a Piracicaba, com o apoio do deputado João Herrmann Neto, então na Comissão de Relações Exteriores do Câmara, políticos, empresários, acadêmicos, artistas e diplomatas.



**1985** - Os palestinos se reúnem em Piracicaba, através de um congresso de suas entidades de jovens, em tempos em que a OLP ainda não era reconhecida. Entre os presentes, ao lado do microfone, o futuro ministro e presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Foto: Nascimento, acervo UNIMEP



Ainda nos anos 1980, Piracicaba recebeu o Prêmio Nobel da Paz, Perez Esquivel, em visita à cidade a convite da UNIMEP. Na Universidade, seção da Anistia Internacional realizou um debate oficial contra a tortura.

Fotos: Nascimento, acervo UNIMEP

## CAPÍTULO 3

### OS ARQUIVOS DA REPRESSÃO

*Em tempos de mais intensa vigilância, o DEOPS teve preocupações que hoje pareceriam especialmente estranhas, como manifestações em favor da ecologia e da preservação do Rio Piracicaba.*

# PELO BURACO DA FECHADURA, NA RUA OU NA MISSA: todos observados

Beatriz Vicentini

Um dos grandes débitos da ditadura militar – para além da questão dos desaparecidos, dos torturados, dos exilados – e do qual poucos ainda parecem ter se dado conta é com o cidadão comum. Aquele que, ao longo dos anos do regime militar, viveu sua vidinha comum, banal, cotidiana sem sequer imaginar que órgãos de segurança o observaram, fizeram registros indevidos, criaram prontuários que muitas vezes são a resposta para impossibilidades inexplicáveis de promoções, contratações. Os chamados arquivos da repressão guardam, também, esses pequenos registros, que ninguém procura porque sequer imagina que existam, mas eles estão lá, para justamente dizer o quanto as pessoas foram desrespeitadas por simples suspeitas, pelo clima de procurar subversão ou apenas de querer acusar.

Nas muitas páginas que falam de Piracicaba se misturam pedidos de informações, por exemplo, de pessoas que certamente se imaginavam observadas – como professores universitários, líderes comunitários – com figuras que ninguém imaginaria merecerem tempo ou preocupação de órgãos militares. Entre 1970 e 1971, por exemplo, há solicitação de antecedentes político-ideológicos, tanto dos professores da ESALQ André Louis Neptune (1927-1991) e Guido Ranzani (1915-2011), como de Célia Blumensheim, então uma simples dona de casa, e Homero Anéfalos, advogado e perito criminal.<sup>1</sup> Não há maiores justificativas sobre os motivos e, no caso de Neptune e Célia, o documento acrescenta

---

<sup>1</sup> Conforme documentos existentes nos arquivos do DEOPS-SP, sob números 20-C-43-1236 e 20-C-43-3000.

um “nada consta”. Em 2013, ao saber da existência da documentação, Célia se mostrou extremamente surpresa, lembrando, inclusive, que, nos anos 1970 vivera em Brasília.<sup>2</sup>

A verdade é que ninguém era poupado e mesmo comentários feitos entre amigos eram muitas vezes transformados em informes distribuídos a vários órgãos de informação do governo militar. Exemplo típico é o registro de uma conversa entre o promotor público Márcio Nacaratto, o juiz de Direito em São Paulo Mário Braga e outro promotor, apenas identificado como Paulo, da Vara Distrital da Lapa em São Paulo, durante viagem de trem entre São Paulo e Campinas. O conteúdo reproduz o que teria sido o comentário de Nacaratto sobre uma charge publicada em jornais, em 1977:

Como é que esse cara cassa um vereador sem mais nem menos, vendendo que ele foi eleito pelo povo? Ele deve pensar que a história irá julgar seus atos. Olha, eu aceitei o governo Costa e Silva, o governo Médici, mas este que está aí eu não aceito e não tolero. Isso demonstra que abertura política não vai haver mesmo.<sup>3</sup>

O que se deve considerar, entretanto, são os comentários extremamente pessoais que permeiam a maioria dos relatórios e registros encaminhados pelos investigadores e delegados locais ao longo dos anos. Ao contrário das análises mais elaboradas e abrangentes distribuídas pelos órgãos de inteligência dos ministérios militares, as considerações locais e regionais surgem cheias de detalhes que permitem, até mesmo, uma leitura nas entrelinhas de simpatias ou desafetos pessoais. Não é algo restrito a Piracicaba, mas comum na maioria dos relatos que seguem do interior para subsidiar os DEOPS centrais.

Basta comparar, por exemplo, relato proveniente de Campinas e análise sobre questões estudantis distribuída pelo SNI em outubro de 1967, pelo Informe 79/QG-4, em termos de conteúdo, linguagem e abordagem do tema:

O PCB acha-se decididamente empenhado em engajar estudantes de grau médio na luta pela subversão, particularmente em SP, GB e MG, por pos-

<sup>2</sup> Entrevista concedida a Beatriz Vicentini em outubro de 2013.

<sup>3</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-32-3753.

suírem, em conjunto, aproximadamente metade do número de estudantes do país... O MEC, como ocorre no caso dos universitários, acha-se completamente desinformado sobre o problema em tela e, por sua omissão, poderá concorrer para que se concretize a aglutinação dos estudantes em torno do PC, o que acarretará consequências imprevisíveis.<sup>4</sup>

Também de Campinas, datada de abril de 1971, surgiu a denúncia da existência de um campo de guerrilha – nunca confirmado posteriormente – que dificilmente teria passado despercebido: “atividades subversivas de ações de guerrilhas em campos próprios, lideradas pelo Dr. Eduardo Lopes Filho, denominado campo PCB”. E quem era o líder de tamanha movimentação, que envolveria o Sindicato dos Metalúrgicos, da Alimentação, Ferroviários da Paulista, Bancários, Lojistas, Eletricistas e Materiais Elétricos, Valinhos (Gessy-Lever e Rigean), Sumaré, Limeira e Nova Odessa? Para qualificá-lo, o informe diz apenas que Eduardo Lopes Filho, 35 anos, é “um dentista que não tem nenhum cliente e foi preso por contrabando em 1960”.<sup>5</sup>

Em Piracicaba esse tipo de característica permeia grande parte dos informes, com relatos que envolvem também as elites locais, fazendo quase que uma crônica política e social da época. Em março de 1969, por exemplo, um registro assinado pelo investigador Paulo de Camargo indica apreensão de armas feitas junto ao empresário Armando Dedini (1927-1987), qualificado como “cidadão muito rico, que aprecia estar entre amigos e ranchadas em companhia de lindas jovens. Tem verdadeira aversão a ideias esquerdistas, baderna, guerrilha”. O documento acrescenta que a polícia tem sido beneficiada por ele, em ocasiões como incêndio na delegacia e a queda do COMURBA, e que sua prática de compra de armas de fogo é feita como colecionador, para caça no rio e em suas margens. Por isso, ao final do documento, a solicitação é que as armas apreendidas fiquem de posse da polícia de Piracicaba, “diante da atual situação político-social”. Não há registros da decisão, mas a apreensão envolvia, entre outros armamentos, três metralhadoras. Estão listadas: 1 metralhadora alemã 9 mm; 1 metralhadora Beretta, italiana, 9 mm; 2 winchester calibre 30-30; 1 metralhadora checoslocava 9 mm; 2

<sup>4</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-D-26-539 e páginas seguintes.

<sup>5</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-32- 2147 a 2124.

winchester calibres 30-06 e 30-30; 1 pistola Astra 9 mm e outra Colt calibre 45; 1.157 balas calibre 9 mm; 55 balas calibre 30-30; 58 balas 30-06, 31 balas calibre 45.<sup>6</sup>

O mesmo viés pessoal na avaliação dos envolvidos pode ser encontrado em registro de investigações desenvolvidas e encaminhadas ao DEOPS-SP em 1972 sobre irregularidades na Faculdade de Direito do Instituto Educacional Piracicabano. A insatisfação ocorria com relação ao valor das mensalidades e das taxas cobradas e vários professores foram ouvidos no processo montado e arquivado. O delegado de polícia, Milton A. Barhuns, indica que foi apurado que o novo diretor, Roberto Armando Ramos de Aguiar,<sup>7</sup> teria sido uma nomeação política e “segundo comentários, é uma pessoa mal quista na cidade, tem fama de mal pagador, autoritário e de caráter pouco recomendado”.<sup>8</sup>

Carta mensal de novembro de 1972, enviada pelo Delegado Seccional de Polícia, traz os seguintes comentários sobre questões eleitorais:

O candidato que está deslocado em toda a campanha política é o Sr. Gustavo Alvim.<sup>9</sup> Fez o possível e o impossível para conseguir sair candidato a prefeito, traiu amigos, insistiu e repisou na técnica de renovação e, agora, aceitou a migalha na área do Sr. João Guidotti, misturando-se com uma verdadeira sucata de Piracicaba.<sup>10</sup>

No que se refere a avaliações políticas, o que se pode dizer é que as autoridades policiais tinham algumas dificuldades em suas informações. É também de 1973 certa confusão que se estabelecia em relação ao vereador e metalúrgico Newton da Silva. Apontado como o vereador mais votado em 1972, a Divisão de Informações do DEOPS reúne dados contraditórios. Apontado como agitador, pertencente ao PTB e processado pela lei 1802 (processo arquivado em 21/5/1964), Newton é identificado como “presidente do Sindicato

<sup>6</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1224.

<sup>7</sup> Roberto Armando Ramos de Aguiar permaneceu como professor da UNIMEP até a década de 1980. Foi Secretário da Segurança Pública do Distrito Federal entre 1996 e 1999 na gestão do governador Cristóvão Buarque e do Rio de Janeiro na gestão de Benedita da Silva, em 2002. Foi reitor pro tempore da Universidade de Brasília em 2008, onde se aposentou como docente.

<sup>8</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1549.

<sup>9</sup> Gustavo Jacques Dias Alvim foi vereador no período 1969 a 1972 e, naquele ano, candidatou-se a vice-prefeito de João Guidotti pela Arena. Em 2014, é reitor da Universidade Metodista de Piracicaba, depois de ter sido seu vice-reitor entre 1991 e 2003 e ter assumido a Reitoria, pela primeira vez, entre 2003-2006.

<sup>10</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1338.

Rural de Piracicaba, o que cultiva uma imagem política inteiramente popular e é muito procurado pelos colonos”. Linhas abaixo, a correção: é servente na Escola Jerônimo Gallo. Indiciado em 64 por suspeita de subversão e perturbação da ordem, nada sendo apurado.<sup>11</sup>

O acompanhamento àqueles que logo após 1964 foram objeto de inquéritos policiais é algo que também se registra. Como exemplo aparece o relato sobre Rodolfo Hoffmann, datado de abril de 1972, onde o delegado Joseph Cella indica que o “ex-estudante da Agronomia, suspeito de subversão, atualmente está formado, é professor da ESALQ, leciona Economia Rural, casou-se, está acomodado. Nada foi apurado”.<sup>12</sup>

Olhares certamente influenciados pelo convívio entre delegados e investigadores locais e investigados sempre existiram – para o bem ou para o mal. E se manifestaram se maneira clara em todos os tempos.

Exemplo bem claro ocorreu nos anos 1930, quando greves envolvendo colonos e operários do Engenho Central e ameaças contra os diretores da empresa fizeram com que o Departamento de Ordem Social enviasse a Piracicaba três inspetores especiais para acompanharem a situação, que parecia extremamente tensa, envolvendo, inclusive, ajuda policial dos empresários. Reportando-se ao delegado geral de São Paulo, o inspetor Itagyba Cerri, assim resumiu a situação:

Todos os trabalhadores do Engenho Central estão descontentes com os dirigentes, Srs. Daniel Rinn e Rizzardo Miotto. O primeiro é o Director-Gerente e o segundo, o Administrador Geral. Dizem os colonos que o Director-gerente exige que o corte de canna seja feito maior que 60 centímetros, com o que os colonos não se conformam. Sendo assim, estão dispostos a declarar greve. Estão também em greve pacífica os padeiros, num total de cerca de 60 homens. Pelo que foi apurado, os padeiros estão recebendo ajuda, ou dinheiro, do Sindicato dos Operários da Cia. Paulista e dos operários da Usina de Assucar. Cabe-me ainda informar a V.Excia. que consegui apurar que o advogado Dr. Moacyr Amaral dos Santos, como advogado do Sindicato e candidato a deputado é o principal

---

<sup>11</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 52-Z-0-20714.

<sup>12</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1305.

instigador dos operários em greve.<sup>13</sup>

A reação do delegado de polícia local, Joaquim Marcondes de Carmo, foi imediata e também encaminhada ao delegado geral de SP:

Acabo de ter sciencia que essa Delegacia foi informada de que o Dr. Moacyr do Amaral Santos, advogado residente nesta cidade é agitador do operariado. Cumpro o dever de asseverar a V.S. que tal informação é de todo improcedente, o Dr. Moacyr é advogado dos mais conceituados e merece desta Delegacia o melhor conceito. Pela syndicancia que venho fazendo entre os syndicatos de operários desta cidade, tenho averiguado que o Dr. Amaral Santos poucas veses tem comparecido a sede dos Syndicatos em ocasiões de solennidades publicas e que nessas ocasiões, quando faz uso da palavra, o faz apenas no sentido de orientar os operários dentro do terreno legal, aconselhando-lhes calma e ponderação. Ainda na ultima greve dos panificadores, fui informado que o Dr. Moacyr, sempre que teve ocasião de conversar com os operários grevistas, aconselhava-os a se manterem no terreno pacifico, com o que, dado o prestigio que goza na classe, prestou relevantes serviços a esta Delegacia e à Sociedade.<sup>14</sup>

Nos primeiros anos pós-golpe as maiores preocupações foram de acompanhamento em relação aos políticos locais, lideranças como o Bispo D. Aníger Melillo (1911-1985)<sup>15</sup> e o Padre Otto Dana e, em alguns momentos, ao presidente do XV de Novembro Romeu Ítalo Rípoli (1916-1983)<sup>16</sup> e o jornalista Cecílio Elias Netto. Com o passar do tempo, a vigilância e o acompanhamento mais sistemático elegeriam figuras como o prefeito João Herrmann Neto (1946-2009),

<sup>13</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, prontuário 000551, vol. 1, da Delegacia de Polícia de Piracicaba, de 12/08/1934. Folha 12.

<sup>14</sup> Idem, de 17/08/1934, Folhas 19 e 20.

<sup>15</sup> D. Aníger Melillo ordenou-se padre em 1933. Foi nomeado bispo diocesano de Piracicaba em 1960, função que exerceu até 1984. Em Piracicaba distinguiu-se pelo estímulo aos movimentos leigos, como os Cursinhos de Cristandade; criou a Faculdade de Serviço Social (1963), o Colégio Comercial Imaculada Conceição e o Cemitério Parque da Ressurreição (1971). Enfrentou os militares durante a ditadura, em defesa de valores democráticos (PFROMM NETO, 2013, p.344).

<sup>16</sup> Romeu Ítalo Rípoli foi presidente do E.C. XV de Novembro por 17 anos. Durante suas gestões o time chegou a vice-campeão paulista (1976) e ao 8º lugar no Campeonato Brasileiro (1977). Foi eleito vereador em 1948, 1952, 1956 e 1968, quando renunciou ao mandato apenas 11 meses depois. Foi candidato a prefeito em 1976 (PFROMM NETO, 2013, p.467).

o líder estudantil da UNIMEP Adelmo Alves Lindo, entidades como a Associação dos Docentes da UNIMEP, detendo-se, ainda, em manifestações específicas que movimentavam a cidade.

A preocupação com Rípoli vinha de muito antes de 1964. O primeiro registro data de 1947, quando um pedido de investigação partiu do Delegado de Ordem Política. Em resposta, o investigador Paulo Celuete Ribeiro foi enviado a Piracicaba e emitiu um relatório onde informava que Romeu Ítalo Rípoli “é o indivíduo que se intitula secretário de Estado e oficial de gabinete do Sr. Governador Adhemar de Barros (1901-1969), procurando, com isso, ludibriar os incautos”. O documento acrescenta que Rípoli estava sendo processado por crime de lesões corporais por um ex-empregado e enfrentava processos de atropelamento e falso testemunho. “É um indivíduo de maus antecedentes, conforme declararam os srs. Castro Neves, deputado, dr. Samuel Neves e outros residentes na localidade.”<sup>17</sup> Ainda na década de 1940, Rípoli foi envolvido em registro de um atentado contra o vereador Gerson Antonio Aggio. Extenso relatório indicava Aggio como alguém que teria sido contratado por Rípoli e outros políticos para “comprar” votos de vereadores de tal forma que influenciasse a definição da mesa da Câmara Municipal, o que acabou por não ocorrer.<sup>18</sup> Nos anos seguintes, os registros acompanhariam as campanhas políticas de Rípoli, sua participação em comícios e suas atividades frente ao E.C. XV de Novembro.

## Os muitos esforços para incriminar Cecílio

As preocupações dos órgãos de repressão foram permanentes, ao longo dos anos, com o jornalista Cecílio Elias Netto, além de manter arquivados dezenas de recortes de artigos do jornal “O Diário” que subsidiavam informações. Já em 27/11/1964 o seu artigo “O marechal da banda de lá”, publicado no jornal “A Folha”, foi encaminhado ao Departamento de Ordem Política e Social, classificado como subversivo. Entre outras coisas considerações, Cecílio afirmava que

[...] resta-nos hoje, apenas ver constrangidos e desiludidos, assustados e temendo os dias que es-

---

<sup>17</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, prontuário 000551, vol. 1, da Delegacia de Polícia de Piracicaba. Ofício timbrado da Secretaria de Negócios da Segurança Pública, datado 3/11/1947.

<sup>18</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-525.

tão por vir, a máscara presidencial caída no chão. Em poucas horas, S. Exa. zomba de um dos poderes constituídos da República, faz a espada prevalecer sobre a pena da lei, a força e a prepotência encimar-se à justiça, à ordem. Aposenta o Supremo Tribunal, fecha-o moralmente, abrindo o vácuo imenso e terrível para qualquer nação do mundo, o vazio da fé, que ocorre a um povo quando se percebe que não poderá contar com a Justiça quando as baionetas falam mais alto que a lei.<sup>19</sup>

O jornalista, que segundo a denúncia,

tem como objetivo um só: combater a revolução salvadora que nos livra das malhas do comunismo [...], foi indiciado em inquérito policial que ouviu Clarice Aguiar Jorge, Antonio Messias Galdino, Og Pesotti, Sérgio Ciella, Ednir de Conti, e os autos foram remetidos à Justiça Militar.<sup>20</sup>

Em 1965, documento mostra nova tentativa de incriminá-lo, sem sucesso: assinado por Eduardo Silveira Motta Jr, a informação é que não se conseguiu provas contra o repórter Elias Cecílio “no sentido de agitar o meio estudantil e operariado contra a ordem político social”.<sup>21</sup> Nos anos 1970, longa troca de documentos envolveu, inclusive, o delegado Romeu Tuma (1931-2010) em função de um “Bom dia, leitor”, publicado pelo jornalista em que ele falava do fim de suas relações de amizade com o delegado Joseph Cella (1924-2005). O processo acabou arquivado depois de um parecer do diretor técnico do Departamento indicando que nada havia a apurar contra o delegado, já que “nunca existiu profunda amizade entre a digna autoridade e o colunista”.<sup>22</sup> É de 1975, o informe 2337 do Comando II Exército sobre Cecílio:

Já se declarou candidato a prefeito em 76. Tendo a responsabilidade do jornal ‘O Diário’ em suas mãos, não é impossível que venha a vencer as eleições, o que seria inconveniente para a Re-

<sup>19</sup> Folha de Piracicaba, O marechal da banda de lá. 27/11/1964, primeira página.

<sup>20</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, arquivado no prontuário 3477, volume 10.

<sup>21</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1122.

<sup>22</sup> Conforme documentos existentes nos arquivos do DEOPS-SP, sob números 50-Z-261-2252 a 2270.

volução, não só por sua ojeriza por militares, como também, por trazer de volta todos os elementos que a Revolução combateu e combate, como Romeu I. Rípoli, Francisco Salgot Castillon, ex-prefeito casado, que Cecílio apregoa que foi injustiçado pela Revolução. Salvo melhor juízo, é motivo de preocupação a aproximação de Cecílio com o governo do Estado, combatendo o projeto do prefeito, solicitando convênio com o Ministério do Exército para manutenção do Tiro de Guerra, considerado ofensivo aos militares. Era sócio com Domingos Aldrovandi no jornal 'O Diário', sendo que adquiriu parte do mesmo. Há suspeitas que tenha capital de Rípoli e Leopoldo Dedini. Consta que Cecílio teria conseguido um empréstimo junto ao Governo do Estado de Cr\$ 500 mil e que já teria recebido CR\$ 180mil.<sup>23</sup>

Anteriormente, em 1972, a partir de artigo do jornal "O Diário" sobre espancamento efetuado por um policial (trata-se do caso Lazinho, relatado no artigo "Piracicaba teve de tudo, sim"), o então delegado seccional de Polícia, Ivan Pantaleão, solicitou abertura de sindicância. Há de se crer que no pedido de abertura os ataques ao jornalista tenham sido significativos, já que o material levou a um despacho do delegado titular de Ordem Política de São Paulo, Alcides Cintra Bueno Filho, em outubro de 1972:

Não obstante o minucioso e bem elaborado despacho nº 007/72, do Dr. Ivan Pereira Pantaleão, De-legado Seccional de Piracicaba, e o manancial de artigos de diversas naturezas, publicados nos jornais 'O Diário e Folha de Piracicaba', da responsabilidade do jornalista, advogado, Cecílio Elias Neto, não consideramos seus escritos como subversivos e contrários à Segurança Nacional. Não vislumbramos ter o articulista a intenção de provocar a subversão da ordem político-social vigente no País. A Lei de Segurança Nacional exige o dolo específico, a intenção inequívoca do Agente de provocar a guerra psicológica adversa ou a subversiva... Em outras palavras, se a notícia divulgada é falsa, ou se o agente deturpou os fatos, se caluniou

---

<sup>23</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-2178/2140.

ou injuriou a pessoa visada nos seus ataques, o processo de apuração de responsabilidade é da Lei da Imprensa, uma vez comprovado o dolo, o delito é de natureza comum [...]

A resposta do então delegado seccional de polícia de Piracicaba, depois de receber o despacho, foi de “não parecer oportuno a representação agora, ao Ministério Público”, sendo os autos encaminhados ao Arquivo Geral do DEOPS em fevereiro de 1973.<sup>24</sup>

Cecílio é sempre lembrado, nos informes, como amigo de padres também indicados como subversivos, como Otto Dana e José Maria de Almeida. A documentação mais farta é sobre Dana, que tem vários comentários sobre seus sermões, registrados, inclusive por delegados que visitam Piracicaba, como José Marconi Junior. As observações de Marconi sobre Otto, de 1972, chegaram ao delegado do DEOPS-SP, Romeu Tuma (1931-2010) :

o referido sacerdote, que além de padre acumula as funções de professor em alguns ginásios daquela cidade, está tentando colocar a classe operarial contra a empresarial, o que poderá vir a conseguir, já que, conforme informação, a maioria dos fiéis que ali se acotovelava era constituída de gente humilde e operários.

Uma missa foi assistida pelo delegado na capela Nossa Senhora Aparecida, próxima à Rua do Porto.<sup>25</sup> Já o delegado local, Joseph Cella, em relatório reservado também de 1972, menciona Otto Dana entre as pessoas que desfrutaram de prestígio político na cidade, ao lado de Domingos Aldrovandi, Guerino Trevisan, João Fidelis, Bento Dias Gonzaga, Rubens Braga, Antonio Coelho, Antonio Dumit, João e Luiz Guidotti, Sebastião Rodrigues Pinto.<sup>26</sup> Todos os nomes são de pessoas envolvidas em política partidária, Otto é o único fora deste perfil.

Anos mais tarde, a Igreja Católica deixaria de preocupar os delegados locais e pouca coisa seria registrada contra o novo bispo de Piracicaba, D. Eduardo Koaik, embora, durante permanência anterior como bispo-assistente no Rio de Janeiro, sua figura tivesse estado sob

<sup>24</sup> Conforme documento existente no DEOPS-SP, Informação nº 143/73 do Arquivo Geral.

<sup>25</sup> Conforme documento existente no DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1341.

<sup>26</sup> Conforme documento existente no DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1305.

constante suspeita dos militares cariocas.

## A contínua preocupação com João Herrmann

Se investigadores e delegados cansavam-se de recortar artigos do jornalista Cecílio, cansaram-se ainda mais, nos anos seguintes, com o seu constante acompanhar ao prefeito João Herrmann Neto, que fez da cidade ponto de efervescência política e de debates com encontros, congressos e eventos de todos os tipos que se sucediam na cidade patrocinados pela prefeitura. Era preciso monitorar discursos, os visitantes, convidados e, mais ainda, uma intensa agenda de atividades que incluía, também, a reorganização de grupos populares, de favelados, de núcleos também na periferia. Como escreveria um de seus mais próximos assessores, Neidson Rodrigues,<sup>27</sup> anos depois:

O projeto [dos militares] era totalizador [...] Eliminavam-se os partidos políticos, cassavam-se mandatos de parlamentares, de políticos e de cidadãos capazes de contestar ou recusar os princípios inerentes ao novo regime. Fechavam os sindicatos, colocavam-se na ilegalidade os movimentos populares e todo e qualquer movimento social representativo de interesses divergentes dos interesses daqueles estabelecidos pelos princípios da chamada Revolução [...] Não puderam, entretanto, os governantes e os dirigentes que ascenderam ao poder, a partir de 1964, compreender que enquanto se organizava nos escritórios ocupados pelas elites a nova ordem nacional, a sociedade ia criando, também por debaixo, os instrumentos de manifestação, de organização e de participação, o rompimento do próprio princípio ao autoritarismo centralizado, instalado no Estado brasileiro.<sup>28</sup>

É possível que os delegados locais não conseguissem identificar essa dinâmica que aos poucos ia alterando Piracicaba, a partir dos

---

<sup>27</sup> Neidson Rodrigues foi filósofo, doutor em Educação pela PUC/SP e pós-doutorado na Universidade de Londres. Na UNIMEP foi professor e diretor da Faculdade de Comunicação Social. Na Prefeitura Municipal foi secretário de coordenação política na administração João Herrmann Neto. Foi superintendente da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Faleceu em 2003.

<sup>28</sup> HERRMANN NETO, 1984, p. 44.

anos do governo João Herrmann e da reitoria de Elias Boaventura (1938-2012) à frente da UNIMEP e justamente por isso os informes encaminhados ao DEOPS-SP se fixassem nas atividades pessoais de ambos. Novas lideranças eram criadas na periferia, fortalecia-se a participação popular, surgiam novos movimentos sindicais e aumentava a contestação ao regime de uma maneira difusa, que encontrava espaços, apoio e incentivo, tanto em iniciativas da Prefeitura Municipal como da UNIMEP. Piracicaba se tornava espaço possível de contestação e de renascimento de práticas democráticas. Mas esse nível de análise mais elaborada nunca esteve presente no material de informação emitido por Piracicaba.

A irritação dos delegados locais com Herrmann era apenas expressa em comentários que acompanham o relato de sua movimentação: encontro de prefeitos, encontros da anistia, manifestações contra a poluição, posse de diretoria da UNE, comícios. Como ocorreu, por exemplo, em reunião de prefeitos realizada em 1978 para discutirem questões relacionadas ao abastecimento da água no Estado. Segundo o delegado Adilson Togniolo, dos 51 convidados, havia apenas 5 presentes:

a maioria dos prefeitos receosos de participarem de qualquer reunião com João Herrmann Neto em virtude do mesmo ser useiro e vezeiro em criticar as autoridades constituídas, fugindo totalmente dos assuntos que devem ser tratados.

Em outubro do mesmo ano, outro relato dá conta de incidente ocorrido durante inauguração de nova agência do Banco do Brasil na cidade: “Herrmann fez questão de usar da palavra, criticando aquela administração bancária, comparando as porcentagens elevadas de lucros do banco e a ínfima porcentagem de aumento concedido aos funcionários”.<sup>29</sup> No entanto, bem poucas acusações de caráter político mais consistente se registravam contra o prefeito nos documentos encontrados, à exceção de indicação, em seu prontuário, de ser “elemento solidário com a Voz da Unidade (PCB)”.

Quando, entretanto, os informes eram assinados por investigadores que se deslocavam de São Paulo para acompanhamento de situações especiais, a análise sobre Herrmann muda de tom, mesmo que existissem informações contraditórias. É o que aconteceu, por

<sup>29</sup> Conforme documento existente no DEOPS-SP, sob número 21-Z-14-5837.

exemplo, à época do XXX Congresso da UNE, que se realizou em Piracicaba em 1980 e que gerou extensos relatos antes mesmo que ocorresse, com o envio de equipes especiais do DEOPS-SP para levantamento do clima e das condições da cidade. No item antecedentes do prefeito, depois de elencar questões pessoais no seu trato com secretárias, o documento lembra que

em seu gabinete de trabalho [Herrmann] costuma dizer em alta voz que não atende os empresários e industriais que não forem simpatizantes de seu partido, quando estes procuram resolver pessoalmente problemas de suas empresas ligados à prefeitura.

Acrescentava também, que “outro fator que incomoda um pouco os industriais da região é que sempre o prefeito comparece às solenidades oficiais ou não, vestindo esporte, sem paletó ou gravata, dependendo da ocasião até de bermudas”. Os investigadores registram também o hábito de Herrmann sequer comparecer a eventos onde estavam presentes autoridades estaduais e federais e nem mandar representantes, fato que teria ocorrido quando o Secretário Estadual da Segurança, Antonio Erasmo Dias (1924-2010), esteve em Piracicaba para inaugurar dois novos distritos policiais. No entanto, o documento admite que:

todos os munícipes são também unânimes em afirmar que sua administração é boa, pois ele asfaltou quase todas as ruas da cidade, antes pavimentadas apenas com paralelepípedos, dinamizou a administração nos vários setores, especialmente educação, esportes, infra-estrutura, água, luz, etc., motivo pelo qual goza de simpatia da população piracicabana.<sup>30</sup>

É neste mesmo período, e sempre muito próximo aos informes sobre João Herrmann, que emergem com mais frequência os documentos sobre Elias Boaventura e Adelmo Alves Lindo, o primeiro então à frente da Reitoria da UNIMEP e o segundo como presidente do Diretório Central dos Estudantes daquela Universidade. O fato é facilmente compreendido, já que Prefeitura e UNIMEP promoviam

---

<sup>30</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-44-13452-E e 20-C-44-13452-F.

muito eventos em parceria e, na maioria do que ocorria em Piracicaba e que de alguma forma relacionava-se ao combate à ditadura, estariam presentes Herrmann e Boaventura.

Em 1981, Elias Boaventura foi qualificado – em página timbrada da Secretaria da Segurança Pública, a partir de informe referente a um seminário sobre Educação Popular que trazia a Piracicaba representantes de Nicarágua e El Salvador e o educador Paulo Freire (1921-1997) – como elemento que “se encontra engajado em vários movimentos de tendências esquerdistas, além de sido constatada sua ligação com os dirigentes da União Nacional dos Estudantes, Comitê Brasileiro de Anistia e Jornal Hora do Povo”.<sup>31</sup> Outro informe sobre ele, esse originário do IV Comando da Aeronáutica, formulava, já em 1979, as seguintes considerações:

ao que parece, há tempos atrás, o reitor da Universidade foi substituído pelo atual, o qual contou com enorme colaboração dos alunos, razão pela qual acredita-se que o mesmo usa de todos os meios para aparecer como protetor dos universitários.<sup>32</sup>

Sua defesa dos estudantes, de forma prática, por mais de uma vez gerou informes do delegado de Piracicaba, Adilson Togniolo, sobre suas idas à delegacia para protestar contra prisões que ocorriam com as lideranças da Universidade. Exemplo disso foi o fato ocorrido em fevereiro de 1980, quando três deles foram detidos pela venda do Jornal Hora do Povo: o ofício do delegado informava ao DEOPS que Boaventura estivera na delegacia dizendo que “iria representar contra prisões arbitrárias”.<sup>33</sup> Os documentos buscam vincular também iniciativas da UNIMEP, à época de Boaventura, como de caráter preocupante, como a criação do Centro de Filosofia e Teologia, para o qual “Hugo Assmann [1933-2008],<sup>34</sup> ex-exilado e recém-chegado de El Salvador onde foi chefe de várias guerrilhas, foi contratado como

<sup>31</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-160-16802.

<sup>32</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-D-26- 6777 a 6779.

<sup>33</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-44-8402.

<sup>34</sup> Hugo Assmann foi um dos mais importantes teólogos da Libertação. Também filósofo e educador, esteve exilado na Alemanha, Uruguai, Chile e Costa Rica e foi um dos fundadores do DEI (Departamento Ecumênico de Pesquisas) com sede em San José, Costa Rica, e da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT). Depois da anistia, ao retornar ao Brasil, vinculou-se à UNIMEP, onde foi professor do Programa de Pós-Graduação entre os anos de 1981 e 2005. Mais informações em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=149&cod\\_boletim=8&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=149&cod_boletim=8&tipo=Artigo) e <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/12299-hugo-assmann-teologia-com-paixao-e-coragem-artigo-de-jung-mo-sung>.

mentor intelectual".<sup>35</sup> Sobre a Universidade, nos anos 80, um dos informes do DEOPS chegou a indicar que

a mobilização do movimento estudantil naquele campus da UNIMEP supera até mesmo a euforia dos campus da PUC e USP nos anos passados, sendo uma proporção maior de estudantes que se mobilizam em torno de seus líderes e suas bandeiras.<sup>36</sup>

Já Adelmo Alves Lindo foi crescendo nas preocupações do DEOPS na medida em que o movimento estudantil da UNIMEP se fortalecia, até que chegou a ser eleito vice-presidente da UNE, no congresso que ocorreu em Piracicaba em 1982. Entre 1979 e 1982, listam-se ao menos 49 informes que citam dados sobre ele, como um dos assinados por investigadores de São Paulo:

elemento que se destacou em sua gestão como presidente, angariando simpatia dos estudantes piracicabanos, pelos arrojados comícios relâmpagos em atos públicos e passeatas, tendo utilizado desse tipo de propaganda em todas as faculdades da região nos dois dias de eleições (UEE), quando não haviam fiscais de outras tendências para obstruir este tipo de voto de boca de urna, proibido pelo estatuto da UEE [União Estadual dos Estudantes].<sup>37</sup>

Nesses tempos de mais intensa vigilância, o DEOPS indica preocupações que hoje pareceriam especialmente estranhas, como manifestações em favor da ecologia e da preservação do Rio Piracicaba, talvez percebendo que ali já existisse a reorganização popular e a capacidade de indignação, práticas que ainda demorariam a permear a sociedade brasileira novamente. Em 1978, coordenada pelo Lions Clube Norte, uma manifestação que teve como mote "Estamos de luto pelo Piracicaba" – e que levou ao fechamento do comércio, à realização de missa especial, passeata, a que o time do XV de Novembro portasse faixa com os mesmos dizeres antes de iniciar seus jogos – foi longamente relatada pelo delegado seccional aos seus superiores. Um dos informes indicava:

Os políticos locais e o prefeito João Herrmann

<sup>35</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 52-Z-0-4748, Infor DOPS 81-B/81.

<sup>36</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-44-13452-G.

<sup>37</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 21-Z-14-9889.

Neto nada faziam a não ser demagogia, criticando o Projeto Cantareira [...] como soi acontecer, a imprensa exagerou um pouco nas notícias, chegando a dizerem em passeatas com 2 mil veículos.<sup>38</sup>

O informe demonstra, entretanto, a gravidade com que o assunto era tratado, relatando que, por volta das 21h30, os delegados de Piracicaba se reuniram com o delegado regional de Campinas, Fortunato C. Florence, o delegado do SOPS Campinas, Messias Pimentel, mais os investigadores Paulo Camargo e Marcos para confirmarem que se tratava de uma manifestação “apolítica”.<sup>39</sup> O jornal “O Estado de S. Paulo” assim noticiou a movimentação:

Sábado Piracicaba realizará um encontro bastante curioso: uma procissão de homens e mulheres carregando bandeiras pretas e com rostos cobertos por máscaras, andando sobre as pedras do tradicional Salto do Piracicaba, hoje utilizado para banho de sol das famílias dos ex-pescadores e sócios do Clube Regatas, fundado numa época em que o clube era utilizado para corrida de barcos, natação e pesca, hoje um clube de cunho apenas social.<sup>40</sup>

Em junho de 1979 o tema voltou a preocupar, como mostra o comunicado do delegado Adilson Togniolo sobre a caminhada programada para sensibilizar a opinião pública sobre agressões contra o meio ambiente.<sup>41</sup> A questão passou a ter orientação de acompanhamento vinda diretamente do delegado geral do DEOPS, Romeu Tuma, como se pode concluir pelo telex a ele enviado pelo delegado regional de Campinas, Fortunato Florence:

cumprindo determinação Sr. Delegado geral, informo que compareci nesta data na delegacia de Piracicaba [...] tivemos oportunidade de sentir que a situação nesta cidade é de perfeita ordem [...] movimento completamente apolítico [...] Durante desfile alguns aproveitadores se infiltraram meio motoristas e lançaram rio Piracicaba caixões

<sup>38</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z- 261-2828.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> O Estado de São Paulo, Piracicaba faz campanha para defender o seu rio. 11/10/1978, p.21.

<sup>41</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-2817.

As manifestações levaram à criação da Praça do Protesto Ecológico, em cuja inauguração falou o insuspeito promotor público Paulo Afonso Leme Machado,<sup>43</sup> em setembro de 1979, questão noticiada com maior ou menor ênfase política dependendo do veículo que se lesse:

[...] integrantes do Clube da Toca – uma facção do Lions local – encheu uma garrafa com a medonha água do rio, colocando um rótulo que diz: “Cuidado, água do Piracicaba”. A garrafa será entregue agora ao Secretário do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, dono da Usina Esther, a mesma que, há algumas semanas atrás, poluiu todo o sistema hídrico da região, obrigando Americana, Limeira e Piracicaba a paralisarem o fornecimento de água potável por algumas horas.<sup>44</sup>

“Morto, o [rio] Piracicaba lança sobre a cidade o cheiro de sua morte [...] O restilo da cana, a soda da celulose, o cádmio, o esgoto de 52 municípios e de 307 indústrias – situadas ao longo dos 185 quilômetros da bacia do Piracicaba – se transformaram em sua arma de vingança. Sua água, agora, mesmo tratada com uma quantidade de cloro quatro a cinco vezes acima do normal, guarda uma coloração escura, cheira mal e tem gosto ruim [...] Decidida a ressuscitar o rio, a cidade não encontrou, porém, nenhuma outra alternativa, senão a do protesto público de seus habitantes [...]”<sup>45</sup>

O caráter até mesmo ecumênico da mobilização da cidade, que envolvia lideranças religiosas de várias denominações, foi a tônica da manchete de um dos jornais no dia seguinte aos protestos, destacando a manifestação do coordenador da Pastoral Universitária da UNIMEP, Nilo Belotto:

Ninguém pode ver nessa tomada de posição das re-

<sup>42</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-2753.

<sup>43</sup> Paulo Afonso Leme Machado, promotor público em Piracicaba entre 1969 e 1986, foi um dos introdutores do Direito Ambiental no Brasil. Quando destas manifestações, ele coordenava o I Curso de Direito Comparado do Meio Ambiente que se realizava no país, sediado pela UNIMEP, com a presença de juristas de várias partes do mundo. É professor na área de pós-graduação em Direito na Universidade Metodista de Piracicaba.

<sup>44</sup> Jornal da República, Piracicaba pede água. 3/9/1979.

<sup>45</sup> Revista Veja, A agonia das águas. Ed. 531, 8/11/1978, p.119-122.

ligiões, nessa participação em protesto contra os desatinos dos poderosos um ato de agressividade. Absolutamente! Estamos defendendo o que Deus nos deixou de puro e essencial à vida. Ele deixou-nos o que habita nesse mundo para nos ser mantimento.<sup>46</sup>

## Sem tempo para acabar

A Delegacia de Ordem Polícia e Social – DEOPS-SP – nasceu em 1924, através da lei 2034, de 30 de dezembro, como um órgão da área de segurança pública. A melhor caracterização de suas funções aconteceu a partir de 1944, quando novo decreto previa que às delegacias de Ordem Social caberá “organizar cadastro dos elementos que se orientem por credos e ideologias contrárias ao regime democrático, ou contrárias à ordem social vigente, inclusive com um índice para buscas de urgência”.<sup>47</sup> Ao longo dos anos, sempre fixado em monitorar quaisquer movimentações que parecessem ameaçar a ordem,

o DEOPS acumulava uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, posteriormente, descobrir os crimes por elas cometidos. Prioritariamente, não se busca descobrir o criminoso a partir de um crime, mas o crime através do (suposto) criminoso. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos de antemão por portarem certas características: tipo de fala, de ideias, de trajes, de trabalho, de relações de amizade, de leituras.<sup>48</sup>

Muitos foram prioritariamente visados em seu trabalho de monitoramento: estrangeiros, operários, estudantes e professores, religiosos, jornalistas, pessoas que a qualquer tempo pudessem ser qualificados como comunistas, a grande prioridade a ser combatida.

O auge do monitoramento aos comunistas em Piracicaba ocorreu na década de 1940, quando a organização do Partido Comunista Brasileiro na cidade permaneceu registrada em detalhes nos arquivos do DEOPS-SP. As três primeiras pastas da série

<sup>46</sup> Tribuna Piracicabana, O que foi a Marcha contra a poluição. 2/9/1979.

<sup>47</sup> Decreto-Lei 13.969, de 9/5/1944.

<sup>48</sup> AQUINO, 2001, p.25.

relacionada à cidade iniciam-se justamente com esse tipo de informe exclusivo sobre os comunistas aqui existentes, datados de 1945, onde chamava especial atenção João Batista Vizioli (1896-1962), “elemento perigosíssimo, devido a suas ideias. Advogado provisionado”.<sup>49</sup> O delegado de Piracicaba os dividia entre simpaticizantes, agitadores, orientadores e propagandistas, listados nominalmente, e cujas funções junto ao Partido Comunista eram descritas em detalhes.<sup>50</sup> Em 1948 os investigadores locais continuavam trabalhando para listar nominalmente os comunistas, com respectivas profissões e endereços: havia alfaiates, mecânicos, lavradores, barbeiros, professores, padeiros, corretores e uma “meretriz”, Estefania Sampaio, então dona da zona do meretrício local. Maiores preocupações eram dirigidas a pessoas que, embora atuando em outros municípios, continuavam a voltar a Piracicaba todos os finais de semana: João Chiarini (1919-1988), trabalhava em estabelecimento de ensino em São Manuel; João Verderese (1914-2005), dirigia o Aeroclube de Leme; Paulo Gonçalves Moraes, trabalhava na Editora Brasiliense; Antonio Oswaldo Ferraz (1905-1975), trabalhando no Departamento de Educação em São Paulo como oficial de gabinete de Thales de Andrade. O relato ainda indica como “orientador intelectual dos comunistas deste município o Prof. Hélio Morato Krahenbuhl (1916-2002), oficial de gabinete do Sr. Prefeito Municipal”.<sup>51</sup> Os efeitos de se relacionar com estas pessoas perduraria ao longo dos anos, como é possível observar em radiograma recebido pelo DEOPS-SP em junho de 1952, vindo da SSP Porto Alegre, com o seguinte teor:

Reitoria Universidade local está vivamente interessada esclarecer situação enfermeira Olga Verderese (1917-2004)<sup>52</sup> sobre a qual V. Sa. já nos informou em rádio de 14/6 que consta como registro 1942. Desejamos aprofundar se efetivamente era ao tempo militante comunista de convicção e se se pode considerá-la como elemento suspeito pois se trata de pessoa credenciada sem nenhuma ativi-

<sup>49</sup> Primeira pasta da série 50-Z-261, existente nos arquivos do DEOPS-SP.

<sup>50</sup> BRUSANTIN, 2003, p.44-45.

<sup>51</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-28 e 29.

<sup>52</sup> Olga Verderese, piracicabana, formou-se na segunda turma do curso de Enfermagem da USP nos anos 1940 e nos anos 1950 foi uma das fundadoras e posteriormente diretora da Escola Superior de Enfermagem do Rio Grande do Sul. Entre os anos 1960 e 1980 foi consultora regional em Educação de Enfermagem da Organização Pan-Americana de Saúde, atuando em vários países.

dade esquerdista conhecida.

O DEOPS-SP fez, então, solicitação ao delegado regional de Piracicaba no sentido de confirmar se Olga ainda exercia alguma atividade na cidade, já que constava que, “em 1941 fazia parte de célula orientada pelo Prof. Antonio Oswaldo Ferraz [1905-1975], na Escola Normal local”. A resposta foi dúvida: “Não foi possível positivar informações”.<sup>53</sup>

Em 1983, através do decreto 20.728, o DEOPS-SP foi extinto, mas sua documentação, cerca de 15 toneladas de papel, capaz de indicar como o órgão atuara e agira ao longo de quatro décadas, permaneceu sob guarda da Polícia Federal até 1991. Aberta – e disponível inicialmente apenas a pesquisadores que demoraram anos para entender os códigos que cercavam informes, dossiês e prontuários – sempre sobrou a suspeita de que uma “limpeza” fora feita anteriormente à sua liberação. João Paulo Garrido Pimenta, historiador e então técnico a serviço do Arquivo do Estado, quando chegou a manusear o material admitiu:

embora em pequenas proporções, é visível a ausência de documentos neste acervo, sendo tais lacunas perceptíveis pela falta de pastas ou fichas entre números e nomes. O preocupante é que existem evidências claras de que ele foi manipulado no período após 1983 e anterior à sua chegada ao Arquivo do Estado, ou seja, durante a guarda da Polícia Federal.<sup>54</sup>

A questão é que, extinto o DEOPS, as práticas de acompanhamento e vigilância características do período da ditadura militar permaneceram nos anos posteriores. O fato foi verificado a partir de mais um arquivo encontrado – e também disponível junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo – que pertencia ao Departamento de Comunicação Social

da Polícia Civil de São Paulo.<sup>55</sup> Segundo a FAPESP, o acervo, que guarda

<sup>53</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-715.

<sup>54</sup> PIMENTA, 1995, p.153.

<sup>55</sup> O Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi criado em 15 de março de 1983, pelo Decreto n. 20.872, e tinha como funções planejar, controlar e coordenar a coleta, processamento e difusão de informação

semelhança ao material produzido durante décadas pelo DEOPS,

é composto por 1.220 pastas de dossiês pessoais e temáticos organizados por códigos alfanuméricos; 316 caixas de dossiês organizadas por assunto e 52.194 fichas remissivas, contendo resumo de informações sobre documentos expedidos por diferentes órgãos, relatórios de ações investigativas, materiais apreendidos e grande quantidade de recortes de jornais.<sup>56</sup>

Embora grande parte do material seja composto por clippings de jornais e revistas, o foco de vigilância não se altera, mesmo com a mudança do regime: são sempre as mesmas figuras de Piracicaba. Continuam os registros sobre João Herrmann (de 1983 a 1996), dando conta, por exemplo, de sua presença na posse do prefeito de Paulínia, José Pavan, e na posse da nova diretoria da UNE; sua candidatura como vice de Plínio de Arruda Sampaio ao governo de SP; a apreensão de cartilha contra sua vida particular quando da candidatura a prefeito de Piracicaba em 1996.<sup>57</sup> Outro em evidência é Adelmo Alves Lindo, especialmente em 1983, registrando sua participação em atos públicos e congresso de educação popular.<sup>58</sup> A crise que envolveu a UNIMEP, em 1985, com a tentativa de afastar Elias Boaventura da Reitoria, está fartamente documentada por informes da delegacia seccional de Piracicaba e recortes de jornais, tanto da grande imprensa quanto de Piracicaba, praticamente dia a dia, até seu desfecho com a decisão da Justiça de mantê-lo no cargo, e sua candidatura a deputado estadual em 1986.<sup>59</sup>

É deste período uma sequência de registros mais constantes sobre o ex-prefeito José Machado,<sup>60</sup> num acompanhamento que se inicia em 1982, fixado desde sua candidatura a deputado até seus atos como prefeito de Piracicaba em 1992.<sup>61</sup> Apesar de sua história anterior – quando

---

social, e do relacionamento interno e externo da Polícia Civil na capital e demais municípios. Foi extinto em 24 de novembro de 1999, pelo Decreto n. 44.448. Informações do Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre documentação recebida. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia\\_ficha.php? arranjo=347&palavra=](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia_ficha.php?arranjo=347&palavra=). Acesso em: set. 2013.

<sup>56</sup> Arquivos da espionagem policial. 06/07/2011. Agência FAPESP. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/14137>. Acesso em: set. 2013.

<sup>57</sup> Fichas disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo via internet: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSH00190.pdf> e <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSH00191.pdf>.

<sup>58</sup> Fichas disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo via internet: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSL01256.pdf>.

<sup>59</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob números 17-D-13-3589/92 a 98 e 17-S-27-51 a 53.

<sup>60</sup> José Machado foi prefeito de Piracicaba, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em dois mandatos: 1989-1992 e 2001-2004.

<sup>61</sup> Resultado de consulta via internet, ao acervo do DOPS-SP, disponibilizado através do endereço <http://www.arquivoestado>.

ainda estudante universitário em São Paulo foi preso e processado pela acusação de pertencer à VAR-Palmares, cumpriu pena no Presídio Tiradentes entre 1969 e 1971<sup>62</sup> – Machado não chegou a despertar a atenção dos órgãos policiais da cidade enquanto professor da UNIMEP e ao início de sua militância política, até início dos anos 1980. Essa indiferença – ou seria ignorância? – dos policiais de Piracicaba no acompanhamento àqueles que chegavam à cidade com vivências que haviam sido consideradas preocupantes por órgãos superiores da repressão militar é algo estranho, mas não incomum. Mas não se trata apenas de policiais locais: via de regra é como se aqueles que, enquanto nos grandes centros eram objeto de preocupação, ao se transferirem para o interior simplesmente fossem abandonados pelos sistemas informação.

Sobre figuras como Antonio Costa Gadelha (1935-2012), assessor jurídico-administrativo do prefeito João Herrmann Neto entre 1979 e 1982, nada se encontra registrado durante sua passagem por Piracicaba. Mas Gadelha era importante liderança bancária no Estado e vinculado ao Partido Comunista que, em 1975, como muitos outros, havia sido preso sem maiores explicações. Sua prisão motivara, inclusive, uma carta da esposa ao jornalista Ruy Mesquita, na tentativa de divulgar o ocorrido para manter sua integridade física, num momento em que a tortura era adotada em São Paulo:<sup>63</sup>

Antonio fora eleito Secretario Geral da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo, em 1964, cargo para o qual não chegou a tomar posse, devido à Revolução de 1964. Suspeito pelo novo governo, como todos os líderes sindicais daquela ocasião, respondeu inquérito, nada constando que o desabonasse ou desmerecesse. Demitido do Banco do Brasil, dedicou-se ao consórcio de automóveis, atividade que desenvolve até hoje. Entretanto, em 20 de abril de 1971, viu seu escritório invadido por agentes do DEOPS que o levaram. Torturado no DEOPS por 8 dias sob a alegação de 'incentivar o movimento sindicalista', foi liberado após mais de um mês de prisão sem que nada se houvesse apurado sobre ele, e sem que respondesse nenhum processo ou fosse sequer indiciado pela Justiça [...] Agora é nova-

---

[sp.gov.br/memoriapolitica/fichas.php?pesq=1&nome=jos%E9+machado&ano\\_inicial=&ano\\_final=&prontuario=&organizacao=&Reset2=Buscar](http://sp.gov.br/memoriapolitica/fichas.php?pesq=1&nome=jos%E9+machado&ano_inicial=&ano_final=&prontuario=&organizacao=&Reset2=Buscar).

<sup>62</sup> FREIRE, Alípio e outros, 1997, p.119.

<sup>63</sup> Antonio Gadelha foi retirado de sua casa, em São Paulo, pelo II Exército, no dia 9/10/1975, 16 dias antes da morte de Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI.

mente o pesadelo e o desmoronar [...]»<sup>64</sup>

Gadelha foi um dos 76 indiciados no processo crime 3/76, a partir da prisão de 347 militantes ou acusados de pertencerem aos quadros do Partido Comunista em 1975, conforme amplo relatório do CIE, assinado pelo General Antonio Silva Campos, chefe do órgão, que também relacionava a estrutura e os membros de vários comitês municipais, apontando, inclusive em Piracicaba, a presença das atividades através de núcleo dentro da ESALQ, pelo qual responderiam José Montenegro de Lima e Flávio Borges Botelho Filho.<sup>65</sup> Antonio Gadelha foi um dos 69 absolvidos pela Justiça Militar em 1976. Em 1979 foi reintegrado pelo Ministério da Fazenda, depois de anistiado, podendo retomar suas funções no Banco do Brasil. Mas em 1982, por ocasião de VII Congresso Nacional do PCB, do qual era delegado, foi outra vez indiciado em processo baseado na Lei de Segurança Nacional. Em 2013, uma rua de Santa Terezinha recebeu seu nome.<sup>66</sup>

O mesmo se pode dizer com relação ao jornalista Paulo Markun, preso à mesma época, indiciado no mesmo processo que Gadelha, mas que ganhara mais notoriedade por ser um dos jornalistas que estavam no DOI-CODI em 25 outubro de 1975, dia em que ali morreu Vladimir Herzog,<sup>67</sup> e que testemunhou indícios da tortura de que ele foi vítima.<sup>68</sup> Markun, que era amigo e trabalhara com Herzog, foi liberado para acompanhar o sepultamento e retornou à prisão, acusado de ser membro do Partido Comunista, de onde saiu apenas em 3 de novembro de 1975.<sup>69</sup> Em 1978 Paulo Markun transferiu-se para Piracicaba para ser editor do Jornal do Povo, semanário de propriedade do prefeito João Herrmann Neto, que circulou por apenas um ano. Mas sua presença em Piracicaba também nenhum interesse despertou nas autoridades policiais locais. O único registro existente se dá com relação à sua participação em um debate sobre a anistia, ocorrido naquele ano, que trouxe a Piracicaba a viúva de Herzog,

<sup>64</sup> Documento datado de 10/10/1975, enviado ao Jornal da Tarde, divulgado pelo projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=COMISS\\_JUST&pesq=antonio+costa+gadelha](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=COMISS_JUST&pesq=antonio+costa+gadelha).

<sup>65</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 30-C-1-24555 a 24508.

<sup>66</sup> A indicação do nome de Antonio da Costa Gadelha para uma rua de Piracicaba foi do vereador José Antonio Fernandes Paiva. Disponível em <http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/rua-no-jardim-colina-verde-recebera-nome-de-ex-bancario-sindicalista-16944>.

<sup>67</sup> A morte de Vladimir Herzog e sua importância para a história do país foram analisados no documentário “Vlado, 30 anos”, de João Batista de Andrade. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=pB8XC5wyOeU>.

<sup>68</sup> Paulo Markun relata detalhes em seu livro “Meu querido Vlado – a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração”, 2005.

<sup>69</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 52-Z-0-13507.

Clarice. De volta a São Paulo, já a partir de 1984, o acompanhamento recomeça.<sup>70</sup>

Com Markun, para desenvolver o projeto gráfico do Jornal do Povo, viera para Piracicaba, onde permaneceu durante curto período de tempo, o também jornalista George Duque Estrada, que também estivera preso no DOI-CODI na noite da morte de Herzog. Tanto quanto Markun, nenhum registro foi encontrado nos arquivos do DEOPS-SP com relação à sua passagem e seu trabalho em Piracicaba.

---

<sup>70</sup> Conforme pesquisa via internet, nos arquivos do DEOPS, ficha de Paulo Markun no DCS, disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSM01138.pdf>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A agonia das águas. **Revista Veja**, ed. 531, 8/11/1978. p.119-122.

ANDRADE, João Batista de. **Vlado, 30 anos** (Documentário). 2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pB8XCSwyOeU>. Acesso em: out. 2013.

AQUINO, Maria Aparecida de e outros. **No coração das trevas: o DEOPS visto por dentro**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. 208p.

Arquivos DEOPS-SP.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003. 220p.

FREIRE, Alípio e outros. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. 550p.

HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**, v.1. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. 378p.

MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração**. São Paulo: Objetiva, 2005. 200p.

O marechal da banda de lá. **Folha de Piracicaba**, 27/11/1964, primeira página.

O que foi a Marcha contra a poluição. **Tribuna Piracicabana**, 2/9/1979.

PFROMM NETO, Samuel. **Dicionário de piracicabanos**. Piracicaba: IHGP, 2013. 584p.

PIMENTA, J.P.G. Os arquivos do DEOPS/SP. **Revista de História**, v. 132, p.149-154. São Paulo, 1º sem. 1995.

Piracicaba faz campanha para defender o seu rio. **O Estado de S. Paulo**, 11/10/1978, p.21.

Piracicaba pede água. **Jornal da República**, 3/9/1979.

MEMÓRIA EM IMAGENS



*Os mais observados  
pela repressão*



Acervo João Chiarini.CCMW/IEP

Os primeiros comunistas de Piracicaba foram indicados pelo DEOPS ainda nos anos 40: João Chiarini, o mais destacado deles, continuaria vigiado ao longo de décadas.

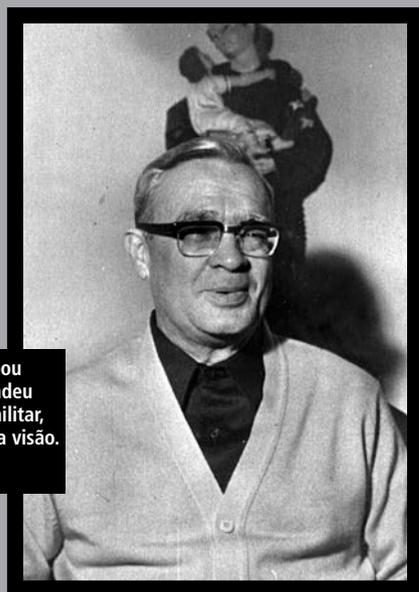
Acervo Centro Cultural Martha Watts e documento reproduzido dos arquivos do DEOPS/Arquivo Público do Estado de São Paulo

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º _____ Nome: = <u>JOÃO CHIARINI</u> =
Cabelos	Data: <u>24/7/46</u> Vulgo: _____
Bigodes	Prontuário Delegacia n.º = <u>70.815</u> =
Olhos	Prontuário geral n.º _____
Estatura	Atividade = <u>COMUNISTA</u> =
Marcas	= <u>Glorinha</u> =
Filiação: — Pai: _____	Mãe: _____
Idade: _____ anos. Nascido em _____ de _____ de 1 _____	Sexo: <u>masc.</u>
Nacionalidade: _____	Natural de: _____
Estado civil: _____	Profissão: _____
Ordenado: Cr.\$ _____	Local de trabalho: _____
Residência: <u>Piracicaba Est.S.Paulo</u>	
É sindicalizado? _____	Sindicato e locais que costuma frequentar: _____



**Padre Otto Dana, que teve muitos de seus sermões gravados, nos anos 60, pelos delegados do DOPS local.**

Foto: Christiano Diehl Neto



**D. Aníger Melillo, que participou do Concílio Vaticano II, defendeu os estudantes da repressão militar, acolheu padres com uma nova visão.**

Foto: Acervo Beatriz Vicentini



## SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA

*Aguiar de S. P. 25-10-72*

Em, 13 de outubro de 1972

RELATÓRIO

Ilmo Sr. Sr.

Milton Abrahão Barhum

Delegado de Polícia Assistente

*55*  
*Em anexo há ...*  
*Delegado de Polícia*  
*18-10-72*

ASSUNTO: Suspeita de subversão - (Padre) Otto Dana

Segundo informações colhidas o Padre Otto Dana foi expulso do Seminário em São Paulo, sendo acolhido e após / algum tempo, ordenado pelo Bispo de Piracicaba Dom Amiger / Maria Melilo. Trabalhou na Paróquias de Amalândia e Corumbataí, onde deu muito trabalho ao Bispo, sendo na época - / proibido por Dom Amiger pelo prazo de três anos de minis- / trar os Sacramentos da Confissão e Comunhão, pois o mesmo / é revolucionário até com relação à religião, é inclusive / contrário a confissão.

Fei recolhido à sede do Bispado, em virtude de ter escrito diversas cartas ofendendo a pessoa de sr. Bispo. Co- / mo atualmente está mais cerado recebeu permissão para ce- / lebrar missa e demais atos pertinentes à religião. Porém, / segundo o informante, tem idéias um tanto revolucionárias / e só tem causado transtornos e aborrecimentos ao Bispo.

Além das funções sacerdotais o referido Padre leci- / ona História no Colégio Estadual Mello Ayres, é candidato / à cadeira de História no Colégio Estadual Dr. Jorge Gury, / onde a professora titular da cadeira pretende entrar de li- / cença. Referido Padre está sendo observado pelo setor DEOPS / desta Delegacia Seccional de Polícia, tão logo tenha algu- / ma informação a respeito comunicarei a V. Sa.

*Paulo Canabary*  
PAULO CANABARY

Investigador de Polícia encarregado de DEOPS

18 10 72  
02 | 261 | 1543





O reitor da UNIMEP Elias Boaventura e o prefeito João Herrmann Neto conversam com o embaixador Rubens Rícipero.

Acervo Beatriz Vicentini e documentação Arquivos DEOPS / Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fl. 06.  
S.G. - S.S.P. - Mod. 07

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL-DOPS-  
POLICIA CIVIL DE SÃO PAULO  
-DIVISÃO DE INFORMAÇÕES-1-DELEGACIA-DOPS-

ANTECEDENTES DO PREFEITO JOÃO HERRMANN NETO;

O prefeito da cidade de Piracicaba, ~~JOÃO~~  
HERRMANN NETO, é do PMDB. Elegeu-se pela diferença de 13 votos  
do 1º colocado do partido governamental (Arena), em 1978, pois  
valia a somatória dos votos por legenda. Tendo sido 2 candida-  
tos a prefeito pela Arena e 3 pelo PMDB, motivo pelo qual este  
partido teve a supremacia com diferença de apenas 13 votos.

Fl. 07.  
S.G. - S.S.P. - Mod. 07

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL-DOPS-  
POLICIA CIVIL DE SÃO PAULO  
-DIVISÃO DE INFORMAÇÕES-1-DELEGACIA-DOPS-

Quando chegam àquele município, autoridades -  
estaduais ou federais, convidadas por industriais da região, -  
e estas também convidam o prefeito, este, mesmo confirmando -  
sua presença, não comparece, nem manda representante, desculpa-  
do-se posteriormente com o anfitrião, alegando uma desculpa -  
qualquer. Fato que ocorreu quando o Secretário da Segurança -  
Antonio Erasmo Biss, compareceu naquela cidade para inaugurar  
2 novos distritos policiais.

Outro fator que incomoda um pouco os industriais  
da região é que sempre o prefeito comparece às solenidades o-  
ficiais ou não, vestido esporte, sem paletó ou gravata, despe-  
dindo da ocasião até de bermudas.

*Tempos em que o medo, a  
desconfiança e as denúncias  
eram sobremaneira incentivadas  
pela polícia e pelo regime militar.  
Valorizavam-se a denúncia  
indiscriminada e a suspeição  
de todos os que pudessem  
parecer comunistas.*

# INFORMANTES DUVIDOSOS, CIDADÃOS DESPROTEGIDOS: cuidado com os comunistas!

Beatriz Vicentini

*Estamos aqui mais uma vez juntos para começar um novo ano letivo. Nem todos os que se matricularam estão presentes. Todos vocês devem saber que de uns tempos para cá isso tem sido considerado normal. Alguns foram presos, outros não puderam fazer o pagamento das taxas, alguns outros estão respondendo a inquérito e por isso estão proibidos de comparecer às aulas enquanto durarem esses tais inquéritos. Como deve ser de conhecimento de vocês, se forem concluídos os inquéritos, todos serão condenados, pois a polícia estudantil nunca errou, já que os policiais, sendo alunos também, sabem muito bem o que fazem quando denunciam algum colega. Sempre têm posto o dedo em cima dos culpados, o que não quer dizer que tenham posto o dedo sobre todos os que mereciam a delação.”*  
(Do conto **Todos serão condenados**, de Deonísio da Silva)

Com o golpe de 1964 algumas figuras se multiplicaram e ganharam status na lógica do poder que se criava no novo regime: os informantes. Interessados em qualquer tipo de informação que pudesse lhes dar algum tipo de subsídio na luta contra a subversão,

os órgãos de repressão do período da ditadura recrutavam todos aqueles que quisessem se tornar colaboradores, de forma voluntária ou remunerada. Passaram a ser figuras especialmente valiosas porteiros, bedéis (como se chamavam os então inspetores de alunos), garçons, que tinham suas informações processadas ao lado daquelas que provinham de professores, religiosos, diretores de instituições de ensino, advogados, empresários, enfim, membros da elite que apoiavam os militares mas que não queriam se expor publicamente.

Essa variedade de fontes propiciou uma declaração, no mínimo curiosa, feita em 1993 pelo General Adyr Fiúza de Castro, chefe da Divisão de Informações do Ministro da Guerra entre 1964 e 1969 e um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIEE): “Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informação, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que foram arquivadas porque não podiam ser jogadas fora”.<sup>1</sup> Certamente foi o motivo pelo qual o Serviço Nacional de Informações (SNI) utilizou nos anos 1970 – e solicitava que todos os órgãos de informação também utilizassem – uma catalogação padrão quanto à confiança de suas fontes ao distribuir qualquer informe, servindo-se das letras A a F, que indicavam que a fonte seria de “absolutamente idônea” a “não podendo ser julgada”.<sup>2</sup> Fontes militares indicaram, anos mais tarde, que

os agentes do tipo D, E e F eram, em sua maioria, informantes eventuais (remunerados ou não) ou informantes espontâneos, vale dizer, pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal.<sup>3</sup>

No entanto, a consequência do arquivamento de uma simples informação, dada por colaboradores pouco idôneos poderia se estender durante anos. Como destaca o pesquisador Carlos Fico: depois de lançada a dúvida,

[...] baseada em indício aparentemente insignificante, posteriormente poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém.

<sup>1</sup> D'ARAÚJO, 1994, p.35.

<sup>2</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-43-3896.

<sup>3</sup> MAGALHÃES, 1977.

Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro – este último tido como comunista – era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente usada como agravante de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional.<sup>4</sup>

Há que se lembrar que eram tempos em que o medo, a desconfiança e as denúncias eram sobremaneira incentivadas pela polícia e pelo regime militar. Panfleto largamente distribuído nos anos 1960/1970, sem assinatura, intitulado “Decálogo de segurança”, entre alguns itens, assim orientava:

1 - Os terroristas jogam com o medo e o pânico. Somente um povo prevenido e valente pode combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente, avise logo a polícia. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato [...]

4 - Se você for convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhe pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato [...]

8 - Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e informe logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato [...]

9 - Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.<sup>5</sup>

O incentivo à denúncia indiscriminada, à suspeição de todos os que pudessem parecer comunistas chegou, inclusive, a motivar estudantes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) a criarem, pouco antes de 31 de março de 1964, a Frente Democrática Luiz de Queiroz (FREDELQ) que, além de defender os princípios

<sup>4</sup> FICO, 2001, p.101.

<sup>5</sup> Documento existente nos arquivos do DEOPS-PR, reproduzido por MAGALHÃES, 1997.

democráticos e lutar pelo respeito à Constituição, propunha-se a “impedir a ação comunista e extremismos de qualquer espécie e a tornar público e combater todo e qualquer movimento subversivo notado em nosso meio universitário”.<sup>6</sup> Estudantes mais afinados com os militares chegaram, em Belo Horizonte, a usar braçadeiras para identificarem seu apoio ao golpe militar, como relata Ronaldo Costa Couto, então aluno da Universidade Federal de Minas Gerais:

nos dias seguintes, vi colegas de faixa amarela – significavam que o usuário estava a serviço da revolução – no braço prestando serviços voluntários aos novos donos do poder, inclusive delação de colegas à polícia. Alguns exibiam armas.<sup>7</sup>

E não faltaria também, no meio estudantil, a figura do colaborador anônimo, como bem explicita bilhete encontrado nos arquivos do DEOPS, de um morador do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) em 1968:

Prezados Senhores: Sou estudante e moro na Cidade Universitária. Domingo dia 4/2/68 ao voltar aprox. às 23,30 para casa encontrei no meu apto. em baixo da porta o folheto que lhes envio. Como detesto os extremistas peço que tomem urgentes medidas a respeito. Saibam também que desde Sábado o CRUSP está cheio de gente nova desconhecida, especialmente ‘gringos’. Segunda feira à noite 4 rapazes estranhos deixaram o C.U. provavelmente foram hospedados no bloco F [o hotel do CRUSP]. Pareciam bastante esquisitos e não conversavam entre si apesar de estarem juntos. Um deles tinha um boné do tipo ‘Che Guevara’. Outros tinham um sweter cinza, era magro alto curvado para frente. Todos carregavam malas e embrulhos. Uma das malas tinha em cima amarrado um embrulho branco que parecia uma vara de pescar dobrada. Todos os rapazes tinham tez escura. Espero que entendam bem minha situação: quero ajudar sem revelar minha identidade. Lembrem-se que estas atitudes extremistas são tomadas apenas por uma minoria ‘estudantil’. A maio-

<sup>6</sup> O Diário, Formada a frente Democrática Luiz de Queiroz. 20/03/1964.

<sup>7</sup> COUTO, 1998, p.55.

ria pouco liga ou são bobos inocentes. Boa sorte!<sup>8</sup>

A prática também podia tumultuar instituições, como lembrou em entrevista ao jornalista Caio Albuquerque o ex-padre José Maria Teixeira, ao admitir que nos anos 1964-1965 denúncias vindas do interior da própria Igreja envolveram o Padre Otto Dana em Piracicaba. “A caça aos comunistas passou rondando a cabeça do Otto, mas foi uma denúncia interna.”<sup>9</sup> Dana, questionado pelo mesmo jornalista sobre se conheceria essa prática de denúncias de padres contra padres naquele período, respondeu que

suspeita-se, mas não sei concretamente de dados. Agora, pelas fontes e daquilo que eu ouvia nos interrogatórios, a gente sabe que só poderia sair de um padre ou de uma pessoa muito ligada à Igreja. Talvez o padre não, mas talvez ele possa ter instruído alguém para fazer essas denúncias. [No meu caso] havia mesmo uma oposição cerrada. Inclusive uma insistência aos bispos para que me tirassem, pelo menos, da Catedral [de Piracicaba]. Mas por sorte, os dois bispos tinham uma mentalidade muito aberta. Tanto D. Aníger [Melillo] quanto D. Eduardo [Koaik]. Eles tinham uma mentalidade mais social [...] Tanto é que os próprios padres, quando viam as minhas tomadas de posição, os sermões, eles viravam a cara. Era como se eu fosse agente do comunismo em Piracicaba.<sup>10</sup>

A preservação do anonimato dos informantes nas constantes denúncias contra Otto é algo possível de ser comprovado em relatório enviado pelo investigador Paulo Camargo ao delegado Milton Barhum, em 1972. Intitulado “suspeita de subversão – Padre Otto Dana”, o relatório menciona que o religioso trabalhou em Analândia e Corumbataí antes de vir para Piracicaba,

onde deu muito trabalho ao Bispo, sendo na época proibido por Dom Aníger pelo prazo de três anos

<sup>8</sup> Bilhete anônimo anexado a ofício do Delegado do Setor Estudantil do Serviço Secreto, Gil Antonio Ferreira, datado de 22/02/1968. Citado por PELICCIOTTA, 2012.

<sup>9</sup> ALBUQUERQUE, 2002, p.231.

<sup>10</sup> Idem, p.230,231.

de ministrar os sacramentos da confissão e comunhão, pois o mesmo é revolucionário até com relação à religião, é inclusive contrário à confissão [...] Como atualmente está mais cordato recebeu permissão para celebrar missa e demais atos pertinentes à religião. Porém, segundo a informante, tem ideias um tanto revolucionárias e só tem causado transtornos e aborrecimentos ao Bispo.<sup>11</sup>

A ideia que os militares buscavam disseminar de “inimigos do Estado” conseguia envolver todos e qualquer um que alguém quisesse tornar suspeito. Basta conferir a definição dada pelo General Breno Borges Fortes, comandante do Estado Maior do Exército, em 1973:

O inimigo [...] usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado,[...]; vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura [...]; enfim, desempenhará qualquer papel que considerar conveniente para enganar, mentir e conquistar a boa fé dos povos ocidentais. Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal, este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional.<sup>12</sup>

Impossível, portanto, verificar nesse quadro, depois de anos, se as informações arquivadas vieram de cidadãos insuspeitos, surgidas de livre e espontânea vontade, se de simples boatos, se através de canais formais como as universidades públicas.

Mas, para avaliar o tipo de pessoa a quem os militares aceitavam como informante profissional, basta recuperar, por exemplo, o perfil de Luiz Francisco Santos, cuja identificação reúne endereço, telefone para recados, atuação anterior junto a vários órgãos de informação e trabalho infiltrado junto à União dos Portuários do Brasil. Sua fi-

<sup>11</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1547.

<sup>12</sup> COIMBRA, 2000, p.10.

cha informa que Santos mantinha em 1965, em Niterói, um orfanato para moças de quem ele mesmo tiraria proveito, além do fato de trabalhar para vários serviços de informação, inclusive estrangeiros.<sup>13</sup> Talvez a certeza da impunidade ou de proteção ao vincular-se aos órgãos da repressão tenha feito com que muitos se oferecessem para a atividade, como Nelson Silveira, um aposentado do Banco do Brasil que, em 1967 se dispôs, ao regressar de Rondônia, para desenvolver tal atividade junto ao CENIMAR, pois já prestara colaboração anterior junto à 2ª Secção do Estado Maior do II Exército.<sup>14</sup> Casos que os arquivos guardaram e que se repetiram com frequência.

Houve também casos de informantes famosos. O mais controverso foi o do cantor Wilson Simonal que, em 1971, vangloriava-se de sua amizade e proximidade com os militares. Endividado, envolveu-se no sequestro de seu contador, que acabou sendo levado ao DEOPS onde foi torturado até assinar uma confissão de desfalque. O caso tornou-se público, Simonal foi acusado pelo jornal “O Pasquim” de delator e acabou sendo processado e condenado a três meses de detenção por constrangimento ilegal. A partir daí, sua carreira nunca mais se recuperou, já que em meio ao processo Simonal fazia a declaração que “era informante do DOPS, com atuação nos meios artísticos”.<sup>15</sup> Em 1999 o cantor conseguiu um documento do Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que garantia que extensa pesquisa junto ao SNI e CIE indicava que Simonal nunca foi colaborador ou prestador de serviços àqueles órgãos.<sup>16</sup>

No Rio Grande do Sul foi descoberto, recentemente, que a estrutura do DEOPS poderia, legalmente, também utilizar-se dos serviços de empresas privadas para complementar o trabalho de levantamento de informações e dados. Nelas incluíam-se “agências de detetives particulares, agências de informações confidenciais, Serviço de Proteção ao Crédito e organizações similares”.<sup>17</sup>

A adoção de todo tipo de informantes – comum à maioria dos serviços policiais – produziu, na maioria dos arquivos da repressão, algo semelhante em sua documentação, como destaca o historiador Étienne François:

<sup>13</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-0-10812.

<sup>14</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-9-5099.

<sup>15</sup> Jornal Mais Um, Comê que é, Simonal, vamos voltar de novo à pilantragem?. Dez 1975, nº1.

<sup>16</sup> LOPES, 2011, p.29 e 31.

<sup>17</sup> LIEBERKNECHT, 2001, p.72.

[...] os arquivos da polícia ou os relatórios dos 'informantes oficiosos', por exemplo, têm também por função acobertar aqueles que os redigem, fazer com que seus autores sejam tidos por eficientes, sendo, o mais das vezes, redigidos de modo que agradem àqueles que vão ler, para que comprometam terceiros sobre os quais poder-se-ia, em seguida, fazer pressão. Em tal regime de suspeita, de repressão constante, tudo é dissimulação, tudo também é expressão de desconfiança, de suspeita.<sup>18</sup>

Tais considerações levam, de imediato, à necessária reflexão de como é necessário manusear os chamados "arquivos da repressão", como bem considera um dos membros da Comissão Nacional da Verdade, Paulo Sérgio Pinheiro:

Devem ser levadas em conta as condições de produção desses documentos. Esses acervos guardam dossiês diversos elaborados por agentes dos órgãos de segurança e informação com dados que remetem a seus próprios preconceitos e suspeições, informações falsas, obtidas por meio de técnicas violentas de tortura. Deve-se considerar, ainda, a possibilidade de invenção de informações com o objetivo de despistar e ou desqualificar o 'inimigo interno'.<sup>19</sup>

Suas limitações, entretanto, não diminuem os impactos da documentação que começa a ser manuseada de forma mais ampla e que, no caso de Piracicaba, como ocorreu no país em geral, também pode oferecer visões mais amplas sobre o que ocorreu nos últimos 50 anos. Vale citar a reflexão mais que adequada do historiador Carlos Fico:

Os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio. Mas se nós entendermos 'verdade' em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos fenômenos, então podemos afirmar que a 'verdade' que os documentos da ditadura registram é mobilizadora.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> FRANÇOIS, 1998, p.157-158.

<sup>19</sup> PINHEIRO, 2013.

<sup>20</sup> FICO, 2012, p.58.

## As delações piracicabanas

Os arquivos do DEOPS-SP registram em Piracicaba um dos primeiros informantes não identificados nos anos 50, quando uma das figuras mais visadas e acompanhadas era João Chiarini (1919-1988), considerado “elemento perturbador da ordem e fundador de entidades de manipulação comunista”, como o Centro de Cultura. A figura mencionada, que fortalece as considerações, é chamada simplesmente por Aparecido da tinturaria Inai, da Rua Moraes Barros, que indica Chiarini como responsável pela distribuição de folhetos subversivos.<sup>21</sup> O prontuário de Chiarini, aberto junto ao DEOPS-SP em 1946, o considerava como

líder e simpatizante do comunismo na cidade de Piracicaba. Em 1946, foi acusado de incentivar a uma greve os operários da Fábrica de Tecidos Acetuzina. Em 1947, foi considerado elemento comunista e ligado ao PSB. Em 1948, registrou-se que distribuía boletins assinados por Luís Carlos Prestes. Em 1949, foi procurado em Piracicaba por intelectuais como Caio Prado Jr..<sup>22</sup>

Já em 1975, é possível localizar o registro de uma denúncia grave dentro de um panorama de comentários inconsequentes, do se ouvir falar, que acabaram por se juntar a um quadro mais grave de acusações contra professores universitários. Falando sobre um professor da ESALQ, Oriowaldo Queda,<sup>23</sup> o texto indica que há várias queixas de que ele doutrine alunos em classe. E sua autora acrescenta: “conheço-o pessoalmente, sendo amiga de sua esposa. Minha irmã foi aluna dele”. Falando de outro professor, também da ESALQ, Rodolfo Hoffmann,<sup>24</sup> sobre quem reforça já ter sido preso em 1964 por subversão, a informante diz que “tenho conversado com ele, que tenta doutrinar-me e fala abertamente de comunismo”. Prosseguindo num tom muito pessoal, a informante diz que também no Departamento de Economia da UNIMEP existem professores comunistas, como lhe

<sup>21</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-703.

<sup>22</sup> BRUSANTIN, 2003, p.179.

<sup>23</sup> Oriowaldo Queda formou-se em Agronomia na ESALQ, onde também realizou o doutorado e a livre-docência e foi professor titular até 2003. Em 2014 atua como docente no Centro Universitário de Araraquara.

<sup>24</sup> Rodolfo Hoffmann formou-se em Agronomia na ESALQ, onde também realizou seu mestrado e doutorado, chegando a professor titular em 1981.

garantiu um aluno daquela área, Sr. José Luiz, funcionário da prefeitura de Santa Bárbara D'Oeste. São mencionados, então, os Profs. Gustavo Zimmermann<sup>25</sup> [possível referência a Gustavo Zimmerman], Gabriel Ferrato,<sup>26</sup> Bargas [possível referência a Barjas Negri]<sup>27</sup> e Lineu Carlos Maffezzoli.<sup>28</sup> Com referência ao último, a informante lembra que “foi meu colega de classe, na 4ª série, estive recentemente com ele. Esteve dois anos Chile e com a queda do governo de Allende, precisou vir embora. Soube que precisou fugir, senão seria preso pelo governo de Pinochet”. Segundo ela, todas as informações foram confirmadas por seu cunhado, Sr. Elias Hipólito, funcionário da própria Universidade.<sup>29</sup>

Um outro documento sobre Piracicaba, que demonstra bem a força que tinham informações desse tipo, permite que material originário da delegacia local se inicie com a seguinte informação: “consegui esse material com Fábio de Tal, um dos responsáveis pelo restaurante da Guarda Mirim”.<sup>30</sup>

Em Piracicaba, um caso extremo chegou a ser registrado, mostrando claramente o quanto, tanto pessoas quanto instituições, se tornavam alvos frágeis diante de quaisquer denunciadores que se apresentassem. As denúncias podiam chegar a tal grau que até sobre um informante que se oferece, o II Exército solicita uma investigação pessoal. Trata-se de Yehuda Levanon, “técnico de alto nível” e que “procurou esta Assessoria de Informações relatando graves irregularidades que estariam sendo cometidas no CENA [Centro de Energia Nuclear Aplicada a Agricultura/USP]”. Não se trata de um procedimento comum, mas o documento indica que “esta AI está processando o informe mas face à extensão do mesmo gostaria de ser informada do que consta sobre o nominado, solicitando o máximo de sigilo no levantamento”. Não há documentação que informe o desdobramento do caso, ocorrido em abril de 1974.<sup>31</sup>

---

<sup>25</sup> Gustavo Zimmerman é professor do Instituto de Economia da UNICAMP, onde se formou em Economia em 1973 e concluiu o mestrado (1987) e o doutorado (2010).

<sup>26</sup> Gabriel Ferrato dos Santos foi eleito prefeito de Piracicaba pelo PSDB em novembro de 2012. Formou-se em Ciências Econômicas na UNIMEP, fez seu doutorado na UNICAMP e o pós-doutorado na University of York. Dedicou-se à docência na UNICAMP.

<sup>27</sup> Barjas Negri foi ministro da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso e prefeito de Piracicaba, pelo PSDB, durante dois mandatos a partir de 2005. Formou-se em Ciências Econômicas pela UNIMEP e concluiu seu doutorado na UNICAMP.

<sup>28</sup> Lineu Carlos Maffezzoli formou-se em Ciências Econômicas na UNIMEP e fez o doutorado na UNICAMP. Fez carreira docente na UNIMEP e na PUC-Campinas.

<sup>29</sup> Conforme dossiê existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-2180 e folhas seguintes.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-9-37218.

Mas, se nas grandes cidades informantes preferem não ser identificados, é exatamente essa despreocupação que irá distinguir, ao longo de todo o período da ditadura militar, investigadores das grandes capitais e da maioria das cidades do interior nos relatórios que enviam aos DEOPS e aos chamados órgãos de inteligência das centrais militares. Ao contrário dos relatórios originários dos grandes centros, aqueles vindos das delegacias e seccionais do interior possuem assinaturas legíveis dos investigadores, que não adotam siglas para suas equipes ou para se identificarem.

Durante anos, o maior número de relatórios e informes oriundos de Piracicaba é assinado por Paulo Camargo, identificado como investigador, pela primeira vez, pelo delegado regional de polícia Custódio Pinto Sampaio. Suas atividades se estenderão em documentos datados de 1964 a 1972, arquivados no DEOPS-SP, acompanhando a passagem de vários delegados pela cidade. Antes de 1964 assinam relatórios os investigadores Eduardo Silveira da Motta Junior e José Cordeiro dos Santos Filho. Já nos anos 1970 e 1980 surgem com frequência informes assinados pelos investigadores Marco A. B. Rodrigues, Luiz P. Martins e Kleber.

É de Paulo Camargo a maioria dos relatórios encaminhados pelos delegados ao 5º GCan (5º Grupamento de Canhões Anti Aéreo), unidade do Exército em Campinas, em resposta a solicitações de informações sobre a situação política da cidade e pessoas específicas. São exemplos dois informes datados de fevereiro e abril de 1969. O primeiro diz respeito a “atividades de subversão existentes no município, conforme dados colhidos através de informantes” – o documento lista o nome das pessoas que estariam envolvidas:

Luiz Henrique Perez (Vita), estudante da ESALQ, coordenou campanha pelo voto nulo nas eleições municipais; Newman Ribeiro Simões,<sup>32</sup> estudante ESALQ, 1º lugar no vestibular de 1966; Galiano Bertoncini, estudante de Odontologia, ligado a José Dirceu; José Ibanez Perez, *idem*; Francisco José Prado Novaes, *idem*, enquadrado Lei de Segurança Nacional pelo Congresso da UNE em Ibiúna; Angela Arcangelo, Serviço Social; Regina Sampaio Terra, *idem*, detida em Ibiúna; Maria Amélia Correa Dias: *idem*, pichações; Maria Cé-

---

<sup>32</sup> Newman Ribeiro Simões formou-se e fez seu mestrado na ESALQ. Dedicou-se à docência e à direção pedagógica do Colégio CLQ, em Piracicaba.

lia Oliveira, idem; Lina Abreu Sampaio Leme, estudante ESALQ, grupo Newman; Olinda Farnha Barbosa, idem; Jaime Cunha Caldeira, presidente Sindicato Metalúrgicos, vereador; Celso Camargo Sampaio, vereador, presidente do Sindicato da Alimentação.<sup>33</sup>

Dois meses depois Paulo Camargo acrescenta, em novo relatório encaminhado ao 5º GCan, os nomes de

João Gobbo: vereador, insuflador de greves no seio de sua classe, pernicioso agitador com caráter subversivo; Sabino Alvez, comunista fichado, agitador ferroviário; Antonio Goes: bilheteiro da estação de ferro, comunista fichado; Aristides Gameiro: chefe da estação, filho comunista, anti-adhemarista.<sup>34</sup>

Figura conhecida na cidade ao longo de todo o período em que atuou como investigador e até mesmo considerado “conciliador”,<sup>35</sup> Paulo Camargo parece ter transitado, entrado e saído de eventos sempre que quis, sem ser hostilizado. Não é o que ocorre anos mais tarde, já ao final dos anos 1970, quando em tempos de democratização certamente a função de investigação policial não era aceita tão facilmente. Em informe datado de novembro de 1979 o investigador Marco Antonio Rodrigues, reportando o Encontro Paulista de Associações Docentes, indica que

a abertura ocorreu no restaurante universitário da UNIMEP e devido ao reduzido número de participantes e o tamanho do local foi impossível a permanência para colher maiores detalhes, fato que pode ser verificado nos recortes anexos.<sup>36</sup>

A regularidade com que os investigadores locais encaminhavam seus relatos aos órgãos centrais de informação não impedia, entretanto, que, em situações especiais, se deslocassem para a cidade agentes

<sup>33</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1228 a 1225.

<sup>34</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1218.

<sup>35</sup> A apreciação ao trabalho do investigador é feita pelo jornalista Cecilio Elias Netto em dois de seus livros: Piracicaba, a história que eu sei e Ousadia na Educação: a formação da UNIMEP.

<sup>36</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 21-Z-14- 8199.

do DEOPS/SP ou de outras centrais. É o que ocorreu, por exemplo, em 1966, quando foi enviado para a cidade o investigador Naif Salomão, do DEOPS-SP, para investigar a origem de folhetos contra Humberto D’Abronzo (1913-1974),<sup>37</sup> empresário que então presidia o E.C. XV de Novembro. As suspeitas recaem sobre Belmiro Morro Grande, “conhecido na cidade como elemento de péssimas relações, sem ocupação definida e que se envolveu anteriormente em outros casos de manifestações contra outras pessoas residentes em Piracicaba, através de boletins”. O investigador relata que o suspeito recebeu voz de prisão e foi interrogado na presença do próprio D’Abronzo, quando “confessou-me ser o autor de um boletim, apenas com duas vias – um original assinado e outro copiado a máquina”.<sup>38</sup>

Mais tarde, isso ocorreu durante os congressos da União Nacional dos Estudantes em 1980 e 1982, que trouxeram para Piracicaba dezenas de agentes deslocados de várias centrais de inteligência para garantir o acompanhamento dos encontros (detalhes no artigo “As duas semanas em que Piracicaba foi da UNE... e dos agentes da repressão”, nesta publicação).

Outro exemplo pode ser constatado quando, em janeiro de 1982, houve a visita de uma delegação de Moçambique a Piracicaba: a justificativa para o acompanhamento era que a promoção da viagem tinha a responsabilidade do PCB. O grupo, formado por profissionais de Zootecnia e Veterinária de Maputo, segundo o relatório visitou a ESALQ e realizou um debate no Clube 13 de Maio, além de manter contatos com o prefeito.<sup>39</sup>

## A informação oficial

Os anos do regime militar criaram práticas vistas hoje, 50 anos depois de 1964, como inaceitáveis, especialmente em termos de abuso e de desrespeito aos direitos dos cidadãos comuns. Especialmente no ambiente universitário, encarado como foco de resistência ao regime, a busca pelo controle se deu de maneira ampla, inclusive com a criação de Assessorias Especiais de Segurança e Informação dentro das próprias reitorias das universidades públicas, negadas durante

<sup>37</sup> Humberto D’Abronzo foi empresário, proprietário da Caninha Tatuinho, vice-prefeito de Alberto Coury em 1962 e presidente do E.C. XV de Novembro em 1966. PFROMM NETO, 2013. p.193.

<sup>38</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-Z-261-1143.

<sup>39</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-43-4764.

muitos anos, mas cujos documentos hoje comprovam seu cotidiano e atividade de controle. Na USP, seu trabalho chegou a interferir diretamente na contratação de docentes e funcionários administrativos, além de transmitir à comunidade de informações dados sobre supostas atividades subversivas da comunidade acadêmica.<sup>40</sup> Em 1969, por exemplo, o então reitor da USP encaminhou à delegacia de Ordem Política a relação nominal dos funcionários administrativos aprovados em concurso, inclusive para preenchimento das vagas das unidades do interior. Assinado por Ítalo Ferrigno, o documento informa que “face à crescente anormalidade nos meios universitários, pedi-me o reitor que todos os concursados sejam triados neste departamento, em caráter urgente e sigiloso”. Da lista apresentada, 19 dos aprovados mereceram reparos do DEOPS por serem mencionados em algum tipo de investigação registrada em seus arquivos.<sup>41</sup>

A solicitação para que a prática também ocorresse na mesma medida nas instituições privadas de ensino superior era feita junto aos reitores das universidades particulares. Em Piracicaba, o ex-reitor da Universidade Metodista, Elias Boaventura (1938-2012),<sup>42</sup> garantiu, em entrevista concedida em 2001, que

em relação aos líderes estudantis, nós recebíamos sistematicamente pedidos de Campinas e até de Brasília, para que enviassem as listas dos que eram líderes dos estudantes [...] que estavam trabalhando nos diretórios e assim por diante, mas nós nunca enviamos. Nem eu, nem o reitor que me antecedeu [Richard Senn]. Quanto aos professores, foram efetuadas algumas prisões, mas nós procuramos neutralizar isso montando um esquema de aviso a eles, que funcionou bem.<sup>43</sup>

Talvez não fosse uma negativa fácil de fazer aos militares, mas certamente existiam aqueles que se propunham a colaborar com alguma solicitude. Na vizinha Campinas, registros mostram em 1975 correspondência do reitor da PUC, Benedito José Barreto Fonseca<sup>44</sup> ao então Delegado Regional de Polícia, que faz o encaminhamento ao diretor do

<sup>40</sup> Revista ADUSP, *Filha bastarda da USP*, AESI desempenhou diferentes papéis na repressão interna. Out.2004, ed.33, p.37-48.

<sup>41</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 50-K-104-185.

<sup>42</sup> Elias Boaventura foi reitor da Universidade Metodista de Piracicaba de 1978 a 1986.

<sup>43</sup> ALBUQUERQUE, 2002, p.267.

<sup>44</sup> Benedito José Barreto Fonseca foi reitor da PUC-Campinas de 1968 a 1980.

DEOPS-SP de ofício onde o dirigente universitário indica a publicação *Critic Analyse*, do Diretório Acadêmico de Ciências Humanas, “considerando que os artigos inseridos ferem os mais elementares princípios religiosos e cívicos, deixa transparecer princípios de caráter subversivo”. Barreto solicita, ainda, “respeitosamente, se necessário, as providências que Vossa Excelência julgar oportunas”.<sup>45</sup> O jornal em questão, anexado ao ofício, trazia artigos sobre Artur Bernardes e sua lição de nacionalismo, sobre as lições de liberdades deixadas por Mário de Andrade, reflexões sobre democracia baseadas em Platão e Sartre, e uma abordagem crítica sobre as dificuldades que tanto a PUC-Campinas quanto a UNICAMP enfrentavam com seus alunos. É preciso destacar que a publicação nada tinha de clandestina, com expediente indicando alunos responsáveis por sua edição e circulação.

Piracicaba registra um polêmico caso envolvendo professores e um diretor da ESALQ que, passados os anos e quando conhecidos seus depoimentos, buscaram dar as mais variadas explicações para terem estado pessoalmente no DEOPS, em São Paulo, onde suas declarações foram registradas. Datados de 10/07/1975, os termos das declarações de Salim Simão (1920-2004), então diretor da ESALQ, e Joaquim José de Camargo Engler, então chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da ESALQ, constituem-se em graves denúncias contra quatro professores da instituição – Rodolfo Hoffmann, Oriowaldo Queda, Roberto José Moreira, Ondalva Serrano – e o estudante Arciley Alves Pinheiro. Como chefe de Departamento, Engler informa que, por causa de reclamações recebidas dos alunos, chegou a advertir os professores sobre sua postura em classe com “aulas [que] ridicularizavam o regime do governo brasileiro atual, pregando a reforma agrária de maneira violenta, além de outras formas subversivas de ir e pensar adotados pelos mesmos” e apresenta, ao final de seu depoimento apostilas dos professores “de teor subversivo, aguardando as providências cabíveis”. Já o diretor Salim Simão declarou ter tomado conhecimento da atitude dos quatro professores que “estavam a criticar duramente, em aulas, às autoridades constituídas em geral, bem como tecendo várias críticas ao regime”, que “também pregam a reforma agrária de forma violenta, conforme consta de apostilas em poder da reitoria da USP; que para os citados professores apenas deve ser adotado o modelo de sociedade marxista”. E acrescenta que não chegou a adverti-los, preferindo “acatar

---

<sup>45</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob protocolo 2669, da Delegacia Regional de Polícia de Campinas, em 28/04/1975.

determinação de seus superiores e aguardar providências de outros órgãos competentes”.<sup>46</sup>

O fato só veio à tona em 1997, quando o documento com as declarações foi encontrado por mim nos arquivos do DEOPS-SP. Publicado inicialmente no jornal “A Província”,<sup>47</sup> sua repercussão levou o assunto a ser discutido, inclusive, em reunião da Congregação da ESALQ de 19 de fevereiro de 1998. Engler disse ter sido levado ao DEOPS sem sequer saber que para lá se dirigia e ter sido praticamente obrigado a assinar o termo de declaração pelo então auxiliar do diretor do DOPS, Romeu Tuma.

Ao final da entrevista, o Delegado solicitou minha assinatura no documento elaborado pelo escrivão. Após a leitura do texto, ponderei que não correspondia ao que eu havia dito. O delegado disse que se tratava de um resumo dos principais pontos abordados, condicionando minha liberação a essa assinatura. Saindo do DEOPS, manifestei ao Diretor da ESALQ minha indignação por ter sido levado àquele local sem informação prévia, onde fui obrigado a assinar um ‘termo de declaração’ elaborado pelo escrivão de forma distorcida.

Outros documentos existentes no DEOPS-SP indicam, entretanto, que Engler já se envolvera na denúncia dos professores no ano anterior, 1974, quando quem dirigia a ESALQ era Ferdinando Galli<sup>48</sup>. E acabam por levar à conclusão de que a prática de contatos entre a direção da ESALQ e os órgãos de segurança não era algo incomum. Informe do investigador Paulo Camargo, de 21/09/1974, dá conta que

o diretor da ESALQ, Ferdinando Galli, já está a par do assunto, tendo inclusive através de ‘Relatório’, dado conhecimento à Reitoria da USP, com informações mais detalhadas sobre o assunto. O chefe do Departamento é o professor Joaquim de Camargo Engler, pessoa íntegra, segundo consta foi ele quem alertou o diretor da ESALQ em virtude de problemas criados pelos referidos professores.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> A íntegra das declarações está registrada nos Arquivos do DEOPS-SP, sob números 50-Z-261-2326 a 2329.

<sup>47</sup> A Província, Professores e alunos eram denunciados pela diretoria da ESALQ. A morte de Hirata. Nov. 1993.

<sup>48</sup> Ferdinando Galli foi diretor da ESALQ-USP entre dezembro de 1970 e dezembro de 1974. Faleceu em 2004.

<sup>49</sup> ELIAS, 2004, p.57.

Salim Simão também informou terem ele e Engler sido conduzidos ao DEOPS, por ordem do então reitor Orlando Marques de Paiva,<sup>50</sup> onde tomaram conhecimento das denúncias que aparecem nos termos de declaração.

O delegado Dr. Romeu Tuma, ao examinar os termos das declarações que havíamos assinado, devolveu-nos os documentos originais, declarando-os incompatíveis com o que nos fora perguntado e respondido. Os documentos foram rasgados. Ao sair do DOPS fiquei tranquilo por ter sido a minha presença de defesa da nossa Escola, e o assunto devidamente encerrado. O Diretor não foi ao DOPS para 'delatar', ele foi para conhecer as denúncias contra os nossos professores.<sup>51</sup>

Na mesma reunião do colegiado, um dos professores atingidos pelas denúncias de 1975, Oriowaldo Queda, também manifestou sua indignação com o ocorrido tantos anos antes, especialmente pelo fato dos trâmites regulamentares para encaminhamento de eventuais queixas contra os docentes não terem sido observados, assim como pelo desrespeito ao pluralismo de ideias e debates acadêmicos. O docente ainda acrescentou que tais atitudes dos dirigentes possivelmente tivessem sido responsáveis pelo corte de projeto de desenvolvimento de uma área de sociologia agrícola mais crítica e voltada ao social dentro da ESALQ.

---

<sup>50</sup> Outras situações de denúncias e pressão contra professores à época do reitor Marques de Paiva foram documentadas em publicação da própria USP. José Goldemberg, mais tarde ele próprio reitor da instituição, declarou que em 1977, depois de voltar de conferências em Trinidad, para as quais fora convidado como físico, chegou a ser chamado por Paiva em função de sérias denúncias que recebera, pelos contatos que mantivera no período, para receber treinamento ideológico de Cuba. Paiva alegava que as informações eram do Departamento de Segurança instalado na própria USP. Goldemberg garantiu que seu principal contato fora o embaixador brasileiro. Detalhes em MOTOYAMA, 2006, p.237.

<sup>51</sup> A íntegra da defesa de Joaquim José de Camargo Engler e Salim Simão, assim como os protestos de Oriowaldo Queda, encontra-se transcrita na Ata da reunião ordinária da Congregação da ESALQ de 19/02/1998.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Caio Rodrigo. **Notícia impressa versus história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Bauru, 2002. 319p.

Arquivos DEOPS/SP.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003. 220p.

CHRISPIANO, José e outros. Filha bastarda da USP, AESI desempenhou diferentes papéis na repressão interna. Segredos da Ditadura Militar. **Revista ADUSP**, ed.33, p.37-48. São Paulo, out 2004.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. In: **Psicologia em Estudo**, v.5, n.2, 2000. p.1-22.

Comé que é, Simonal, vamos voltar de novo à pilantragem?. **Jornal Mais Um**, dez 1975, nº1.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 518p.

D'ARAÚJO, Celina e outros. **Os anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 328p.

ELIAS, Beatriz. Professores e alunos eram denunciados pela diretoria da ESALQ. A morte de Hirata. **A Província**, ed.173, nov 1993.

\_\_\_\_\_. Perseguição na ESALQ partiu de dirigentes. **Revista ADUSP**, ed.33, out 2004.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 272p.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. In: **Revista Varia Historia**, v.28, n.47, p.43-59. Belo Horizonte, jan/jun 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>

Formada a frente Democrática Luiz de Queiroz. **O Diário**, 20/03/1964.

FRANÇOIS, Étienne. Os tesouros da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

LIEBERKNECHT, Vanessa. **Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer: as Seções de Ordem Política e Social (SOPS) (1964-1982)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

LOPES, Roberto. A fábula maldita. In: **Leitura da História**, ano IV, ed.41. São Paulo: Editora Escala, jun 2011.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**, v.17, n.34. São Paulo, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci_arttext). Acesso em: out.2013.

MOTOYAMA, Shozo (org). **USP 70 anos: imagens de uma história vivida**. São Paulo: EDUSP, 2006. 701p.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Liberdade... e luta**. Considerações sobre uma trajetória política (anos 1970). UNICAMP (Tese de Doutorado). Campinas, 2012.

PFROMM NETO, Samuel. **Dicionário de piracicabanos**. Piracicaba: IHGP, 2013. 584p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A Comissão Nacional da Verdade e os arquivos. In: **Seminário Arquivos da Repressão e o Acesso Público na Era Digital**. São Paulo, 2013. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/discurso\\_psp\\_1\\_abril.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/discurso_psp_1_abril.pdf). Acesso em: out.2013.

SILVA, Deonísio da. **Contos reunidos**. São Paulo: Leya, 2010. 608p.

*Aprendeu-se da experiência que nada sucede ao resto do país quando milhares de estudantes se reúnem.*

# AS DUAS SEMANAS EM QUE PIRACICABA FOI DA UNE... e dos agentes da repressão<sup>1</sup>

Beatriz Vicentini

Poucas vezes, no século XX, Piracicaba despertou tantas atenções nacionais quanto no final dos anos 70, início dos anos 80. A cidade, numa época em que o país ainda convivia com a última etapa da ditadura militar, se abria a acontecimentos democráticos, criando oportunidades às mais variadas manifestações sociais e populares, que se alternavam entre os espaços públicos cedidos pela Prefeitura Municipal e as áreas da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. De um lado, o prefeito João Herrmann Neto (1946-2009), de outro, o reitor Elias Boaventura (1938-2012), criticados por muitos, conhecidos pela grande imprensa, acompanhados com interesse nacional. Foi a partir do esforço de ambos que, por duas vezes no período de apenas dois anos a cidade se transformou em centro do movimento estudantil brasileiro, sediando os 32º e 34º congressos da União Nacional dos Estudantes – UNE. Num deles, a cidade, sem saber, concentrou um dos maiores aparatos repressivos do governo, com agentes de segurança altamente especializados, gerenciando, inclusive, centrais de informações montadas especialmente para acompanhamento do evento em chácaras próximas à área urbana.

---

<sup>1</sup> É também de minha autoria artigo sobre esse tema, assinado sob o nome de Beatriz Elias, publicado na Revista ADUSP, nº 33, outubro 2004, intitulado “Operação Pira ou como o regime em agonia espionou o Congresso da UNE”.

## Tempos de reconstrução

Em 1980, quando as lideranças estudantis entenderam que valeria a pena correr o risco de tentar fazer um congresso da UNE à luz do dia em uma cidade do interior, onde a presença de mais de 5 mil pessoas vindas de várias partes do país certamente seria objeto de muita movimentação, a União Nacional dos Estudantes ainda era uma entidade considerada ilegal pelo governo brasileiro, presidido pelo general João Baptista de Figueiredo.

No ano anterior havia sido iniciada a reconstrução da entidade em Salvador, com um congresso com mais de 5 mil participantes e os eufemismos do então governador nomeado pelo regime militar, Antonio Carlos Magalhães (1927-2007), que cederia o Centro Administrativo da capital, ainda em obras, para o evento: “abordado pelos jornalistas, sobre um possível apoio seu a UNE, respondeu que não estava cedendo o local para a UNE, mas para uma reunião de estudantes”.<sup>2</sup> Ainda no exílio, vários ex-dirigentes da entidade se manifestaram em carta aberta, saudando aquele congresso como uma vitória importante, já que

o movimento estudantil, setor tradicionalmente democrático e combativo do nosso país, foi vítima de uma feroz repressão e teve milhares dos seus membros presos, torturados, perseguidos e assassinados ao longo desses anos de resistência ao regime terrorista.<sup>3</sup>

Não houve qualquer intervenção policial em Salvador. Os maiores problemas foram as sucessivas quedas de energia elétrica e o pó da construção, que ainda permanecia no ar.

O evento foi aberto no dia 29 (de maio), mesmo depois da tentativa de reter os estudantes em barreiras montadas nas estradas. Com a participação de 5 mil estudantes – entre os quais estavam 2.304 delegados de 21 Estados e do Distrito Federal – e duração de 34 horas, o Congresso teve como presidente de honra Honestino Guimarães, último presidente da UNE, desaparecido em 1973.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> SILVA, 2009.

<sup>3</sup> História da UNE, 1980, p.126.

<sup>4</sup> SANTANA, 2007, p.196.

Aos estudantes, sobrava o temor de uma repressão que visara especialmente sua organização e suas lideranças, desde que a ditadura militar se instalara no país: em setembro de 1968, em Ibiúna, 700 deles haviam sido presos num congresso que se pretendia sigiloso<sup>5</sup>; poucos meses depois, suas principais lideranças – José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luís Travassos (1945-1982) -, presas, estiveram entre os primeiros brasileiros banidos pelo governo quando se iniciou a série de sequestros que visavam libertar presos políticos ao final dos anos 60<sup>6</sup>. Em janeiro de 1971, mais uma vez, outro presidente da UNE, Jean Marc Von der Weid, que fora duramente torturado, estaria na lista dos presos trocados pela libertação de mais um embaixador sequestrado<sup>7</sup>. Honestino Guimarães, que o substituíra na presidência da entidade, desapareceu depois de ser preso no Rio de Janeiro, em 1973<sup>8</sup>.

A UNE, desde o início da ditadura militar, era um dos principais focos de combate do governo. Com uma tradição de luta iniciada em 1937 e marcada por temas nacionais, como a luta pelo petróleo, o fim do Estado Novo, o engajamento em projetos culturais e populares, já no dia 1º de abril de 1964 teve sua sede incendiada na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.<sup>9</sup> Em 1968, o Decreto Lei nº 477 tentara limitar ainda mais a atividade estudantil, prevendo a punição a professores, funcionários e alunos do ensino público, ou particular, que praticassem “atos indisciplináveis”, nos quais se incluíam organizar ou participar de movimentos de paralisação das atividades escolares; organizar ou participar de passeatas ou comícios; confeccionar, imprimir ou mesmo guardar material considerado subversivo, entre outras situações.<sup>10</sup> A capacidade dos estudantes de mobilizar centenas de pessoas para protes-

<sup>5</sup> Em 15 de junho de 2013, a Comissão da Anistia, ligada ao Ministério da Justiça, realizou um ato de reparação coletiva e homenagem aos 700 estudantes presos durante o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Até aquela data, a Comissão de Anistia julgara cerca de 180 processos de estudantes presos durante o congresso de Ibiúna. Suas caravanas contam com sessões públicas itinerantes de apreciação dos pedidos de reparação por perseguição política.

<sup>6</sup> TAVARES, 1999, p.128. A força das lideranças estudantis é visível, especialmente nessa primeira troca de prisioneiros quando do sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, em setembro de 1969. Além de José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luís Travassos, todos com cargos de direção nas entidades estudantis nacionais e estaduais, mais dois estudantes faziam parte dos 15 brasileiros libertados: Maria Augusta Carneiro e Ricardo Carneiro.

<sup>7</sup> História da UNE, 1980, p.81.

<sup>8</sup> MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999. A prisão e desaparecimento de Honestino Guimarães foi objeto de denúncia da Anistia Internacional. Em 1995, foi considerado oficialmente morto, estando entre as pessoas listadas pela Lei 9140, de 04/12/1995, que previu, em seu Art. 1º: São reconhecidos como mortos, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

<sup>9</sup> Em 1994, o governo Itamar Franco entregou à UNE a escritura definitiva do imóvel, que recebeu um novo projeto de reconstrução assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

<sup>10</sup> Pelo Decreto-Lei nº 477, de 26/2/1969, alunos podiam ser punidos com desligamento de suas escolas e a proibição de voltar a estudar por até 3 anos.

tos que tomavam as ruas nos primeiros anos da ditadura, parecia irritar ainda mais os militares. A resposta foram as prisões e a tortura. Como destaca o historiador Carlos Fico,

os estudantes eram muitíssimo visados pelos órgãos de informação do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da 'educação dos jovens', tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos. Assim, a comunidade de informações via nas transformações comportamentais típicas dos anos 1960/1970 - referidas às drogas e à sexualidade, por exemplo - a confirmação do que supunha ser uma intenção deliberada de degeneração de supostos valores morais, facilitadora da subversão.<sup>11</sup>

Assim, foi ainda com a UNE na ilegalidade que se realizaram, tanto o congresso de Salvador, como os dois congressos de Piracicaba em 1980 e 1982. A entidade ganhara essa configuração de ilegal logo após o golpe militar, através da edição da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, mais conhecida como Lei Suplício de Lacerda, que criou um Diretório Nacional dos Estudantes subordinado ao governo como órgão representativo da classe, extinguindo os Centros Acadêmicos, as Uniões Estaduais de Estudantes e a UNE.

## **Outubro de 1980, semana em clima de festa**

A estratégia adotada pela Prefeitura Municipal e UNIMEP foi, por certo, ousada: ilegal ou não, a UNE era oficialmente bem-vinda e o mundo além Piracicaba deveria saber disso. Os estudantes seriam festejados, teriam à sua disposição todos os espaços da cidade – do Teatro Municipal ao Ginásio de Esportes e salas da Câmara Municipal – e da Universidade – que suspenderia, inclusive, as aulas para que as salas se transformassem em alojamento. Passados mais de 30 anos é possível entender parte deste clima: o então prefeito João Herrmann Neto era também um jovem de apenas 34 anos de idade e Boaventura tinha pouco mais de 40: a maioria dos assessores de

---

<sup>11</sup> FICO, 2001, p.187.

ambos não chegava a essa faixa de idade. Para além do compromisso político e ideológico que ambos manifestavam para com o movimento estudantil, seu diálogo com as lideranças estudantis era fácil e sem grandes arestas.

As autoridades seriam devidamente notificadas desses procedimentos: do ministro da Justiça ao Secretário Estadual da Segurança Pública, passando por parlamentares da situação e da oposição, o ministro da Educação e todos aqueles que, de alguma forma, pudessem interferir num evento deste porte – para o bem ou para o mal.

A repercussão foi internacional. Elias Boaventura e João Herrmann Neto passaram a ser assunto em quase todos os jornais do país, ouvidos por agências e correspondentes estrangeiros. Além da audácia do patrocínio do evento, havia, também, um claro intuito de provocação e de desafio. Os tempos eram propícios para tais ousadias. O Reitor da UNIMEP, Elias Boaventura, atreveu-se a ir a Brasília convidar o Ministro da Educação, Eduardo Portela, para participar do congresso. Procurou, também, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel.<sup>12</sup>

A audiência, amplamente repercutida na imprensa, teria levado Abi Ackel a garantir ao reitor que “o governo não pretende interferir no movimento estudantil”, segundo Boaventura.<sup>13</sup> Toda essa estratégia tinha razões claras: quatro meses antes do congresso, em junho de 1980, a polícia militar, sob ordens do presidente da república, general João Baptista Figueiredo, derrubara a marretadas o que restava do prédio sede da UNE, no Rio de Janeiro, para transformar o local em estacionamento, enfrentando uma multidão de cerca de 10 mil pessoas num protesto com muitas bombas, violência e gente comum sendo perseguida.<sup>14</sup>

Em Piracicaba, para que a população se envolvesse num clima festivo para o congresso e se livrasse dos olhares de suspeita que poderiam acompanhar a manifestação, jornais locais lideraram uma campanha para que as famílias abrissem suas casas para hospedar os

<sup>12</sup> ELIAS NETTO, 1992, p.204.

<sup>13</sup> O Estado de S. Paulo, Congresso da UNE será livre.19/09/1980.

<sup>14</sup> MORAES, 2007.

participantes do encontro: era o “Adote um estudante”.<sup>15</sup> O bom-humor permearia até mesmo a área de *souvenirs* do encontro: um rótulo foi criado especialmente para venda de pinga produzida em Piracicaba e doada por um empresário local, com o mesmo desenho que caracterizaria os cartazes que marcariam o 32º Congresso da UNE. Foi um sucesso!

Mas havia mais sinais concretos de apoio, que visavam tranquilizar os estudantes para que pudessem permanecer por horas e horas em debates políticos e sobre a educação brasileira. Da Merenda Escolar do município e da UNIMEP saíam cerca de 8 mil refeições diárias, servidas em marmixes quentinhos, distribuídas nos próprios locais onde se desenvolviam as atividades. Na questão da segurança, tudo se inverteu, como registrou a revista *Veja*:

viveu-se um clima de paradoxos em que 200 guardas municipais estavam orientados para obedecer às ordens da diretoria da UNE e entregar a ela, caso prendessem, agitadores de direita ou agentes de segurança infiltrados no Congresso.<sup>16</sup>

Também professores e funcionários da UNIMEP faziam a segurança dos campi onde os estudantes dormiam, alternando-se numa escala voluntária. A área de saúde da Prefeitura garantiu a assistência aos estudantes, chegando a instalar um posto médico na área das plenárias. Até a banda da Guarda Mirim foi mobilizada para animar os momentos iniciais de abertura do Congresso.

À frente da organização estava o presidente eleito após o Congresso de Salvador, o baiano do PCdoB, Ruy César Costa e Silva (1956-2013), estudante de Jornalismo, que tinha entre companheiros de diretoria Marcelo Barbieri, que anos depois se elegeria deputado federal e prefeito de Araraquara (SP), e Cândido Vacarezza, que também se elegeria deputado federal. A vitória de Ruy se dera sobre a chapa do então estudante Ciro Gomes, que mais tarde chegaria a ministro e candidato a presidente da República.

Anos depois, outro líder estudantil que o sucederia, Javier Alfaya, analisou a atuação de Ruy:

<sup>15</sup> Dezenas de cartazes da campanha foram espalhados pela cidade semanas antes do evento. Seus dizeres acabaram sendo reproduzidos em informe do Serviço de Informações do DEOPS, datado de 8/10/1980, sob nº RE 303/80 D.I.

“Piracicabanos: vamos receber o 32º Congresso Nacional da UNE de braços abertos. Alojé em sua casa um estudante e contribua para o sucesso deste acontecimento histórico para a cidade de Piracicaba. Abra sua porta. Vamos todos mostrar a hospitalidade aos milhares de estudantes brasileiros que estão em nossa cidade”.

<sup>16</sup> Revista *Veja*, Samba, suor e política. Ed. 633, 22/10/1980, p.21.

Ruy César era a grande personalidade da UNE. Rui viajou para fora do país em nome da UNE [...] foi capa da Isto é, objeto de mútuo interesse para a imprensa, deu entrevistas na televisão. Na época, as entrevistas tinham uma enorme repercussão, porque as entrevistas com certas personalidades eram certa ousadia do jornalismo brasileiro. Corria-se o risco da censura, do fechamento do jornal, punição ao programa de televisão, e Ruy deu muita entrevista. Ruy era a grande figura do movimento estudantil nacional [...] <sup>17</sup>

Daquela geração de reconstrução da UNE, a maioria de suas lideranças acabaria se destacando, nas décadas seguintes em cargos políticos de importância estadual e nacional. Ruy César foi um dos poucos que se afastou da política e, anos mais tarde, se consolidou como produtor cultural, criando um reconhecido festival internacional com artistas independentes. <sup>18</sup>

No congresso de Piracicaba, apesar da tensão que acompanhou suas lideranças e organizadores e das recomendações de segurança que delegados e participantes receberam desde o início, os incidentes não trouxeram consequências mais graves. Envolvida na organização do evento na área de imprensa, representando a UNIMEP, vivi pessoalmente tentativas simplistas de infiltração: homens com documentação falsa apresentaram-se no primeiro dia, buscando retirar credenciais para circularem, como jornalistas, por todos os espaços restritos. Como de todos se exigia uma declaração de seu vínculo com os jornais, que era checada via telefone antes que o crachá fosse concedido, muitos deles não retornavam ao local de credenciamento ao perceberem que o esquema era facilmente identificado. Essas mesmas pessoas, entretanto, nos dias posteriores, foram identificadas pela organização circulando normalmente entre as plenárias e reuniões como se fossem estudantes. Era um esquema que não surpreendia, já conhecido pelo movimento estudantil. Anos depois, relatórios arquivados no DEOPS traziam detalhes sobre a maioria das reuniões de planejamento anteriores ao congresso, realizadas tanto em Piracicaba quanto em São Paulo, comprovando a existência constante de informantes ou de infiltrados.

Durante o encontro, ameaças de bomba, feitas por telefone,

---

<sup>17</sup> ALFAYA, 2004.

<sup>18</sup> Revista Isto É, Caldeirão Criativo. Ed. 1737, 15/1/2003.

foram creditadas ao Comando de Caça aos Comunistas<sup>19</sup> e, por precaução, os filhos do reitor passaram a ter sua segurança reforçada. Foram registrados assaltos e tentativa de agressão na residência do bispo metodista Oswaldo Dias da Silva e do líder do MR-8, e professor da UNIMEP, José Américo Morelli.

De certa forma, a imensa publicidade dada ao Congresso talvez tivesse funcionado para protegê-lo: sua abertura, com a presença de cerca de 5 mil estudantes, no Estádio Municipal, na manhã do dia 13 de outubro de 1980, contou com a presença de vários deputados estaduais e federais, entre os quais Alberto Goldman, que chegaria a governador de São Paulo; do então metalúrgico que chegaria à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva; de Farid Swann, representante da Organização pela Libertação da Palestina, ainda não reconhecida pelo governo brasileiro.<sup>20</sup> Telegramas de apoio vieram das mais diversas autoridades do país. Com delegações estudantis da Argentina, Venezuela e Chile, o encontro exigiu uma manifestação formal do Itamaraty, já que delegações de Cuba e do Vietnã foram impedidas de participar, pois seus membros não obtiveram vistos de entrada, solicitados através da embaixada brasileira do Panamá. O porta-voz da chancelaria foi claro: “os vistos pedidos não se justificavam pois o motivo da viagem era a participação num congresso de uma entidade ilegal”.<sup>21</sup> À noite, no show de abertura do evento, estariam no palco montado no mesmo espaço Gonzaguinha, Elba Ramalho, Sá e Guarabira, João Bosco e Ivan Lins. Segundo os órgãos de segurança, que listaram e monitoraram todas as empresas que trabalharam na infraestrutura do evento, cerca de 7 mil pessoas prestigiaram o show.<sup>22</sup>

Em tempos em que os serviços de segurança estavam acostumados a realizar acompanhamentos diários e gerar vários relatórios sobre eventos realizados nos *campi* das grandes universidades ou sobre cidadãos que despertassem alguma suspeita, chega a ser pouco volumosa a documentação encontrada nos arquivos do DEOPS-SP sobre o 32º Congresso da UNE, grande parte dela assinada pelo próprio delegado de Piracicaba, Adilson Togniolo. Uma equipe especial do DEOPS-SP que visitara a cidade dias antes do evento, liberou documento datado de 26 de setembro, com ares “quase” de vistoria so-

<sup>19</sup> Folha de S. Paulo, UNIMEP denuncia ameaça feita à reunião da UNE. 14/09/1980.

<sup>20</sup> O Estado de S. Paulo, UNE inicia encontro com 5 mil estudantes. 14/10/1980.

<sup>21</sup> O Globo, UNE abre Congresso em Piracicaba com presença de deputados. 14/10/1980.

<sup>22</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-44-13871-VII.

bre os principais locais de manifestação dos estudantes, descrevendo detalhadamente o Estádio Municipal, a Casa do Estudante da ESALQ, Teatro Municipal, localização e formas de acesso a cada um, mas com erros inequívocos de suas capacidades, sempre aumentadas. Com 13 páginas, é assinado pela Divisão de Informações e dirigido ao delegado chefe do DEOPS.

Com relação à UNIMEP, o que chama atenção é a reprodução de carta enviada pelo reitor a funcionários, explicando os motivos da suspensão das aulas e dando a eles a opção de participarem ou não nas atividades dos estudantes:

Nenhum funcionário precisa permanecer em seu trabalho naqueles dias, caso não esteja emocionalmente disposto ou tenha sua família preocupada com sua presença aqui durante a realização do Congresso. Também estarão liberados aqueles que, por motivo de convicção, não desejam apoiar a Reitoria neste empreendimento. Todos continuarão recebendo da Administração o mesmo respeito e consideração, independente de ficarem ou não.<sup>23</sup>

Segundo a Universidade, menos de 10% de funcionários e professores preferiram se ausentar durante a realização do encontro.<sup>24</sup>

Sobre a realização do Congresso, os arquivos do DEOPS guardaram relatórios diários, onde a preocupação parecia ser muito maior com quem apoiava os estudantes do que com eles próprios, especialmente na abertura. Dando a impressão de reproduzir falas gravadas durante a sessão, o primeiro informe dá destaque às manifestações do prefeito João Herrmann Neto: “aqui em Piracicaba a UNE é legal”; do padre Otto Dana: “se alguém esperava que disséssemos Amém, estamos pedindo Basta”; do pastor metodista Nilo Belotto: “a UNIMEP legitima publicamente a UNE ao hospedá-la e assumir os riscos”.<sup>25</sup> Somente as decisões das plenárias, que mantiveram as centenas de jovens durante mais de dez horas seguidas em discussão no Ginásio de Esportes, mereceram maior análise, como a moção de repúdio ao governo Figueiredo, o indicativo de greve no ensino superior privado como forma de controle das mensalidades, o consenso em torno da Constituinte como possibilidade de mudança do go-

<sup>23</sup> Correspondência enviada a todos os funcionários da UNIMEP pelo reitor Elias Boaventura em 24/9/1980.

<sup>24</sup> Nota à imprensa nº 192/80, distribuída pela Assessoria de Imprensa da Reitoria da UNIMEP em 8/10/1980.

<sup>25</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob número 20-C-44-13857.

verno existente, as chapas que disputariam as eleições seguintes para diretoria da própria UNE e seus vínculos com as correntes partidárias. Não deixa de ser curioso o fato de um dos relatórios gastar quase três páginas para registrar a participação do reitor Elias Boaventura no último dia do Congresso, quando ele denuncia à plenária as crescentes ameaças feitas à Universidade e as invasões registradas na residência do pastor Nilo Belotto e do bispo metodista Oswaldo Dias da Silva. O documento relata minúcias da exposição do reitor: horário da invasão, descrição das pessoas e dos carros utilizados, ameaças feitas. E reproduz, quase que integralmente, nota distribuída pela Assessoria de Imprensa da UNIMEP sobre o assunto, como se divulgação fosse realmente preocupante, omitindo apenas os parágrafos finais. Neles, a informação que caracterizava bem a estratégia adotada pelo reitor Elias Boaventura para o congresso: se algo acontecesse, que fossem responsabilizados os próprios órgãos de segurança. Era o que a Assessoria de Imprensa informava e o relatório do DEOPS não reproduziu: após as invasões, a Reitoria da Universidade solicitara ao delegado seccional de Piracicaba, Joseph Cella, proteção específica para as casas de Boaventura e do pastor Nilo Belotto, sendo encaminhada cópia do ofício ao Ministério Público.<sup>26</sup>

Ao final, o balanço do Congresso foi praticamente unânime: tudo corra bem. A síntese veio pela palavra do então presidente da UNE, Ruy César Costa e Silva, ao enfatizar que aquele tinha sido

um dos mais férteis movimentos da história estudantil do país, onde a segurança e a responsabilidade prevaleceram. 'Saímos de Piracicaba convictos de que a UNE vai firmar-se, representando a voz e os anseios dos estudantes do país'.<sup>27</sup>

Até a revista *Veja*, cujas páginas ironizaram o congresso como algo mais festivo do que político, concordava que os estudantes não pareciam ser ameaça alguma.

Aprendeu-se da experiência que nada sucede ao resto do país quando milhares de estudantes se reúnem. O Congresso de Piracicaba, livre de receios, mostrou que os estudantes reunidos, mesmo

<sup>26</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob números 20-C-44-14177 e 20-C-44-14178 e Nota à Imprensa 194/80, distribuída pela Assessoria de Imprensa da UNIMEP em 16/10/1980.

<sup>27</sup> *Correio Brasiliense*. Congresso da UNE termina sem tumultos. 18/10/1980.

recrutados entre facções radicais do sistema universitário, incorporaram-se, aos poucos, ao sistema político do país.<sup>28</sup>

Cinco meses depois, o reitor Elias Boaventura produziu um documento bem mais amplo, de cerca de 15 páginas, com uma análise sobre o que ocorrera, desde os contatos, planejamento, as reações da cidade, as ameaças e a reação da Igreja Metodista, que teve vários de seus segmentos contrários à cessão da UNIMEP aos estudantes.

Nas salas de aula da UNIMEP, transformadas em dormitórios, a tranquilidade foi muito grande. Durante a noite, o máximo que se ouvia eram pequenos grupos cantando músicas da região. Permanecendo alojados no campus quase uma semana, os quase 2 mil estudantes, entretanto, não fizeram qualquer dano às instalações, não sendo encontrado sequer um risco na parede. À sua saída, a única diferença que se constatava nas salas de aula eram dizeres deixados nos quadros-negros agradecendo a acolhida que haviam recebido da UNIMEP. Um dos poucos atritos surgidos entre a cidade e os estudantes foi analisado pela coordenação do encontro como fruto de provocação de grupos que tentavam conturbar a situação: durante uma madrugada foram pichados cerca de 10 veículos com dizeres alusivos ao Congresso, com forte tinta preta. Em nota oficial, a Diretoria da UNE lembrava que o mesmo expediente já fora utilizado no Congresso anterior, em Salvador, visando intimidar os estudantes e colocar a população local contra os visitantes. Na realidade, a cidade recebeu muito bem os estudantes, e estes, por seu turno, mantiveram um clima de muita alegria e entusiasmo. Não houve problema de indisciplina que gerasse qualquer interferência da polícia ou outros órgãos públicos. Os estudantes deram uma lição de ordem e disciplina nas ruas, nos alojamentos e por todos os lugares em que estiveram.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Revista Veja, Samba, suor e política. Ed. 633, 22/10/1980.

<sup>29</sup> BOAVENTURA, 1981.

Como resultado do lançamento das chapas no congresso de Piracicaba, meses depois seria eleito presidente da UNE o alagoano estudante de Jornalismo, Aldo Rebelo, do PCdoB, que, anos depois, chegaria à presidência da Câmara dos Deputados e a ministro de Estado. A maior preocupação dos órgãos de segurança, quando do lançamento da candidatura, ao final do encontro, foi o apoio dado por Cajá, ou Edval Nunes da Silva, apontado pelos agentes como

um dos estudantes mais conhecidos em todo o país, que esteve preso, durante um ano, acusado pelos órgãos de repressão de tentar rearticular o Partido Comunista em Pernambuco e ligado à igreja progressista de D. Helder Câmara<sup>30</sup>, e que fora inocentado pela Justiça.<sup>31</sup>

## 1982: centrais de inteligência montadas em chácaras próximas

Dois anos depois, quando a UNE novamente veio a Piracicaba em busca de repetir a experiência de seu 32º Congresso, tudo foi feito sem grandes comoções. A organização foi mais tranquila, o clima que envolveu todo o planejamento não enfrentou quase nenhuma tensão com relação a eventuais possibilidades de repressão do governo. Na Prefeitura de Piracicaba encontrava-se José Aparecido Borghesi, o vice de João Herrmann Neto, que assumiu o cargo quando Herrmann tomou posse como deputado federal. Ele apenas repetiu o roteiro feito por seu antecessor, com a prefeitura disponibilizando a infraestrutura necessária ao encontro. A UNIMEP, mais uma vez, suspendeu suas aulas para que o *campus* Centro se transformasse em alojamento, mas desta vez os participantes espalharam-se também por outras instituições transformadas em dormitórios, como a ESALQ e a Escola de Engenharia de Piracicaba. O bispo católico, D. Eduardo Koaik (1926-2012), divulgou um documento oficial reconhecendo o direito dos estudantes se reunirem em congressos e possuírem órgãos

---

<sup>30</sup> D. Helder Câmara (1909-1999), arcebispo de Olinda e Recife, foi uma das pessoas mais combatidas e monitoradas pelo regime militar. Um dos primeiros a denunciar no exterior a tortura que existia no Brasil, teve sua residência metralhada, seus principais assessores perseguidos e um deles morto. Entre 1970 e 1979, os meios de comunicação foram proibidos de mencionar seu nome nos noticiários.

<sup>31</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob nº 20-C-44-14174.

representativos legais, pedindo que famílias católicas oferecessem a eles sua hospitalidade acolhendo-os em suas casas.<sup>32</sup> As refeições foram providenciadas pela diretoria da UNE, que contratou empresas locais para produzi-las e entregá-las aos delegados. Buscando evitar grandes gastos, o show de abertura foi cancelado, havendo apenas uma pequena atividade musical na Concha Acústica da Praça José Bonifácio, com grupos locais. A imprensa nacional não deu ao evento nem 30% do espaço que fora reservado ao primeiro encontro. Até mesmo o reitor Elias Boaventura parecia mostrar algum cansaço em suas declarações:

Os riscos de se apoiar um encontro destes e planejar sua realização sempre existem. Mas eles não são maiores do que os enfrentados quando se promovem encontros religiosos, por exemplo. Este é o momento para que os setores educacionais do governo se deixem contagiar por esta simpatia para com a UNE. Da mesma forma, é a oportunidade que a diretoria da UNE deve saber aproveitar para que se consiga de vez superar este impasse que começa a se tornar desagradável e extremamente prejudicial a toda a sociedade.<sup>33</sup>

Dois meses antes, a nova ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz (1916-2008), já havia sinalizado que sua tendência era liberar a entidade estudantil. “Quanto a UNE, especificamente, acho que este é um problema jurídico, mas vou analisá-lo dentro de minha tendência que é de, naturalmente, liberar”.<sup>34</sup>

Num outro extremo, entretanto, completamente desproporcional ao evento, os órgãos de segurança montaram em Piracicaba um aparato de informação e repressão surpreendente – e só conhecido muitos anos depois, ao serem descobertos os documentos, nos arquivos do DEOPS-SP, que registravam seus detalhes. Hipóteses podem ser levantadas para o que teria motivado tal movimentação do aparelho de segurança: as eleições para governadores se aproximavam e a força das oposições, que já era grande, poderia ser multiplicada num encontro em que só haveria críticas ao governo; os setores da extrema-direita militar, inconformados com o processo de democra-

<sup>32</sup> Jornal de Piracicaba, 22/9/1982.

<sup>33</sup> Nota à imprensa N° 168/82, distribuída pela Assessoria de Imprensa da Reitoria da UNIMEP em 14/09/1982.

<sup>34</sup> Revista Veja, Sou mulher e insistente. Ed. 729, 23/8/1982. p.6.

tização, talvez buscassem garantir um controle que lhes escapava; o então presidente da UNE, Javier Alfaya, era espanhol de nascimento e enfrentava um processo de expulsão do país, que lhe negava a cidadania brasileira e estava sob o regime de liberdade vigiada.<sup>35</sup> Foi justamente sua chegada à Piracicaba, ameaçado por tais restrições de liberdade, que se constituiu no momento de maior interesse da mídia, já que nos meses anteriores ele não pudera sair de Salvador.

Saí de Salvador para presidir o Congresso da UNE em Piracicaba. Foi uma viagem tomada de todos os cuidados. Fui recebido aqui em São Paulo por uma comissão enorme de estudantes, de personalidades democráticas. Eu me lembro que Ulysses Guimarães me ligou diretamente, estava o Comitê Brasileiro da Anistia. Meu advogado era Luiz Eduardo Greenhalgh, que todo mundo conhece, além de Ayrton Soares e de Ronildo Anobla [...] Ah, perdão, havia também o Seixas, advogado em Brasília. Os que fizeram de fato trabalho foram: Ronildo Anobla, Sigmaringa Seixas e Luiz Eduardo Greenhalgh. Eles, ou parte deles, me receberam aqui, muitas lideranças de outros setores da sociedade. Eu fui até Piracicaba, fiquei hospedado na casa do reitor da Universidade Metodista. Na época que eu fui responder inquérito, apresentei cinco testemunhas em favor do meu comportamento como cidadão, como líder estudantil, como militante de causas progressistas, entre eles o professor Boaventura, que era o reitor da Universidade Metodista de Piracicaba, o professor Pascoalino Magnavita, que foi meu professor na Faculdade de Arquitetura, e outras tantas personalidades da Bahia e de fora de lá,

relembrou Javier em 2004, em entrevista dada ao projeto Memórias da UNE.<sup>36</sup> Javier nunca foi expulso e anos mais tarde se elegeu vereador em Salvador e deputado estadual na Bahia.

Oito Equipes de Busca foram formadas e enviadas a Piracicaba: agentes do Centro de Informações do Exército - CIE (equipe MECA), Centro de Informações da Aeronáutica - CISA (equipe ARA), Centro de Informações da Marinha - CIM (equipe Mara), Serviço Nacional de Informações

<sup>35</sup> ELIAS, 2004, p.78.

<sup>36</sup> Reprodução de entrevista de Javier Alfaya ao projeto Memória da UNE em 2004.

- SNI (equipe SIMA), Delegacia da Polícia Federal - DPF (equipe FIFA), Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS (equipe OPA), II Exército (equipe SOPA) e 11ª Brigada de Infantaria Blindada de Campinas - BDA (equipe Bugre). Para análise das informações coletadas, foram recrutados mais agentes especiais de todos esses órgãos e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A chamada Operação Pira tinha como finalidade “realizar trabalhos de busca e informes a respeito do Congresso da UNE a realizar-se no período de 30 Set/03 Out 82”, que permitissem “avaliar os próximos passos do movimento educacional, particularmente após as eleições de 15 de novembro e verificar a realização de reuniões paralelas do evento, envolvendo organizações subversivas e/ou seus militantes”. Mas como foi possível tamanho aparato passar despercebido? O documento indica, através de mapa, o local onde os órgãos de segurança montaram duas centrais de trabalho, destinadas ao recebimento dos informes, atuação dos analistas e difusão das informações coletadas. O primeiro local escolhido foi um sítio próximo à Rodovia SP-304 - que liga Piracicaba a São Pedro - e cujo acesso se fazia a partir de Artemis, numa distância de cerca de 15 quilômetros de Piracicaba. O segundo era também um sítio, porém mais próximo à cidade, no bairro de Ondinhas, à beira do Rio Piracicaba, cujo acesso se fazia pela estrada do bairro Jupιά. As orientações eram claras: enquanto os analistas ficariam alojados nas centrais, os “obreiros”, que formavam as equipes de busca coordenadas pelo II Exército, deveriam espalhar-se pela rede hoteleira e pensões da cidade, com algumas exceções: evitar os hotéis Beira Rio e Esplanada. A segurança das centrais estaria a cargo da equipe SOPA. E, ainda, os agentes espalhados pela cidade não deveriam

utilizar-se da identidade militar ou de qualquer órgão de segurança; evitar qualquer conversa em local onde exista (sic) elementos da Guarda Municipal; não realizar qualquer tipo de ação nos dois primeiros dias do evento; ter sempre uma história de cobertura que justifique sua presença em qualquer ocasião ou local.

As informações produzidas seriam enviadas, via telex para o IV Comando Aéreo, em Viracopos, ou por malote para a 11ª Brigada da Infantaria Blindada de Campinas, a quem caberiam sua disseminação entre as áreas de interesse do governo.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, intitulado Operação Pira, sob nº 50-Z-45200 e páginas sequenciais.

Boa parte do que o grupo produziu encontra-se também arquivado no DEOPS-SP. São informes sequenciais – faltam alguns números - iniciados no dia 01/10/1982, anexados ao documento inicial que orienta a Operação Pira. O primeiro deles é feito a partir da análise de um recorte do jornal “O Diário” anexado. O tema é a Guarda Municipal descrita como

um efetivo de 200 homens, bem uniformizados e armados de revólveres 38. Dispõe de equipe de informações, de viaturas com rádio, motocicletas, etc. e a sua atuação já é assimilada pela população, que se acostumou aos seus serviços e nem questiona a sua competência [...] A Guarda Municipal de Piracicaba se excede em suas atribuições, cumprindo missões para as quais não está autorizada, e se presta a manipulações políticas de toda ordem. É um exemplo perigoso para outros municípios e abre um precedente que poderá ser nocivo para a manutenção da ordem pública.

Muitos informes se caracterizam pela identificação de estudantes, seus respectivos cargos e atribuições no congresso, assim como indicação dos horários e locais das atividades. Mas há, até mesmo, o detalhamento do que dizem as faixas que estavam espalhadas pelo Ginásio Municipal, no Informe nº 3: TLO (*Tribuna da Luta Operária*) pelo fim do regime militar, pelas amplas liberdades democráticas; TLO contra o governo de fome, repressão e entreguismo; Viva os 45 anos de luta pelo ensino público e gratuito; Derrotar o governo e o PDS é tarefa da oposição; Pelos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, entre outras.

Também eram descritos os carros estacionados próximos aos locais onde as atividades dos estudantes eram mais frequentes. Do Informe nº 21 não escapou sequer um Fiat ainda sob o regime de leasing junto ao Itaú Leasing Arrendamento Mercantil. É que a numeração das placas já vinha acompanhada com a descrição do veículo e respectiva identidade de seu proprietário, o que surpreenderia pessoas que tenham sido listadas e, talvez, nenhuma relação guardassem com o encontro. Outras informações buscavam informar questões mais administrativas do próprio congresso, como as destacadas no Informe nº 4: “a comida aos congressistas será fornecida por um restaurante situado à Rua Rangel Pestana 870 e custará à UNE CR\$ 260,00, não se sabendo por quanto será re-

passada”. Questões mais políticas também foram objeto de vários informes, que procuravam antecipar as decisões a serem tomadas nas plenárias finais, indicando qual o posicionamento das várias tendências estudantis em temas como situação nacional e internacional e eleições para diretoria da UNE.

Findo o encontro, nada de relevante realmente ocorrera em termos de repressão. Houve atos isolados, como a queda da energia elétrica em uma das plenárias e a rápida intervenção dos refletores de uma emissora de televisão para tranquilizar os estudantes; a prisão do editor do Jornal Hora do Povo, Cláudio Campos, que fora condenado pela Lei de Segurança Nacional e um estudante da Universidade Federal de Goiás – liberado depois de pagar fiança – por porte de entorpecente<sup>38</sup>; a distribuição de um falso boletim, creditado à UNE, que informava que a Prefeitura estaria garantindo aos participantes do evento descontos de 80% nas passagens dos ônibus locais, 60% em despesas em restaurantes da cidade e ingressos gratuitos nos cinemas e teatros, conforme registrou um documento produzido pelo próprio DOPS, à parte, fora daqueles incluídos na Operação Pira.<sup>39</sup>

O encontro, aberto no dia 1 de outubro com cerca de 3 mil estudantes, repetiu a prática do congresso anterior de exaustivas reuniões e debates para aprovação de cada item de sua pauta, no Ginásio de Esportes, e terminou em clima de comemoração. Pela primeira vez uma mulher foi eleita para a presidência da UNE - Clara Araújo, estudante de Ciências Sociais na Bahia - e, para aumentar a festa, foi eleito vice um aluno de Direito da UNIMEP, Adelmo Alves Lindo, que há anos era um dos líderes do movimento estudantil na instituição. Maria Clara Araújo se dedicaria, depois da experiência da militância estudantil, à vida acadêmica, concluindo mestrado e doutorado em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero/NUDERG, do qual foi uma das fundadoras.<sup>40</sup>

Entre as resoluções aprovadas, a reafirmação por uma Constituinte livre e soberana, a revogação da Lei de Segurança Nacional, apoio à construção da Central Única dos Trabalhadores – CUT e repúdio ao projeto Carajás e entrega de reservas naturais do país ao exteri-

<sup>38</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob nº 20-C- 44- 27256.

<sup>39</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob nº 50-Z-130-8042.

<sup>40</sup> ARAÚJO, Maria Clara de Oliveira. Currículo Lattes.

or.<sup>41</sup> Houve, ainda, uma decisão que nada tinha de surpreendente: a orientação pelo voto contrário ao PDS, partido que apoiava o governo, direcionando o voto aos partidos de oposição nas eleições que aconteceriam dias depois. Em palestra realizada ao final encontro, o então secretário geral do PCdoB, João Amazonas (1912-2002), falou justamente sobre as eleições. Sua conferência, no Salão Nobre da UNIMEP, mereceu informe confidencial do Ministério do Exército, que denunciava que o “alto dirigente comunista procurou envolver os estudantes no aproveitamento do processo eleitoral, como tática para atingir o grande objetivo estratégico do Partido, ou seja, a implantação do comunismo no Brasil”. Em três páginas, grande parte da conferência foi reproduzida, com alguns destaques da fala de Amazonas:

Uma derrota do governo nas atuais eleições significa, antes de tudo, uma mudança de disposição de forças políticas no cenário nacional, permitindo aos brasileiros conquistar maior liberdade, revogação de uma lei tão injusta e arbitrária como essa Lei de Segurança Nacional que serve para tudo, menos para Segurança Nacional. Essa lei até agora só tem servido para condenar operário, jornalista, parlamentares, todas aqueles que se erguem decididamente contra o sistema anti-democrático, anti-popular e anti-nacional, dominante em nosso país.<sup>42</sup>

O quanto houve de votos de estudantes ou quanto as decisões do Congresso em Piracicaba os influenciaram é impossível mensurar, mas, nas urnas daquele ano, as primeiras que elegiam governadores após o golpe militar,

o governo, mesmo conservando-se majoritário no Senado, perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados, pois o PDS elegeu 235 representantes ao passo que os quatro partidos de oposição (PMDB, PDT, PTB e PT) obtiveram 244 cadeiras. Nas eleições para a chefia os governos dos 23 estados, os partidos de oposição elegeram 10 governadores (o PMDB elegeu nove e o PDT um), passan-

<sup>41</sup> Folha de São Paulo. Este congresso foi o melhor, comenta Javier. 13/10/1982.

<sup>42</sup> Conforme documento existente nos arquivos do DEOPS-SP, sob nº 50-Z-130-8042, datado de 01/10/1982 e Informação nº 1309/82/E232, do Ministério do Exército.

do a dirigir os maiores estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.<sup>43</sup>

Em 2004, quando os documentos sobre a Operação Pira vieram a público pela primeira vez, alguns dos principais piracicabanos envolvidos se disseram surpreendidos com a existência daquela atividade. Entrevistados, João Herrmann Netto, Elias Boaventura e Adeldo Alves Lindo não conseguiram encontrar justificativas para tal aparato repressivo em anos já de distensão política e quando uma reunião de estudantes despertava bem menos interesse do que em 1980.<sup>44</sup>

## TG convocado para reforçar cerco do Exército

Em 2014, uma das pessoas envolvidas na intensa mobilização realizada pelo Exército em 1982 em Piracicaba, sem sequer ter entendido bem o que se passava então, falou sobre a angústia que ela causou e sobre a utilização dos jovens piracicabanos que, à época, serviam o Tiro de Guerra. O depoimento é do sociólogo Luis Fernando Amstalden:

Em 1982, eu prestava o serviço militar no TG (Tiro de Guerra) 02-028 em Piracicaba. Com dezoito anos, vivia uma situação de conflito interno. Entusiasta da abertura e crítico da ditadura militar, via-me fardado e dentro da instituição que comandava o país. Minha juventude não ajudava em meu dilema. Eu me perguntava o tempo todo, o que faço por aqui? O que eu vou fazer se houver um conflito, um enfrentamento entre os militantes da democracia e os militares? Por sorte o treinamento era muito primário, simples, e fui poupado de uma tentativa de doutrinação mais intensa. Mesmo assim, por ter experiência anterior com tiro, fui selecionado para receber um treino mais completo de uso do fuzil (obsoleto, diga-se de passagem) e por ordem de meu sargento, toda vez que saíamos do TG, fosse para uma parada, uma marcha ou por um evento, a minha arma era carregada. Meus colegas

<sup>43</sup> SALLUM JR, 1996. p.51.

<sup>44</sup> ELIAS, 2004. p.80. Entrevistas concedidas por João Herrmann Netto, Elias Boaventura e Adeldo Alves Lindo à autora, em 2004.

levavam, na sua maioria, as deles vazias. Outros poucos além de mim, monitores e atiradores mais treinados, levavam-nas carregadas. Não devíamos comentar o fato com os demais e, segundo meu sargento, caso os 'terroristas (termo genérico que ele usava) atacassem', eu deveria revidar. Tudo isto só aumentava minha angústia. Quem eram os 'terroristas'? E se houver uma manifestação? Atiro? Em quem?

Para piorar, Piracicaba sediava, pela segunda vez, um congresso da UNE. A prefeitura, francamente contra o regime, levou a cidade a ser apelidada de 'Piracicuba', e seu apoio à UNE só aumentava este estigma. O congresso começou em uma quinta-feira, dia 30 de setembro, indo até ao dia 03 de outubro. Para a surpresa de muitos, minha inclusive, o Exército fez, no mesmo período, 'manobras' na cidade. Vieram tropas regulares de diferentes regiões e um acampamento foi montado às margens da rodovia Luiz de Queiroz. Um, mas havia outros pontos de acantonamento. Barreiras de controle foram montadas na cidade, inclusive na ponte do Mirante, principal ligação entre as duas partes da cidade separadas pelo rio. Só que ninguém sabia o que as barreiras queriam 'controlar'.

O TG foi mantido fora da operação, pelo menos até o domingo, dia 03 de outubro. Como não deveríamos ter instrução naquele dia, na noite do sábado eu saíra com os amigos. Ao retornar para minha casa, meu pai me esperava dizendo que o sargento havia telefonado. Eu e todos os atiradores deveríamos estar na sede, fardados, logo pela manhã. Dormi pouco e cedinho estava no TG. Os sargentos não nos disseram o que iria acontecer e meu estômago se contorcia. Ficamos reunidos em um salão, sentados por algum tempo, até que um grupo de caminhões do Exército, chefiados por um tenente e com soldados regulares com equipamento de operação, vieram nos buscar. Nossas armas foram distribuídas, e a minha carregada. Fomos levados pelos caminhões até o acampamento na rodovia e lá acomodados em um local aberto. Não tínhamos nem noção de como funcionava um acampamento. Em um determinado momento, soou um toque de cla-

rim e o sargento, nervoso, ordenou que nos levantássemos e prestássemos continência em direção ao centro do acampamento. Só depois soubemos que aquele toque significava que um alto oficial (coronel ou general, não me lembro) estava saindo do local.

Passamos o restante da manhã e parte da tarde por ali. Outro sargento nos levou para uma volta ao acampamento, mas depois fomos novamente reunidos e colocados sentados. Eu sentia o peso da arma e minha mão suava. Não tinha a menor ideia do que ocorreria ou do que estava ocorrendo na cidade. Em minha mente jovem, imaginava que, se tivéssemos que fazer algo, talvez eu me recusasse. Mas daí, o que aconteceria? Seria preso? Aliás, será que eu teria mesmo coragem de desobedecer? Os cartuchos no meu fuzil, de repente, ficaram inúteis. Pior, ficaram incômodos.

Pelo meio da tarde, recebemos ordem de embarcar novamente nos caminhões. O sargento parecia se divertir com nossa desorientação. Para meu alívio (e de todos) fomos reconduzidos ao TG. As armas foram recolhidas e fomos dispensados. Cheguei em casa queimado do sol, suado e todo cheio de terra vermelha do acampamento. Liguei a TV, o rádio; telefonei para os amigos, mas ninguém sabia dizer se acontecera algo diferente na cidade. Nas instruções seguintes, o sargento não tocou mais no assunto. Foi como se nada houvesse acontecido.<sup>45</sup>

Em outubro de 1985, a UNE voltou a ser reconhecida legalmente como entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de ensino superior do país, através de um projeto de autoria do deputado e ex-presidente da entidade, Aldo Arantes, aprovado pelo Congresso Nacional.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Depoimento fornecido à autora, por escrito, em fevereiro de 2014.

<sup>46</sup> Lei no 7.395, de 31 de outubro de 1985.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A reconstrução da UNE. **Isto É**, ed. 2146, 22/12/2010. Disponível em: [www.istoe.com.br/reportagens/116623\\_a+reconstrucao+da+une](http://www.istoe.com.br/reportagens/116623_a+reconstrucao+da+une). Acesso em: jun. 2013.

ALFAYA, Javier. **Entrevista concedida ao Projeto Memória da UNE**, 2004. Disponível em: <http://www.javier.com.br>. Acesso em: jun. 2013.

Arquivos do DEOPS-SP.

BOAVENTURA, Elias. **A UNE em Piracicaba** – Relatório. Piracicaba, 1981 (documento não impresso do arquivo pessoal da autora).

Caldeirão Criativo. **Isto É**, ed. 1737, 15/1/2003.

Congresso da UNE será livre. **O Estado de S. Paulo**, 19/9/1980.

Congresso da UNE termina sem tumultos. **Correio Brasiliense**, 18/10/1980.

ELIAS, Beatriz Vicentini. Operação Pira ou como o regime em agonia espionou o Congresso da UNE. **Revista ADUSP**, nº 33. São Paulo, out.2004.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Piracicaba política, a história que eu sei**. Piracicaba: Ação Cultural, 1992. 272p.

Este congresso foi o melhor, comenta Javier. **Folha de S.Paulo**, 13/10/1982.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. 274p.

**História da UNE**: Depoimentos. São Paulo: Editora Livramento, 1980. 128p.

MORAES, Roberto. **Relato**. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2007/02/invaso-do-terreno-prdio-da-une-no.html> Consulta em: jun. 2013.

MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 654p.

ROMAGNOLI, Luiz H. e GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE**: de Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. 96p.

SALLUM JR, Brasília. Federação, autoritarismo e democratização. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 8(2): pp. 27-52, out.1996.

Samba, suor e política. **Veja**, ed. 633, 22/10/1980.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil**: 1964-1984. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 2007. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/.../dissertacao\\_flavia\\_angelis\\_santana.pdf](http://www.teses.usp.br/.../dissertacao_flavia_angelis_santana.pdf). Acesso em: jun.2013.

SILVA, Maria Elena Pereira. A volta da UNE – 1979. In: **A História da Bahia III**. Disponível em: <http://bahia3ucsal.wordpress.com/temas/a-volta-da-une-1979>. Acesso em: jun. 2013.

Sou mulher e insistente. **Veja**, ed. 729, 23/8/1982.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo: Editora Globo, 1999. 280p.

UNIMEP. Assessoria de Imprensa. **Notas a imprensa** 192/80, de 8/10/1980; 194/80, de 16/10/1980; 168/82, de 14/09/1982 (Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Almir de Souza Maia).

UNIMEP denuncia ameaça feita à reunião da UNE. **Folha de S. Paulo**, 14/9/1980.

UNE inicia encontro com 5 mil estudantes. **O Estado de S. Paulo**, 14/10/1980.

UNE abre Congresso em Piracicaba com presença de deputados. **O Globo**, 14/10/1980.

MEMÓRIA EM IMAGENS



*Congressos da UNE*



**Congresso da UNE é aberto no Estádio Municipal de Piracicaba, com todas as garantias de segurança e infraestrutura oferecidas pela Prefeitura e UNIMEP, em outubro de 1980.**

Fotos: Nascimento, acervo UNIMEP





SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
"DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL" - DOPS  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
- DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - 1ª DELEGACIA - DOPS -

SENHOR DELEGADO CHEFE DO DOPS;

São Paulo-SP, 26 de Agosto de 1980.

"RETÓRICO CONFIDENCIAL"

"APRECIACÕES SOBRE O 32º CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS  
ESTUDANTES - U.N.E."

20-C 44 10273

O 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes brasileiros - U.N.E., deverá, conforme programação, ocorrer nos próximos dias 33, 34 e 35 de Outubro, no Campus da Universidade Metodista - UNIMEP, da cidade de Piracicaba-SP.

Após sucessivas reuniões com o reitor da Universidade Metodista de Piracicaba - Professor ETÍAS BOAVENTURA, a decisão foi tomada por RUI CESAR COSTA E SILVA, presidente da UNE (Gestão MUEIRÃO-79/80), e pelo diretor da UNE/SP - MAURO TOFFES (Gestão CHEGOU A HORA - 79/80).

Ficou estabelecido que a UNIMEP cederá as instalações e infra-estrutura administrativa para cerca de 20 mil (20.000) pessoas. Dessas, 4 a 5 mil serão delegados de diversas instituições de ensino do País. Ainda segundo informações de RUI CESAR, cerca de 30 entidades estudantis internacionais também estarão representadas.

No documento em que oficializam a escolha, os líderes estudantis afirmam que "O Congresso constituir-se-á num marco de luta dos estudantes brasileiros, como as lutas por mais verbas para a educação e pelo ensino público e gratuito para todos, bem como as lutas populares pela realização de eleições de 80 e por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana".

Também, segundo os informes veiculados através da imprensa e dos noticiários de rádio e TV, o prefeito da cidade de Piracicaba JOÃO HERMANN NETO, ao lado de outros membros do DOPS, colocou desde o início dos contatos das lideranças estudantis com o reitor da UNIMEP, todo o acervo da prefeitura, à disposição dos estudantes, toda infra-estrutura que possui a prefeitura oferecer, para que o Congresso da UNE tenha pleno êxito.

segue...



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
"DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL" - DEOPS -  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
- DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - 3ª DELEGACIA - DOPI -

Cerca de 10.000 pessoas serão alojadas nas dependências da UNIMEP, em casas particulares e em prédios municipais. Como sugestão para o problema de alimentação a prefeitura sugeriu que se faça uma coleta de alimentos junto a zona rural da cidade, o que poderia diminuir bastante o seu custo.

O critério de escolha para que Piracicaba fosse definida esteve baseado em dois fatores: a infra-estrutura para atendimento aos congressistas e o apoio da população e das entidades, no caso Prefeitura Municipal e Universidade Metodista. SIGNIFICA PORTANTO O RECONHECIMENTO OFICIAL POR PARTE DESSAS ENTIDADES, DA ENTIDADE MÁXIMA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS, QUE FOI CONSIDERADA ESPÚREA PELO GOVERNO DA REVOLUÇÃO A PARTIR DE 1968, e que a partir de 1979 ressurgiu, tentando ganhar espaços outrora perdidos e inocular-se dentro da Sociedade Civil Brasileira, como entidade legítima para a defesa dos interesses dos estudantes brasileiros.

Falando aos líderes estudantis, o prefeito municipal João Herrmann Neto alertou que possivelmente a cidade nem possui toda a infra-estrutura necessária, mas com certeza oferece condições políticas que criam um espaço a ser ocupado pela UNE; Já o reitor da UNIMEP, Elias Boventura, res firmou que o oferecimento da Universidade e de toda a máquina administrativa (todas as instalações e infra-estrutura administrativa), deverão se manter independente das pressões que a direção possa sofrer, porque esta é uma opção coerente com as propostas educacionais metodistas, de ampla liberdade e auxílio aos diversos grupos da sociedade.

Segundo o presidente do DOE da UNIMEP, Adelson Alves Lindo, a escolha de Piracicaba reflete um reconhecimento ao avanço do movimento estudantil na UNIMEP nos últimos anos, e uma vitória ampla dos estudantes já que ao oferecer a cidade e as instalações de uma universidade, o que ocorre na prática é o reconhecimento oficial da UNE como uma entidade.

Esse o que nos cumpria relatar.

Cordialemente,

- 3ª DELEGACIA - DIVISÃO DE INFORMAÇÕES -  
- DOPI -

20-C 44 12372

Antes mesmo da realização do Congresso, órgãos da repressão já tinham detalhes sobre organização do encontro.

Documentos reproduzidos dos arquivos do DEOPS-SP / Arquivo Público do Estado de São Paulo



Cartazes que fizeram parte das campanhas do 32º Congresso da UNE, em 1980.



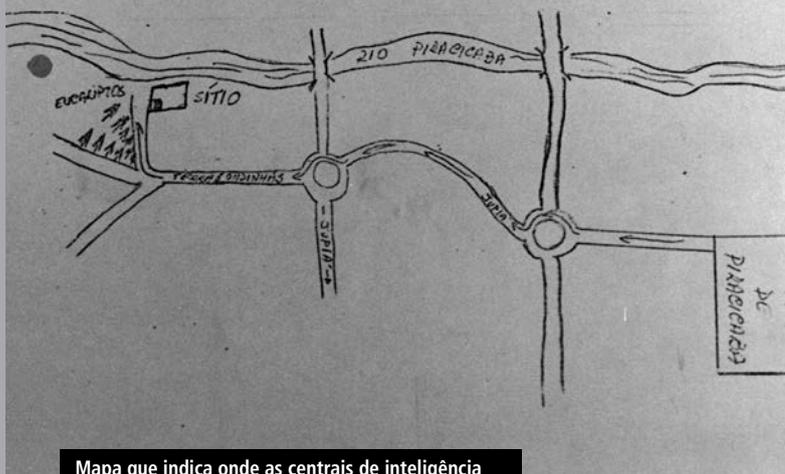
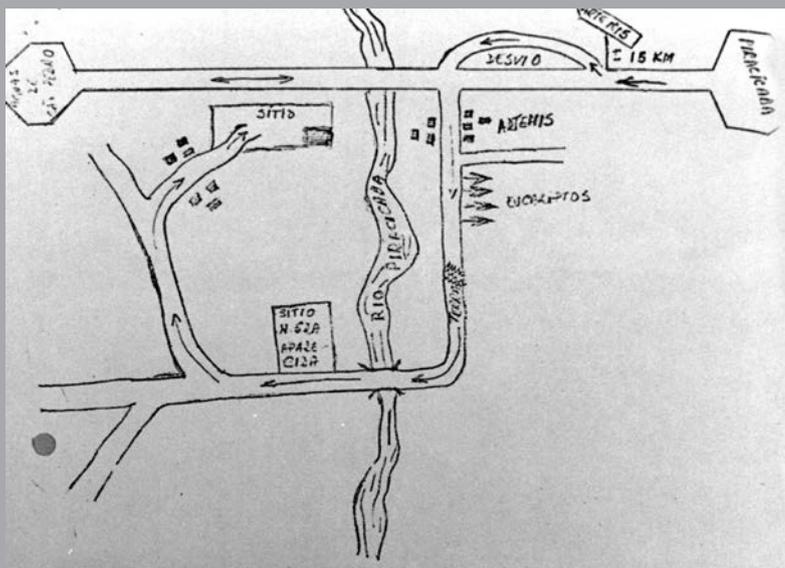
Sala de aula da UNIMEP transformada em alojamento para estudantes da UNE em 1980.  
Foto: Nascimento, acervo UNIMEP



Visão geral das plenárias  
ocorridas em 1980 e Ruy  
César Costa e Silva, então  
presidente da UNE, falando  
aos presentes.

Fotos: Christiano Diehl Neto





Mapa que indica onde as centrais de inteligência dos órgãos de repressão foram montadas, próximas a Piracicaba, durante o Congresso da UNE em 1982.

Documento reproduzido dos arquivos do DEOPS-SP / Arquivo Público do Estado de São Paulo

**CONFIDENCIAL**

DA KROK  
24/10/82

13/10

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
CMDO II EX - 2.a SEÇÃO

São Paulo-SP, 03 Out 82

**INFORME N.º 21/PIRA/82**

1. ASSUNTO: 34º CONGRESSO DA UNE
2. ORIGEM: OPERAÇÃO PIRA
3. AVALIAÇÃO: A/1
4. DIFUSÃO: CIE - CN - IV COMAR (CISA) - II EX - 28 DE DEGS  
DFE - SNI/ASP - MENEZ (2954) BSA DOPS
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

DIRETORIA GERAL  
A Divisão de Informações  
em 13 de outubro de 82

**VEÍCULOS ANOTADOS DURANTE O 34º CONGRESSO DA UNE**

- RN 5520 FIAT - CIA ITAC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL;
- CZ 1876 CORCEL DEL REI - LUIZ LOURENÇO DE CAMARGO, Rua Sílvia Jardim, 752 - PIRACICABA/SP - Tel: 22-5279;
- CZ 1106 VOLKS TL - ALFREDO TOMCO OGIMA - Av Independência, / 1398 - PIRACICABA/SP;
- XN 3615 VOLKS - IVO LUZ - Av Mario Dedini, 614 - PIRACICABA;
- UO 9857 FIAT - EVANI MARIA ZAGHI MARCONI - Rua Rosário, 532-151 - Tel 22-5334 - PIRACICABA/SP;
- CZ 2808 FIAT - SHEILA MARIA BERTHOLDI - Rua Guaporé, 552 - Tel: 33-0947 - PIRACICABA/SP;
- RL 8409 VARIANTE - ORLANDO CORREIA - Rua Dr Paulo Pinto, 814 - PIRACICABA/SP;
- RL 4959 FIAT - LUIZ NELSON SCARFARI - Rua José Ferraz de / Carvalho, 870 - Tel: 33-8686 - PIRACICABA/SP;
- MD 5798 VOLKS - SERGIO LUIZ GROFFO - Rua Ajudante Albano, / 352 - Tel: 33-2922 - PIRACICABA/SP;
- RL 6330 FIAT - ELVIS ANGELO MASCARENHAS - Av Barão de Valença, 269 - PIRACICABA/SP;

**VEÍCULOS NÃO LEVANTADOS:**

- SÃO PAULO/SP: MQ 8620, KH 5677, UT 8015, UB 9237, NH 3417
- JQ 2917, MA 0945, UF 5458, EB 4528, JJ 5761, BU 8391, NB 7623, /
- UV 0460, JY 7469, NO 3580, UT 9682, MH 4547, KO 2193 /
- OZ 9799, NG 6505, UM 4557, MU 8277, EQ 6218.

Arquivo nº. 493  
37 de PIRA  
26/10/82

CMDO II EX, EXERCITO  
3ª SEÇÃO

Operação Pira: Militares anotam placas e identificam donos de todos os carros estacionados próximos ao Ginásio de Esportes durante realização do Congresso da UNE em 1982.

Documento reproduzido dos arquivos do DEOPS-SP / Arquivo Público do Estado de São Paulo

INFORMAÇÃO N.º 01/TIRA/82

1. ASSUNTO: 34º CONGRESSO DA UNE
2. ORIGEM: OPERAÇÃO PIRA
3. DIFUSÃO: CIE - CN - IV COMAR (CISA) - II Ex - 2ª DE - DOPS - DPF  
SNI/ASP - MENEZ (2954) BGA
4. DIFUSÃO ANTERIOR:
5. REFERÊNCIA:
6. ANEXO: Cópia de recorte do jornal "O DIÁRIO" de 30 Set 82

GUARDA MUNICIPAL DE PIRACICABA

1. Por ocasião da realização do 34º CONGRESSO NACIONAL DA UNE, entidade não reconhecida e ilegal, em PIRACICABA, de 30 Set a 03 Out, ficou novamente em evidência a situação da Guarda Municipal da localidade.
2. Em 1980, quando a UNE havia realizado, na mesma cidade, um encontro semelhante, na gestão do prefeito JOÃO HERRMANN NETO, essa guarda foi colocada praticamente à disposição da entidade, realizando a "segurança" do evento.
3. A guarda, legalmente, é destinada a proteger os próprios municípios e tem atribuições específicas. Contudo, por razões diversas e conveniências locais, inclusive de ordem política, essa Guarda Municipal exorbita de suas tarefas, realizando policiamento ostensivo e cumprindo missões que seriam da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).
4. A Guarda Municipal é comandada pelo Maj Res Exército JOSE ALTEINO FERREIRA e seu efetivo é de mais de 200 homens, bem uniformizados e armados de revólveres 38. Dispõe de equipe de informações, de viaturas com rádio, motocicletas, etc e a sua atuação já é assimilada pela população, que se acostuma aos seus serviços e nem questiona a sua competência (alguns municípios os tratam como os "federalis")
5. No Congresso da UNE, agora realizado, novamente os guardas municipais estiveram permanentemente na frente do ginásio onde se realizavam as reuniões e nas proximidades da UNIKEP e o seu coman

DE C. P. I.

DI \_\_\_\_\_

Operação Pira: Militares analisam papel da Guarda Municipal no apoio ao Congresso da UNE em 1982.

Documento reproduzido dos arquivos do DEOPS-SP / Arquivo Público do Estado de São Paulo



Abertura Congresso da UNE em 1982, pelo presidente Javier Alfaya, ameaçada de expulsão do país. Ao fundo, abaixo da palavra valor na faixa, o atual prefeito de Rio Claro Du Altimari e o acadêmico Adeldo Alves Lindo, o Baiano, ambos então lideranças da UNIMEP.

Foto: Christiano Diehl Neto



Ao final do 34º Congresso, a UNE elegeu pela primeira vez uma mulher para presidente: Clara Araújo, na foto com seu vice, Adeldo Alves Lindo, o Baiano, então aluno da UNIMEP.

Foto: Nascimento, acervo UNIMEP

## **SOBRE OS AUTORES E FOTÓGRAFOS**

## **Beatriz Helena Vicentini,**

jornalista, é formada pela Escola de Comunicações e Artes/USP, com especialização em Jornalismo Científico. Foi assessora de imprensa da Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP (1979-2006), tem livros e artigos publicados na área da educação, memória de Piracicaba, organizações não governamentais e responsabilidade social. Há anos se dedica à pesquisa da ditadura militar, cujas reportagens lhe renderam menções honrosas do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 1998 e 2013 (Revista ADUSP), e do Prêmio Esso de Jornalismo em 1998, (jornal Correio Popular de Campinas). Atualmente também trabalha com geração de conteúdo para redes sociais. E-mail: behelias@ig.com.br

## **Caio Rodrigo Albuquerque,**

jornalista, é formado pela Universidade Estadual Paulista/UNESP e tem mestrado em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista. Atuou, de 2003 até 2010, como professor universitário, lecionando em faculdades particulares nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Administração e Marketing. Entre 2005 e 2006 trabalhou como assessor de comunicação na Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e, desde 2008, é jornalista na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/ESALQ). E-mail: caioalbuq@yahoo.com.br

## **Ely Eser Barreto Cesar,**

teólogo e filósofo, é Doutor em Teologia pela Emory University, Atlanta, EUA, e Doutor Honoris Causa pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Atuou como professor na Universidade Metodista de São Paulo e como professor visitante na Universidade de Toronto, Canadá. Foi vice-reitor da Universidade Metodista de Piracicaba entre 1980 e 2002 e atualmente é secretário da OSCIP Pira 21, que visa implementar em Piracicaba a agenda 21 da ONU. E-mail: elyeser@uol.com.br

## **Orlando Guimaro Junior,**

bacharel em Direito formado pela Universidade Metodista de Piracicaba/ UNIMEP, é especialista em Direito Contratual pela COGAE/PUC-SP e possui MBA em Agronegócios pela ESALQ-USP. Advogado, atuou na Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB/SP e em diversas comissões da OAB Piracicaba. Possui artigos e trabalhos publicados em livros e periódicos sobre advocacia, patrimônio cultural e políticas públicas. E-mail: guimaro.advs@terra.com.br

## **Otto Dana**

ordenou-se padre em 1967. É mestre em Filosofia da Educação e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista/ UNESP. Ao lado de seu trabalho pastoral, sempre atuou como professor, primeiro no ensino médio e, depois, na UNESP-Marília, onde foi chefe do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências. Foi pároco da Catedral de Santo Antonio, em Piracicaba por 35 anos, até 2006, sendo deslocado, depois, para a Paróquia Santana, em Rio Claro. E-mail: otto.dana@gmail.com

## **Patrícia Ozores Polacow,**

jornalista formada pela Universidade Metodista de Piracicaba/ UNIMEP, é doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Atuou como jornalista na Rádio Educadora de Piracicaba, TV Beira Rio, Gazeta da Cidade Alta, Gazeta do Jardim Elite e Jornal de Piracicaba, é colaboradora de publicações acadêmicas da área de comunicação social e foi professora do ensino superior nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda. E-mail: patricia.polacow@uol.com.br

## **Luis Fernando Amstalden,**

sociólogo, é doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor na Escola de Engenharia de Piracicaba e no Liceu Terras do Engenho, ministra cursos de formação para a polícia municipal de Piracicaba na área de Ética, Cidadania e Direitos Humanos, acumulando larga experiência docente em Ciências Sociais e História. Colabora com várias publicações e mantém o blogdoamstalden. E-mail: lamstalden@uol.com.br

## **Christiano Diehl Neto,**

fotógrafo profissional, é editor de fotografia do jornal Gazeta de Piracicaba. Trabalhou na sucursal do jornal O Globo, em São Paulo, e no jornal Folha de São Paulo, em momentos especiais da vida nacional, acompanhando as primeiras greves dos metalúrgicos do ABC e o final da ditadura militar. Em Piracicaba, atuou em O Diário, Jornal de Piracicaba e assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal.

## **Fabrice Desmots**

começou como arte-finalista no jornal O Diário, onde aprendeu, na convivência com os colegas, a fotografar. Trabalhou nos jornais A Província, Liber, assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal e, desde 1995, é fotógrafo da Câmara dos Vereadores de Piracicaba.

## **Roberto Turin**

trabalha com fotografia há 55 anos. Seu estúdio se localiza na Avenida Rui Barbosa, em Vila Rezende, centro de suas atividades profissionais há 43 anos, onde preserva precioso acervo de imagens de casamentos, cerimônias públicas, eventos que marcaram a vida da cidade e suas empresas.

## **Izolino Nascimento**

foi fotógrafo profissional e trabalhou junto a UNIMEP por quase 20 anos, registrando os principais acontecimentos da instituição, até 1998. A maior parte do acervo de fotos da instituição, ainda em preto e branco, desde o final dos anos 70, é de sua autoria. Faleceu em 2001, aos 70 anos.

**Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo**

**Acervo Centro Cultural Martha Watts**

**Acervo particular Beatriz Vicentini**

**Acervo Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP**





Março de 1964: sem internet, celulares ou facilidade de ligações interurbanas, com televisões na casa de poucos brasileiros, as informações sobre o que ocorreu no país eram esparsas, truncadas, parciais. Nas cidades do interior, entender o rumo político do Brasil tornou-se tarefa das mais complicadas. Passados 50 anos é como se nada houvesse ocorrido de significativo no interior naquele período, tão poucos são os estudos realizados.

Piracicaba, 1964 - o golpe militar no interior tenta romper este silêncio. O livro reúne artigos de pessoas que viveram pessoalmente aquele momento, como o padre Otto Dana e o teólogo Ely Eser Barreto César e pesquisadores mais jovens, como o advogado Orlando Guimaro Junior, os jornalistas Caio Albuquerque e Patrícia Polacow, coordenados pela também jornalista Beatriz Vicentini, interessados em entender a história da cidade, coletar depoimentos, recompor histórias e analisar o significado daqueles anos.

Prisões de estudantes e sindicalistas que lotaram a cadeia nos primeiros dias pós-golpe militar, pressão a professores e intimidação a adolescentes por trabalhos escolares, delações encontradas nos arquivos por pessoas insuspeitas, cassação de um prefeito, torturas na delegacia local que envolvem um investigador que integra a lista oficial dos torturadores da ditadura, censura chegando aos meios de comunicação, um universitário entre os desaparecidos oficiais, proteção de religiosos a estudantes em suas passeatas, o aparato repressivo que mobilizou uma central de inteligência instalada na cidade para acompanhar um Congresso da UNE, docentes que perderam seus empregos e outros que tiveram a solidariedade dos colegas quando acusados de comunistas, a piracicabana que foi uma das “terroristas” mais procurada pelos militares. Algumas das muitas histórias desvendadas em Piracicaba, 1964 – o golpe militar no interior.

